



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO**

CAMILA ALVES QUADROS

**MEMÓRIA SOCIAL E EDUCAÇÃO POPULAR: um estudo sobre o Ponto de
Memória da Terra Firme, Belém – Pará.**

BELÉM – PARÁ

2018

CAMILA ALVES QUADROS

**MEMÓRIA SOCIAL E EDUCAÇÃO POPULAR: um estudo sobre o Ponto de
Memória da Terra Firme, Belém – Pará.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), do Instituto de Ciências da Educação (ICED), da Universidade Federal do Pará (UFPA), na linha de Educação, Cultura e Sociedade, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Jorge Paixão

BELÉM – PARÁ

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Q1m Quadros, Camila Alves
 Memória Social e Educação Popular: um estudo sobre o Ponto de Memória da Terra Firme, Belém - Pará
 / Camila Alves Quadros. — 2018
 179 f. : il. color

 Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED), Instituto de Ciências da
Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.
 Orientação: Prof. Dr. Carlos Jorge Paixão

 1. Educação Popular. 2. Educação e Memória. 3. Memória Social. 4. Cultura Popular. 5. Ponto de
Memória da Terra Firme. I. Paixão, Carlos Jorge, *orient.* II. Título

CDD 370.19

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO**

MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA

Orientador:

Prof. Dr. Carlos Jorge Paixão
Pós-Doutor em Educação pela UNICAMP/SP
PPGED/ICED/UFPA

Avaliadora Externa:

Prof^ª. Dr.^a. Lucélia de Moraes Braga Bassalo
Doutora em Educação pela UNB/DF
PPGED/UEPA

Avaliador Interno:

Prof. Dr. Salomão Antônio Mufarrej Hage
Doutor em Educação pela PUC/SP
PPGED/ICED/UFPA

BELÉM – PA

2018

Ao Ponto de Memória da Terra Firme, pelo acolhimento e ensinamentos fraternos.

O presente, entregue às suas incertezas e voltado apenas para o futuro imediato, seria uma prisão. (BOSI, 2003, p. 19)

AGRADECIMENTOS

Essa pesquisa foi realizada com muito amor!

Escrita apenas pelas minhas mãos, porém, com o toque (aperto de mãos, abraços...) de muitas outras pessoas. Afinal, para além das pesquisas positivistas, este estudo precisou de gente, gente que falou, chorou, explicou, abraçou, aconselhou, orientou, possibilitou e construiu junto comigo.

Por essa razão, devo agradecer nominalmente aqueles que foram fundamentais para as cento e quarenta páginas que seguirão, bem como para os dois anos de curso de mestrado:

Deus foi a luz, proteção e força guiadora! Nossa Sra de Nazaré, a mãe que sempre amparou nos momentos de escuridão, me carregando em seu colo e possibilitando força para prosseguir nessa construção acadêmica.

Aos meus pais, Mário e Helena. Ao Pai, que constantemente incentivou nos estudos e se dispôs a contribuir direta e indiretamente nesse mestrado. E assim o fez! Com sábios conselhos, com demonstração de confiança na minha capacidade e orgulho pela trajetória em desenvolvimento. Meu Pai é exemplo de persistência, força e crença de que, de algum modo, tudo dará certo no fim. A mãe, colega de pós-graduação, amiga de confidências, “musa inspiradora” na Pedagogia e pessoa responsável pelo meu interesse em pesquisar a Terra Firme, pois além de ter um trabalho há mais de trinta anos no lugar, quando eu ainda era criança, já me levava as reuniões em Centros Comunitários e tantas outras lutas em conjunto com aquelas pessoas. Nunca deixou de ser minha inspiração, meu colo consolador e a pessoa que escutou atentamente cada parágrafo construído, com muito orgulho, expectativa e felicidade. Todo o meu amor, respeito e admiração para a pessoa mais importante da minha vida!

Aos meus irmãos, Igor e Iuri. Igor, com sua paciência e curiosidade, constantemente buscava saber e compreender sobre o meu objeto de pesquisa, questionava, argumentava, refletia e, por fim dizia: “a mana é doidona com essa pesquisa dela, mas eu admiro!” Ou, até mesmo, passava ao meu lado e cantava “Ei, Ponto de Memória já chegou!”. Além disso, refletiu junto comigo sobre autores e foi o editor, com muito cuidado, inteligência e atenção ao vídeo documentário produzido para este trabalho. Suas várias funções profissionais foram fundamentais em diversos momentos.

Iuri, preocupado com minha saúde por conta das noites mal dormidas, ou sequer dormidas. Obrigada pelas palavras de incentivo quando achei que “não daria conta”, por depositar tanta confiança em meu potencial, quando eu mesma descreditei. Tua inteligência e dedicação à arquitetura me inspiram! Por tudo, obrigada!

Aos meus avós que constantemente torcem por mim, seja por meio de suas orações ou quando simplesmente perguntavam se estava tudo bem com os meus estudos. O amor que sinto por cada um, é imensurável!

Ao Lucival Pontes, uma linda história de amor que construímos na pós-graduação, meu companheiro de todas as horas, que me levou ao mundo Heideggeriano e se permitiu ir ao mundo da Educação Popular e do Ponto de Memória. A trajetória ao longo desses dois anos, sem dúvida, tornou-se mais leve com a mais doce companhia, com um mundo filosófico cheio de possibilidades e o desvelamento do mistério oculto do ser (devo dizer que isso acrescentou muitos “nós” na minha cabeça também)! Um grande amigo, um grande amor, uma intensa história! Sigo imensamente feliz pela descoberta de um sentimento único que cultivamos. Apenas, obrigada!

Ao Professor Dr. Carlos Paixão, a melhor exemplificação do “ser mestre”, para além de titulações acadêmicas. Que enxerga seus orientandos com muita humanidade, compreensão e fraternidade. Nada do que se registre aqui será o suficiente para agradecer-lo por tudo o que fez por mim, enquanto professor, orientador e amigo. De qualquer maneira, meu sentimento de gratidão por seu ensinar se deixando aprender, com toda a humildade, um saber não envaidecido, raro de um Pós - Doutor nesse contexto acadêmico. O “fazer epistemológico” me trouxe muito mais interesse na pesquisa e instigação. Curvo-me diante desse Professor, em sinal de respeito e gratidão por tanta maestria. Eterno orientador!

Aos Professores componentes da banca avaliadora. Professor Salomão Hage, eu o acompanho e ele me acompanha desde a graduação em Pedagogia. Com toda a atenção, desde o nosso primeiro diálogo acreditou em mim e na minha capacidade para o universo acadêmico. Por seu incentivo, apoio, contribuição e amizade, muito obrigada! O senhor também é um desses “mestres não envaidecidos” que encontrei pelo caminho. Professora Lucélia Bassalo, antes mesmo de conhecê-la pessoalmente já a admirava apenas pela escuta de relatos de colegas que foram seus alunos ou orientandos. Muito obrigada por sua atenção e contribuição com o trabalho!

À CAPES, pelo recurso financeiro disponível para realizar esse trabalho.

Ao grupo de pesquisa EPsTEM, pela acolhida fraterna. Com vocês, compreendo, todos os dias sobre a tarefa árdua e prazerosa de pesquisar. O EPsTEM é uma família que sempre me abraçou com muito amor.

As amigas Camila Alcântara, Larisse Campelo e Renata Colares, por toda a torcida e conselhos de mestres e doutoranda, em áreas diferentes, mas que também entenderam todo o processo que vivenciei. Pelos tantos anos de amizade, muito obrigada!

Aos professores das disciplinas de mestrado Laura Alves, Sônia Araújo, Waldir Abreu e Terezinha Monteiro, obrigada por todo o conhecimento trabalhado!

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPA, aos seus funcionários e funcionários do ICED, obrigada pelo respeito com que sempre fui tratada!

À Josiane Pereira moça da xerox do CAEEB, que me auxiliou até mesmo nos feriados para imprimir o trabalho.

Aos moradores do bairro da Terra Firme, com um carinho muito especial por toda a disposição, por todo o cuidado e amor que sempre me trataram. Essa pesquisa é primordialmente dedicada a Chiquinha, Chiconá, Zé Maria, Batista, Fafá, Dona Madalena, Edevaldo, o “índio”, Paula, Soraia, Nery, Eryck e Harrison. Pessoas incríveis, meu agradecimento diário à vocês!

RESUMO

QUADROS, Camila Alves. **Memória Social e Educação Popular: um estudo sobre o Ponto de Memória da Terra Firme**. 2018. 170 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará. Belém, 2018.

Essa dissertação buscou analisar o projeto Ponto de Memória da Terra Firme (PMTF), na perspectiva de um fenômeno socioeducacional, o qual ocorre na periferia de Belém do Pará. O PMTF estrutura-se a partir da criação do Programa Pontos de Memória (PPM), no ano de 2009, enquanto uma iniciativa do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), em parceria com o Ministério da Cultura (MinC), a Organização dos Estados Ibero Americanos (OEI) e Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI). A proposta dos Pontos de Memória é que a memória de favelas e periferias brasileiras seja evidenciada a partir das narrativas dos moradores desses lugares, tendo como foco, também, a criação de museus nesses espaços, a partir das metodologias de museologia social trabalhadas no PPM. Dessa feita, o objetivo principal dessa dissertação foi analisar as conexões entre os elementos da memória social e as práticas pedagógicas vinculadas à Educação Popular no Ponto de Memória da Terra Firme. Os objetivos específicos da pesquisa foram os seguintes: 1) descrever o ambiente onde são efetivadas as práticas pedagógicas formativas relacionadas à educação popular no PMTF; 2) Documentar os elementos que compõem a memória social dos sujeitos e moradores que fazem parte das atividades do PMTF; 3) Identificar os elementos relacionados ao modo de vida/memória social dos sujeitos quando em contato com práticas vinculadas à educação popular; 4) analisar a o diálogo existente entre os saberes populares dos sujeitos de pesquisa e saberes científicos dos autores selecionados para a composição do núcleo conceitual do trabalho. O referido estudo teve como questão problema a seguinte: como os elementos de memória social e práticas pedagógicas são analisadas a partir da educação popular realizada no PMTF? A pesquisa é de natureza qualitativa, de abordagem fenomenológica social, tendo o bairro da Terra Firme como cenário de estudo. Os procedimentos de produção de dados se constituíram a partir de levantamento bibliográfico, documental e entrevistas (semiestruturadas e grupo focal, em momentos distintos) com os sujeitos de pesquisa. Sendo assim, verificamos que o PMTF realiza no bairro da Terra Firme um trabalho de museologia comunitária, o qual permite visibilidade da memória social do lugar que pouco é conhecida, sobretudo, midiaticamente. Temos como resultados que este Ponto de Memória possibilita uma educação para a cultura da memória, na qual se enfatiza que a educação popular se faz por meio da cultura que emerge dos saberes do povo, como também da memória social.

Palavras-chave: Educação Popular; Educação e Memória; Memória Social; Cultura Popular; Ponto de Memória da Terra Firme.

ABSTRACT

QUADROS, Camila Alves. **Social Memory and Popular Education: a study on the Memory Point of Terra Firme.** 2018. 140 f. Dissertation (Master in Education) - Federal University of Pará. Belém, 2018.

This dissertation searched to analyse the project Terra Firme Memory Point (TFMP), from the perspective of social and educational phenomenon, wich one happens in the Belém do Pará's periphery. The TFMP was structured as a result of the criation of the Memory Points Program (PPM) in the year of 2009, as a initiative of the Brazilian Institute of Museums (IBRAM), in partnership with the Ministry of Culture (MinC), the Organization of the States Ibero Americanos (OEI) and National Program of Public Security with Citizenship (PRONASCI). The proposal of Memory Points is that the memory of favelas and Brazilian peripheries be evidenced from the narratives of the residents of these places, focusing also on the creation of museums in these spaces, based on the methodologies of social museology worked in the PPM. So, the main objective of this dissertation was to analyze the connections between the elements of social memory and the pedagogical practices linked to Popular Education in the Terra Firme Memory Point. The specific objectives of the research were: 1) to describe the environment where the pedagogical practices related to popular education in the TFMP are carried out; 2) Document the elements that make up the social memory of the individuals and residents who are part of the TFMP activities; 3) Identify the elements related to the way of life / social memory of the subjects when in contact with practices linked to popular education; 4) to analyze the existing dialogue between the popular knowledge of research subjects and scientific knowledge of the authors selected for the composition of the conceptual core of the work. The study had as problem question the following: how are the elements of social memory and pedagogical practices analyzed from the popular education carried out in the TFMP? The research is qualitative in nature, with a social phenomenological approach, with the Terra Firme neighborhood as a study scenario. The data production procedures were constituted from a bibliographical, documentary and interviews (semi-structured and focal group, at different moments) with the research subjects. Thus, we have verified that the TFMP performs in the neighborhood of Terra Firme a work of community museology, which allows visibility of the social memory of the place that is little known, especially, mediatically. We have as results that this Memory Point allows an education for the culture of memory, in which it is emphasized that popular education is made through the culture that emerges from the knowledge of the people, as well as from the social memory.

Keywords: Popular Education; Education and Memory; Social Memory; Popular Culture Ponto de Memória da Terra Firme.

LISTA DE SIGLAS

CBB – Comissão de Bairros de Belém

CCBJ – Centro Comunitário Bom Jesus

EEBF – Escola Estadual Brigadeiro Fontenelle

ELETRONORTE – Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Agropecuária da Amazônia Oriental

EPsTEM - Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre Teorias, Epistemologias e Métodos da Educação

IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus

MinC – Ministério da Cultura

MPEG – Museu Paraense Emílio Goeldi

MJ – Ministério da Justiça

OEI – Organização dos Estados Ibero Americanos

PMTF – Ponto de Memória da Terra Firme

PPM – Programa Pontos de Memória

PPGED – Programa de Pós-Graduação em Educação

PM – Pontos de Memória

PC – Pontos de Cultura

PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFRA – Universidade Federal Rural do Pará

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Comunicado interno de Scaff, diretor do MPEG, direcionado ao Diretor do INPA, referente ao termo de permissibilidade do terreno para a construção do Campus de Pesquisa, no ano de 1977.	6
Figura 2 - Feira da Terra Firme / Foto: Mário Quadros, 2012.	16
Figura 3 - Arte: “Iuri Quadros – Arquitetura”; “Marcos Anderson – Artista.”.....	34
Figura 4 - Representantes do Centro Comunitário Bom Jesus, em um desfile escolar, reivindicando direitos sociais, na década de 80. / Fonte: Acervo Ponto de Memória da Terra Firme.	37
Figura 5 - Bacia do Tucunduba. / Foto: Mario Quadros, 2012.	55
Figura 6 - casa no bairro da Terra Firme, na década de 60. / Fonte: Penteadó (1968).....	62
Figura 7 - Matéria jornalística “Posseiros negam ocupação ‘arquitetada’ na perimetral”, publicada em 1991, no Jornal “O Liberal”. / Fonte: documento doado pela moradora Fátima Guilherme.....	74
Figura 8 - Matéria “Famílias aguardam solução para impasse sem deixar a área da UFPA”, publicada no ano de 1991, no Jornal O liberal. / Fonte: doação da moradora Fátima Guilherme.	77
Figura 9 - Capa do folheto, representando a indignação com o atual momento político do País.	81
Figura 10 - Apresentação da Escola Comunitária do CCBJ, fazendo uso da Educação Popular.	81
Figura 11 - A CBB promovia, na década de 80, treinamento de Educação Popular para os monitores das Escolas dos Centros Comunitários.....	81
Figura 12 - Convocação do CCBJ aos pais para levarem materiais reaproveitáveis para as aulas de seus filhos.....	81
Figura 13 - Informativo da Terra Firme – “Espaço Popular” / Fonte: acervo pessoal do morador Batista.	87
Figura 14 - Informativo da Terra Firme – “Espaço Popular” / Fonte: acervo pessoal do morador Batista.	88
Figura 15 - Igarapé do Tucunduba / Foto: Mário Quadros, 2012	93
Figura 16 - Logomarca PMTF / Fonte: blog do PMTF.....	94
Figura 17 - Construção do Campus de Pesquisa, na década de 70. / Fonte: Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG.....	110
Figura 18 Jardim Comunitário na Avenida Perimetral.....	119
Figura 19 Primeira edição do jornal "O Tucunduba", fonte: arquivo pessoal de Helena Quadros.	120
Figura 20 Jornal O Tucunduba, recriado no ano de 2011/2012. Fonte: acervo PMTF.	121
Figura 21 - Conselheiros do Ponto de Memória, em uma roda de conversa, com o grupo de pesquisa EPSTEM, na UFPA, no ano de 2016. Fonte: Acervo Pessoal.	147
Figura 22 - Detalhe da exposição “Memórias Plurais”, sob responsabilidade do PMTF, no Ateliê de Arte, da UFPA, em 2014. / Fonte: Acervo Ponto de Memória.....	147
Figura 23 Matéria Jornalística sobre PMTF no Jornal “Amazônia” Fonte: acervo Ponto de Memória	159

LISTA DE QUADROS

Tabela 1 - esquema retirado da Obra “Pesquisa em educação – métodos e epistemologias”, de Silvio Sánchez Gamboa, 2012, p. 79.	22
Tabela 2 - identificação dos sujeitos de pesquisa.....	34
Tabela 3 - A ocupação e a motivação para permanência na Terra Firme.....	63
Tabela 4 - O “Escudeiro” Centro Comunitário Bom Jesus.	68
Tabela 5 - Memórias da Terra Firme no passado e no presente	82

INTRODUÇÃO	4
CAPÍTULO 1	16
OS CAMINHOS DA PESQUISA	16
1.1. A QUESTÃO PROBLEMA E OS OBJETIVOS	20
1.2. ABORDAGEM E PROCEDIMENTOS	24
1.2.1. FENOMENOLOGIA	25
1.3. SUJEITOS FUNDADORES E SUJEITOS EM CAMPO	28
1.4. VÍDEO DOCUMENTÁRIO E LOGOMARCA	34
CAPÍTULO 2	37
DIÁLOGOS TEÓRICOS – CONCEITUAIS	37
2.1. É PRECISO QUE NOS <i>DESEDUQUEMOS</i> PARA QUE SEJAMOS EDUCADOS	40
2.2. EDUCAÇÃO POPULAR NA PERSPECTIVA DA AUTONOMIA DE SABERES POPULARES.	45
2.1. MEMÓRIA SOCIAL É FERRAMENTA DE PODER	50
CAPÍTULO 3	55
PERIFERIA DOS DIREITOS	55
3.1. PELO DIREITO DE MORAR: DE FINS EDUCACIONAIS PARA FINS SOCIAIS.	58
3.2. TERRA FIRME DE CORES, SABORES E CHEIROS: O DESCONGELAMENTO DA CENA.	82
CAPÍTULO 4	93
PERIFERIA DAS MEMÓRIAS	93
4.1. O PROGRAMA PONTOS DE MEMÓRIA: “A LÓGICA TEM QUE SER INVERTIDA”	96
4.2. MUS(EU): O BAIRRO DA TERRA FIRME É FEITO DA MEMÓRIA DE SEUS MORADORES.	108
4.3. “SOMOS SIM UM MUSEU, MAS UM MUSEU <i>DIFERENTE!</i> ”	123
4.3.1. FRANCISCA ROSA, A CHIQUINHA.	124
4.3.2. JOÃO BATISTA, O BATISTA.	127
4.3.4. HELENA QUADROS, A HELENA.	130
4.3.5. SÂMIA QUEIRÓS, A SÂMIA.	134
4.3.6 JOSÉ MARIA, O ZÉ MARIA.	138
CAPÍTULO 5	147

<u>SABERES, TEORIA E CONHECIMENTO: O VICE-VERSA DOS LIVROS À MILITÂNCIA.</u>	147
5.1. EDUCAR PARA A CULTURA DA MEMÓRIA	150
5.2. PROCESSOS FORMATIVOS A PARTIR DA EDUCAÇÃO POPULAR DO PMTF.	153
5.3. PONTOS DE MEMÓRIA E O USO DA MUSEOLOGIA EMANCIPADORA.	157
<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	161

INTRODUÇÃO

As motivações da pesquisa

O texto dissertativo apresentado tem como escopo realizar, a partir das narrativas dos sujeitos de pesquisa, a análise de um espaço educativo social, localizado em uma das periferias paraenses. Este espaço é o Ponto de Memória da Terra Firme (PMTF), iniciativa implementada no ano de 2009, pelo Governo Federal, em parceria com demais órgãos federais, como o Ministério da Cultura (MinC), Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) e Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI). A iniciativa faz parte do Programa Pontos de Memória, o qual tem como finalidade, discutir e promover ações de memória social em periferias e favelas brasileiras, a fim de sensibilizar os moradores do lugar para o protagonismo social e a partir disso, iniciar a construção de um museu nesses lugares, a exemplo do Museu da Favela e Museu da Maré, localizados no Rio de Janeiro, os primeiros a serem reconhecidos como Pontos de Memória no Brasil.

Tendo isso em vista, o trabalho teve suas escrituras instigadas a partir da seguinte questão problema: “como os elementos de memória social e práticas pedagógicas são analisadas a partir da educação popular realizada no Ponto de Memória da Terra Firme?”. A discussão da elaboração dessa pergunta ficou por conta do esclarecimento realizado no primeiro capítulo da dissertação. Todavia, neste momento introdutório, é imprescindível que seja revelada a cultura epistemológica construída para que se chegasse ao presente estudo.

Por essa razão, introduzimos esse trabalho com a expectativa de possibilitar àquele que o lê, a compreensão de que o mesmo se divide em três movimentos, aprendidos e acordados em orientação: 1 – Apresentação do Território de conhecimento; 2 – Estabelecimento do nicho e 3 – Ocupação do nicho. Desse modo, quando nos referimos a esses três movimentos, é necessário que façamos esclarecimento do que cada um significa para o texto elaborado:

- 1) Apresentação do território de conhecimento: denominamos dessa maneira a proposta de apresentar como se deu o interesse pelo objeto de pesquisa. Embora o conceito possibilite a expectativa de discussão de “território”, no sentido geográfico, de fato, a intenção não é essa. Esse primeiro movimento, faz parte do jogo epistemológico da pesquisa, o qual responderá ao leitor em que contexto e

quais motivações direcionaram para o interesse e construção dessa dissertação. Isso é explanado já durante a introdução. Tendo isso esclarecido, aclararemos, adiante, o segundo movimento.

- 2) Estabelecimento do nicho: a fim de facilitar a compreensão e detalhar qual foi a trilha metodológica traçada para o alcance dos objetivos da pesquisa e elaboração do texto dissertativo, optamos pela preparação de um capítulo que atendesse a essa necessidade. Destarte, estabelecer o nicho é apresentar a abordagem de pesquisa, seu método, os objetivos, clarificação da pergunta-síntese, expor outros estudos já realizados sobre o mesmo objeto, quais suas lacunas no conhecimento produzido, como se deu o estudo em campo e promover a discussão do dissertar epistemológico durante uma pesquisa qualitativa. Dito isso, avançaremos para o terceiro e último movimento.
- 3) Ocupação do nicho: após o esclarecimento de como se deu o interesse pela pesquisa e quais foram os caminhos metodológicos escolhidos, chega-se ao momento de escriturar! Ou seja, ocupar o nicho é desenvolver o texto dissertativo, com o diálogo entre o conhecimento empírico e o teórico dos atores e autores selecionados para esse processo.

Nessa chave interpretativa, cabe-nos informar que a opção por desenvolver o texto a partir desses três movimentos é válida no sentido de harmonizar a organização estrutural do trabalho, outrossim, proporcionar interação com o leitor. Parte-se da premissa que todo o trabalho academicamente desenvolvido, é público, por essa razão, a preocupação em não somente produzir conhecimento válido em educação, como também construir uma leitura acessível e organizada, sem com isso perder sua cientificidade. A partir disso, é importante que estejamos atentos ao elucidado por Paixão (2013):

O conhecimento produzido na Universidade é um bem público, que deve ser usado para o ensino e produção de novos estudos e pesquisas nas diversas áreas de atuação, não pode ficar restrito ao exercício vaidoso de individualidades que anunciam a desconstrução paradigmática e o fim das regras de construção do conhecimento em educação, como se fossem profetas dadaístas de um novo horizonte pragmático, sem história, sem filosofia, sem matriz, “contra o método” (p. 49)

É urgente que se racionalize quanto a discussão do método nas pesquisas educacionais, pois é primordial para a construção de uma boa produção acadêmica. E uma das primeiras maneiras de realizar esse debate, nessa dissertação, se dá a partir do jogo epistemológico realizado nos três movimentos supracitados.

Ademais, dada a possibilidade de compreensão, iniciaremos o primeiro movimento: apresentação do território de conhecimento. Para tanto, regressaremos ao ano de 2011, período o qual foram direcionados meus primeiros “olhares investigativos” para o cenário de estudo dessa pesquisa, o bairro da Terra Firme.

Estudar a respeito deste lugar e sua história de construção a partir de lutas sociais, teve seu início em minha trajetória acadêmica no ano de 2011, quando fui bolsista de Iniciação Científica, no Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG). Estava no 5º semestre do curso de Pedagogia, na Universidade Federal do Pará (UFPA) e conhecendo, através das disciplinas, a respeito do Direito Educacional, portanto, concorri na seleção de bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), minha proposta de pesquisa ficou vinculada ao projeto “O Museu Goeldi leva educação em ciência à comunidade”, pertencente ao Setor de Educação (SEEDU) da Instituição, visto que, era essencial que o estudo apresentasse relação com o MPEG.

O referido projeto da Instituição permanece ativo desde a década de 1980, ano em que o mesmo foi criado, devido a instalação do campus de pesquisa do MPEG, localizado na Avenida Perimetral. Na época em que o Projeto foi elaborado, tinha como principal objetivo aproximar, por meio de práticas de educação ambiental, os moradores da Terra Firme ao Museu Goeldi. Em meio a uma proeminente e extensa pesquisa documental realizada, durante o período de bolsista PIBIC, destaca-se um dos documentos trocados entre o Diretor do Museu Goeldi, no ano de 1977, Luiz Scaff e o Diretor do INPA, Warwick Kerr, referente a, finalmente, ter sob sua posse o termo de permissibilidade para uso do terreno no qual foi construído o campus de pesquisa:

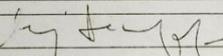
		COMUNICAÇÃO INTERNA		Proc. n.º 388/77 Fls. n.º 120	39/77
DE	LUIZ SCAFF	DIR- MPEG			
PARA	WARWICK ESTEVAM KERR	DIR- INPA			
ASSUNTO					
<p>Algumas vezes as notícias são boas. Esta é uma delas. Refiro-me ao que vai anexo. Trata-se do "registro definitivo" do TERMO DE PERMISSIBILIDADE DE USO, firmado entre a EMBRAPA, CNPq. e FCAP.</p> <p>Estou pensando numa placa a ser fixada no terreno. A mesma teria 2m de comprimento por 1m de largura. A placa seria branca com letras azuis, segundo o modelo anexo. Peço sua opinião.</p> <p style="text-align: right;">Atenciosamente,</p>					
DATA	Bel.18/02/77	ASSINATURA			

Figura 1 - Comunicado interno de Scaff, diretor do MPEG, direcionado ao Diretor do INPA, referente ao termo de permissibilidade do terreno para a construção do Campus de Pesquisa, no ano de 1977.

Essa base física pertencente ao MPEG, foi inaugurada em 1979 e, desde o seu começo, as pessoas residentes na Terra Firme passaram a questionar o motivo de a instituição estar ali¹ e, já que estava, qual retorno a comunidade teria, visto que agora o Museu situava-se na periferia, e os mesmos compreendiam que deveriam, portanto, prestar serviço à comunidade, sobretudo, por tratar-se de uma instituição pública. Desse modo, após muitas insistências, o diretor do Museu na época, Guilherme de La Penha, delegou ao Setor educativo do MPEG que organizassem palestras e ações pedagógicas para iniciar uma aproximação com os líderes comunitários da referida Periferia. Essas ações, algum tempo depois, transformaram-se no projeto “O Museu Goeldi leva educação em ciência à comunidade”. Embora o presente estudo não tenha mais relação direta com o MPEG, esse esclarecimento ainda é importante para a compreensão de como passei a inserir-me na pesquisa, tendo a Terra Firme como *lócus*.

Seguimos nessa contenda, evidenciando como se deu a construção do território de conhecimento, sendo assim, durante o primeiro ano enquanto bolsista PIBIC, foi possível realizar a pesquisa “A efetivação do Direito Educacional na Terra Firme, por meio do projeto ‘O Museu Goeldi leva educação em ciência à comunidade’ em Belém do Pará”. Esse estudo aconteceu durante o ano de 2011 e encerrou-se em 2012, com renovação. Portanto, no período de 2012 à 2013, com outro objetivo, a pesquisa recebeu o seguinte título: “O Museu Goeldi como agente indutor do Direito Educacional em espaços formais e não formais de ensino no bairro da Terra Firme. ”.

O término dessas pesquisas, coincidiu com o encerramento do curso de graduação também, e, a fim de não manter distância com o que já vinha sendo estudado durante a Iniciação Científica, o Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia, finalizado em 2013, foi denominado “A educação como direito humano fundamental: a experiência do Museu Goeldi em práticas de educação não formal no bairro da Terra Firme. ”.

É válido citar que a aproximação do campo de pesquisa foi etapa fundamental, e ocorreu em uma das primeiras orientações no PIBIC, com Nelson Sanjad², responsável pela orientação do trabalho, quando disse: “Não é possível que você compreenda e seja capaz de falar ou estudar a respeito de um lugar sem que o vivencie, sem que o conheça. Você precisa estar lá e dialogar com os que moram ou habitam no bairro! ”. Ele me explicava sobre a necessidade de conhecer meu cenário de estudo para a partir disso ser

¹ Durante a Iniciação Científica, desenvolvi o estudo documental referente à instalação do Campus. O relatório está disponível, para consulta, na biblioteca da Instituição.

² Historiador, Servidor Público Federal, lotado no Museu Paraense Emílio Goeldi.

possível analisá-lo. Além disso, com a aprovação do conselho gestor do Ponto de Memória da Terra Firme³, me aproximei do projeto para compreender como se davam as relações deste com o público do bairro, e após, tornei-me voluntária do mesmo. Destarte, ainda no que tange as palavras de Nelson e dada a devida atenção que essa orientação merecia, pude aferir e atribuir ao final do período de bolsista PIBIC à concluinte do curso de Pedagogia, alguns sentidos e significados referentes ao bairro da Terra Firme, o qual foi construído em meados de 1970, a partir da ocupação de pessoas que não tinham lugar para morar e ali se mantiveram por meio de lutas comunitárias. Além disso, o espaço conta com a parceria de projetos e movimentos políticos e sociais em busca da efetivação de direitos.

Ora, o mesmo cenário de estudo ganha diversas significações quando observado de diferentes ângulos e áreas do conhecimento. Portanto, estudar a Terra Firme em uma perspectiva educacional, é possibilidade de campo fértil seja para a educação em âmbito escolar ou não escolar. Nesse sentido, mesmo após a conclusão das pesquisas já mencionadas, continuei e continuo atuando como voluntária do PMTF, e a ideia de investigar a respeito do mesmo, passou a provocar a tal inquietude que instiga a pesquisar.

Tendo isso em vista, no período de 2016 à 2017, enquanto cursista da Especialização “Educação, Pobreza e Desigualdade Social”, ofertada pelo Grupo de Estudos de Educação na Amazônia (GEAM), da UFPA, a monografia “Ponto de Memória da Terra Firme: a valorização da memória de um bairro de periferia como forma de enfrentamento a desigualdade social e afirmação de direitos humanos. ”, foi construída a fim de compreender de que forma um dos projetos sociais presentes no bairro é uma garantia de enfrentar e combater a desigualdade social.

Nesse diapasão, ficou compreendido que discutir a memória social da Terra Firme, em Belém do Pará, é buscar combater a falta de pertencimento do lugar, é permitir que o morador da periferia tenha condições de enfrentar a desigualdade social e estimular que museus – tendo em vista o objetivo do Programa Pontos de Memória⁴ - sejam espaços abertos para qualquer público e que narrem a trajetória de um bairro violento, que reconheça esses moradores como fundamentais na luta social, na afirmação de direitos

³ No que diz respeito a estrutura organizacional do PMTF, este assunto, será debatido em um capítulo responsável por narrar sobre o Programa Pontos de Memória e mais especificamente, sobre o Ponto da Terra Firme.

⁴ Que será devidamente esclarecido durante o texto dissertativo.

humanos e, (re) afirmar constantemente que suas memórias são instrumentos políticos, capazes de lutar contra a pobreza e a desigualdade.

Logo, após o desenvolvimento a respeito de como se deu o envolvimento acadêmico científico com o bairro da Terra Firme, encerra-se o primeiro movimento proposto, ou seja, a apresentação do território de conhecimento, e a partir disso, daremos início a próxima etapa: estabelecimento do nicho. É válido rememorar que embora tenha se optado para revelar e discutir questões metodológicas com maior detalhamento em um capítulo dedicado a isso, ainda assim, torna-se proeminente apresentar alguns caminhos que foram cumpridos de acordo com o cronograma de pesquisa.

Desse modo, durante a busca por produções nas pós-graduações brasileiras, com o mesmo objeto de pesquisa (Ponto de Memória da Terra Firme), apenas um trabalho foi encontrado, então, ampliamos a busca para o Programa Pontos de Memória e/ou outros Pontos brasileiros. Nessas investigações, foram encontrados um artigo e mais uma dissertação. Cabe ressaltar que embora haja muitas outras produções, em forma de livros ou artigos, centramos nas duas dissertações encontradas: “ Caminhos dos Museus Comunitários no Brasil: o Ponto de Memória Museu do Taquaril”, de autoria de Luciana Figueiredo Avelar, na Fundação Getúlio Vargas. Trata-se de um mestrado profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais, concluído no ano de 2015. A outra pesquisa recebe o nome de “Ponto de Memória: experiências etnográficas no museu *diferente* de Terra Firme, Belém (PA). ”, de autoria de Camila de Fátima Simão de Moura Alcântara, na UFPA, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Trata-se de um mestrado acadêmico, na linha de pesquisa Paisagem, memória e gênero, o ano de conclusão foi 2016.

A proposta ao investigar essas dissertações, foi realizar uma análise epistemológica, a fim de averiguar o núcleo conceitual selecionado, a trilha metodológica traçada, e, principalmente, quais semelhanças notadas com o objeto dessa pesquisa, para a partir disso, verificar possíveis “lacunas” no conhecimento já produzido a respeito do mesmo. Um desses exercícios epistemológicos foi transformado em artigo, como solicitado na disciplina “Pesquisa em Educação”, cursada durante o mestrado. Esse artigo foi publicado na Revista Revise, da Escola Superior da Amazônia (ESAMAZ), no ano de 2017.

Adiante, ainda seguindo o cronograma de pesquisa, o destaque para três momentos em contato com o objeto de estudo e com discussões fundamentais para o mesmo, foi primordial. Eles ajudaram a pensar quais elementos seriam importantes

apontar na dissertação, tendo por base os avanços e retrocessos observados nesses encontros. Foram um Seminário, um Fórum e a organização de uma oficina, todos ocorridos no ano de 2017, em períodos distintos.

Desse modo, o primeiro foi o Seminário “Educação e Museus”, promovido pelo Grupo de Estudos em Educação Não formal (GEENF), da Universidade de São Paulo (USP), no período de 26 a 28 de abril de 2017. A escolha pela participação nesse evento se deu em função do tema, tendo em vista que, como dito no primeiro parágrafo dessa introdução, a proposta do programa Pontos de Memória é que sejam criados museus nas periferias, subúrbios e favelas escolhidos pelo Brasil, destarte, tendo em vista que desenvolvo uma dissertação em um programa de pós – graduação em educação, e que um dos objetivos da pesquisa é verificar como se dá a educação no PMTF - o qual busca, por meio da memória social, desempenhar funções de um museu no bairro - , a participação a fim de acompanhar o debate da educação em museus no Brasil foi necessária.

É importante salientar que embora não seja o escopo desse texto dissertativo elencar aportes teóricos referentes à educação nos museus, é necessário estar atenta em que momento essas novas formas de musealizar estão sendo considerados no contexto dos museus tradicionais. Antes que surjam dúvidas, aclararemos o que esse parágrafo explicitou e para tal, será necessário um breve apanhado histórico.

Por um longo período, aliás, décadas, os museus foram tidos como lugares restritos as elites. Eram espaços de contemplação que, sobretudo, aquelas pessoas consideradas “sem cultura”, não saberiam apreciar e, por essa razão, não haveria motivo para frequentarem lugares assim. Essas colocações são apontadas nas literaturas nacionais e internacionais. A exemplo brasileiro, vale o destaque de duas autoras influentes na museologia, como Maria Célia Santos e Tereza Scheiner.

Retomando, nesse contexto excludente, foi um longo período até que os responsáveis pelos museus compreendessem o real papel que desempenhavam socialmente, como instituições responsáveis, também, por cidadania, cultura e educação. Esse olhar social só se deu por meio da educação, que primeiro passou a explorar as legendas em exposições visando o acesso a diversos públicos, posteriormente, outras ações a fim de desenvolver a educação nestes espaços passaram a ocorrer, como, por exemplo, a inserção de monitores para acompanhar o visitante e explicar sobre o museu e até mesmo eventos de maior interação com o público, sendo por meio de exposições ou de passeios nestes lugares, de forma mais dinâmica.

Este avanço foi significativo e histórico. Todavia, ainda assim, os museus continuaram sendo vistos pelo senso comum de duas maneiras: lugar de guardar coisa velha e espaço elitizado. Nesse diapasão, conforme será explorado no capítulo 4, surgem os novos museus, a fim de romper com essas barreiras sociais, os denominados “museus heréticos”, que elencam novas tipologias de museus, não necessitando, portanto, de um espaço físico, ou cumprir determinadas “regras” ditadas para “ser museu”. Porém, além de haver um embate teórico no campo da museologia quanto a este novo modo de ser museu, há, ainda, falta de reconhecimento desses museus heréticos como espaços museais, que fica por conta daqueles que ainda reconhecem museus apenas aqueles tradicionais.

Sendo assim, resgatando a justificativa de inserção no seminário que tratava sobre educação em museus, na USP, fez-se fundamental ao ter consciência desse contexto, a participação nesse evento, a fim de verificar, no contato com outros representantes de museus, o avanço ou retrocesso da discussão de educação nestes espaços museológicos.

Durante o seminário, houve divisão em Grupos de Trabalho (GT), optei pela inserção no que foi intitulado “Campo de investigação em Educação em Museus”. Nesse GT, os coordenadores separaram as pessoas em sub grupos e entregaram duas questões para que fossem discutidas. As que foram entregues para o que eu estava compondo foram as seguintes: “O que é o campo da investigação de educação em museus?” e “A partir do conceito de campo de Bourdieu.... Qual o lugar que a educação em museus ocupa no interior das instituições museológicas?”. Tendo essas questões como norteadoras, desenvolvemos algumas respostas para o debate com o “grupo maior”, quais sejam: museus são instituições de poder, com diversos atores, que se organiza de maneira hierárquica; não existe museu neutro, assim como não existe produção de conhecimento que seja neutra; educação em museus ocupa lugar não prioritário; educação é lugar de tensão; **museus que avançaram nestas questões hierárquicas são aqueles em que seus educadores dialogaram com curadores, com expositores, para pensar processos educativos sob um mesmo olhar, em um mesmo patamar. (grifo nosso)** O grifo na última resposta se deu em função do debate que foi levantado após essa afirmação, visto que, ao pensarmos na hierarquia presente nesses lugares, foi possível direcionar a discussão para os “novos museus”, anteriormente citados, como formas de promover práticas educativas sem hierarquia também de público, como é o caso da proposta no Programa Pontos de Memória.

Ademais, esse momento foi importante para notar o quanto ainda é preciso avançar no debate de práticas de educação em outras tipologias de museus, e a construção dessa dissertação pode ser uma boa oportunidade de começar a traçar os primeiros passos de inserção desses novos olhares.

O segundo evento trata-se da oficina organizada pelo PMTF para a 15ª Semana Nacional de Museus, cujo o tema foi: “museus e histórias controversas – dizer o indizível em museus”, a fim de levantar a discussão quanto as narrativas de memória e histórias que não são trazidas à baila nos museus. Essa oficina foi proposta ao conselho gestor do PMTF, por mim e pela doutoranda (com o mesmo objeto de pesquisa), Camila Alcântara, já mencionada na página 9.

Dessa forma, coordenamos a oficina “Viver para lembrar, morrer para esquecer? A Terra Firme e suas representações museais”, realizada nos dias 17 e 18 de maio de 2017, na Escola Mário Barbosa. Esse evento foi fundamental para escutar a percepção que o morador tem a respeito da existência do Ponto de Memória no bairro, e os apontamentos de alguns dos sujeitos participantes dessa oficina constam e foram analisados no texto dissertativo. Quanto a esse episódio, o detalhamento ocorrerá no capítulo 4, em que discutiremos sobre o Ponto.

A última participação foi no 7º Fórum Nacional de Museus, que ocorreu no período de 30 de maio à 4 de junho, de 2017, em Porto Alegre. Esse foi um dos momentos mais importantes tendo em vista o objeto de pesquisa, pois nesse fórum, que acontece anualmente, sob a coordenação do Ibram, costumeiramente é reservado um espaço de debate para a Teia da Memória. Este último foi denominado assim, considerando que há a reunião de pelo menos um representante de cada ponto de memória para apresentar ao Ibram suas questões, dificuldades e novos apontamentos ao Programa, bem como palestras e oficinas direcionadas aos Pontos de Memória. Todavia, excepcionalmente nesse fórum, a Teia não aconteceu, sob o argumento do cenário político, que se configura no contexto da crise econômica do país. Entretanto, alguns representantes dos Pontos estiveram presentes para contestar o ocorrido, bem como reivindicar apoio institucional, visto que como alguns explicitaram, por vezes, sentem-se desamparados pela Instituição que criou o Programa. Dessa feita, após esse Fórum, dadas as reivindicações, o Programa Pontos de Memória, por meio da portaria nº 315, foi, enfim, institucionalizado pelo Ibram, e isso configura um dado novo ainda não explorado nos demais trabalhos científicos.

Sendo assim, como já foi explicitado, esse segundo movimento é o que denominamos de estabelecimento do nicho, espaço direcionado ao debate metodológico

da pesquisa, e o que foi apresentado neste momento introdutório foram momentos em campo e de levantamento bibliográfico em que buscou-se identificar as lacunas do conhecimento já produzido, que fazem referência aos problemas dessa pesquisa. Em que pese o caminho apresentado até agora, revelaremos abaixo algumas das identificações que foram notadas nesses momentos supracitados.

O que percebe-se nos trabalhos acadêmicos selecionados para composição do núcleo conceitual da dissertação, é que a discussão, especialmente, quanto a museologia social e políticas públicas é foco de alguns desses trabalhos, contudo, as práticas de educação, sobretudo as de educação popular ainda são invisibilizadas nesses processos museológicos. Portanto, por meio dessa dissertação, espera-se começar a dar visibilidade a esse debate em âmbito acadêmico científico.

No que tange os eventos ficou evidente, a partir do Seminário na USP que, embora a ideia de hierarquia nos museus já seja discutida e, em algumas instituições, até mesmo superada, esse avanço ainda é pensado somente no que diz respeito aos “museus tradicionais”, e os museus na periferia? A céu aberto, os Pontos de Memória, entre outros. É necessário pensar além e avançar na discussão da educação feita em “outros tipos” de museus.

Quanto à Oficina ocorrida na Escola Mário Barbosa, identificamos qual o valor e expectativa que os moradores da Terra Firme atribuem a esse Museu chamado Ponto de Memória da Terra Firme e destaca-se que cabe ao Ponto algumas responsabilidades referentes ao papel que desenvolve no bairro e algumas delas ganharam espaço de discussão nesse trabalho, após essas observações e interações. Entre elas, destacamos as seguintes: discutir a memória social a fim de propor a reflexão da noção de (falta) pertencimento do lugar; discutir patrimônio cultural; possibilitar a visualização de que um museu pode contribuir na representatividade da Terra Firme; pensar o Ponto de Memória para além de um projeto do Ibram.

Ademais, após o Fórum, algumas percepções se deram também, e cabe a esse trabalho discutir os Pontos de Memória enquanto políticas de Estado e não apenas política de governo; as mudanças de gestão no Ibram que afetam os Pontos de Memória. É importante ressaltar que a discussão de institucionalizar o PPM dentro do Ibram ainda não é feita na esfera acadêmica e é importante para a continuação e construção deste Programa. Novamente, pensar a forma de educar nestes lugares é proeminente! Aqui, encerramos, ao menos na introdução, o segundo movimento do jogo epistemológico: o estabelecimento do nicho.

Ademais, sob esses auspícios, é que a dissertação “Memória Social e Educação Popular: um estudo sobre o Ponto de Memória da Terra Firme”, ganha forma e espaço na discussão acadêmico-científico. Optamos por realizar sua escritura a partir de cinco capítulos.

O primeiro “Os caminhos da Pesquisa”, foi dividido em cinco tópicos. Nesse capítulo, discutimos o método sob o enfoque epistemológico, portanto, foram elencados e discutidos temas como a questão problema, os objetivos, a abordagem, procedimento, coleta de dados, quem são e por que foram escolhidos os sujeitos de pesquisa.

Adiante, apresentamos o segundo capítulo, “Diálogos teórico – conceituais”, trata-se de um debate puramente conceitual das categorias de análise que estão referidas no título do trabalho: Memória Social e Educação Popular. Esse capítulo concentra a composição teórica do texto dissertativo, a partir da escolha de autores que alavancaram a discussão da Educação Popular, como Paulo Freire e Carlos Brandão, outrossim, para a Memória Social, selecionamos autores conhecidos pelo reconhecimento literário no campo da memória: Jacques Le Goff, Henri Bergson e Ecléa Bosi.

No terceiro momento, intitulado “Periferia dos Direitos”, lidamos diretamente com o método fenomenológico social selecionado para a construção do estudo. Nele, apresenta-se o bairro da Terra Firme, sob o conhecimento empírico. São expostas as narrativas dos moradores, a partir de suas memórias e lembranças vividas no lugar. Foi realizada a minuciosa análise dessas falas e elencadas em temas para permitir a discussão do lugar por meio das narrativas, e conhecê-lo para além do que se vê, sobretudo, midiaticamente se divulga. É o descongelar da cena de uma periferia que não se compõe somente de violência, mas que foi construída por meio de lutas sociais de pessoas que reivindicam, especialmente, o direito a efetivação de um dos princípios mais importantes a se considerar: dignidade da pessoa humana.

Chegamos ao quarto capítulo do trabalho, “Periferia das memórias”, foi o título escolhido para representar o conteúdo tratado: a história do Programa Pontos de Memória e a Terra Firme enquanto representante Norte desse programa. Aqui, explicitou-se quais ações de memória social já foram desenvolvidas nesse museu a céu aberto que é o Ponto de Memória da Terra Firme, qual sua finalidade, quem compõe seu conselho gestor. Além disso, sem perder de vista, novamente, o enfoque fenomenológico, buscamos estudar o PMTF a partir do sentido dado pelos moradores/conselheiros desse Museu, desse modo, as narrativas destes são primordiais no penúltimo capítulo do trabalho.

Por fim, a quinta divisão do texto, recebeu o nome “Do empírico ao teórico: o vice-versa dos livros à militância”, é o momento em que confrontamos e relacionamos empiria e teoria. Com base nas narrativas analisadas e nas categorias de análise que permeiam todo o trabalho, buscamos chegar ao ponto chave e respostas ao objetivo central da dissertação. Este capítulo necessitou de toda a composição que o antecedeu para que fosse possível realizar esse fazer analítico sintético, essencial para a pesquisa qualitativa, tal como a presente.

Sendo assim, chegamos ao terceiro movimento do jogo epistemológico, pois ocupar o nicho é dissertar! Com isso, os capítulos posteriores revelam a dissertação construída a partir do estudo empírico e teórico sobre Terra Firme e suas memórias, na expectativa de que contribua, sobremaneira, nos estudos de cultura e educação popular.

Neste trabalho, pretendemos, por meio da escritura, registrar a força da educação, memória e cultura que estão nas classes populares. Evidenciar, sem com isso, desmerecer os demais âmbitos da educação, que educar é estar com e para todas as classes, é permitir que o oprimido não precise ser o opressor para enfim, ter educação de qualidade e que dê visibilidade e coloque em prática os seus saberes.

CAPÍTULO 1

OS CAMINHOS DA PESQUISA



Figura 2 - Feira da Terra Firme / Foto: Mário Quadros, 2012.

Do doxa à epistemologia: os caminhos trilhados.

Na “pedagogia das respostas”, celebremos aquele que ousa perguntar!

Afinal, o que pesquisa aquele que investiga?

Pesquisa sem problematizar?

Gamboa rememora: há que se problematizar para qualificar! (Ah! Um aviso: só problematiza quem pergunta)

E Bachelard confirma: se não tem pergunta, não pode ter conhecimento científico.

Paixão acrescenta: fundamentemos em busca da episteme do método!

Não é conversa de boteco, muito menos de feira

É o Ponto de Memória da Terra Firme, em abordagem fenomenológica, com questão-problema a ser respondida e categorias de análise a serem estudadas.

É campo de estudo, de debate teórico e construção de conhecimento em educação.

(Texto autoral)

A proposta de iniciar cada capítulo com um texto síntese e uma imagem do bairro da Terra Firme, cunhou-se a fim de proporcionar ao leitor acolhimento às escrituras que viriam, outrossim, possibilitar que cada foto revele alguns dos espaços comumente conhecidos para quem visita o lugar. Além disso, no quarto capítulo deste trabalho, é explicitado a respeito de um roteiro de visita realizado no referido bairro, e, por essa razão, também, algumas dessas fotos foram estrategicamente selecionadas visando a discussão imagética que proporcionam.

Nesse sentido, a foto⁵ do capítulo 1 retrata a área que abriga a feira da Terra Firme⁶. Este lugar é bastante frequentado por moradores e até mesmo por pessoas de outros bairros da cidade de Belém, que vão até a feira para comprar alimentos ou outros produtos por um preço mais acessível - se comparado a outras feiras. A imagem foi escolhida a fim de realizar uma analogia com o título da presente seção: os caminhos trilhados para a construção da pesquisa e o caminhar das pessoas que constroem o movimento de ir e vir na Terra Firme. Ambos foram trilhados no mesmo lugar.

Ademais, o pequeno texto intitulado “Do *doxa* à epistemologia: os caminhos trilhados.”, foi elaborado a partir de um contexto de revisão de literatura e fichamentos de obras publicadas a respeito de pesquisa em educação/em ciências humanas e sociais. Essas obras e artigos são de autoria de três estudiosos que fundamentam o fazer epistêmico-metodológico deste trabalho: Antonio Chizzotti, Carlos Paixão e Silvio Gamboa. O ano de cada obra está devidamente sinalizado no percurso do texto dissertativo.

Dessa maneira, o primeiro convite à reflexão, por meio do supracitado texto, propõe que conheçamos a discussão do capítulo 1: toda pesquisa se dá a partir de uma pergunta e, a partir de sua clareza e qualificação é possível desenvolver um bom estudo acadêmico. Levando em conta que, para alcançar a “qualificada pergunta” e a “boa pesquisa”, deve, aquele que investiga em educação, superar a pedagogia das respostas, a qual, segundo Gamboa (2015) é comumente construída e reproduzida nos contextos escolares, fazendo, assim, com que os alunos não usufruam do ato filosófico de questionar, e esses mesmos alunos, se ingressarem no ensino superior e pós graduação

⁵ Nos anexos do trabalho encontram-se as autorizações para o uso das fotos.

⁶ O Ponto de Memória da Terra Firme produziu um documentário referente a esta Feira. Chama-se “Todo dia é dia de Feira na Terra Firme”, o conselho gestor possui em seu acervo alguns CD’s desse documentário. Além disso, o mesmo está disponível no site do Youtube.

terão dificuldade em elaborar questões pertinentes para suas pesquisas. Por isso, a afirmação no texto-síntese: “na pedagogia das respostas, celebremos aquele que ousa perguntar!”. Pois, Gamboa (2015) afirma que os professores estão acostumados a lidar com as respostas, tanto em suas práticas de ensino, quanto na expectativa que depositam em seus alunos, mas as perguntas, naturalmente, são invisibilizadas. Portanto, que na construção das pesquisas educacionais, evidenciemos a Pedagogia das Perguntas!

Além disso, o texto expõe, ainda, que a proposta desta dissertação é, de fato, compreender e alcançar a unidade do espírito científico, cunhada por Bachelard (1989), e, por essa razão, não se pretende trazer para discussão o conhecimento empírico sem que seja metodologicamente traçado, por meio de uma abordagem fenomenológica e uma questão-problema que conduzirá todo o trabalho. Esse é o modo de ir além da “conversa de botequim”, criticada por Paixão (2013). Visto que, deve tomar conhecimento da realidade acadêmica, aquele pesquisador, o qual o Professor denomina de “cordeiro puro ingênuo”:

(...) que acha que vai construir uma monografia para concluir curso de Graduação, de Pós-Graduação ou Relatório Final no meio acadêmico, sem enfrentar a objetividade necessária para a construção de estudos válidos em educação, o que requer como substância dessa caminhada, a disciplina, para estudar e investigar sistematicamente teorias para uma boa demonstração de literatura e as teorizações que elucidem a episteme dos métodos, no sentido de alcançar com consistência os objetivos de um projeto de pesquisa, desvendando certezas e expondo contradições em forma de sínteses, **essa é a condição real de quem faz parte de um ambiente de pesquisa em busca de produzir conhecimento**, agora aqueles que submetem às questões em educação ao anarquismo das regras, certamente terão como culminância uma série de problemas que podem deixar marcas na trajetória pessoal e no campo profissional, e **seguirão engrossando a “conversa de botequim” que pode ser configurada em militância, messianismo, busca de santidade e outros discursos esferográficos e tautológicos.** (p. 53) (grifo meu)

Portanto, compreende-se e corrobora-se que dissertar é um exercício epistemológico o qual vivencia-se um momento solitário e inventivo, que necessita dedicação, disciplina e organização. Além disso, é importante frisar que para a pesquisa produzir conhecimento válido em educação, a mesma deve ser tratada com compromisso acadêmico, o qual requer as premissas apontadas pelo autor acima. Ainda nessa chave interpretativa, Chizzotti (1991), ao posicionar seus leitores diante dos “prolegômenos à pesquisa”, nos auxilia na confirmação do que foi anteriormente aludido por Paixão (2013), pois ao esclarecer a finalidade da mesma, implicitamente cita os cuidados que

devem ser tomados pelo pesquisador comprometido com o que estuda. Desse modo, para o autor, a pesquisa:

Investiga o mundo em que o homem vive e o próprio homem. Para esta atividade, o investigador recorre à observação e à reflexão que faz sobre os problemas que enfrenta, e à experiência passada e atual dos homens na solução destes problemas, a fim de munir-se de instrumentos mais adequados à sua ação e intervir no seu mundo para construí-lo adequado à sua vida. (p. 11)

Nesta mesma senda, verifica-se que o desafio de investigar no universo educacional revela uma de suas lacunas quando nos deparamos com a pergunta “como fazer pesquisa?”, e esse diagnóstico é fundamentado pelos autores já citados, que priorizam os estudos de pesquisa em educação/em ciências humanas. É plausível utilizarmos o termo “lacuna”, pois de acordo com as explicitações desses estudiosos, é comum que, sobretudo, alunos de pós-graduação reclamem e apresentem dificuldade para tratar os caminhos da pesquisa, seus métodos e técnicas, não somente apontando quais foram, mas possibilitando uma articulação entre metodologia e bases epistemológicas. Destarte, compreende-se que essas dificuldades podem ser atribuídas a dois motivos acima apontados: a pedagogia das respostas propagada em âmbito escolar (que repercutirá negativamente no estudante) e o comportamento de “cordeiro puro ingênuo” daquele que realiza estudo acadêmico. Todavia, como esclarece Gamboa (2012) a elaboração e clareza dessa articulação supracitada promete uma investigação científica com maior rigor e qualidade acadêmica:

O nexos entre métodos e suas bases epistemológicas (...) sintetiza uma relação mais ampla, que compreende a articulação dos diversos elementos constitutivos de toda investigação científica, tais como técnicas, métodos, teorias, pressupostos epistemológicos, gnosiológicos e ontológicos. A articulação lógica de toda investigação científica exige uma sequência de relação entre esses elementos que compõem o trabalho de investigação, sem os quais o processo de elaboração do conhecimento científico será deficiente e sua qualidade será deficitária. Entendemos que esses elementos deverão estar, explícita ou implicitamente, presentes em todo trabalho científico, independentemente de seu maior ou menor grau de coerência e articulação. (p.16)

Nesse cenário, constata-se que esse tipo de “falha”, se dá em função do costume de, durante o estudo científico, não haver uma preocupação no que tange o nexos considerado pelo autor. E quem se dá conta dessa lacuna, encontra uma proeminente oportunidade de ir além dos tão comuns “manuais de pesquisa” recorrentemente disponíveis àqueles que investigam, pois, segundo o aferido por Gamboa (2012):

A maioria dos textos publicados sobre a investigação educativa pode ser classificada em três grupos: 1) numerosos manuais que explicam as técnicas de investigação indicando procedimentos e formas de elaboração de diversos instrumentos e diversos tipos de desenhos e esquemas de investigações e indicando modelos de apresentação de trabalhos científicos – tais características evidenciam o desconhecimento de uma análise da produção científica e dos requisitos básicos da lógica e da epistemologia; 2) algumas obras de elevado nível teórico – filosófico sobre a problemática do conhecimento (...); 3) informes de resultados de investigações que superficialmente assinalam as articulações básicas entre as técnicas, os métodos, as teorias e os pressupostos epistemológicos e filosóficos. (p. 17)

Sendo assim, o presente capítulo tem como escopo detalhar os métodos adotados para a construção deste estudo, de viés pautado na educação. E, para melhor compreensão do texto dissertativo elaborado, considera-se que a discussão do método é fundamental, sobretudo, diante do que foi apresentado até aqui. Compreende-se que explicitar a pesquisa elaborada, por meio dos tópicos que seguirão, é o primeiro passo para construir o nexos entre métodos e bases epistemológicas discutido por Gamboa (2012).

Para conseguir um domínio confiável das técnicas, os investigadores necessitam entender suas relações com os métodos e os procedimentos, e destes com os correspondentes pressupostos teóricos e epistemológicos, assim como perceber com clareza as implicações filosóficas das diversas opções científicas. O êxito de uma pesquisa de qualidade pode estar na articulação lógica desses elementos e no conhecimento dos pressupostos e das implicações da abordagem epistemológica que o pesquisador utiliza. (p. 53)

Dito isto, no texto que segue será apresentada e fundamentada a composição metodológica do trabalho.

1.1. A questão problema e os objetivos

Na apresentação deste capítulo, explicitamos a respeito da essencialidade de construir uma pesquisa científica e produzir conhecimento válido em educação, a partir de uma pergunta. Visto que, elas impulsionam e são proeminentes, ainda na etapa de construção e proposta da pesquisa:

As perguntas são as locomotivas do conhecimento, daí a sua importância nos projetos de pesquisa. É possível afirmar que o essencial de um projeto de pesquisa é a problematização da necessidade e a sua transformação em questões e perguntas. (GAMBOA, 2015, p. 87)

Nesse sentido, quando direcionamos este estudo para a educação fora do contexto escolar,- voltada para o que aqui denominaremos de espaços educativos sociais -, o Ponto de Memória da Terra Firme, a primeira questão foi: “*durante o PIBIC e a Graduação em*

Pedagogia, estudei o direito educacional no bairro; na especialização, o Ponto de Memória da Terra Firme, sob a ótica da educação em direitos humanos. E para o mestrado? O que seria interessante?”. Ter essa questão e buscar respostas para a mesma, remeteu ao que Gamboa (2015) elucidou:

A exigência radical e crítica com relação as respostas leva o diálogo ao campo da filosofia e da pesquisa científica, que exige, para propiciar o avanço da busca do conhecimento, o exercício da dúvida com relação às respostas já conhecidas ou encontradas. (p. 88)

Enquanto voluntária do PMTF, algumas respostas logo revelavam-se tão evidentes, a exemplo disso, já saber as propostas do Programa; quais ações o mesmo já tinha realizado na Terra Firme; quem compunha o conselho gestor; como iniciou o Programa; a importância de evidenciar a memória de um bairro tido como periférico, em seus aspectos positivos e não somente a violência, popularmente conhecida. Facilmente, como atuante e acompanhando há, pelo menos sete anos o projeto, as questões já estavam respondidas.

Todavia, na compreensão da proposta⁷ da linha de pesquisa “Educação, Cultura e Sociedade”, do PPGED/UFPA, a qual essa dissertação vincula-se, ficou evidente que analisar o PMTF em uma perspectiva socioeducacional, seria o próximo desafio e objetivo acadêmico. Nesse sentido, ao identificar duas categorias (memória social e educação popular) que se sobressaem quando nos referimos ao Programa Ponto de Memória, foi possível chegarmos ao primeiro aspecto a ser explorado: o tema da pesquisa. Qual seja: o Ponto de Memória da Terra Firme e a investigação de suas categorias de análise e impacto na comunidade, por meio de seus saberes.

Em que pese a coerência do tema proposto com o aspecto social, político e educacional evidenciado na ementa da linha, estudar a atuação de um programa social com práticas de educação popular, na periferia, tornou-se instigante, a fim de verificar as

⁷ Compreende estudos e investigações que problematizam a Educação em meio à formação do sujeito, à cultura e às condições históricas das sociedades. Entende os processos educativos em articulação com as demandas da sociedade, movimentos sociais, ações no campo da mobilização política e práticas de reivindicação por educação e inclusão social. Trata a educação na sua historicidade e a escola, em particular, com seus currículos e práticas pedagógicas, com base nas representações e ações coletivas dos sujeitos. Destacam-se, em específico, os processos históricos de escolarização e atendimento à criança, jovens e adultos da Amazônia, assim como projetos e programas oficiais de educação analisados a partir dos sujeitos neles envolvidos. Pesquisas vinculadas a esta linha têm privilegiado estudos sobre: história da infância e juventude na Amazônia; educação do campo; educação Freireana; movimentos sociais e educação; estudos culturais e educação; gênero, sexualidade e docência; história social e cultural do pensamento educacional, especialmente o produzido na América Latina; modernidade, direito e educação. (Disponível no site: ppgedufpa.com.br)

narrativas dos sujeitos que participam enquanto conselheiros do Ponto e dos que ocasionalmente fazem parte das ações. Daí a justificativa de ser analisado, “por meio do conhecimento empírico”, visando colocar o ser humano no centro da pesquisa. Ademais, tendo em vista o caminho para construção da questão e o papel do pesquisador, corrobora-se que

A pergunta não tem sentido em si mesma, nem se origina espontaneamente, ela se situa em um contexto de possibilidades e em uma relação entre a necessidade problematizada e um sujeito sensível e crítico que se depara com essa necessidade e tem a capacidade de problematiza-la. (GAMBOA, 2015, p. 94-95)

Por essa razão, dada a verificação do contexto de pesquisas já realizadas, do conhecimento e interação com os sujeitos de pesquisa, foi possível problematizar para elaborar a pergunta síntese dessa dissertação: como os elementos de memória social e práticas pedagógicas são analisadas a partir da educação popular realizada no PMTF?

É válido, nesse cenário, apresentar um esquema organizado por Gamboa (2012), denominado “Matriz Paradigmática”, o qual “busca recuperar a lógica essencial da pesquisa científica: a relação básica entre uma pergunta (P) e uma resposta (R).” (p. 78)

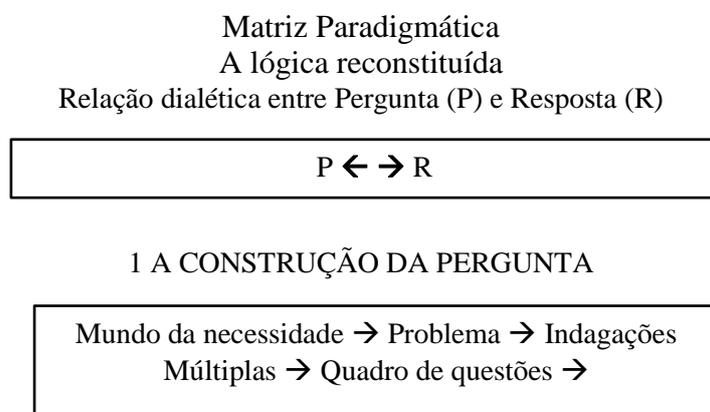


Tabela 1 - esquema retirado da Obra “Pesquisa em educação – métodos e epistemologias”, de Silvio Sánchez Gamboa, 2012, p. 79.

Explicitamos apenas uma parte da matriz paradigmática referente a construção da pergunta, um dos nossos focos neste tópico. O interessante de observar neste esquema é que, o mesmo esclarece o movimento que até agora buscamos apresentar ao leitor. Ora, se não há pergunta, não há produção de pesquisa científica, como repetidamente já corrobora com Bachelard (1989). Nesse contexto, Gamboa (2012) explana a respeito do esquema acima:

Neste processo de correlação, em que os fatos e os conceitos entram em movimento recíproco, produz-se a concretização (...) e nela se

encontram implícitos muitos elementos articulados que podemos explicar por intermédio da matriz paradigmática. (...) O primeiro nível, o básico, se refere à lógica reconstituída entre a pergunta (P) e a resposta (R). O ponto de partida de todo processo de pesquisa está na elaboração da pergunta. A pergunta (P) se processa a partir do mundo da necessidade que se traduz em indagações e questões que se qualificam em perguntas claras, distintas e concretas. (p. 76)

Deste modo, para construir a pesquisa, além da questão problema, foi essencial traçar objetivos, os quais também fazem parte das indagações. Portanto, cumpre destacar os mesmos. O objetivo geral foi analisar as conexões entre os elementos da Memória Social e as práticas pedagógicas vinculadas a Educação Popular no Ponto de Memória da Terra Firme (P.M.T.F.). E, este objetivo central, conduziu - nos ao estabelecimento dos objetivos específicos:

1) descrever o ambiente onde são efetivadas as práticas pedagógicas formativas relacionadas à educação popular no PMTF;

2) Documentar os elementos que compõem a memória social dos sujeitos e moradores que fazem parte das atividades do PMTF;

3) Identificar os elementos relacionados ao modo de vida/memória social dos sujeitos quando em contato com práticas vinculadas à educação popular;

4) analisar a o diálogo existente entre os saberes populares dos sujeitos de pesquisa e saberes científicos dos autores selecionados para a composição do núcleo conceitual do trabalho.

Nesse sentido, o primeiro objetivo diz respeito a *descrição* do ambiente natural dos sujeitos, onde vivem/convivem, desenvolvem linguagens e sentidos. A proposta foi, portanto, escutar as vozes dos moradores e localizar conceitos sobre questões cotidianas.

Por outro lado, o segundo objetivo ficou por conta do processo de *documentar* esses elementos descritos no objetivo anterior.

O terceiro objetivo após a descrição do fenômeno onde ocorrem as práticas de educação do P.M.T.F., foi *identificar*, a partir dos discursos, os elementos das categorias de análise (memória social e educação popular)

E, assim, o último objetivo é a análise de todos os elementos que foram identificados a partir das narrativas dos sujeitos entrevistados e dos estudos teóricos apresentados.

E para o desenvolvimento dessas questões/pesquisa, foram selecionadas técnicas e procedimentos, a fim de trabalhar o objeto de estudo, pois como foi aprendido em Gamboa (2012), “a primazia do método, seja como lógica da razão, controle da experiência, ou linguagem lógico – matemática, pode levar à “desvirtualização” do objeto, quando este deveria ter a primazia ante o método, e a objetividade deveria se centrar no objeto. ” (p. 43 – 44). Esses procedimentos e abordagens são o assunto do próximo tópico.

1.2. Abordagem e procedimentos

Para iniciarmos esse tópico, é essencial que aclaremos a respeito do que já é implícito, todavia, ainda não foi assumido: esta é uma pesquisa de caráter qualitativo. Por isso, prezamos por abordagens e procedimentos referentes a esse tipo de pesquisa.

Sendo assim, é importante trazer a lume que a pesquisa realizada nas ciências humanas e sociais, revelou um olhar mais amplo, quando, alguns cientistas passaram a questionar o “modelo estático” de realização dos estudos dessa área, ou seja, durante um longo período, havia um padrão no tipo de pesquisa, referente ao modelo quantitativo, experimental. O referido questionamento, sem desmerecer o outro tipo de pesquisa, acrescentava que um olhar ontológico sobre os fenômenos estudados, possibilitaria outros resultados. Resumidamente, foi desse modo, que passou-se a considerar o tipo de pesquisa qualitativa.

Chizzotti (1991), ao nos situar nesse contexto esclarece que essas “novas” pesquisas, surgem quebrando um olhar padronizado e hegemônico, que não permitia visualizar o que estava socialmente implícito. Dar abertura para a pesquisa qualitativa é permitir o desembaraço da complexidade:

Nas ciências humanas e sociais, a hegemonia das pesquisas positivas, que privilegiavam a busca da estabilidade constante dos fenômenos humanos, a estrutura fixa das relações e a ordem permanente dos vínculos sociais, foi questionada pelas pesquisas que se empenharam em mostrar a complexidade e as contradições de fenômenos singulares, a imprevisibilidade e a originalidade criadora das relações interpessoais e sociais. Partindo de fenômenos aparentemente simples de fatos singulares, essas novas pesquisas valorizaram aspectos qualitativos dos fenômenos, expuseram a complexidade da vida humana e evidenciaram significados ignorados da vida social. (p. 78)

Ainda na mesma obra, o autor destaca um ponto interessante ao explicar acerca de aspectos que fundamentam a pesquisa qualitativa, pois, observa que para esse tipo de

estudo, é essencial que se compreenda que o sujeito e o objeto são elementos não estáticos, e carregados de significações e, destarte, em movimento. Por essa razão, optar por esse tipo de pesquisa, é saber que:

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito – observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações. (CHIZZOTTI, 1991, p. 79)

Compreendendo isto, algumas considerações a respeito da postura do pesquisador perante o sujeito e o objeto, devem ser verificadas. Pois, para Chizzotti (1991), tratando-se de abordagem qualitativa, a figura do investigador é essencial e deve ser executada de forma aprimorada.

O pesquisador é parte fundamental da pesquisa qualitativa. Ele deve, preliminarmente, despojar-se de preconceitos, predisposições para assumir uma atitude aberta a todas as manifestações que observa, sem adiantar explicações nem conduzir-se pelas aparências imediatas, a fim de alcançar uma compreensão global dos fenômenos. (p. 82)

Ora, desprender-se de preconceitos e demais atitudes e pensamentos afirmados pelo autor é tarefa difícil para aquele que pesquisa, todavia, é fundamental este exercício para, assim, chegar a resposta investigada com a neutralidade desejada perante o objeto. Nesse diapasão, é importante refletir que “ser pesquisador”, exige conhecimento dos requisitos inerentes a esse, e, alguns deles são os acima apontados por Chizzotti (1991).

Prosseguindo nessa linha de pensamento e tendo como foco o cenário de estudo desta dissertação, verifico que para desprender-me dos preconceitos existentes quanto a Terra Firme – sobretudo, fortemente divulgados na mídia - a opção por uma abordagem que instigasse a conhecer a estética de viver na periferia, foi fundamental. Por essa razão, optou-se pela escolha de uma abordagem fenomenológica.

1.2.1. Fenomenologia

As primeiras discussões a respeito da fenomenologia se dão a partir das inquietações do filósofo e matemático Edmund Husserl (1859 – 1938), o qual encontrou na fenomenologia uma forma crítica de pensar, bem como, foi o meio que usou para se

opor aos métodos positivistas e psicologistas, que embasavam as pesquisas durante a sua época.

O termo fenomenologia já havia sido empregado por Johann Lambert, para falar das ciências sobre as aparências, e também por Georg Hegel, em sua ciência sobre a experiência da consciência, sendo que Husserl se baseou em Hegel para cunhar as suas análises.

Ademais, a fenomenologia pode ser entendida como aquilo que se mostra pelos sentidos, ou seja, nesta abordagem se estuda a essência das coisas e como são percebidas pelo mundo. Portanto, pode ser entendida como aquilo que se mostra pelos sentidos. Nesse sentido, os fenomenólogos afirmam que a consciência é um ato intencional e sua essência é a intencionalidade. Assim, como a significação é o correlato da intenção, como colocado por Husserl, “toda consciência, é consciência de alguma coisa”, ou seja, a significação que é dada ao mundo ou a realidade é um correlato intencional da consciência, então, não há pura consciência separada do mundo, visto que o mundo e a realidade existem apenas para um sujeito, o eu, e é ele que lhes dá significado.

Husserl trabalhava com a ideia da subjetividade, propondo a compreensão sobre os fenômenos. Esse fenômeno deve ser compreendido a partir de um objeto, os quais podem ser reais, fantásticos ou ideais. Sendo assim, de acordo com Husserl (1989, p. 68), “no ato de ver o fenômeno puro, o objeto não está fora do conhecimento, fora da consciência, e ao mesmo tempo, está dado no sentido da absoluta autopresentação de algo puramente intuído”. Nesse sentido, a fenomenologia do filósofo, entende o fenômeno como é algo que é dado imediatamente à consciência, que é a própria manifestação da realidade, não sendo considerado seu aspecto subjetivo, não fazendo relação com o ser do qual se percebe o fenômeno, nem a ligação com o fenômeno percebido pelo eu, que é o sujeito da relação.

Sendo assim, Husserl constrói um método subjetivo para se alcançar o mundo objetivo e empírico. A fenomenologia tem como objeto os dados absolutos entendidos por intuição pura. Nesse sentido, no que diz respeito a pesquisa qualitativa, a opção pela reflexão do ponto de vista fenomenológico, dá-se no sentido de guiar o pesquisador quando se tratar de colocar problemas e de destacar conceitos com vistas à elaboração teórica.

A abordagem fenomenológica consiste em mostrar o que é apresentado e esclarecer este fenômeno, seja ele humano ou não. Visto que para a fenomenologia, o objeto é como o sujeito o percebe, destarte, tudo tem que ser estudado como é para o sujeito e sem interferência de qualquer regra de observação, já que tem como finalidade o fenômeno em si, estuda-se, literalmente, o que aparece.

Sendo assim, verificar os aspectos contraditórios da realidade, é fundamental para se entender os fatos, um fenômeno ou um processo. O entendimento da gênese dos processos, não pode ser atingido pela captação de uma suposta essência pura.

Nessa chave interpretativa, Boss (1976, p. 77), afirma que o fazer fenomenológico deve ser caracterizado pela ênfase ao mundo da vida cotidiana, uma abordagem que não se apega tão somente as coisas factuais e observáveis, mas, visa penetrar no seu significado e no seu contexto. Portanto, a fenomenologia utiliza-se do procedimento que leva a uma compreensão do fenômeno, por meio de relatos descritivos da vida social. E nesse contexto é possível encontrarmos o que Chizzotti acima nos anunciou, a respeito do “ser pesquisador”, visto que, para muitos autores, a fenomenologia não é um método, mas sim uma atitude, a qual exige os desprendimentos de conceitos e definições apriorísticas do ser humano, para compreender o que se mostra, questionando os seus fundamentos.

Embora a fenomenologia seja bastante utilizada na psicologia, o próprio Husserl afirmou que a mesma pode ser utilizada em qualquer área da ciência. No contexto dessa pesquisa, a proposta foi visualizar como os sujeitos enxergam a relação existente com o espaço que ocupam, a Terra Firme, e o Ponto de Memória da Terra Firme.

Partindo dessas premissas, foram utilizadas três técnicas de pesquisa, em momentos distintos. No primeiro, para a análise fenomenológica do bairro, optou-se pelo uso do grupo focal, a fim de que os sujeitos participantes, ao narrarem sobre suas vidas, inevitavelmente falassem a respeito da relação que mantem com o bairro.

No segundo momento, a técnica adotada, foi a entrevista semiestruturada, a fim de tratar as questões diretamente relacionadas ao Programa Ponto de Memória e ao Ponto de Memória da Terra Firme. É importante esclarecer que, por tratar-se de uma pesquisa qualitativa, de abordagem fenomenológica, foi primordial a escolha pela observação participante também.

1.3. Sujeitos Fundadores e Sujeitos em campo

Para o alcance dos objetivos da pesquisa, a escolha das pessoas-fonte foi um aspecto primordial, visto que não haveria como construir abordagem fenomenológica sem que houvesse participação dos sujeitos. Sendo assim, para Chizzotti (1991):

Outra fonte de informação são as pessoas-fontes, que pela sua participação ou pelo estudo, adquiriram competência específica sobre um determinado problema. O testemunho oral das pessoas presentes em eventos, suas percepções e análises podem esclarecer muitos aspectos ignorados e indicar fatos inexplorados do problema. (p. 17)

Nesse sentido, durante a pesquisa chamaremos os sujeitos de duas maneiras, ora sujeitos fundadores, ora sujeitos em campo. Os primeiros são aqueles que participaram das lutas por moradia e construção do bairro da Terra Firme, são, portanto, as pessoas mais antigas e a filha de uma delas, que já moraram ou moram no bairro. Denominaremos desse modo, também, aqueles que participaram e/ou participam do PMTF desde o seu início e concederam entrevista ao trabalho.

Ao passo que os “sujeitos em campo”, são os alunos que permitiram a gravação de suas falas durante a atividade da 15ª Semana Nacional de Museus a qual o PMTF, sob minha organização em parceria com outra pesquisadora, Camila Alcântara, promovemos uma oficina intitulada “Viver para lembrar, morrer para esquecer”, apresentada no 4º capítulo. Essa atividade fez parte de uma das etapas da pesquisa de campo.

Ainda no que tange os “sujeitos fundadores”, durante as entrevistas, os mesmos foram questionados se concordavam com a divulgação de seus nomes e falas⁸. Tendo isto acordado, apresentamos, de acordo com a narrativa de cada um, quem são estes sujeitos:

- 1) *“Meu nome é Sâmia Maria Silva, isso no original né, ‘Queirós’ depois de casada. Não nasci aqui, nasci no Maranhão, vim pra cá com uns 7, 8 anos, provavelmente com uns 7 anos de idade. Já tenho uns 22, 23 anos morando aqui. Aqui que eu constitui minha família. Casei, tive filhos, meus filhos já estão grandes, graças a Deus. É um bairro que me acolheu assim, né? Acolheu não somente eu, mas também a minha família. Aqui todos nós crescemos, vivemos e tivemos a nossa família, né? ”*

Sâmia é uma das conselheiras do Ponto de Memória da Terra Firme, desde o começo do projeto. De estatura média, cabelos longos, casada, evangélica e com opiniões

⁸ Nos anexos deste trabalho, constam os documentos de autorização de uso de imagens, narrativas e nomes.

fortemente baseadas em suas crenças religiosas⁹, a mesma costuma narrar sobre sua trajetória difícil no Maranhão e que hoje, casada e mãe de três filhos, afirma ter uma vida melhor na Terra Firme, todavia, acredita que é difícil educar seus filhos em meio a tanta violência e em “*um mundo com tanta gente sem Deus no coração*”, como a entrevistada costuma afirmar. Sâmia é uma pessoa atuante na elaboração das atividades do PMTF, porém, por ser dona de casa, feirante e estudante, por vezes, encontra dificuldades para participar de reuniões e outros eventos os quais os conselheiros são convocados. Por essa razão, ela prefere que os encontros entre conselheiros ocorram na sua casa, o que acontece na maioria das vezes. No que diz respeito a esse trabalho de dissertação, a conselheira questionou quais benefícios trariam para o Ponto e, após a explicação do que se tratava a pesquisa, demonstrou expectativas nos resultados do estudo e confiança devido meu engajamento no projeto.

- 2) *“Eu sou a Helena Quadros, tenho 59 anos, sou funcionária do Museu Goeldi e sou conselheira do Ponto de Memória. A minha relação com o Bairro inicia em 85, por ser funcionária do Museu e o Museu estar aqui no bairro com um campus de pesquisa eu fui selecionada, escolhida pelo diretor, à época, Dr. Guilherme de La Penha para trabalhar com essa comunidade, então, desde essa época eu estou atuando com eles, com ingressos comunitários, com cursos, com teatro. E teve essa oportunidade em 2009, por meio desse projeto que eu coordeno no Museu, que é o “Museu leva educação em ciência à comunidade”, de fazer essa aproximação por meio desse Projeto maior, nacional, que é o Programa Pontos de Memória.”*

Helena é funcionária do Museu Paraense Emílio Goeldi, de estatura baixa, cabelos curtos, casada, católica, Pedagoga e coordenadora do projeto “O Museu leva educação em ciência à comunidade”, criado em 1985 (com atividades existentes até os dias atuais), devido a instalação do Campus de Pesquisa do MPEG, na avenida Perimetral. Este projeto possibilitou que Helena conhecesse e se aproximasse de algumas lideranças comunitárias do bairro da Terra Firme. E, no ano de 2009, em função do reconhecimento do supracitado Projeto, os técnicos do Ibram, visualizaram a Terra Firme com potencial para fazer parte do programa Pontos de Memória. Em seu discurso, é comum que constantemente enfatize a relação que há entre o Museu, a Terra Firme e o Ponto de Memória, a fim de esclarecer

⁹ Com base nos discursos da entrevistada.

que o último não faz parte do setor educativo do MPEG, ou de qualquer outro setor da instituição, e que embora o Ibram tenha se aproximado pelo motivo dito acima, o projeto “O Museu Goeldi leva educação em ciência a comunidade” não tem relação com o “Ponto de Memória da Terra Firme”, nem financeira, nem institucional. Ademais, é comum que devido seu protagonismo em diversas ações no bairro, os demais conselheiros recorrentemente citem, de forma positiva, seu nome.

- 3) *“Meu nome é Francisca Rosa Silva dos Santos, a Chiquinha, por que tem a Chiconá. Eu tenho 78 anos, vou fazer 79 agora em maio e, eu sou dona de casa e desenvolvo um trabalho com alimentação alternativa, ou seja, saudável. Sou presidente do Ponto de Memória, fui a primeira até agora. E é isso!”*

Francisca Rosa, é moradora da Terra Firme desde o começo da ocupação, e durante as lutas comunitárias ocorridas na década de 70, em prol da moradia, conheceu Maria Francisca (uma das entrevistadas desse trabalho) e tornaram-se amigas. Desse modo, devido a diferença de estatura, os demais moradores passaram a chamá-las de Chiquinha e Chiconá, sendo a primeira, como o apelido sugere, menor. Francisca Rosa prefere que a chamem desse modo, Chiquinha. Ela é moradora antiga do lugar, tem cabelos brancos, é mãe de quatro filhos, divorciada, católica, conselheira do Ponto de Memória, dona de casa e foi uma das professoras, sem formação, que atuou, lecionando no Centro Comunitário Bom Jesus. Chiquinha foi uma das entrevistadas que mais sentiu-se a vontade para narrar sobre sua vida no bairro. O interessante de observar no que diz respeito a essa entrevista é a curiosidade e atenção a cada método de pesquisa utilizado. Comumente ela voltava-se para mim, questionando “isso é pra que, mana?!”, “quais são as perguntas?” e “a gente quer saber o depois”, referindo-se ao retorno da pesquisa para os sujeitos entrevistados. Outrossim, todas as vezes que concordava ou gostava de alguma etapa, afirmava “*mana, eu adorei! Isso sim é pesquisa, que nós tamo vendo, sabeno, não é igual outros por aí*”.

- 4) *“Meu nome é José Maria Vale de Souza, tenho 53 anos, sou nascido e criado no bairro da Terra Firme, mas sempre, desde criança e adolescente, gostei de tá envolvido em grupos, organizando futebol, grupo de teatro, essas coisas, e a gente foi crescendo nessa vivência na Terra Firme. Eu sou também conselheiro do Ponto de Memória da Terra Firme. Na minha vida acadêmica,*

fiz magistério, em 2002, no NPI, e eu tenho o quarto semestre em Pedagogia, pela UNIP, Universidade Paulista.”

José Maria, gosta de ser chamado de Zé Maria, participa do PMTF desde o começo, no ano de 2009. É casado, negro, de estatura média, cabelos pretos e um conselheiro que demonstra muita vontade de realizar atividades de memória, por meio do Ponto. Durante as reuniões, costuma revelar suas ideias e opiniões, sobretudo, voltadas para os aspectos culturais do bairro. José Maria trabalha como porteiro na escola Municipal Parque Amazônia, localizada na Terra Firme, todavia, desempenha outras funções na Escola, que são as que, de fato, lhe interessam, como, por exemplo, a organização de um teatro infantil. Embora seja ele a pessoa que ensaia as crianças e elabora o roteiro e o tema da peça, a Escola solicita que uma professora acompanhe os ensaios e nos dias de apresentações, ela represente a coordenação do Teatro. No que tange esse trabalho de pesquisa, o conselheiro acredita que seja importante divulgá-lo na Universidade, a fim de garantir visibilidade ao Ponto de Memória e, possibilidade de discutir a cultura e a educação da periferia.

5) *“Meu nome é João Batista Costa dos Anjos, moro aqui na Terra Firme já a idade da minha filha mais velha: 42 anos e, faço parte aqui da comunidade, desde que eu cheguei aqui no bairro. Sou conselheiro do Ponto de Memória também.”*

João Batista é um dos líderes comunitários mais conhecidos na Terra Firme, seja por seu engajamento em partidos políticos; pelas lutas comunitárias ou até mesmo por conta de situações do cotidiano. É comum, ao perguntar para outros moradores: *“você sabe por onde anda o Batista?”*, obter como resposta *“ontem ele tava por aqui, tomando umas”*. Ele é divorciado, negro, magro, estatura média e tem cabelos brancos. Batista se interessa bastante pelas questões comunitárias, é engajado e assume um posicionamento socialista, do ponto de vista político. É um dos conselheiros do Ponto que já não consegue mais participar com tanta frequência das reuniões devido problemas pessoais e por conta de seu emprego. Todavia, procura manter contato com os demais conselheiros e quando possível, faz-se presente em reuniões ou eventos relacionados ao projeto. Quanto a esse estudo, o mesmo fez a seguinte afirmação: *“tem que levar mesmo essas pesquisas assim lá pra Universidade, pros professores lá saberem que a gente aqui faz as coisa pela comunidade, que a gente tamo na luta aí por essa Terra Firme, eu penso assim, pelo menos.”*. Por acreditar na ideia de que todos aqueles que se interessam por melhorias no

bairro, seja por meio de um estudo como esse ou de uma proposta política, Batista se aproxima com um sorriso no rosto e um “*e aí, companheira? Como tá a luta?*”, pois essa é a sua forma de dizer “se você veio para somar, seja bem-vindo!”.

6) *“Bem, meu nome é Maria Francisca de Araújo Santos, conhecida por Chicona e também moro na Terra Firme, passagem Canaã, número é 662. Tenho oito filhos, criei dez e tenho 23 netos, bisnetos. Sou viúva, vai fazer 34 anos que eu moro na terra firme (...) e é isso. Ah, doméstica também e faço parte do Ponto de Memória.”*

Maria Francisca, Chicona é uma mulher branca, alta, magra, católica, viúva e com aparência debilitada, devido a “asma”, doença a qual a mesma realiza tratamento há anos. Em consequência disso, sua saúde oscila: ora bem, ora mal. Devido seu quadro de saúde, Chicona passa maior parte do tempo no Município de Ourém, pois sente-se melhor lá, lugar que mora com sua filha Soraia. Ela foi uma das líderes nas lutas comunitárias e também professora no Centro Comunitário Bom Jesus, na década de 70. A entrevistada participa do Ponto de Memória desde o ano de 2009, e, por mais que não esteja presente fisicamente em todas as reuniões, comumente autoriza que ocorram encontros em sua casa, na Terra Firme, visto que seus filhos, noras, netos e genros moram no lugar. Durante as reuniões em sua ausência, é comum que sua neta Maridienne a represente ou os conselheiros encarregam-se de ligar para sua filha Soraia e esclarecer decisões feitas em grupo.

7) *“Meu nome é Rosa Soraia, tenho 44 anos. Tô há quase todos esses anos na Terra Firme. Eu sou filha da Chicona, também moro na passagem Canaã, número 662. Desde os quinze, dezesseis anos eu venho participando das lutas, né?! Junto com a mamãe. E, mesmo nem que eu não quisesse ela me levava à força. Então eu ia pegando, né?! Trabalhando com ela. Hoje em dia eu já não moro mais aqui, eu moro em Ourém, mas, sempre que eu posso eu tô aqui.”*

Rosa Soraia é a filha da Chicona que, segundo a mesma, foi a que mais acompanhou a trajetória de luta de sua mãe; as atividades do Museu Goeldi na Terra Firme, desde o começo, e as atividades do Ponto de Memória também. Soraia narra que, por anos, teve o sonho de ter acesso à Universidade pública, cursando Nutrição, porém, nunca conseguiu concretizar sua vontade. Engajou-se nas atividades da igreja católica,

sobretudo, no coral. Ela é magra, branca, tem cabelos cacheados, solteira e de estatura média.

- 8) *Meu nome é Maria Madalena da Gama Pantoja, tenho 69 anos, moro há 32 anos no bairro da Terra Firme, tenho quatro filhos, sou dona de casa e participo do Ponto de Memória, sou conselheira do ponto de memória e fui coordenadora do Projeto do jornal “O Tucunduba” do Bairro da Terra Firme.*

Maria Madalena é uma senhora baixa, de cabelos brancos, expressões sérias, “de poucas palavras”, tímida, e costuma afirmar que pouco participou das lutas comunitárias na década de 70, pois tinha medo da Polícia. Ela participa do Ponto de Memória como conselheira, todavia, há, pelo menos um ano, a mesma não participa com tanta frequência por considerar-se muito tímida. Porém, ainda assim, as narrativas de Dona Madalena foram importantes para perceber a visão de uma moradora antiga que, embora não tenha se engajado tanto na luta por moradia, conviveu e observou muitos fatos da época. Além disso, enquanto conselheira do Ponto, ela assumiu uma importante tarefa de responsabilização ambiental, pois, em parceria com outra moradora antiga do Bairro, e com o apoio do PMTF e do Museu Goeldi, estão construindo um Jardim Comunitário, na avenida Perimetral, nos muros pertencentes ao MPEG, pois, muitos moradores da Terra Firme e de outros bairros estavam depositando lixo no lugar.

- 9) *Bem, eu me chamo Eliete Santana Carvalho, tenho 58 anos, nasci em Algodual, antes era Ilha da Princesa, né? Eu cheguei na Terra Firme em 1983. Sou professora, tenho magistério, mas hoje trabalho com projetos, com quilombolas, e sou conselheira e vice-presidente do Ponto de Memória da Terra Firme.*

Eliete é uma mulher negra, baixa, divorciada, mãe de três filhas. Quando questionada sobre suas opiniões “fortes”, ela costuma dizer “*eu não tenho osso na língua pra não falar o que eu penso!*”, gosta de ser chamada de Neco. É vice representante do Ponto de Memória da Terra Firme, uma das líderes comunitárias mais atuantes no bairro, na década de 80. Atualmente, por questões de saúde e devido a participação em outros projetos sociais, Neco mora em Bragança – PA, mas, da mesma maneira que os demais conselheiros, mantém contato por ligação telefônica e quando está em Belém, participa das reuniões.

Em suma, elaboramos um quadro síntese referente aos sujeitos de pesquisa e como nos referiremos a eles ao longo do texto:

<p>Sujeitos Fundadores</p>	<p>Sâmia Batista Helena Chicon Chiquinha Dona Madalena Necy Soraia Zé Maria</p>
<p>Sujeitos em Campo</p>	<p>Aluno (a) participante da oficina</p>

Tabela 2 - identificação dos sujeitos de pesquisa.

Ademais, no próximo tópico, apresentaremos a respeito da elaboração de dois produtos pensados e organizados, a partir da produção da presente pesquisa acadêmica. Eles fornecem o retorno social, o qual se espera deste tipo de estudo.

1.4. VídeO documentário e Logomarca

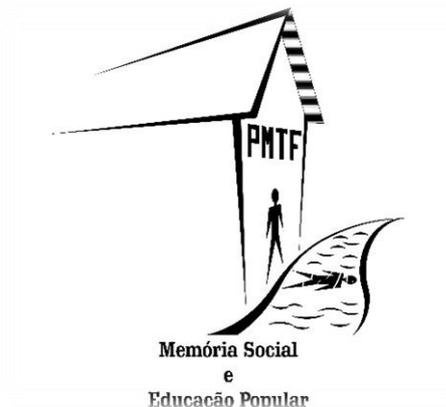
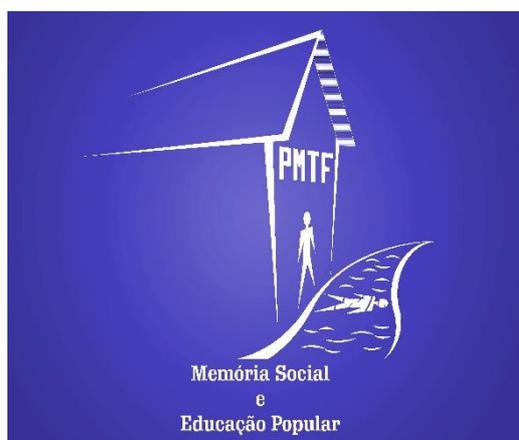


Figura 3 - Arte: "Iuri Quadros – Arquitetura"; "Marcos Anderson – Artista."

No ano de 2016, em conversa com o conselho gestor do Ponto de Memória da Terra Firme para explicar que faria inscrição no processo seletivo de Mestrado do PPGED/UFPA, no qual o projeto de pesquisa teria como objeto o PMTF, alguns conselheiros questionaram qual seria o retorno para o Ponto. Expliquei que além da visibilidade do Projeto no âmbito acadêmico, haveria também a proposta de estudar o Ponto numa perspectiva socioeducacional, outrossim, a possibilidade de realizar um registro por meio de um vídeo documentário sobre a pesquisa e, conseqüentemente, a respeito do PMTF. Esse vídeo editado e todo o material não editado ficaria a disposição do conselho gestor para utilizarem durante eventos em que fossem convocados representando o PMTF.

Sendo assim, durante uma das etapas de campo, foi possível reunir a maioria dos conselheiros e realizar as filmagens no bairro e na casa de uma das entrevistadas, a Dona Madalena. O vídeo de curta duração recebe o nome desta pesquisa de mestrado, e foi filmado por um cinegrafista, morador da Terra Firme e um dos fundadores do Coletivo Tela Firme¹⁰, Harrison Lopes.

Nesse vídeo, a proposta foi registrar a última etapa de campo, na qual, os conselheiros responderam a respeito de suas percepções e sentidos referentes ao Ponto de Memória da Terra Firme, com base no método fenomenológico. Foram elaboradas as seguintes perguntas norteadoras para guiar os assuntos que buscava-se conhecer. Todavia, foram apresentadas em forma de conversa, a fim de deixar os entrevistados a vontade:

- 1) Se apresente...
- 2) Conte uma lembrança feliz e uma lembrança triste que você tem sobre a Terra Firme
- 3) Como você começou a participar das atividades do Ponto de Memória da Terra Firme?
- 4) Qual é o papel de um conselheiro do Ponto?

¹⁰ “O Tela Firme é um coletivo que inicia seu trabalho no ano de 2014, com a iniciativa da necessidade que os componentes têm em mudar a forma como o lugar é visto e mencionado nos grandes veículos de comunicação de massa, que em sua maioria, através das matérias divulgadas, criminalizam o bairro e seus moradores, o que acaba criando estereótipos de um espaço violento (...) Por meio de produção audiovisual, o coletivo Tela Firme veicula seu material através das redes sociais (YouTube e Facebook), com o intuito de mostrar o que há de bom, os valores da periferia e está em sintonia com os diversos movimentos sociais que atuam na defesa da vida e dos direitos humanos.” Informação retirada do blog: <http://agenciajca.blogspot.com.br/2017/10/tela-firme-e-nos-na-tela.html>

- 5) Você acredita que um museu, como é a proposta do Ponto pode trazer benefícios para o bairro?
- 6) O que você entende por memória social?
- 7) Por que trabalhar a memória da Terra Firme é importante?
- 8) Você já ouviu falar em educação popular? O que?
- 9) Caso respondessem que sim, a pergunta seguinte foi: de que forma isso aconteceria através do Ponto?
- 10) Quais são as suas expectativas para o futuro do Ponto de Memória da Terra Firme?

Além disso, a logomarca em destaque neste tópico, revela o seguinte: o rio Tucunduba é uma das lembranças mais fortes dos entrevistados, visto que, muitos narram que há moradores que chegam na Terra Firme através do rio, e além disso, a ponte localizada neste lugar é a logomarca do PMTF. Sendo assim, a proposta é que o morador que olha para o rio, relembra de suas memórias na Terra Firme e, atrás dele, encontra-se o PMTF, que seria o guardião dessas memórias, exercendo o papel primordial deste conselho: ser museu da periferia da Terra Firme.

Foram apresentadas duas propostas de Logomarca para a escolha, a roxa e a em preto e branco. Dessa feita, optamos por usar as duas, em momentos diversos. A roxa para ilustrar a bolsa na qual foi entregue o material de pesquisa para a banca avaliadora; e a em preto e branco para o vídeo documentário e para a capa do CD.

Ademais, esses foram os componentes metodológicos do trabalho e, portanto, seguiremos agora para o desenvolvimento permitido através dos métodos de pesquisa escolhidos. Sigamos para o segundo capítulo, intitulado “Diálogos – teóricos conceituais”.

CAPÍTULO 2

DIÁLOGOS TEÓRICOS – CONCEITUAIS



Figura 4 - Representantes do Centro Comunitário Bom Jesus, em um desfile escolar, reivindicando direitos sociais, na década de 80. / Fonte: Acervo Ponto de Memória da Terra Firme.

A educação popular é memória a perpetuar!

“Educar é ato político”, como bem disse Freire
 Na memória de quem estuda, essa frase é conhecida
 Mas para quem fica e luta, é memória por que foi vivida!
 E quem disse que na luta social não há educação?
 Afinal, educação popular é saber do povo, como leciona Brandão!
 Tempo, lembrança, sentido e vivido...
 Tudo isso é memória desse povo sabido!
 E é, por isso, então...
 Que nessa dissertação...
 Educação Popular e Memória Social, categoricamente os autores discutirão!
 (Texto autoral)

A discussão sobre a educação não é recente. Há muitos séculos sua origem é debatida, e não somente sua gênese, mas a maneira de fazê-la também. Nesse sentido, há uma numerosa quantidade de livros, teses, dissertações, artigos e demais produções científicas que se debruçam na tentativa de revelar o sentido de educar e de educação. Nesse caminho, ainda há quem busque atribuir nomenclaturas diversas para os lugares que a educação ocorre: na escola, em casa, na rua, na igreja, nas Organizações não governamentais (ONG's), entre outros. As nomenclaturas variam desde o que muitos autores e até mesmo o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) costumam chamar de “Educação Formal”, denominam que seria a que ocorre no âmbito escolar, sistematizada e legalizada, como também a nomeiam de educação escolar. Segundo os mesmos, todo o restante pode ser incluso na “Educação não formal”, que se refere ao contrário da anteriormente dita.

Todavia, nesse trabalho não assumiremos essas nomenclaturas, a fim de garantir que a educação não deve ser compartimentada, sobretudo, com base nos “nãos”. Parte-se, aqui, da premissa de que, como nos ensina Brandão (2013, p.07), “ninguém escapa da educação”:

Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. Com uma ou com várias: educação? Educações.

Com essa citação, apontamos o aspecto fundamental desse capítulo: a educação não é uma só, que deve ser pensada e feita de única maneira. É como elucidou o autor, “todos os dias misturamos a vida com a educação”, e é isso que demonstraremos, de modo especial a partir dos ensinamentos de Freire e Brandão. Falaremos a respeito da educação popular, que se dá a partir da cultura de um povo, que mistura seu dia a dia, seus saberes, com o educar.

Ademais, sem perder de vista que o presente trabalho estuda os saberes, narrativas, culturas e memórias de pessoas, moradoras de uma periferia, uma das categorias selecionadas para o estudo, foi a memória social, que assim como a educação popular, emerge das lembranças de uma população, que vivenciaram fatos sociais historicamente marcantes. Contamos com os estudos de Bergson, Bosi e Le Goff para traçar a discussão.

As duas categorias de análise foram selecionadas tendo como base o objeto de estudo: Ponto de Memória da Terra Firme, atendendo, assim, a expectativa de analisar aquelas que emergissem do foco central.

No que tange a imagem que ilustra o capítulo, fizemos uso da mesma, a fim de relacionar com um dos dizeres mais conhecidos de Freire (1968) e utilizado no texto síntese do capítulo “Educar é um ato político”.

Nela, Chiquinha, Chiconá e Helena são algumas das pessoas identificadas. As duas primeiras seguram a faixa que conta com os dizeres “Centro Comunitário Bom Jesus na luta pela educação, saúde e moradia” e ao lado direito de Chiconá, encontra-se Helena. Ela nos narrou a respeito da imagem, afirmando o seguinte:

Eu recebi um convite do CCBJ para participar de um desfile escolar das crianças. Eu não me lembro a data, mas sei que era setembro da década de 80, daí eu fui, mas convidei a diretora do Museu, na época era a Adélia Rodrigues e ela foi comigo, aí nós ficamos lá assistindo e nós emprestamos umas roupas que tinha lá no Museu, e as crianças da Terra Firme se vestiram de oncinha pra representar o Museu. E aí a Dona Chiquinha e Dona Chiconá vinham na frente do Centro Comunitário com essa faixa. Elas colocaram essa faixa justamente porque elas trabalhavam com a Educação, trabalhavam lá no Bom Jesus, com essas crianças. (...) Então, Dona Chiquinha, sem formação nenhuma, ela dava aulas para as crianças. Elas lutavam para que aquelas crianças que não tinham possibilidade de ir pra creches, de estudar mesmo em Escolas, que tivessem, por meio do Centro Comunitário essa possibilidade de ter educação. (...) essas crianças que estão na foto junto com elas, eram do CCBJ. Uma delas, que não consegui identificar muito bem, eu sei que é o Francisco, que hoje em dia está até no Mestrado, em Direitos Humanos. Então, era um desfile escolar só da Terra Firme, não era aquele que ia lá pra Praça da República, porque naquela época, década de 80, era muito forte os desfiles escolares. Então, era do bairro.

Sendo assim, o que essa fotografia nos revela é que por meio dessa “memória imagética”, percebemos um dos movimentos de lutas sociais ocorrido na década de oitenta, durante um desfile escolar do bairro, é uma das maneiras de manifestar a relação da educação com a politicidade que Freire aclarará ao longo deste capítulo.

Desse modo, no capítulo que segue, discutiremos as categorias que dão base teórica para a posterior análise do estudo empírico proposto na presente dissertação.

2.1. É preciso que nos *deseduquemos* para que sejamos educados

É inegável que socialmente a educação assume um papel fundamental. Por essa razão, tem sido comumente debatida em diversos âmbitos sociais. Seja academicamente, na mídia, no contexto político e, até mesmo entre conversas do senso comum. Sendo assim, esses diálogos permitem que cada sujeito atribua à mesma, diversos sentidos e/ou significados. Nesse diapasão, esses últimos frequentemente indagam quem deve se responsabilizar pela educação: escola, família ou ambos? Todavia, essa questão merece ser redirecionada a fim de que se compreenda sua responsabilização. Dito isso, o questionamento que melhor cabe é: educação para quem?

Educar é uma tarefa destinada, sobretudo, ao desenvolvimento do ser humano, tendo em vista, sua formação enquanto cidadão crítico. Destarte, é importante que não se perca de vista que sendo esse o seu foco primordial, ela deve alcançar o indivíduo em qualquer que seja o seu ambiente, sala de aula ou não. Sendo assim, a fim de aclarar legalmente, faz-se proeminente que nos atentemos à leitura do artigo 205, da Constituição Federal de 1988:

A educação, direito de todos, e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

Ora, tendo essa reflexão exposta, estamos, assim, ultrapassando o primeiro questionamento feito em parágrafos anteriores. Contudo, agora, encontramos-nos diante de mais uma provocação: sendo um direito de todos, ela tem cumprido esse papel?

No que diz respeito a essa indagação, não é necessário que adentremos profundamente em questões historicamente discutidas, as quais colocam a baila se ela está a serviço e ao alcance de todos, com a qualidade que se almeja, pois, na história da educação brasileira narra-se, majoritariamente, um cenário excludente e elitista, que privilegiava uma parcela burguesa. Cena essa que tem seus primeiros indícios quando nos atentamos aos acontecimentos ocorridos durante a educação jesuítica, a qual, no período da colonização européia tornou-se monopólio da Igreja Católica. Isso é afirmado com base teórica em diversos estudiosos da educação, entre eles, Brandão (1995, p. 12) ao discutir os três paradigmas da educação, sob o ponto de vista de Patrício Cariola, apontou o primeiro como sendo “a educação como evangelização”. Com base nisso, afirmou que “um paradigma eclesiástico atravessou todo o período da colonização europeia na

América Latina (...) e combina a atividade catequética com a escolarização de crianças e adolescentes”. Tratava-se, ainda, de uma proposta de educação baseada em divisão de classes, a qual se perpetua desde esse período.

A partir da consideração desses fatos, é fundamental, portanto, que compreendamos a educação enquanto direito, dever e processo educativo de desenvolvimento e formação do ser humano. Dito isso, devemos dar importância a dois aspectos que regem o sentido de educar.

Primeiro, se a educação é direito de todos, há que se enfatizar que ela deve ocorrer além dos muros escolares, e, assim, ultrapassar o ensino. Ou seja, nesse sentido, o que se busca afirmar é que a educação é um fenômeno presente em qualquer que seja o ambiente, escolar ou não. Ao passo que o ensino é tarefa, primordialmente escolar.

Segundo, a educação não está livre de ideologias e, logo, não é neutra. Essa afirmação é embasada teoricamente por um dos educadores¹¹ mais prestigiados na área, Paulo Freire. Ele aborda elementos que justificam a razão para que ela não possa ser vista como um setor da sociedade que é imparcial:

Para que a educação fosse neutra era preciso que não houvesse discordância nenhuma entre as pessoas com relação aos modos de vida individual e social, com relação ao estilo político a ser posto em prática, aos valores a ser encarnados. Era preciso que não houvesse, em nosso caso, por exemplo, nenhuma divergência em face da fome e da miséria no Brasil e no mundo; era necessário que toda a população nacional aceitasse mesmo, que elas, miséria e fome, aqui e fora daqui, são uma fatalidade do fim do século. (FREIRE, 2015, p. 108)

Desse trecho retirado dos dizeres de Freire, cabe-nos ressaltar que são em momentos como esses que a educação revela seu papel enquanto formadora de cidadãos críticos, que se preocupa, por exemplo, com outras demandas sociais, tais como a política, pobreza e a fome. E, portanto, assume o real motivo de não ser possível concebê-la em uma visão neutra, sobretudo, quando, enfim, compreendemos que a mesma está diretamente focada no desenvolvimento humano.

É na diretividade da educação, esta vocação que ela tem, como ação especificamente humana, de “endereço-se” até sonhos, ideais, utopias

¹¹ Somente a título de curiosidade, durante os estudos sobre Freire e suas obras, algumas descobertas sobre sua vida pessoal foram feitas, entre elas soube-se que, embora, poucos costumem apresentar em seus trabalhos acadêmicos, o educador tem como sua primeira formação, o curso de bacharel em Direito. Todavia, seu maior reconhecimento se dá no âmbito educacional.

e objetivos, que se acha o que venho chamando *politicidade* da educação. (FREIRE, 2015, p. 107)

Ora, dadas as citações e reflexões realizadas até aqui, tratamos de corroborar com o autor que a educação é política! Estamos diante de um “sintoma” inerente a mesma. É uma matemática simples: se ela não é neutra, não há como ser apoliticizada. E o estudioso segue aclarando esse pensamento.

A educação não *vira* política por causa da decisão deste ou daquele educador. Ela é política. Quem pensa assim, quem afirma que é por obra deste ou daquele educador, mais ativista que outra coisa, que a educação vira política não pode esconder a forma depreciativa como entende a política (...) para que a educação não fosse uma forma política de intervenção no mundo era indispensável que o mundo em que ela se desse não fosse humano (FREIRE, 2015, p. 108 - 109) (itálico do autor)

Nesse último trecho, Freire é radical com seus leitores, para que se torne, de uma vez por todas, enfatizado que educação é ato político, frase conhecida do mesmo. Sendo assim, dados os esclarecimentos necessários quanto aos objetivos primordiais que se espera alcançar, ainda, considera-se proeminente que nos atentemos a uma das afirmações dadas pelo educador e militante supracitado quanto ao “não endeusamento” da educação:

Se a educação não pode tudo, alguma coisa fundamental a educação pode. Se a educação não é a chave das transformações sociais, não é também simplesmente reprodutora da ideologia dominante. O que quero dizer é que a educação nem é uma força imbatível a serviço da transformação da sociedade, porque assim eu queira, nem tampouco é a perpetuação do *status quo*, porque o dominante o decreta. (FREIRE, 2015, p. 110)

Nesse diapasão, cabe-nos compreendê-la enquanto um processo educativo, que não visa estar a serviço desse ou daquele grupo, e sim, para o ser humano, de um modo geral. Por essa razão, a educação não pode ser excludente em suas práticas pedagógicas.

É importante analisarmos que o que fora revelado até aqui a respeito da educação, embasado, sobretudo em Paulo Freire, diz respeito ao pensamento que se busca alcançar quando nos referimos ao processo educativo, todavia, o que realmente tem se propagado, especialmente, no senso comum é que a educação é tarefa unicamente da escola, e, além disso, aquele que se encontra fora dela, não conta com outros meios para recebê-la. Nesse sentido, novamente, reforçamos: o ensino é papel escolar, ao passo que a educação, é papel social.

Porém, diante desse contexto, cumpriremos o objetivo de estabelecer alguns apontamentos referentes a educação popular, que é um dos focos desse capítulo. No

Brasil, ela começa a ganhar maior visibilidade nos anos 60, apoiada na ideia de que os movimentos populares poderiam e deveriam se contrapor a uma cultura dominante hegemônica que oprimia esses sujeitos.

Sendo assim, no próximo tópico abordaremos os aspectos referentes ao contexto de consolidação dessa educação, sua proeminência para a área e quais as finalidades. Todavia, antes de irmos para a explanação seguinte, é necessário que elucidemos o que nos leva a intitular essa primeira seção enquanto proposta de que nos *deseduquemos*, inspiração surgida a partir de uma conferência proferida por Boaventura.

No “Fórum Nacional da Educação Popular – Encontro Educação Popular e Universidades: experiências e desafios”, durante a “Roda de Conversa: a relação entre Universidade e Educação Popular – Atual momento histórico”, ocorrida em 17 de janeiro de 2016, na Câmara de Vereadores de Porto Alegre – RS, Boaventura de Souza Santos iniciou sua fala propondo um novo olhar para todo o aprendizado a respeito do conceito de educação conhecida até hoje, para que a partir disso fosse possível o entendimento de educação popular em sua real intenção, de modo especial, na Universidade.

É um fórum de deseducação, nós temos que nos deseducar de muitas coisas que aprendemos para podermos começar a aprender de outra forma e educar de outra forma. Portanto, há aqui uma *desaprendizagem* que é fundamental, em que a gente tem que se abrir a outras realidades, a outras cumplicidades, a outras formas de entender a educação, o mundo e a universidade, por que é aí que está o futuro. Ou é aí ou não está em lugar algum.¹²

E por qual razão devemos nos deseducar? Ora, será que todo o aprendizado adquirido, até então, a respeito da educação estaria errado? Não! Esse não é o ponto chave que o autor quer alcançar, na realidade, verifico que ele nos pede que refaçamos o caminho aprendido até aqui, que compreendamos, então, que a educação, como já citamos, não “se dá” de maneira única, seja em seu significado, seja em seu modo de fazer. Devemos, assim, redescobrir o real sentido da mesma. Dada essa realidade, o que Boaventura propunha no começo dessa conferência, era a quebra de conceitos pré-definidos e permissão de olhares educativos para “outras realidades, outras cumplicidades”.

¹² Informação verbal, retirada do Fórum Nacional de Educação Popular, explicitado anteriormente à citação.

Ainda, essa proposta de Boaventura remete ao que Brandão (2013, p. 09) elucida após ler a carta dos índios, comumente retratada em suas obras. No entanto, antes de nos atermos a Brandão, tenhamos conhecimento do conteúdo da Carta.

Há muitos anos, nos Estados Unidos, Virgínia e Maryland assinaram um tratado de paz com os Índios das Seis Nações. Ora, como as promessas e os símbolos da educação sempre foram muito adequados a momentos solenes como aquele, logo depois os seus governantes mandaram cartas aos índios para que enviassem alguns de seus jovens às escolas dos brancos. Os chefes responderam agradecendo e recusando. A carta acabou ficando conhecida porque alguns anos mais tarde Benjamin Franklin adotou o costume de divulgá-la aqui e ali.

No documento escrito pelos índios e explicitado por Brandão (2013), consta o seguinte:

“Nós estamos convencidos, portanto, de que os senhores desejam o bem para nós e agradecemos de todo o coração. Mas aqueles que são sábios reconhecem que diferentes nações têm concepções diferentes das coisas e, sendo assim, os senhores não ficarão ofendidos ao saber que a vossa ideia de educação não é a mesma que a nossa. (...) Muitos dos nossos bravos guerreiros foram formados nas escolas do Norte e aprenderam toda a vossa ciência. Mas, quando eles voltavam para nós, eles eram maus corredores, ignorantes da vida da floresta e incapazes de suportarem o frio e a fome. Não sabiam como caçar o veado, matar o inimigo e construir uma cabana, e falavam a nossa língua muito mal. Eles eram, portanto, totalmente inúteis. Não serviam como guerreiros, como caçadores ou como conselheiros. Ficamos extremamente agradecidos pela vossa oferta e, embora não possamos aceita-la, para mostrar a nossa gratidão oferecemos aos nobres senhores de Virgínia que nos enviem alguns dos seus jovens, que lhes ensinaremos tudo o que sabemos e faremos, deles, homens.”(p. 08-09)

A carta destemida apresentada pelos índios, encantou Brandão, que fez uso da mesma para representar suas ideias no que tange a compreensão da educação, em compatibilidade ao que é proposto por Boaventura. Dessa maneira, o primeiro autor acredita que “Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática” (BRANDÃO, 2013, p. 09).

Esse modo de pensar o sentido educacional necessita que aquele que tome para si essa postura esteja atento que *deseducar* para que sejamos educados, exige, sobretudo, uma visão de fato, pedagógica, que se preocupa com a transformação do ser humano e, portanto, primeiramente, respeita os seus saberes. Pois, como explana Freire (2015, p. 31) ensinar exige:

O dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária –, mas também, como há mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos.

Sendo assim, deseducar necessita saber ter visão pedagógica, que se preocupa com o desenvolvimento do outro, respeitando sua cultura, seus saberes.

Agora, então, passaremos para o próximo tópico visando o estudo da educação popular, enquanto aquela que vem, sobretudo, dos movimentos sociais e necessita desse respeito mencionado.

2.2. Educação popular na perspectiva da autonomia de saberes populares.

Para que façamos a “deseducação” que Boaventura sugere é necessário que comecemos pelo assunto comumente discutido: educação escolar, passando pela ideia de pobreza presente nesses lugares, até chegarmos ao ponto central, que é a educação popular.

Sendo assim, “a escola pública é deficiente e deixa ainda à margem de uma educação escolar adequada um número muito grande e persistente de crianças e adolescentes pobres.” (BRANDÃO, 2015, p. 21). Tendo em vista essa realidade, é válido admitir que a pobreza e a desigualdade social estão fortemente presentes e enraizadas em nosso dia a dia. Todavia, ainda não é uma realidade aceita socialmente. As mesmas não são inteiramente compreendidas devido ao “juízo popular” de que a pobreza e a desigualdade existem para quem escolheu assim viver.

Dito de outro modo, é comum que se acredite que não vivemos em um mundo desigual, mas sim que estamos divididos em dois grupos, os quais cada indivíduo escolheu para si: aqueles que não estão em condições desfavoráveis pois não são acomodados e trabalham para seu sustento e, aqueles que tem preguiça ou simplesmente não querem mudar sua realidade, pois é mais cômodo não ter tarefas a realizar. É o discurso do senso comum, no que diz respeito a meritocracia. (QUADROS, 2017, p. 31)

A meritocracia é uma ideologia presente no mundo moderno, no qual aqueles que acreditam ser possível, afirmam que o pertencer ou não pertencer as classes de baixa renda tem a ver com questões de mérito. Sendo que, no passado, o pertencimento à família certa e à classe social certa dava a garantia, aceita como tal pelos dominados, de que os privilégios eram “justos” porque espelhavam a “superioridade natural” dos bem-nascidos. No mundo moderno, os privilégios continuam a ser transmitidos por herança familiar e

de classe [...], mas sua aceitação depende de que os mesmos “apareçam”, agora, não como atributo de sangue, de herança, de algo fortuito, portanto, mas como produto “natural” do “talento” especial, como “mérito” do indivíduo privilegiado. (SOUZA, 2009, p.42)

Nesse contexto de exclusão e desigualdade social dada pelo modo de viver de cada ser humano é relevante que se faça uma análise a respeito do que se entende por pobreza. O posicionamento a respeito da condição de pobreza, “não pode se dar em uma perspectiva de considerá-los como carente de valores, pois ao visualizá-los desta maneira, passa-se a vislumbrar que para os mesmos há somente uma solução: educa-los nos valores do trabalho, da dedicação e da perseverança, desde a infância” (ARROYO, 2015, p.14)

Nessa chave interpretativa, a educação é apontada como primordial. E, nesse momento busca-se trazer a educação escolar enquanto “peça chave” na reprodução, por meio de um ensino “moralizante” de incontáveis crianças e adolescentes que se encontram em condições de extrema pobreza, visto que nesse sentido “a escolarização, então, seria somente um antídoto contra a pobreza ao moralizar as infâncias e adolescências pobres” (ARROYO, 2015, p. 16). É necessário que se reflita a respeito da pobreza que está nos bancos escolares, está na sala de aula e, principalmente, na cultura escolar. E tudo isso é espaço de educação. Ora, a pobreza está na educação! Não há como negá-la! Todavia, o debate referente a esse tema ainda tem suas limitações quando busca-se estabelecê-lo no âmbito educacional. (QUADROS, 2017, p. 32)

Segundo Arroyo (2015) nos esclarece, existe a dificuldade de “aceitar” que a pobreza está diretamente relacionada à educação e é um aspecto que necessita ser trabalhado em qualquer ambiente educacional. O autor afirma que a Escola atua como maior responsável pela dificuldade de dialogar quanto ao tema, visto que a mesma reforça aos pobres o discurso da meritocracia.

Por vezes, os programas contra a pobreza e pela garantia dos direitos sociais são vistos como desestímulo ao esforço de cada um, ao estudo e à capacitação. A cultura escolar e docente às vezes resiste a dialogar e a fortalecer essas políticas sociais, porque sua tendência é não ver os determinantes sociais, e sim privilegiar os valores e as atitudes de cada indivíduo como definidores de sua condição social. Com base em uma visão da sociedade reduzida a um somatório de indivíduos, a trajetória social é pensada pela lógica individualista escolar, ou seja, os que se esforçarem serão exitosos, e os preguiçosos serão fracassados. (ARROYO, 2015, p. 14)

Pensar nessa lógica individualista e moralista só acarreta consequências ruins nesse processo de escolarização, visto que ao reforçar o discurso de que uns alcançarão êxito e outros não, só se enfatiza a “interpretação moralista da pobreza” (ARROYO,

2015). Além disso, alimenta a ideia de que programas e projetos que buscam a garantia de direitos sociais (dito de outra forma, que buscam ultrapassar o discurso da meritocracia) não são necessários nesse contexto moralista.

Dessa forma, a Escola não prioriza que o aluno em condições de pobreza tenha direito ao conhecimento e que possa, assim, “libertar-se do ciclo vicioso da pobreza” e os currículos escolares serão sempre “repletos de bons conselhos morais de esforço, trabalho, dedicação e disciplina” (ARROYO, 2015).

Nessa perspectiva, parte-se da premissa de que a educação não pode ser reprodutora de discursos moralistas e meritocráticos, mas sim, ser atuante dentro e fora da escola a partir dos princípios de liberdade e emancipação. Portanto, a partir dessa discussão, a primeira categoria de análise do capítulo merece destaque enquanto peça fundamental na libertação desses padrões moralizantes perpetuados no cenário educacional.

Dessa feita, como já dito, a educação popular tem seus primeiros indícios na década de sessenta, no Brasil. Ela é, portanto, espaço de valorização dos saberes tradicionais e da cultura popular de sujeitos oprimidos e silenciados. Essa educação é o despertar de consciência, sobretudo, dos movimentos sociais, lugar do qual ela emerge. Isso é afirmado, pois, “a educação popular, nesta perspectiva, é a que ‘o povo cria’, em contraposição à educação que é direcionada ‘para o povo’, o que implica na exigência de uma participação efetiva das classes populares no processo educacional. (OLIVEIRA, 2015, p. 29)

Ora, se a educação é um direito universal e tem sua função primordial no desenvolvimento e emancipação de sujeitos, é coerente que não haja a exclusão de classes populares, seja por conta de seus saberes, sua cultura ou de condições de pobreza. Nesse paradigma, a educação que emerge do conhecimento do povo, valoriza, portanto, aquele conhecimento empírico que se tornou erudito.

A educação popular é uma entre outras práticas sociais cuja especificidade é lidar com o saber, com o conhecimento. Com relações de intercâmbio de saberes entre educadores eruditos e sujeitos populares, não através do “saber em si”, mas através da prática de classe que o torna, finalmente, mais do que um saber necessário, aquilo a que pode ser dado o nome de um saber orgânico. (BRANDÃO, 1984, p.73)

A discussão de saberes, sejam eles tradicionais/populares ou científicos não cabe neste diálogo como expectativa de propor o entendimento de que um se sobressai ao

outro, embora esse debate seja realizado academicamente, o posicionamento aqui proposto não é este. São saberes diferentes em tempos e ideias, no qual o saber popular surge nas comunidades primitivas, por meio do trabalho do homem, seja na sua troca com a natureza, ou com a cultura. Ao passo que, o saber científico, é a transformação do tradicional no erudito, como citado anteriormente; é o deslocamento da “curiosidade ingênua” para a “curiosidade epistemológica” (FREIRE, 2015).

Todavia, tendo em vista que há o pensamento de hierarquização de saberes, Oliveira (2015, p. 32) revela um dos motivos que ocasionam a reprodução deste posicionamento, explicando que “a educação popular, então, traz para debate a questão epistemológica da legitimação social do saber popular, que historicamente, pelo seu corte de classe, gênero e etnia, é desvalorizado em detrimento do saber científico”.

Nesse diapasão, é proeminente, portanto, esclarecer que:

A diferença fundamental entre um e outro não está tanto em graus de qualidade. Está no fato de que um, “erudito”, tornou-se uma forma própria, centralizada e legítima de conhecimento associado a diferentes instâncias de poder, enquanto o outro, “popular”, restou difuso — não centralizado em uma agência de especialistas ou em um pólo separado de poder — no interior da vida subalterna da sociedade (BRANDÃO, 2015, p. 15)

Assim sendo, a proposta de educação popular, não é “dar uma alternativa” àqueles que estão fora do ensino escolar. Na realidade, o grupo de pessoas que acreditam na força dessa educação, compreendem que a mesma deve fazer parte dos espaços e currículos escolares, valorizando, dessa forma, o que o saber popular tem a contribuir com o ensino, pois “ (...) as formas — imersas ou não em outras práticas sociais —, através das quais o saber das classes populares ou das comunidades sem classes é transferido entre grupos ou pessoas, são a sua educação popular. (BRANDÃO, 2015, p.16)

Ocorre que a missão de entrelaçar ensino erudito e ensino popular nas práticas educacionais e escolares, é tarefa difícil, dado o caráter de educação bancária, discutida na obra “Pedagogia do Oprimido”, de autoria de Paulo Freire.

Como, porém, aprender a discutir e debater com uma educação que impõe? Ditamos ideias. Não trocamos ideias. Discursamos aulas. Não debatemos ou discutimos temas. Trabalhamos sobre o educando. Não trabalhamos com ele. Impomos-lhe uma ordem a que ele não se ajusta concordante ou discordante, mas se acomoda. Não lhe ensinamos a pensar, por que recebendo as fórmulas que lhe damos, simplesmente as “guardas”. Não as incorpora, porque a incorporação é o resultado da busca de algo, que exige, de quem o tenta, esforço de realização e de procura. Exige reinvenção. (FREIRE, 2003, p. 104)

Destarte, vislumbrar e trabalhar na perspectiva de uma educação que valoriza o sujeito considerado “a margem da sociedade” é tarefa conjunta e necessária para não somente a concretização de uma escola “para todos”, como também uma educação para

toda a sociedade. Pois como ensina Brandão (2015, p. 22) a crítica ao ensino universal, se dava e se dá justamente por que “a escola era criticada por não ser democrática e não estar integrada aos espaços culturais e tempo histórico de sua sociedade.” E com o porvir da educação popular, “buscava-se criar formas de educação que não fossem domesticadoras da cultura popular. Tentava-se reinventar a escola: não haveria alunos silenciados, nem haveria gestos sufocados, nem haveria pessoas excluídas. Em resumo, não haveria pessoas analfabetizadas pela evasão escolar” (FREIRE, 1989, p. 60)

Dessa feita, a primeira tarefa é a de inserir este modo de valorização de saberes do povo, não como um projeto da ou para a escola, mas inserida na mesma.

a educação popular tende a aparecer, primeiro, como alguma modalidade agenciada e profissional de extensão dos serviços da escola a diferentes categorias de sujeitos dos setores populares da sociedade, ou a grupos sociais de outras etnias, existentes nela ou à sua margem. Ou então *educação popular* denomina, depois, os tempos e tipos de luta de políticos e intelectuais para que uma tal educação escolar seja de algum modo estendida ao povo. (BRANDÃO 2015, p. 17) (grifo do autor)

Contudo, ela realmente começa a ganhar força a partir dos movimentos de educação e sociais, sobretudo, por emergir do povo, por ser o seu despertar de consciência, “a educação popular surge como crítica à educação institucionalizada oficial e com propostas de mudanças na escola, mas é por meio dos movimentos populares que se efetiva em espaços não escolares. Por meio da educação de jovens e adultos visava-se um trabalho educativo que se iniciava na cultura popular.” (OLIVEIRA, 2015, p. 29)

Dessa feita, os movimentos populares começaram a ter maior autonomia e perceberam que produzem conhecimento, que fazem educação também. Cabe o questionamento e reflexão: por quê então, separar em educação formal e não formal, que soa como hierarquização educacional? Ora, o conhecimento popular é inferior ao conhecimento erudito? Sobretudo se considerarmos que para que se chegue ao segundo saber, foi necessário o uso do saber empírico para “transformá-lo”. A reflexão é válida. Daí surge a importância de que a educação popular não seja feita e entendida como extensão da escola, mas que seja parte desta, inserida em seu cotidiano, visto que o produto do saber popular é peça chave para o desenvolvimento dos saberes científicos. É clara a opressão de uma cultura sobre a outra:

Para Chauí (1990), o saber científico se reveste de um caráter opressor na sociedade moderna, constituindo-se esse saber em elemento de diferenciação de classe social. A cultura dominante se apresenta como “saber de si e do real” e a cultura dominada como “não saber”. (OLIVEIRA, p. 32)

Tendo como base a premissa Freireana, na qual ele afirma que “Por isso é que eu dizia: a escola não é boa nem má em si. Depende a que serviço ela está no mundo. Precisa saber a quem ela defende”. (FREIRE, 2003, p. 38), considera-se que a educação popular assume um caráter político e social, de enfrentamento ao sistema capitalista opressor, diversas vezes reproduzido na instituição escolar. Nesse sentido, a valorização da cultura popular e dos saberes de sujeitos socialmente rejeitados é a possibilidade de visualizarmos uma educação, de fato, emancipadora.

Os movimentos populares são essenciais para que a efetivação e visibilidade desta educação seja possível e para que as classes pobres garantam sua autonomia de saberes, cultura e memória próprias de suas histórias e lugares.

Ademais, no tópico seguinte, abordaremos a respeito da outra categoria de análise elencada para a discussão e composição teórica do texto dissertativo.

2.1.Memória social é ferramenta de poder

Na busca incessante por sua identidade, diversos são os caminhos que se abrem ao indivíduo para que a descubra ou reconheça. Entre elas, a cultura e a memória são as que mais se destacam, tendo em vista que são elementos inerentes ao existir e a capacidade humana.

Contudo, no que tange a memória, é necessário que estejamos atentos a diferenciação crucial que há entre ela e a história. Nesse diapasão, é correto afirmar que o presente e o passado são dois recortes primordiais para as duas, visto que “a matéria fundamental da história é o tempo; portanto, não é de hoje que a cronologia desempenha um papel essencial como fio condutor e ciência auxiliar da história” (LE GOFF, 2013, p. 14) e, ainda no que tange essa última, cabe ressaltar que a mesma faz uso da memória, pois “o tempo histórico encontra, num nível muito sofisticado, **o velho tempo da memória, que atravessa a história e a alimenta**” (LE GOFF, 2013, p. 14) (grifo nosso).

Goulart (2016, p. 76) nos ensina que memória e história necessitam passar por esse recorte, “porque ele dá consciência de tempo”. Visto que, sem a ideia de presente e passado nós não alcançaríamos essa consciência. De sorte que, ainda que façam uso desse período, é válido relembrar o anteriormente dito, quanto a diferenciação que há entre as duas, pois memória não é história e vice-versa. Isso já foi dito embasado por Le Goff, e reforçaremos com Goulart (2016, p. 77):

A história faz uso da memória, mas se distingue da história, por ser uma característica, primeiro, acadêmica, ou seja, de estudo. Segundo, porque tende a verificação, a instrumentalizar a memória. Portanto, história se utiliza da memória. No caso, memória, uma atribuição fundamental, mas também uma habilidade, e em si está sujeita a falhas, a indefinições ou a constantes formulações. A história, por outro lado, também está sujeita a reformulações, mas de verificação. E, por papel da história, um papel social muito importante é o de revisitar a memória o tempo inteiro, perguntar a memória a respeito das práticas que estão sendo postas no presente. **Então, história e memória estão em constante diálogo, mas são coisas distintas.** (grifo nosso)

Tendo isso aclarado, retornemos ao compromisso da memória com essa busca por identidade que está diretamente relacionado ao tempo. Tempo de lembrar, de esquecer, de narrar, sentir, perceber e escutar. Mas o que é, senão o tempo, um período de caráter transitório que até mesmo para a própria filosofia torna-se um “calcanhar de Aquiles”? Isso é dito, pois as filosofias, de um modo geral, preferem pensar na eternidade, do que nesse tempo transitório e/ou finito. Porém, encontramos no filósofo Henri Bergson (2006) uma quebra desse pensamento, pois o autor reinaugurou uma reflexão sobre o tempo, na medida em que nos adverte de um assunto aparentemente óbvio, todavia, deixamos em esquecimento. O estudioso afirmava que o tempo passa e nós, sujeitos do mundo, somos afetados por essa passagem de período, “mas é cômodo não prestar atenção a essa mudança ininterrupta e só notá-la quando se torna grande o suficiente para imprimir uma nova atitude ao corpo, uma nova direção à atenção.” (p. 02)

Para exemplificar a influência que sofremos pela mudança do tempo, pois estamos subordinados a ele, apresentamos a citação abaixo. Tendo em vista que segundo o autor, tudo aquilo que muda, muda na direção do desaparecimento, sendo a vida, portanto, um processo, tal como a evolução: aquilo que desaparece dá lugar a novas coisas, um modo de vida dá lugar a outro. E esse movimento é exatamente o que melhor caracteriza o tempo.

Constato em primeiro lugar que passo de um estado para outro. Tenho calor ou tenho frio, estou alegre ou estou triste, trabalho ou não faço nada, olho o que está a minha volta ou penso em outra coisa. Sensações, sentimentos, volições, representações, são essas as modificações entre as quais minha existência se divide e que a colorem alternadamente. Portanto, mudo sem cessar. Mas isso não é tudo. A mudança é bem mais radical do que se poderia pensar num primeiro momento. (BERGSON, 2006, p. 01)

Sendo assim, a possibilidade de irmos e voltarmos no tempo pelo uso da memória é o que a faz ser um desses caminhos viáveis para o esclarecimento de nossa identidade, função social, e mesmo compreensão do tempo enquanto mutável. “Com efeito, o

interesse no passado está em esclarecer o presente; o passado é atingido a partir do presente” (LE GOFF, 2013, p. 15)

Nesse contexto, o supracitado autor anuncia a memória enquanto guardiã de informações, de sorte que “a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças as quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 2013, p. 387). Outrossim, Bergson, analisa a memória com base em seu modo de aferir o tempo, e a partir disso, nos ensina o seguinte:

A memória...não é uma faculdade de classificar recordações numa gaveta ou de inscrevê-las num registro. Não há registro, não há gaveta, não há aqui, propriamente falando, sequer uma faculdade, pois uma faculdade se exerce de forma intermitente, quando quer ou quando pode, ao passo que a acumulação do passado sobre o passado prossegue sem trégua. Na verdade, o passado se conversa por si mesmo, automaticamente. (BERGSON, 2006, P. 47)

Diante dessas considerações, acreditamos, que a memória, é, portanto, lembrança que se guarda no inconsciente, não se escolhe ou delimita, ela é inerente ao ser humano.

Ainda nessa mesma senda, verificamos que ao longo da obra “História e memória”, de Jacques Le Goff, ele apresenta ao leitor três concepções de memória, com base em Leroi-Gourhan, são elas: específica, étnica e artificial. Nesse sentido, o autor explicita:

Memória é entendida, nesta obra, em sentido muito lato. Não é uma propriedade da inteligência, mas a base, seja ela qual for, sobre a qual se inscrevem as concatenações de atos. Podemos a esse título falar de uma memória específica para definir a fixação dos comportamentos de espécies animais, de uma memória étnica, que assegura a reprodução dos comportamentos nas sociedades humanas e, no mesmo sentido, de uma memória “artificial”, eletrônica em sua forma mais recente, que assegura, sem recurso ao instinto ou à reflexão, a reprodução de atos mecânicos encadeados. (LE GOFF, 2013, p. 390)

Todavia, é somente nos parágrafos seguintes que o autor estende a discussão para o estudo da memória que nos interessa para o presente estudo, que diz respeito a memória enquanto ferramenta de poder social, ou seja, em que momento ela passa a ser compreendida, como instrumento fundamental nas lutas sociais. Nesse sentido, Le Goff (2013, p. 390) esclarece o seguinte:

Finalmente, os psicanalistas e os psicólogos insistiram, quer a propósito da recordação, quer a propósito do esquecimento, nas manipulações conscientes ou inconscientes que o interesse, a afetividade, o desejo, a

inibição, a censura, exercem sobre a memória individual. Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos, que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.

E a partir de agora, pensar a memória como ferramenta de poder é compreendê-la em sua função social, a qual para Bosi (1994) percebe-se sua força, especialmente quando é dado o poder de narrar aos idosos, aos velhos, os quais, segundo a autora, “não sonha quando rememora: desempenha uma função para a qual está maduro, a religiosa função de unir o começo ao fim, de tranquilizar as águas revoltas do presente, alargando suas margens” (p. 82).

Então, ainda nos Estudos de Bosi (2003), quando a autora relaciona os estudos da memória social com a cultura popular, verifica que quem pesquisa sobre memória social, ao adentrar em um ambiente novo, de estimulação completa, é comum que passe por instantes de atordoamento. Tudo é uma mancha confusa, a qual hostiliza os sentidos. Aos poucos, as coisas se destacam desse borrão e começam a nos entregar o seu significado, à medida que somos capazes de dar atenção. Ela assegura que é o trabalho perceptivo, que colhe as determinações do real, as quais se tornam estáveis para o nosso reconhecimento, durante algum tempo. (BOSI, 2003, p. 115)

O que a estudiosa nos diz nesse trecho é a respeito da “confiança social”, conceito cunhado pela própria autora, para afirmar que só conseguirá desmanchar a mancha confusa aquele que conquistar de seus sujeitos essa confiança, para tanto, mais adiante a autora diz:

Isto é, colhem-se aspectos do real já recortados e confeccionados pela cultura. (...) nem sempre estamos dispostos a aventura da percepção: somos insensíveis e desatentos às coisas que povoam nosso mundo e, por isso, sofreremos de uma perda, de um empobrecimento que nos faz capitular e enxergar através de mediações impostas. (BOSI, 2013, p. 115)

Há, ainda, mais um fator importante, o qual Bosi (2003) chama a atenção daquele pesquisador de memória social, alertando sobre o cuidado com as memórias que tratará e da importância de passar da “opinião para o conhecimento” (p. 121):

Rememorar, pensar, não é uma atividade subjetiva, é um relacionamento entre sujeito e objeto. É só essa relação com o objeto que nos faz passar da opinião para o conhecimento. Mas a não reciprocidade das relações entre sujeito e objeto é uma característica da

nossa sociedade. O pensamento não é uma potência formal que se alimente de si mesmo. Deve voltar-se para o mundo e, se for um pensamento prudente, deve prover com objetos os seus conceitos.

Nesse diapasão, encerramos com a reflexão de Le Goff (2013) quando explicita a respeito do valor da memória, sobretudo a coletiva e social:

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. (...) São as sociedades cuja memória social é, sobretudo, oral, ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita, aquelas que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória. (p. 435)

Verifica-se, portanto, que educação popular e memória social são categorias que dialogam, não somente quando, em seu objetivo, trazem a narrativas escritas de pessoas “esquecidas” e/ou oprimidas pela sociedade e permitem o destaque de práticas pedagógicas que valorizam saberes e cultura popular. Ambas são ferramentas capazes de discutir a identidade e autonomia dos sujeitos socialmente menosprezados.

Dado o esclarecimento das categorias de análise do presente trabalho, seguiremos, então, para o terceiro capítulo, referente ao bairro da Terra Firme, cenário de estudo da presente dissertação.

CAPÍTULO 3

PERIFERIA DOS DIREITOS



Figura 5 - Bacia do Tucunduba. / Foto: Mario Quadros, 2012.

Terra Firme,
 Sob pontes de açaizeiro
 Por terras alagadas
 Tornou-se bairro!
 E de onde surge essa gente
 Que ali quis ocupar?
 Não são invasores, nem ladrões
 Querem apenas resistir e na luta continuar
 Movidos pelo direito de morar
 Morar com dignidade!
 A Terra Firme é movida por gente
 Que passa, que pesquisa
 Que ensina, aprende
 Manifesta, mora
 Fica e vai!
 Mas a verdade é que a construção desse bairro
 Por meio da luta de Sâmia, Zé, Chiquinha, Chicon, Neco, Batista e Madá
 A memória narrará!
 Pois o que esse povo realmente quer
 São suas memórias, suas histórias perpetuar!
 E afirmar que a periferia conta
 Com a educação e a cultura popular
 (Texto autoral)

Na obra “O tempo vivo da memória”, de Ecléa Bosi, no terceiro capítulo, intitulado “Sugestões para um jovem pesquisador”, a autora convoca para que estejamos atentos ao cuidado que deve ter aquele que pesquisa e escuta sobre memória, sobretudo de idosos. Em um dado momento, Bosi (2003, p. 60), nos assegura: “é de muito bom alvitre sair com ele, caminhar ao seu lado nos lugares em que os episódios lembrados ocorreram (ruas, fábricas, bairros cuja transformação assistiu...)”, e ainda prossegue, parágrafos depois, afirmando que:

Narrador e ouvinte irão participar de uma aventura comum e provarão, no final, um sentimento de gratidão pelo o que ocorreu: o ouvinte pelo o que aprendeu; o narrador, pelo justo orgulho de ter um passado tão digno de rememorar quanto o das pessoas ditas importantes. (p. 61)

Nesta mesma senda, inspirados por Bosi (2003), propõe-se o mesmo convite vivido entre entrevistador e entrevistado durante a coleta de dados deste estudo, todavia, com novos papéis, entrevistador que agora narra, e leitor que se debruça a conhecer.

O terceiro capítulo dessa dissertação é o momento em que convocamos a conhecer o bairro da Terra Firme, por meio do método fenomenológico social realizado a partir das narrativas dos sujeitos fundadores. Todavia, para que esse conhecimento se dê, é fundamental que situemos aquele que lê, no tempo e no espaço em que essas memórias foram narradas. E quando isto é dito, não estamos nos referindo ao momento em que as entrevistas foram concedidas. Na realidade, convocamos para uma imersão na década de 1970, em Belém do Pará.

Esse capítulo apresentará como se deu a construção de uma das periferias mais conhecidas da capital paraense; quem foram seus primeiros moradores e por que ocuparam aquele lugar. A fim de cumprir com um dos objetivos específicos da dissertação: *descrever o ambiente onde são processadas as práticas pedagógicas relacionadas à educação popular, no PMTF.*

Nesse sentido, a fotografia que ilustra a “Periferia dos direitos”, é o Igarapé do Tucunduba, que representa a divisão entre dois bairros periféricos de Belém: Guamá e Terra Firme. Essa imagem foi selecionada a fim de fazer referência à uma das narrativas de Nocy, quando afirmou que muitas pessoas chegam por esse igarapé, de canoas, para morar ou para levar alimentos, como peixes, para vender na Feira do bairro. A proposta foi, assim como nos demais capítulos, tecer relação com o escopo do texto: a Terra Firme foi construída em terras alagadas, tendo esse Igarapé como um dos cenários principais durante a ocupação e ainda o é hoje, sobretudo, por conta da divisa acima citada. Ademais, no que diz respeito à bacia hidrográfica do Tucunduba, é interessante observar o dito por

Alves quanto a sua composição. Esse parágrafo revela, também, a possível razão pela escolha do nome:

Com uma população estimada em 161.499 habitantes, a bacia do Tucunduba, localizada a sudeste da cidade de Belém compreende os seguintes bairros: Universitário, Terra Firme, Guamá, Canudos e Marco. É composta de 13 canais, com 14.175 metros de extensão, dos quais 7.865 metros são retificados. O maior tributário da Bacia é o igarapé Tucunduba com 3.600 metros de extensão. O nome Tucunduba deriva provavelmente da existência do grande número da palmeira *Tucun* existente às suas margens, dado pelos índios Tupinambás, seus prováveis primeiros habitantes. (ALVES, 2010, pág. 72).

Ainda, é válido explicitar que o conceito “Periferia dos Direitos”, foi cunhado durante a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, em Pedagogia, intitulado “A educação como um direito humano fundamental: a experiência do Museu Goeldi em práticas de Educação não Formal no bairro da Terra Firme”, visto que, ao conhecer a história do lugar, ficou evidente que a partir de cada conquista de um direito social nesta periferia, os moradores encorajavam-se para permanecer e engajar-se na efetivação de outros direitos. Primeiro, a moradia, depois a saúde; a educação; o lazer, e até os dias atuais, este lugar ainda é uma periferia dos direitos, seja pela busca de reconhecimento de que ali há memória e/ou cultura que necessitam de visibilidade e respeito, seja pelas lutas - perante o descaso do Poder Público -, por concretização de moradia digna.

Ademais, o capítulo está dividido em dois tópicos: “pelo direito de morar: de fins educacionais para fins sociais. ” e “Terra Firme de cores, sabores e cheiros: o descongelamento da cena.”. No primeiro, apresentamos o lugar, que por meio das narrativas, elencadas em temas, busca não perder de vista a proposta de análise fenomenológica. Adiante, teremos o desvelamento de uma periferia para “além do que se vê”, a qual não petrificou na violência, todavia, só é possível visualizá-la dessa forma para quem aceitar o convite feito no cabeçalho do capítulo: a imersão em uma década distante, com reflexos na cena atual.

3.1. Pelo direito de morar: de fins educacionais para fins sociais.

A segregação social ocorrida nas áreas centrais de algumas capitais brasileiras não é realidade recente, dadas as investigações históricas já realizadas referentes aos séculos passados. Sabendo disso, para analisarmos nosso cenário de estudo, partiremos de um contexto selecionado enquanto marcante social para que se compreenda os acontecimentos responsáveis pela ocupação ocorrida no bairro da Terra Firme. Sendo assim, iniciaremos a discussão a partir do cenário de Belém no período da *Belle Époque*.

É válido rememorar que a cidade de Belém teve sua expansão populacional após as ocupações ocorridas na Amazônia, que se deram a partir do século XVI. Esses acontecimentos foram proeminentes no que tange os deslocamentos ocorridos, visto que muitas pessoas, que foram afetadas pelo avanço do capitalismo na Amazônia, tiveram que migrar para outras cidades, como Belém e Manaus, principalmente.

Todavia, as supracitadas regiões não estavam estruturadas para receber essa população, por essa razão, como afirma Silva (2009, p. 66) quando se refere a essa absorção de pessoas em Belém do Pará:

A cidade cresceu devido as funções política e econômica que passou a desempenhar no período do auge da borracha. Com o crescimento da procura externa, se verificou a necessidade de obtenção de recursos, tanto físico quanto humano, para ampliar a extração gomífera.

Foram realizados inúmeros investimentos no século XIX, com materiais importados da Europa, com a finalidade de proporcionar conforto a elite comercial da borracha, além disso, focava-se em uma arquitetura rebuscada que remetesse ao modelo das cidades europeias. Nesta mesma senda, destacamos o período de maior elitização governamental ocorrido nessa época, pertencente ao Governo de Antônio Lemos, que teve seu começo no ano de 1897 e término em 1912.

Sob as ordens desse governo, a população das camadas pobres se viu obrigatoriamente excluída das áreas centrais, pois durante a política Lemista instaurou-se a preocupação com o controle social, visto que, inspirados na cultura de *boulevards*, na forma de vias e avenidas largas, na iluminação pública e nos espaços verdes, buscavam alcançar o modelo europeu, como já dito. Por essa razão, tudo o que fosse considerado feio e/ou não higiênico deveria ser retirado do centro da cidade. Vivia-se, portanto, em uma delimitação social.

Em face disso, Antônio Lemos, em seu governo, promoveu ao mesmo tempo elitização e exclusão, pois permitiu que o centro da cidade de Belém fosse restrito à “elite

da borracha” e obrigou que aqueles que não se enquadravam nos padrões sociais exigidos à época procurassem moradia distante deste centro, além de impor o monitoramento das atividades que aquela população mantinha. A cidade certamente vivia um momento que traria consequências, mesmo nos séculos seguintes, para os pertencentes as classes populares, pois essa exclusão imposta resultou na ocupação de espaços em condições não habitáveis. (QUADROS, 2014, p. 51)

Não tendo onde morar e não podendo ocupar os bairros chamados nobres, a população carente vai ocupando as chamadas baixadas, que abrange cerca de 45% da área geográfica de ocupação, áreas pertencentes tanto a particulares como ao poder público, surgindo daí graves conflitos. (MENDES; GAMA, 1989, p. 59)

É importante salientarmos um fato referente a essas áreas pertencentes ao Poder Público, que foram ocupadas por essa população que buscava moradia. Durante a década de 40, nesse cenário de urbanização de Belém, houve apropriação de terras por base militares e por instituições públicas, o que dificultava o crescimento da malha urbana, e, ficou conhecido, em alguns estudos, como bloqueio institucional (SILVA, 2009, p. 69). Para Mendes e Gama (1989) esse acontecimento recebe, ainda, o nome de “estrangulamento da cidade de Belém”, e, entre outras, listam como principais instituições componentes desse estrangulamento, as seguintes: Marinha, Exército, Aeronáutica, Universidade Federal do Pará (UFPA), Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA), Centrais Elétricas do Pará (CELPA).¹³

Ademais, observa-se que o Intendente Antônio Lemos, sob forte influência europeia, desenvolveu essa política que marca um vigoroso processo de segregação sócio-espacial. E ainda, seguindo essa tendência, havia, também, um temor diante da possibilidade de epidemias, tais como a peste negra, varíola, febre amarela, dentre outras e, por essa razão, esse governo foi marcado por um padrão higienista e de embelezamento. (DERENJI, 1994, p. 269). Ainda nessa chave interpretativa, tudo o que estivesse esteticamente fora desse padrão deveria “desaparecer” da Cidade.

Desta forma, os “cortiços” e as barracas existentes, à época, foram demolidos e retirados da área central, pois estavam associados à insalubridade, à ausência de condições higiênicas e colocavam em risco a saúde pública, devendo ser substituídos por padrões ‘esteticamente corretos’ (...) as mudanças urbanas e na tipologia arquitetônica, ocorridas no período (1897/1911), foram estimuladas por uma legislação progressivamente cerceadora e excludente na medida em que impunha normas para a edificação que uma parcela da população não

¹³ Depois, na década de 70, Instituições como a Embrapa e o Campus de Pesquisa do Museu Goeldi passaram a compor esse “bloqueio institucional” também.

poderia atender. (...) na prática a associação destas regras (legislação) eliminaria no meio urbano os temidos cortiços e barracas, ao proibir materiais como palha e barro, investiria contra a casa térrea, predominante nas construções coloniais, e obrigaria a reformar todas as fachadas ao impor platibandas. (DERENJI, 1994, p. 269).

Com isso, é dado o início do chamado “movimento intra - urbano”, pois o fato de a evolução urbana de Belém ter se concentrado nas áreas centrais, sem melhoria na qualidade de vida das zonas periféricas, fez com que os habitantes não beneficiados realizassem esse movimento e, então, deslocaram-se para áreas de baixada¹⁴, tendo, portanto, que ocupar espontaneamente terras que não lhes pertenciam legalmente e que, como dito, eram impróprias para a moradia em razão dos constantes alagamentos. Isso caracteriza os menosprezados bairros periféricos, que em Belém começaram a criar forma de maneira mais acentuada no período acima descrito (QUADROS, 2014, p. 51-52). É interessante que nos atentemos ao observado por Silva (2009, p. 70) no que diz respeito ao significado atribuído as favelas:

Com os diversos levantamentos sócio-econômicos feitos na área, constatou - se que as condições de habitabilidade apresentadas, muito se assemelham às favelas das grandes cidades brasileiras, pois a área caracterizava-se por apresentar sub-habitações, falta de saneamento básico, ausência de equipamentos coletivos e outros, porém, diferenciava - se em termos estruturais das grandes cidades, por serem habitações do tipo palafitas, não tão comum nas grandes cidades brasileiras.

Nesse sentido, é proeminente que tracemos a diferença existente entre periferias e favelas. Nos ensinamentos de Rosas (2015)¹⁵, as favelas, são espaços que surgem forçosamente, por meio de ocupações realizadas devido as necessidades que as pessoas de baixa renda têm de se localizarem próximas ao centro principal da cidade, geralmente, por ser este o seu local de trabalho e não poderem arcar com custos de transporte. Além disso, segundo a Professora, essas pessoas também não podem habitar outros locais devido ao alto custo dos terrenos, sendo assim, essas pessoas acabam abrigoando-se em terrenos impróprios para o estabelecimento de habitações regulares, com topografia acidentada, espaços alagados e outros problemas de um espaço que não foi estruturado para receber esse tipo de ocupação. Desse modo, Rosas (2015) prosseguiu, elucidando:

As favelas, via de regra, são, habitações sem existência legal reconhecida, localizando-se em assentamentos clandestinos, sendo que

¹⁴ *Sf1*. Terreno baixo e pantanoso. **2** Planície entre montanhas.

¹⁵ Informação verbal. Palestra proferida no Auditório David Mufarrej, na Universidade da Amazônia (UNAMA), pela Professora Aline Rosas, do Curso de Arquitetura e Urbanismo da referida Universidade. Um dos temas abordados foi a respeito da diferenciação primordial que se deve perceber quando nos referimos à favelas e periferias.

muitos definem favela sob esse prisma (habitações clandestinas), estando estas ou não situadas próximo ao centro das cidades. Normalmente, as favelas são totalmente desassistidas pelo Poder Público, em vista do seu “status” legal e da incapacidade monetária de seus habitantes em arcar com os custos de urbanização. É um espaço urbano construído pelos próprios habitantes (auto-construção), geralmente em regime de mutirão, o que contribui para um desgaste maior dos habitantes, já que as unidades habitacionais são de baixíssima qualidade, além de que a infra-estrutura instalada é altamente precária e muitas vezes inexistente. A maioria destes assentamentos apresentam como vantagem locacional a proximidade do centro, porém este é um fato que não se pode generalizar.

Tendo essa distinção pautada, a discussão volta-se agora para o conceito que deve ser atribuído à periferia e ao movimento de periferização, que segundo Rosas (2015), dar-se-ão da seguinte maneira:

Chama-se de periferia àqueles bairros que se encontram afastados do centro da cidade. A periferização das camadas de baixa renda provocada pelo crescente aumento do preço do solo nas proximidades do centro, tornando assim inviável o acesso dessas populações a essas áreas. A periferização é um processo perverso na medida em que força a localização de um grande contingente populacional em áreas com baixo nível de urbanização e aumenta os custos em tempo e dinheiro com transportes (a chamada “espoliação urbana”)

Dadas essas conceituações, podemos notar que, de fato, as baixadas que foram constituindo-se em Belém, como analisou Silva (2009), se assemelham ao conceito atribuído às favelas, todavia, como observaremos no capítulo que segue, a Terra Firme pode encaixar-se nas duas denominações, aliás, é comum que se refiram a esse bairro como uma das principais periferias da Cidade. E dessa forma a denominaremos no presente texto: ora baixada, ora periferia. Todavia, para além de uma conceituação, a proeminência é evidenciar as características inerentes a esse lugar fornecidas por um grupo social que vivenciou as primeiras ocupações. E, para tanto, nos apoiamos na defesa de Bosi (2003) quanto ao uso da memória oral:

A memória oral é um instrumento precioso se desejamos constituir a crônica do cotidiano. (...) os velhos, as mulheres, os negros, os trabalhadores manuais, camadas da população excluídas da história ensinada na escola, **tomam a palavra**. A história, que se apoia unicamente em documentos oficiais, não pode dar conta das paixões individuais que se escondem atrás dos episódios. (p. 15) (grifo nosso)

Ora, fornecido esse panorama geral de como se deu, a partir de um marco social histórico o início desses espaços desfavoráveis de moradia na cidade de Belém, restringiremos o texto, a partir de agora a fim de revelar o bairro-cenário desse estudo dissertativo: a Terra Firme. Por meio dos sentidos, das significações e descrevê-la em sua

estética, sem a pretensão de atribuir nas escrituras vindouras uma visão da periferia geográfica, mas sim da periferia cultural. Por essa razão o grifo na citação acima. A partir de agora “tomam a palavra” os sujeitos fundadores.

Nos parágrafos anteriores, já explicitamos o que a literatura compreende e nos explana sobre periferias e favelas e como formaram-se a partir do processo de urbanização da cidade. Destarte, essa foi a maneira de apresentar a periferia geográfica. Dessa feita, seguindo a proposta de conhecer o bairro da Terra Firme enquanto um fenômeno social, trataremos de compreender a memória empírica dos sujeitos fundadores do lugar.

Quando a população pobre de Belém se viu obrigada a migrar para espaços que não eram (e não são) estruturados para a habitação social, as lutas por território passaram a ser constantes. Elas ocorreram entre o Poder Público e esses ocupantes, vistos como invasores pelos moradores da região. Sendo assim, um dos lugares em que os conflitos se deram, foi onde localizava-se o “bloqueio institucional” acima referido. Este lugar recebe o nome de Terra Firme.

Penteado (1968), ao construir o 2º volume da obra “Belém – Estudo de Geografia Urbana”, fruto de sua Tese de Doutorado, na Universidade de São Paulo, avaliou o aparecimento dos bairros da Cidade. Sendo assim, em suas escrituras, ao apresentar o bairro da Terra Firme, através de uma foto de sua autoria (segue abaixo), o autor descreveu o lugar da seguinte maneira:

Escondido entre mangueiras e palmeiras, quase todo edificado com casas de tábua, colocadas sobre baixas estacas, cobertas com telhas ou folhas de palmeiras, o bairro tem um aspecto de provisoriidade bem acentuada; apenas sua principal via asphaltada, foge a essa característica, por ela se atingirá a futura cidade universitária de Belém. Na foto inferior, detalhes da organização do espaço; as casas com suas passarelas, denunciando a existência do problema de enchentes durante o “inverno”; a presença de vidraças em algumas casas constitui um elemento a favor do melhor padrão de vida de seus habitantes, assim como a cobertura de telhas de barro. (p. 334)



Figura 6 - casa no bairro da Terra Firme, na década de 60. / Fonte: Penteado (1968)

O curioso nessa análise de Penteadó (1969) é a percepção que o autor tinha a respeito do lugar, chegando a especular sobre um possível desaparecimento do bairro, a partir da construção da cidade universitária do Pará. O autor referia-se a Universidade Federal do Pará (UFPA), que estava em construção durante as primeiras ocupações ocorridas na Terra Firme. Sendo assim, em sua tese, o estudioso considerou a seguinte possibilidade:

É muito provável que com a construção da cidade universitária do Pará, o bairro da Terra Firme venha a desaparecer ou, pelo menos, sofrer sérias limitações no seu crescimento; se assim for, poderá surgir o grave problema do deslocamento de milhares de pessoas para outros bairros de Belém, fato único na vida da capital paraense e de conseqüências imprevisíveis, pelo menos no momento atual. (p.336)

O autor equivocou-se em suas previsões, e isso foi comprovado por meio da memória cultural¹⁶ que será apresentada nas narrativas seguintes, por meio do que denominamos de quadro de memórias. Para tanto, elas foram divididas por temas, a fim de registrar em meio acadêmico a versão da memória contada pela visão daqueles que vivenciaram as lutas, ocupações e dificuldades.

No primeiro quadro, selecionamos a trajetória de migração dos moradores mais antigos, para que expusessem os reais motivos para escolherem a Terra Firme como seu espaço de moradia. É importante salientar que as narrativas foram escritas de acordo com a maneira dita pelos entrevistados, sem alteração para a norma culta da língua.

Tabela 3 - A ocupação e a motivação para permanência na Terra Firme.

Chiquinha	Bem, já faz 41 anos que eu moro em Belém. Não tenho sangue de paraense, mas, sou paraense de coração. E, primeiro morei na Cremação. Vim do Maranhão não por que roubasse ou porque fosse assassina, mas por que o meu cunhado já morava aqui há 10 anos e mandou chamar o meu esposo que tava desempregado e precisava de trabalho e aí a gente veio pra cá, moramos um ano na cremação, no Jurunas, pra falar a verdade. Moramos mais uns seis meses ali na Cremação, também acho que é o mesmo Jurunas, né?! Morei na Conceição, esquina com a Generalíssimo e depois de lá, no dia 15 de janeiro de 1979, de resguardo de 20 dias, eu vim pra Terra Firme. Tinha poucas casas na Terra Firme, pouquíssimas mesmo, se tivesse umas dez era muito, ali, pra área que eu moro, né?! E, nesse dia eu chorei, chorei que nem uma condenada, por que era muita água naquele lugar e ainda tinha muita chuva, muita chuva memo, então, se caísse uma pessoa ali,
-----------	---

¹⁶ Trata-se da memória dos sujeitos desse capítulo. Pois são memórias de momentos vivenciados, sentidos, pensados e ouvidos por eles. Esse é o significado de memória cultural que buscamos empreender ao longo do texto.

	ficava só a mão aparecendo, assim... pro alto. Dormi na casa da minha cunhada e aí a partir do dia 20 de janeiro de 79 começou a minha luta...
Chicona	Não me pergunta o ano porque eu não sei. Eu só sei que nós tem a idade do Sérgio. Quando nós viemo pralí, o Sérgio ¹⁷ tava com poucos meses de nascido, então, eu levo pela idade dele. Aí agora dia 1º vai fazer 40 anos. Então, eu tiro pela idade do Sérgio que nós viemo prai. E, como já foi falado, realmente quando a gente veio pralí, o meu marido tirou o último, assim, naquela rua, ele tá assim, o último lote, né?! Aí ainda tinha lá pra frente que depois o pessoal foram levando, levando. E eu vou dizer pra vocês que não foi só eu e minha mãe, quando nós fomos prali, foi um grande esforço pra nós, porque a gente nasceu e se criou em cima da terra, né?! Pisando terra. A água que nós conheceu foi em rio Guamá e Igarapé e, pra nós morar em cima duma lagoa, eu com um bocado de criança e já viu o perigo que a gente... A gente tinha ali, né?! Aquele perigo... Aí eu disse pro meu marido que eu não ia ficar lá, eu não era peixe nem era pato, pra morar dentro do lago.
Dona Madalena	Vim pra Terra Firme 10 de agosto de 1980. Não invadi aquela área, quando eu cheguei já estava invadida. Ai, o meu marido comprou por 20 cruzeiros um lote. Aí a construção foi sendo um barraco, não uma casa, mas um barraco (...) era alagado aquela parte pra lá, do terreno. Muito alagado. E nessa data (...) agosto desse ano faço 32 anos, 10 de agosto que eu me mudei pra essa área. Apesar de o bairro ser visto como violento, tudo, eu gosto dele. Criei meus filhos ali, graças a Deus e, nunca roubaram.
Necy	Pra Terra Firme? Bom, eu cheguei no bairro em 1983, né?! O bairro era menor, era mais calmo, né?! Era mais seguro, não é?! Porque a população era menor e depois o bairro foi aumentando através das ocupações, né?! Com a chegada de mais gente para ocupar, principalmente do Maranhão, de Fortaleza (...) Aqui tinha um Padre chamado Francisco Vila, que era o prefeito do bairro, né?! E aí eu não morava aqui. Minha família é de Maracanã, mas eu fui criada pela minha madrinha (...) e aí eu morava em Nazaré, eu participava da igreja de Nazaré, com o Mojuvena e tudo o mais, por que na época eu morava lá perto, né?! E vim pra cá, participar das atividades da igreja, que a minha tia participava. E aí eu vim pra cá, e aí o padre Francisco me convidou para vir para cá, pra tomar conta dos projetos, tomar conta de algumas coisas do bairro e depois pra que eu viesse morar no bairro, por que aí ficava mais perto e mais rápido de resolver as coisas. Aí vim morar pro bairro.
Batista	Eu morava com meus pais lá no Jurunas, foi na época que eu estava estudando, né?! Ai morava com meus pais, ai depois que eu viajei e nessa minha viagem que eu fiz também fui para um lugar que tinha área de invasão lá, que era Tucuruí, né?! E aí quando eu voltei de lá, fui trabalhar na Topografia lá, então quando eu voltei, foi que eu fui fazer o meu barraco lá na Terra Firme. A minha casa era de madeira, a medida que a situação foi melhorando mais um pouco, lutamos também (...) Aí eu comecei a conversar com os companheiros aqui da Terra Firme também. E aí, eu soube que estava havendo uma invasão ali perto da Terra Firme. E aí, eu digo 'Bom, como eu não tenho casa pra morar,

¹⁷ Sérgio é um dos doze filhos de Chicona.

	né?!’ Eu digo, eu vou pro bairro da Terra Firme ajudar os companheiros lá, né?! E aí, sai, migrei do bairro do Jurunas para o bairro da Terra Firme.
--	--

A partir das narrativas expostas pelos sujeitos fundadores, nota-se os diferentes motivos que levaram essas pessoas a destinarem-se ao bairro da Terra Firme, que não necessariamente foram expulsos do centro da cidade, como afirma Necy. Ela conta que não foi para o lugar a fim de participar das lutas comunitárias e que, aliás, sequer sabia que estavam acontecendo as ocupações. Contudo, a partir dessas narrativas, podemos apreciar alguns elementos referentes as ocupações ocorridas na década de 1970.

Quando se realiza um levantamento bibliográfico referente ao bairro da Terra Firme, é comum que se encontre Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC’s), algumas monografias, dissertações de mestrado e teses¹⁸, essas, em menor quantidade que as duas últimas. Nesse sentido, comumente, esses estudos, quando referem-se ao início das ocupações no bairro, não conseguem situar uma data ou período em que elas começaram, afirmando, até mesmo, que há uma divergência de datas referente à “construção” do bairro.

É importante aclarar quanto a esse fato. O que ocorre é que no período de “higienização” da cidade de Belém, muitas pessoas abrigaram-se no bairro da Terra Firme e ali ficaram, desde a década de 40, todavia, é a partir da década de 70 que deu-se início ao maior número de ocupantes e que nesse período passaram a confrontar com a UFPA, visto que boa parte das áreas ocupadas pertenciam à Instituição, que ainda estava construindo parte do que seria uma Cidade Universitária. Nesse sentido, Mendes e Gama (1989) se propuseram a uma investigação legal referente a essas terras:

Uma das áreas institucionais ocupadas na cidade de Belém, foi a da Universidade Federal do Pará, que o Governo Federal com o Decreto nº 53.934, de 27 de maio de 1964 desapropria uma área, no total de 420 hectares, cujos proprietários eram: Odete Vale Martins, Afonso Freire, Arlindo Ferreira Cordovil, Alcides Pantoja, Antonio Maria Oliveira, José Rocha Cerqueira, Granja Canaã e Moura Carvalho, com fins educacionais, para a construção de um Núcleo Universitário da UFPA. De toda esta área, apenas em 160 hectares foram construídos os campi I, II e III e cerca de 168 hectares foram ocupados por pessoas que não tinham onde morar, antes mesmo do Decreto acima citado. (p. 54)

¹⁸ Os trabalhos selecionados e utilizados na construção desse trabalho de pesquisa, estão devidamente referenciados no término do texto dissertativo.

Algumas dessas pessoas que as autoras se referem, são os sujeitos fundadores desse texto dissertativo, elas recorreram ao bairro pelos motivos acima apresentados. Na narrativa de Chiquinha, há um trecho que merece destaque, visto que, durante a realização do grupo focal, a entrevistada enfatizou “...*Vim do Maranhão não por que roubasse ou porque fosse assassina, mas por que o meu cunhado já morava aqui há 10 anos e mandou chamar o meu esposo que tava desempregado e precisava de trabalho...*”. O conteúdo dessa memória revela um dado que diz respeito a migração de muitos nordestinos a procura de emprego em Belém, porém, quando chegam na Cidade, com moradia incerta, alojam-se no bairro da Terra Firme e deparam-se com um lugar impróprio para habitação e, por conta de ocuparem ilegalmente essas terras ficaram conhecidos como invasores, o que leva Chiquinha a justificar não ser “ladra” ou “assassina”, incomodada com a maneira que era chamada.

No que diz respeito as precárias condições de vida, é importante que se acentue o que é metaforicamente dito na narrativa de Chicona “...*quando nós fomos prali, foi um grande esforço pra nós, por que a gente nasceu e se criou em cima da terra, né?! Pisando terra. A água que nós conheceu foi em rio Guamá e Igarapé e, pra nós morar em cima duma lagoa, eu com um bocado de criança e já viu o perigo que a gente... A gente tinha ali, né?! Aquele perigo... Aí eu disse pro meu marido que eu não ia ficar lá, eu não era peixe nem era pato, pra morar dentro do lago.*”. Ela refere-se as terras alagáveis e alagadas as quais compunham o cenário ao qual ela se deparou quando colocou seus pés na Terra Firme, que seria sua nova moradia, com seus filhos, marido e sua mãe. Ao perceber as condições desfavoráveis, Chicona se desespera afirmando não ser um animal para morar na água. É interessante notar que a lembrança dela, que chegou um ano após Chiquinha no lugar, são semelhantes! Ambas têm reações semelhantes, por medo de morar ali, por preocupação com suas famílias e consigo. Todavia, por falta de escolha, aceitam a situação e começam a buscar união com outros moradores para reivindicar melhorias perante o Poder Público, tendo em vista que a partir de agora, aquele lugar seria ocupado por pessoas que construiriam suas casas/barracos.

Embora por motivos diversos, uma forte impressão que essas memórias nos deixam é a de que a maioria dessas pessoas não gostariam de morar ali, por razões óbvias: condições impróprias, porém, ainda com toda a precariedade, com toda a vontade de partir, elas ficam e reúnem forças para lutar por aquele território.

Nesse sentido, o narrado por Batista revela uma lembrança oposta a de Chiquinha, Chicona, Madalena e Neco, visto que o mesmo, expõe com alegria e orgulho que *escolheu*

migrar para a Terra Firme, para engajar-se no movimento que estava acontecendo: “...*Aí eu comecei a conversar com os companheiros aqui da Terra Firme também. E aí, eu soube que estava havendo uma invasão ali perto da Terra Firme. E aí, eu digo ‘Bom, como eu não tenho casa pra morar, né?!’ Eu digo, eu vou pro bairro da Terra Firme ajudar os companheiros lá, né?! E aí, sai, migrei do bairro do Jurunas para o bairro da Terra Firme...*”. O trecho em que ele diz “não tenho casa para morar” leva a uma reflexão sobre o sentido de pobreza ao qual Haesbaert (2016, p. 315) discute:

Percebendo a pobreza associada a disponibilidade de recursos, “recurso” deve ser visto na sua acepção mais ampla, o que inclui, no nosso entender, a própria dimensão espacial, ou seja, o território como recurso, inerente a nossa reprodução social. Com isto, partimos do pressuposto de que toda pobreza e, com mais razão ainda, toda exclusão social, é também, em algum nível exclusão socioespacial e, por extensão exclusão territorial – isto é, em outras palavras, “desterritorialização”. Desterritorialização, aqui, é vista em seu sentido “forte”, ou aquele que podemos considerar o mais estrito, a desterritorialização como exclusão, privação e/ou precarização do território enquanto “recurso” ou “apropriação” (material e simbólica) indispensável à nossa participação efetiva como membros de uma sociedade.

Ora, se essas pessoas não tinham onde morar, e, por falta de opção ocupam um espaço que sequer era destinado para fins de habitação, percebemos, então essa exclusão socioespacial a qual o autor se refere. E é esse processo que se percebe ocorrendo na Terra Firme.

Por fim, a memória narrada por Madalena, ilustra os dizeres anteriores de Penteadó (1969) quanto aos tipos de moradias que foram se construindo nesse espaço: barracos. Além disso, ela expõe uma situação que, ao escutá-la, pude notar em seu olhar e sua voz um tom de justificativa, não como os demais que justificavam sua ocupação por particulares motivos. Na realidade, Madalena explicava a postura que assumiu diante do processo de luta social daqueles que ali já estavam. Ela diz: “... *não invadi aquela área, quando eu cheguei já estava invadida. Ai, o meu marido comprou por 20 cruzeiros um lote. Aí a construção foi sendo um barraco, não uma casa, mas um barraco...*”, era comum que em suas narrativas, a moradora constantemente afirmasse que, assim como as demais entrevistadas, nunca foi “invasora” e nunca participou das lutas que elas participavam, embora, afirme que tem respeito pelas conquistas que o bairro alcançou “*graças aos que lutaram*”. Ela ressaltava, também, que o seu barraco foi comprado, ainda que por uma quantia pequena de dinheiro, mas “não foi invadido” como os demais foram, e isso a deixa menos “culpada”, porém, as demais entrevistadas, como Chiquinha, ao

escutarem seu orgulho ao contar esse fato, direcionaram-se a mesma, dizendo “*tu foste enganada, mana! Por que nós estávamos ocupando aquela área que era espaço público, direito nosso, não era pra te venderem assim, desse jeito. Isso é a especulação*”, referindo-se às especulações fundiárias que comumente ocorreram naquele período.

Sendo assim, a partir dessas primeiras narrativas apresentadas, aferimos que o olhar investigativo direcionado ao contexto social não mais da cidade de Belém, mas para as escutas de memórias desses moradores, nos leva a perceber que ir para a Terra Firme, em sua maioria, os levou a criar sentimento de medo, insegurança e pavor, dadas as condições. É possível que desde esse momento seja dado o sentimento de falta de pertencimento do lugar, que até hoje repercute ali, pois, por se tratar de um espaço ocupado, que posteriormente, como as próprias memórias apresentaram, tornou-se violento, fez com que, muitos tivessem medo de morar no bairro e até mesmo, contar que ali residem.

Tabela 4 - O “Escudeiro” Centro Comunitário Bom Jesus.

Chiquinha	Dia 20 de janeiro de 79 começou a minha luta, porque no outro dia já foram me convidar pra ir nunsei pra onde (...) pra ir atrás de projeto pra fazer o Bom Jesus (...) Pra gente ir pro Bom Jesus, era por cima dos açazeiros, numa madeira que eles cortavam as árvores e colocavam no caminho pra gente passar. Era muita água. Se caísse uma pessoa lá no terreno que ia ser construído o centro e colocasse a mão pra cima, não aparecia por que era muito fundo. E aí começou a nossa luta contra a Universidade ¹⁹ pra gente permanecer na área. A Universidade não queria abrir mão dos terrenos, da área pra nós, moradores. Eu não sou posseira, eu não roubei. Eu ocupei uma área que era destinada à Educação, mas com a nossa luta, com o nosso esforço, com a nossa organização através do Bom Jesus, a gente conseguiu que a área fosse destinada de fins educacionais pra fins sociais, tanto é que já saiu alguns quilos de posse, não saiu ainda todos, mas, já saiu alguns. Dois mil e poucos já receberam seus quilos. E, foi assim muita luta. Era muito alagado, era igapó.
Chicona	Quando eu vim pra cá pra terra firme, eu não conhecia nada, não conhecia ninguém, cheguei assim que nem peixe na água e, a gente se criou lá no Bom Jesus, né?! O Bom Jesus foi a minha vida. Tudo começou lá. Eu comecei a falar, no bem dizer assim uma pessoa que hoje o pessoal diz que falo muito, né?! Foi no CCBJ que eu aprendi. Foi lá que eu comecei, a saber, lutar pelos direitos que a gente tem. Foi lá que eu conheci, eu comecei a conhecer os órgãos, por onde a gente deveria andar para adquirir as coisas pro centro. Lutei pelo aterro do centro, né?! Que alagou... E hoje eu agradeço muito, né?! Aquele início apesar de (...) eu ter saído de lá muito aborrecida, por que a gente não quer aceitar, mas ninguém fala né?! E a minha saída de lá me deixou

¹⁹ Universidade Federal do Pará – UFPA

	um pouco assim, revoltada, mas, eu gosto muito do Bom Jesus, por que eu agradeço por que ali, foi um ensino pra mim.
Dona Madalena	As conquistas que nós temos, foi conquistado no trabalho delas. Eu na época, não lutava muito, trabalhava fora, só aos sábados que eu ia pra reunião (...) ia pra algum lugar, mas eu não era muito assim. Participava mas não muito por que eu não tinha mais tempo. Na época eu não tinha mais tempo, por que eu trabalhava. As conquistas foram muitas no bairro. Tinham muitas, muitas coisas. Muito direito foi conquistado nessa época e, o Bom Jesus foi o primeiro centro, ali fundado e, depois as pessoas que frequentavam o centro copiavam como se fazia um centro e montavam lá na frente o seu centro e também já pra trabalhar. Então, tinha muito centro assim lá, pra reivindicarem também.
Soraia	É, eu lembro das lutas delas e tudo o mais que elas faziam. Eu cheguei a trabalhar numa época dentro do Bom Jesus, mas, por estar muito tempo envolvida nas lutas do bairro, dentro do movimento, dentro do Bom Jesus, né?! Nós não tínhamos mãe dentro de casa. Eu lembro muitas vezes que a mamãe chegava em casa e ela dizia assim: “Um dia vocês vão ver. Um dia vocês vão ver, quando eu passar mais tempo dentro de casa, vocês vão ver como é as coisas.” Então, é tipo assim, nós como filhos, ouvíamos muitas promessas, né?! Acho que as filhas da Chiquinha também. Por que? Elas passavam tanto tempo lutando pelo povo, lutando pelo bairro e faltava dentro de casa. Hoje em dia, se a gente for lá na Terra Firme e perguntar quem é Chiquinha, quem é Chiconá, não precisa nem perguntar pela Maria Francisca, nem pela Francisca Rosa, pergunta pela Chiquinha e pergunta pela Chiconá, muitos vão te dizer que não sabem, que nunca ouviram dizer (...) Então, tantas lutas, hoje em dia eu paro pra pensar, foram tantas lutas, foram tanto tempo longe de casa, tanto tempo deixando os maridos de lado, deixando as famílias de lado. Pra lutar por um bairro, pra lutar por aquelas pessoas, né?! Por que hoje a gente tem, não é um bairrozinho, é um bairro imenso que tem muitas coisas lá. É um bairro que não é preciso tu ir lá no comércio pra ti comprar roupa boa por que tem dentro do bairro, sabe?! Tem muitas lojas dentro daquele bairro. Hoje aquelas ruas são aterradas por lutas delas, sabe?! Foram tanto esforço, foram tantas brigas, tantas discussões. Tantas vezes foram parar na delegacia presas, né?! Que no dia que expulsaram a mamãe, que teve a eleição que a mamãe tava disputando a reeleição dela dentro do Bom Jesus, que houve uma confusão muito grande, o povo de lá, inclusive o povo de lá mesmo da Bom Jesus, do centro comunitário Bom Jesus. Foi uma revolta tão grande que aí eu parava pra pensar assim: “Mas por quê tudo isso? Será que a minha mãe fez tão mal assim pra esse povo? Tanto mal pro Bom Jesus, pra que coisas desse tipo aconteçam?” Quer dizer, tiveram que tirar a minha mãe de lá, pra ela não ser espancada por aquele povo. Tiveram que tirar a Chiquinha de lá. Foram parar pela delegacia. E aí, tu vê que foram tantas lutas, tantas coisas, pra nada. (...) Mas aquele Bom Jesus que elas deixaram, não existe mais, sabe?! É lama, pra gente entrar, a gente tem que procurar lugar, por que é escuro. É muita lama, é muito mato (...) Houve dentro do Bom Jesus, um escritório da Universidade, que vieram advogados, que também tentaram negociar os terrenos, ajeitando tudinho, tirando metragem dos terrenos, com ajuda do povo inteiro de lá. Quer dizer, houve uma revolução, um crescimento tão grande do Bom Jesus naquela época e, hoje em dia se tu for olhar lá, não existe mais aquilo. Quer dizer, eu fico pensando assim, elas, Batista, trabalharam tanto por aquilo, e, hoje em

	<p>dia não existe mais, quer dizer, o povo de hoje que tá lá dentro do Bom Jesus, não tem lá a força, não tem a garra, não tem a coragem, não tem a estrutura que elas tiveram a tantos anos atrás. Estrutura que a minha mãe teve, que a minha mãe estudou o que?! Até a terceira série do primário. Na época a minha mãe mal sabia escrever o nome dela, mas, tinha tanta força, tinha garra, tinha coragem, tinha força de vontade, tinha estrutura pra levantar tudo aquilo, pra lutar com tudo aquilo. E, hoje em dia a gente vê que pessoas que tem todas essas vantagens, não fazem isso...</p>
Batista	<p>Migrei do bairro do Jurunas para o bairro da Terra Firme. Chegando lá, eu conheci o Zé Flávio, conheci a Chiquinha, conheci a Chiconá e eles já estavam reunidos para fundar o Centro Comunitário Bom Jesus, que aí ele foi fundado em cima dessa questão da moradia (...) Quando eu cheguei, aí eu só fiz só ingressar junto deles e “engrossar o caldo” para que a gente pudesse segurar, por que era assim: quando nós entramos nessa área aí, geralmente tinha um problema, né?! Da universidade mandar chamar a polícia e retirar o pessoal e a gente como já era da comunidade, a gente estava fundando o Bom Jesus, aí a gente se colocava na frente, impedindo que eles entrassem na área pra tirar o pessoal da área, mas mesmo assim acontecia esse tipo de arbitragem. Eles entravam na área e tentavam tirar o pessoal, mas no outro dia o pessoal tornavam a arranjar madeira e a gente ia ajudar o pessoal a construir os barracos de novo e aí eu fiquei (...) Daí, em determinado momento o pessoal mandaram prender a gente lá, falaram que aquilo era arbitrário (...) O pessoal lá da cavalaria, que se diziam donos lá da terra, o pessoal do Estado, aí eles mandaram prender a gente, mas aí nós nem passamos 24hrs presos. Os advogados da CBB foram lá e disseram: Não o pessoal são do movimento, entendeu?! Então, é o maior problema a questão da moradia, então eles estão lá, eles são da comunidade. Não houve crime nenhum, eles liberaram a gente. E aí eu já praticamente me meti na questão da política, sobre a questão da habitação, né?! E aí nós começamos a pensar muito pela questão da moradia e aí, falamos: ‘Olha, não, vamos fazer o seguinte, vamos ficar só ali na Terra Firme, né?!’ (...)”</p>

Ao transcrever as narrativas referentes ao Centro Comunitário Bom Jesus (CCBJ), percebi que os moradores falavam a respeito do que Bosi (1994, p. 453) elucidava a partir de suas percepções das “memórias dos velhos”: memória política. Conceito utilizado pela autora para explicar as lembranças referentes aos fatos públicos diretamente vivenciados por seus entrevistados. Desse modo, ela nos ensina:

A lembrança dos fatos públicos acusa, muitas vezes, um pronunciado sabor de convenção. Leitura social do passado com os olhos do presente, o seu teor ideológico se torna mais visível. Na memória política, os juízos de valor intervêm com mais insistência. O sujeito não se contenta em narrar como testemunha histórica “neutra”. Ele quer também julgar, marcando bem o lado em que estava naquela altura da história, e reafirmando sua posição ou matizando-a.

Afirmo que as narrativas remetem a esse conceito, pois, a preocupação dos sujeitos fundadores em exaltar o vivenciado por eles no CCBJ permite com que apareçam, implicitamente, os seus posicionamentos políticos, “o teor ideológico se torna mais visível”. Afirmar que esses moradores acreditavam em uma política social, de participação comunitária, é confirmar o que já está exposto, todavia, são em momentos como esses, de defesa pelos acontecimentos no CCBJ, que esses posicionamentos ficam evidentes.

“... eu não sou posseira, eu não roubei. Eu ocupei uma área que era destinada à Educação, mas com a nossa luta, com o nosso esforço, com a nossa organização através do Bom Jesus, a gente conseguiu que a área fosse destinada de fins educacionais pra fins sociais.” esse testemunho de Chiquinha, que deu título ao tópico desse capítulo, considero ser a frase que melhor exemplifica o sentimento de muitos desses moradores e, além disso, aclara a importância que o Centro representa para esses ocupantes, visto que, ela afirma ter conquistado seu direito de morar em função de ter esse espaço (CCBJ) como representante primordial dos ocupantes.

Não é por acaso que sugerimos o nome de “sujeitos fundadores” para essas pessoas, pois, ao entenderem o Centro como instrumento de poder perante os órgãos públicos, articulavam-se para garantir que nenhuma daquelas pessoas que ali ocuparam seriam obrigadas a retirarem-se.

“... a gente se criou lá no Bom Jesus, né?! O Bom Jesus foi a minha vida. Tudo começou lá. Eu comecei a falar, no bem dizer assim uma pessoa que hoje o pessoal diz que falo muito, né?! Foi no CCBJ que eu aprendi. Foi lá que eu comecei, a saber, lutar pelos direitos que a gente tem. Foi lá que eu conheci, eu comecei a conhecer os órgãos, por onde a gente deveria andar para adquirir as coisas pro centro. Lutei pelo aterro do centro, né?! Que alagou...” esse depoimento de Chiconá exemplifica o dito acima, em dado momento ela chega até mesmo a dizer “o Bom Jesus foi a minha vida”, lá, eles tiveram, sobretudo, formação política. Especialmente nos primeiros anos de sua constituição, tendo em vista o objetivo principal: luta por moradia.

Durante a escuta dessas narrativas, inevitavelmente, emoções preenchidas por lágrimas, sorrisos, risadas, tristeza foram comuns. Na memória que segue, de Batista, as lágrimas no rosto de suas companheiras de luta foram notadas. Ele contava sobre momentos difíceis em que passaram na luta contra a Universidade. *“...por que era assim: quando nós entramos nessa área aí, geralmente tinha um problema, né?! Da universidade mandar chamar a polícia e retirar o pessoal (...) Eles entravam na área e*

tentavam tirar o pessoal, mas no outro dia o pessoal tornavam a arranjar madeira e a gente ia ajudar o pessoal a construir os barracos de novo e ai eu fiquei (...) Daí, em determinado momento o pessoal mandaram prender a gente lá, falaram que aquilo era arbitrário (...) O pessoal lá da cavalaria, que se diziam donos lá da terra, o pessoal do Estado, aí eles mandaram prender a gente, mas ai nós nem passamos 24hrs presos. Os advogado da CBB foram lá e disseram: não o pessoal são do movimento, entendeu?! Então, é o maior problema a questão da moradia, então eles estão lá, eles são da comunidade. Não houve crime nenhum, eles liberaram a gente....” Nas considerações de Haesbaert (2016, p. 327) sobre esses tipos de ocupações de território, ele traz à baila o problema das aglomerações que geram esse tipo de sentimento de instabilidade de moradia e medo de ter que retirar-se de onde ocupa:

É fácil encontrar exemplos de como a mobilidade pode andar de mãos dadas com a desterritorialização. No caso dos aglomerados, maior mobilidade não está ligada à manutenção da segurança, ao controle e mesmo à opção diante dos circuitos de deslocamento (...) mas à falta de opção, à insegurança e à perda de controle sobre seus espaços de vida.

Lutar pela permanência em território ocupado, é correr riscos, de liberdade, de permanência, de vida. Isso é exposto nas lembranças vividas e ditas por Batista. Eles contaram com o apoio jurídico de um Advogado da Comissão dos Bairros de Belém, organização que buscava dar amparo legal a essas pessoas sem moradia. Contudo, houveram prisões, ocorridas até mesmo de modo violento. Quanto a essa contribuição jurídica, o morador acredita que foi um dos fatores que fortaleceu as articulações no Centro, “... o escritório era um convênio entre a Defensoria Pública e a Universidade Federal do Pará (...)Então, tinha o Dr. Paulo Bona, que veio a falecer, mas ele era um bom advogado, um bom criminalista. Sempre deu atenção pra comunidade, sempre teve do nosso lado (...)Eles gostavam tanto da comunidade que as vezes passavam o final de semana lá com a gente, na conversação, né?! E tinha também o Dr. Dorival que foi uma pessoa histórica, até por que ele era um criminalista e qualquer probleminha que tinha ali dentro da área, o Dr. Dorival tava presente. Nunca deixou ninguém ficar preso, ele ia lá e resolvia, mandava tirar (...) Ai o pessoal achava bom a defesa deles, por que quem tava morando ali no bairro, já ficava lá, a gente só fazia fazer um documento, de título de posse, um documento provisório (...) Os Centros Comunitários que tinham convenio com o escritório, faziam seu próprio documento, mandavam pro escritório e os Doutores lá davam o aval deles.”

A fim de ilustrar a memória de Batista quanto a violência sofrida durante as ocupações, destacamos abaixo uma matéria jornalística, publicada em novembro de 1991, a qual destaca mais uma prisão ocorrida por conta das ocupações. A notícia recebeu o seguinte título “Posseiros negam ocupação arquitetada na Perimetral”, nela, o Jornalista Edimar Farias descreve denúncias feitas por Edir Veiga, membro da Associação de Servidores da UFPa e por José Maria de Lima Costa assessor jurídico do Movimento de Posseiros do Estado do Pará. Eles se opunham nas acusações a respeito de moradores da Terra Firme terem planejado ocupar mais áreas pertencentes a Universidade, além das que já haviam sido. Vale o destaque:

Edir Veiga, membro da Associação de Servidores da UFPa, declarou a imprensa que José Maria, juntamente com políticos e empresários, havia articulado a ocupação da área denominada “Lixeira da Perimetral”, pertencente à UFPa. Segundo José Maria, Edir Veiga e mais dezenas de funcionários do alto escalão da UFPa, pertencentes ao corpo técnico, estavam presentes ao local durante os incidentes ocorridos anteontem “incentivando policiais a espancarem pessoas humildes e desprotegidas” (...) O advogado denunciou que além da violência praticada pela PM contra os posseiros, dez deles foram presos e seis foram mantidos por mais de 24 horas em celas da Divisão de Vigilância Geral, em companhia de marginais e bandidos.

Nessa matéria, é dado aos moradores da Terra Firme, juntamente com seu representante legal, o assessor jurídico supracitado, direito a resposta quanto as afirmações feitas em matéria no jornal do dia anterior. O responsável pela publicação deixa-nos claro que pretende retificar o outrora dito quanto ao assunto, quando possibilitou uma visão parcial ao noticiar a “ocupação arquitetada” pelos “posseiros” da Terra Firme.

O posicionamento da comunidade, representada por um patrono, é importante a fim de que o documento, como um jornal, resguarde, o que hoje, é memória, e que anteriormente foi notícia. Eles lembram e provam, por meio dessa publicação “fomos presos e apanhamos injustamente”.

Posseiros negam ocupação 'arquitetada' na Perimetral

Para retificar notícia publicada em O LIBERAL de ontem, sobre a expulsão de posseiros de um terreno pertencente à Universidade Federal do Pará, esteve na Redação o advogado José Maria de Lima Costa, acompanhado de uma comissão de posseiros. Segundo José Maria, ele, há 10 anos, presta serviços a posseiros, sendo, por isso, alvo de constantes críticas por parte daqueles que se sentem prejudicados. Foi o que aconteceu desta vez, segundo ele, quando Edir Veiga, membro da Associação de Servidores da UFPA declarou à imprensa que José Maria, juntamente com políticos e empresários, havia articulado a ocupação da área denominada "Lixeira da Perimetral", pertencente à UFPA.

Segundo José Maria, Edir Veiga e mais dezenas de funcionários do alto escalão da UFPA, pertencentes ao corpo técnico, estavam presentes ao local durante os incidentes ocorridos anteontem "incentivando policiais a espancarem pessoas humildes e desprotegidas". José Maria disse que, na condição de assessor jurídico do Movimento de Posseiros do Estado do Pará, saiu em defesa dessas pessoas mas foi hostilizado "pelos componentes da Cooperativa, principais interessados na área em litígio".

José Maria afirmou que não pode "concordar com a prática da Cooperativa da UFPA em defender os truculentos policiais militares, que covardemente espancaram menores, balearam uma senhora e queimaram barracos, tudo em conivência com funcionários da UFPA, interessados em



Os posseiros e o advogado: expostos à ação truculenta dos policiais



O artefato usado pela PM

construir na área um conjunto habitacional elitizado, não para atender os serventuários carentes da UFPA e sim altos funcionários daquela instituição".

O advogado José Maria denunciou que, além da violência praticada pela PM contra os posseiros, dez deles foram presos — Jocelito Ferreira Reis, Benedito Ferreira Fernandes, João Miguel Soares Fonseca, Antônio Aives de Paiva, Luiz Cláudio Pereira e Antônio Ribeiro — foram mantidos por mais de 24 horas em celas da Divisão de Vigilância Geral, em companhia de marginais e bandidos.

Segundo José Maria, ele entrou com uma petição ao presidente da Assembleia Legislativa, Ronaldo Passarinho, solicitando que os fatos sejam comunicados, através daquela Casa, ao Ministério Público, afim de que os PMs envolvidos, identificados pelas vítimas, sejam punidos; que Ronaldo Passarinho solicite ao Comando Geral da PM a instalação de um Inquérito Policial Militar; e que solicite ao governo do Estado a retirada de policiamento do local, uma vez que é a própria PM que está promovendo as confusões na área.

novembro 1991 O LIBERAL

Figura 7 - Matéria jornalística "Posseiros negam ocupação 'arquitetada' na perimetral", publicada em 1991, no Jornal "O Liberal". / Fonte: documento doado pela moradora Fátima Guilherme.

Nesse contexto, cada lembrança carrega consigo uma memória povoada por sentimentos, lugares e nesse caso, lutas. É o caso das narrativas de Soraia, filha de Chicóna. Embora reconheça que a intensa participação de sua mãe no Centro Comunitário tenha sido importante e, até mesmo, fundamental não só para a permanência no lugar, como também para a expansão do bairro, ela lamenta as falsas promessas de que teriam convívio familiar quando mais direitos fossem conquistados, visto que as lutas até os dias atuais não cessaram, todavia, o tempo que passou, agora é apenas lembrança a ser guardada ou rememorada a cada vez que recorda do CCBJ. "...então, é tipo assim, nós como filhos, ouvíamos muitas promessas, né?! Acho que as filhas da Chiquinha também. Por que? Elas passavam tanto tempo lutando pelo povo, lutando pelo bairro e faltava dentro de casa. Hoje em dia, se a gente for lá na Terra Firme e perguntar quem é

Chiquinha, quem é Chicona (...) muitos vão te dizer que não sabem, que nunca ouviram dizer (...) então, tantas lutas, hoje em dia eu paro pra pensar, foram tantas lutas, foram tanto tempo longe de casa, tanto tempo deixando os maridos de lado, deixando as famílias de lado. Pra lutar por um bairro, pra lutar por aquelas pessoas, né?! Por que hoje a gente tem, não é um bairrozinho, é um bairro imenso que tem muitas coisas lá...”.

É interessante que esses laços familiares, sobretudo, entre mãe e filha, nesse caso em questão, ocorrem de forma inversa. Reflito dessa maneira, pois quem cobra a presença em casa, são os filhos, aqui, representados pela narrativa de Soraia. Nesse diapasão, Bosi (1994) referindo-se aos adolescentes atuais que no núcleo familiar, são os que não compreendem a insistência dos pais em tê-los por perto, exemplifica: “Para que me querem em casa se eu me tranco no quarto para ler ou ouvir música?” (p. 424), trazendo para o contexto de Terra Firme, Soraia e seus irmãos, enquanto filhos, escutavam de Chicona “não estou em casa, pois estou lutando para a nossa moradia”, e acrescentava, “*mas vocês vão ver só quando estiver tudo pronto!*”. A filha relembra dessas frases com expressões sérias e com ar de indignação, pois diz que não valeu a pena todas as lutas sociais, se o reconhecimento não se deu e ainda viu sua mãe ser expulsa do Centro. Essa memória é a que predomina quando Soraia nos põe a ouvir suas vivências com o Centro Comunitário Bom Jesus.

“...muito direito foi conquistado nessa época e, o Bom Jesus foi o primeiro centro, ali fundado e, depois as pessoas que frequentavam o centro copiavam como se fazia um centro e montavam lá na frente o seu centro e também já pra trabalhar. Então, tinha muito centro assim lá, pra reivindicarem também...” nesse depoimento de Madalena, observa-se um fato não citado pelos outros moradores. Ela conta da experiência de outros Centros Comunitários no bairro, que sob influência do Bom Jesus, foram sendo criados. Esses espaços realizavam diversos tipos de ações comunitárias, em áreas diferentes da Terra Firme, todavia, durante o começo da ocupação, o CCBJ continuou sendo um dos principais representantes daquela gente. Atualmente, o bairro conta com dezessete Centros.

Dessa feita, antes de analisarmos o próximo quadro de memórias, visualiza-se a importância de expor mais uma imagem que, doada pelos entrevistados, ilustra o momento acima descrito. A imagem selecionada é uma matéria de jornal, publicada no dia 12 de fevereiro de 1991, no Jornal O Liberal. O texto jornalístico recebe o título “Famílias aguardam solução para o impasse, sem deixar a área da UFPa” e inicia da seguinte maneira:

As entidades comunitárias sediadas em terras pertencentes à Universidade Federal do Pará (UFPA), nos bairros do Marco, Guamá, Terra Firme e (...) (ilegível) parte de Canudos, aguardam, com expectativa o desenrolar das negociações com a Instituição, envolvendo uma área de 1.200 metros quadrados na avenida perimetral, invadida em setembro do ano passado. A maior preocupação dos líderes comunitários depois da passeata que culminou com a ocupação do prédio da reitoria da UFPA, na última quarta-feira, é impedir que a instituição entre na justiça com o pedido de um mandado de reintegração de posse da área, visando a sua utilização para a construção de um complexo de Educação Física, enquanto o governo não se comprometer em alocar as 280 famílias invasoras para uma nova área. A próxima reunião das entidades com a UFPA está marcada para o dia 20.

E, mais adiante, a matéria segue com uma entrevista concedida por Batista referente as especulações fundiárias:

O Centro Comunitário Bom Jesus, segundo o diretor João Batista Costa, efetuou um levantamento da situação das famílias que permaneceram na área após várias intervenções policiais. Ficamos sabendo que a maioria veio do interior do Estado e outras eram inquilinas de quartos alugados nos bairros próximos, com rendas abaixo de Cr\$ 15mil. É bom deixar claro que fazemos o controle para evitar especulações, salientou. A possibilidade de transferir as famílias instaladas na perimetral para as terras da UFPA, já habitadas por posseiros nos outros bairros, foi descartada por João, sob a alegação que a ocupação dessas áreas não foi interrompida ao longo dos 20 anos de invasão. Não temos mais terras disponíveis, está tudo ocupado, frisou.

Batista conta, com empolgação, que ao mudar-se para a Terra Firme, seus “companheiros de luta” já estavam fundando o CCBJ, e que ele entrou para “engrossar o caldo”, ou seja, contribuir efetivamente nas ações realizadas. Dado o seu engajamento no espaço e envolvimento político, foi eleito Presidente do Centro na década de setenta, e ter esse papel de destaque o remete a muitas memórias de seu passado, as quais narra com tantos detalhes, que possibilita ao seu ouvinte aguçada curiosidade em sua memória política.

Penso que, embora a narrativa desse único morador rendesse diversas páginas desse texto dissertativo no que diz respeito ao CCBJ, dois aspectos são fundamentais ditados por ele, “*é bom de tu registrar isso aí, Camila! Fala do escritório jurídico que ‘égua!’ isso foi único aqui no Bom Jesus e na Terra Firme toda mesmo, põe isso aí, que é pra saberem! E de como se deu tudo isso*”, foram narrados. Interessante recordar que enquanto ele falava de sua experiência no Centro, Chiconia pedia “*para de falar um pouco que eu também quero!*” e Chiquinha completava “*foi só tu que viveu pra num deixar os outro falar?*”, ao passo que, com certa indignação, Batista retrucava “*suas pelegas!*”,

ironizando suas companheiras de luta, visto que, “pelega”, é aquele que traí o movimento social.

Belém, terça-feira, 12 de fevereiro de 1991

Jornal dos Bairros

O LIBERAL 5

Famílias aguardam solução para impasse sem deixar área da UFPa



O número de crianças é grande na área



Os casebres foram construídos em maneira sobre terras da UFPa



As lideranças aguardam solução para impasse

As entidades comunitárias sediadas em terras pertencentes à Universidade Federal do Pará (UFPa), nos bairros do Marco, Guamá, Terra Preta e Terra Preta II, estão aguardando, com expectativa, o desenrolar das negociações com a instituição, envolvendo uma área de 1.200 metros quadrados na avenida Perimetral, invadida em setembro do ano passado. A maior preocupação dos líderes comunitários, depois da passeata que culminou com a ocupação do prédio da reitoria da UFPa, na última quarta-feira, é impedir que a instituição entre na Justiça com o pedido de um mandado de reintegração de posse da área, visando a sua utilização para a construção de um complexo de Educação Física, enquanto o governo estadual não se comprometer em alocar as 200 famílias invasoras para uma nova

área. A próxima reunião das entidades com a UFPa está marcada para o dia 20.

A representante do centro comunitário Bom Jesus, Maria de Fátima Aguiar, ressaltou que se pretende evitar a retirada das famílias mediante força policial, o que só lhes traria prejuízos. “Não nos podemos render tudo o que temos para construir novas casas na Perimetral”. O movimento para posse da área, que hoje conta com o apoio da Comissão dos Bairros de Belém (CBB), centros comunitários e associações de moradores, movimento do Tucunduba e deputados da esquerda — principalmente do PT — não pretende, segundo ela, que o impasse travado entre as lideranças comunitárias e a UFPa, no que diz respeito à destinação da área, leve a acontecimentos desagradáveis. Fátima recordou que as primeiras famílias a ocuparem

terras na Perimetral o fizeram incentivadas por políticos que “agora não aparecem para dar-lhes assistência”.

Impasse

O Centro Comunitário Bom Jesus, segundo o diretor João Batista Costa, enfrentou um levantamento da situação das famílias que permaneceram na área. “Fizemos várias intervenções policiais”. Ficamos sabendo que o maior motivo do interior do Estado e outras eram inquilinas de quartos alugados nos bairros próximos, com rendas abaixo de Cr\$ 15 mil. É bom deixar claro que fazemos o controle para evitar especulações”, salientou. A possibilidade de transferir as famílias instaladas na Perimetral para terras da UFPa já habitadas por posseiros nos outros bairros foi descartada por João, sob a alegação de que a ocupação dessas áreas não foi interrompida ao longo dos 20 anos de invasão. “Não temos mais terras disponíveis, está tudo ocupado”, frisou.

A chegada de novos posseiros às áreas de invasão já consolidadas nos bairros, segundo ele, foi facilitada pelo trabalho realizado pelo escritório jurídico da Defensoria Pública instalado no Centro Comunitário Bom Jesus, que trata da questão de posse das terras da UFPa. “Houve uma redivisão das terras e muitas pessoas que ainda não tinham casas puderam construir as suas”, contou. Em sua opinião, a rejeição dos moradores da rua Rosa Dennis, uma das áreas cogitadas para a transferência dos posseiros da Perimetral, é plenamente compreensível e justificável. “Não seria justo construir filas de barracos no meio da rua, com esgotos escorrendo para a frente das casas dos moradores”.

Obra rejeitada

A questão da invasão das terras da universidade reabre novamente uma discussão mais abrangente, hoje debatida a nível nacional, que é a titulação dos lotes ocupados. “Até hoje ainda não foi concedido título de propriedade a nenhuma família instalada nas terras da universidade”, informou a presidente do Centro Comunitário da Paz, Carmelita de Souza, que defende a realização de uma reforma urbana, onde cada inquilino venha a receber um título de propriedade. “É preciso que as famílias permaneçam num lugar seguro e digno de se morar”, enfatizou.

O projeto de expansão do campus universitário, que prevê a construção do complexo de Educação Física na Perimetral na área onde estão os posseiros, é rejeitado pelas lideranças comunitárias, sob a alegação de que nenhuma família será beneficiada com a obra. “Não temos condições de chegar à universidade e dificilmente conseguiremos isso nos próximos anos”, disse Maria de Fátima Aguiar, defendendo a necessidade de habitação como prioridade social. Essa posição será levada à mesa de negociações ainda este mês. O Conselho Superior da UFPa dispõe de um prazo até 21 de fevereiro para solucionar a questão.

Negociações podem tomar novo rumo

O rumo das negociações com vistas a um acordo entre as lideranças comunitárias e a Universidade Federal do Pará (UFPa), quanto à destinação dos 1.200 metros quadrados de terras invadidas por 200 famílias desde setembro passado na avenida

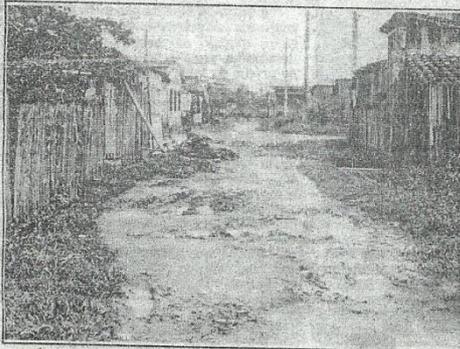
Perimetral, e outros tantos hectares ocupados por 35 mil famílias ao longo de 20 anos, pode ser alterado a partir do decreto presidencial nº 99.030, de 19 de outubro de 1990.

O decreto anterior que dispunha sobre a ocupação de terras perten-

cias às autarquias e fundações instituídas ou mantidas pela União — como é o caso das universidades federais — determinava a desapropriação das áreas para fins educacionais. Em março de 1989, o reitor da UFPa, Nelson Pinto de Oliveira, enviou um documento ao Ministério de Educação, solicitando que o presidente da República baixasse um novo decreto, alterando o anterior.

“Nos pedimos a alteração do decreto para que o objetivo fosse mudado para fins de interesse social”, explicou o reitor na oportunidade.

A mudança ocorreu em 19 de outubro de 1990, através do decreto nº 99.030, que determina, em seu artigo primeiro, que “as autarquias e fundações instituídas ou mantidas pela União promoverão, no prazo de cento e oitenta dias, os atos administrativos necessários à alienação dos imóveis residenciais de sua propriedade, bem como dos terrenos e edificações não vinculados às suas atividades operacionais, nos termos das Leis nº 8.011 e 8.025, e do Decreto nº 99.266, de 28 de maio de 1990”. O dispositivo não se aplica, porém, aos imóveis em processo de extinção, que somente poderão ser alienados depois de incorporados ao patrimônio da União, conforme estabelece o art. 9º da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990.



Sem saneamento básico, a área ocupada vai, aos poucos, expandindo-se

Figura 8 - Matéria “Famílias aguardam solução para impasse sem deixar a área da UFPa”, publicada no ano de 1991, no Jornal O liberal. / Fonte: doação da moradora Fátima Guilherme.

Bosi (2013) nos fala sobre a urgência de recuperar a dimensão humana do espaço, e isso, nada mais é do que um problema político, que necessita ser o quanto antes reparado. Reflete, ainda, sobre a influência da memória social no poder do pertencimento, “há nos habitantes do bairro o sentimento de pertencer a uma tradição, a uma maneira de ser que anima a vida das ruas e das praças, dos mercados e das esquinas. A paisagem do bairro tem uma história conquistada numa longa adaptação.” (p. 76) e a paisagem do bairro da Terra Firme, tem em sua história o Centro Comunitário Bom Jesus como um espaço “porta voz” que os possibilitou lutar pelo direito à moradia, inicialmente, e depois, ainda em união, os moradores levavam suas crianças para ter aula no lugar, na falta de escolas; a luta pelo direito à saúde também foi conquistada via CCBJ, pois, anos depois, conseguiram que fosse instalada uma Unidade de Saúde no lugar.

Esse espaço é marcador fundamental para os moradores. A narrativa de Chiquinha elucida cada objetivo consolidado por meio do que foi articulado no referido Centro, “...e assim, também, defendo muito o nome do Bom Jesus, não por que eu trabalhei lá ou por que... Ele é um dos melhores. Por que, na minha opinião, mesmo ele caindo, mesmo ele estando do jeito que está. Mas ele foi um centro que nos segurou na área. Foi um centro que nos deu suporte pra que a gente permanecesse na área. Ele não se criou por se criar, ele não foi fundado por ser fundado. Ele foi fundado pra que a gente tivesse aula de como se dirigir a comunidade. Aula de como conseguir se preparar pra arrumar um emprego pra ter trabalho. Quando a gente convocava uma assembléia lotava. Tinha gente até pendurada lá pela janela. Hoje não, se tu chamar num dá ninguém... Mas, isso vai de cada época. Vocês sabem que moradia é uma coisa que chama mais atenção. Assim, por que naquela época, ninguém tinha onde morar, todo mundo tava precisando, então, a gente chamava pra uma assembléia ou pra uma oficina, dava muita gente. Quando a gente chamou pra conversar com o Ministro da Educação que veio do Rio de Janeiro pra conversar com a gente e a Universidade, o assoalho do Bom Jesus, foi pro fundo de tanta gente, não suportou. Foi através do Bom Jesus que a gente conseguiu dialogar com a Universidade, trazer o escritório jurídico, porque tava tendo muita especulação na área.”.

Destacamos, ainda, um folheto da época que circulava no bairro, noticiando cada acontecimento referente ao Centro, desde suas conquistas aos treinamentos ocorridos com monitores que lecionavam, como já dito, para os filhos dos moradores que não tinham escolas. Esse folheto era elaborado, editado e impresso pelos próprios líderes

comunitários do CCBJ. Eles narravam além de situações ocorridas no bairro, as quais precisavam de união, reuniões com outros Centros e marcadores políticos do Brasil. O documento foi empréstimo do morador João Batista e dedicaremos uma página desse trabalho para apresentar algumas imagens do folheto.

No que diz respeito a esse período de organização coletiva para melhorias educacionais no bairro, por meio do CCBJ, é proeminente que destaquemos a narrativa de Batista, a qual é coerente com o que se observará no referido folheto. Batista descreve memórias referentes à importância das iniciativas comunitárias para o alcance de seus objetivos: a conquista de direitos sociais.

Quando eu cheguei aqui, é assim, o bairro não tinha nada (...) não tinha escola, não tinha nada, não tinha estrutura, não tinha saneamento, não tinha nada e nós começamos uma luta organizando a comunidade, fundamos o Centro Comunitário Bom Jesus e daí foi começando a acontecer coisas boas pro nosso bairro e aí o tempo foi passando e o bairro foi desenvolvendo e conseguimos as escolas pro bairro, unidade de saúde e sempre digo pro pessoal, continuo dizendo: “tudo o que você vê nesse bairro, não foi à toa, não foi que veio de graça pra nós, tudo foi com luta mesmo, luta, organização da comunidade, mostrando pro povo, mostrando pros governantes a importância de se melhorar o nosso bairro” E aí, viemos pro Centro Comunitário Bom Jesus, que junto com outros companheiros, o Zé Flávio, a Chiquinha, a Chiconá, seu Mathias, o Zé da Pracinha, a Fafá, uma turma de companheiros aí bons mesmo, e aí a gente educava a comunidade, mostrava pra comunidade que era necessário a gente mudar o nosso bairro, ver o nosso bairro como um outro bairro que tem no centro da cidade, então, isso nós fomos conseguindo, pouco a pouco estamos conseguindo.

Para os moradores da Terra Firme, o primeiro direito a ser garantido, era a moradia. Após inúmeras batalhas travadas com o Poder Público, aos poucos, foram conseguindo se firmar no local. Porém, apenas ter um espaço para morar não era suficiente, a necessidade era que o lugar alcançasse condições minimamente dignas para um ser humano, por essa razão, muitos líderes comunitários que reuniam-se no CCBJ, acreditavam que a educação seria uma das fortes possibilidades de garantir a dignidade almejada.

Em função disso, por não haver Escolas no bairro, os próprios moradores organizaram-se em grupos, distribuíram funções e algumas mulheres, como Chiquinha, tornaram-se Professoras – ainda que com pouca instrução - das crianças que ali residiam. Desse modo, o CCBJ virou espaço escolar, na década de 80. Batista recorda em suas narrativas a respeito da importância desse momento para aquelas pessoas.

Uma lembrança muito boa que eu tenho é quando a gente estava a frente do Centro Comunitário Bom Jesus, e que a gente, eu e a Chiquinha, a gente organizava a escola das crianças, e aí a gente fomos reivindicar o salário pras monitoras lá do Centro Comunitário. E aí nós saímos organizando, e saímos numa passeata com as crianças, com os pais da criança, né?! Então, isso aí me traz muitas lembranças mesmo, eu fico até emocionado quando eu lembro disso, porque foi uma luta assim importante por que nós conseguimos trazer benefícios pras professoras do centro comunitário bom.jesus, então, foi uma lembrança muito boa. Fico emocionado porque com a escola das criança, mais de trinta criança, então a gente tinha, assim, muita responsabilidade, com essas criança que tavam na escola, inclusive eu e a Chiquinha, quando chegava final do ano a gente ia conversar com as outras diretoras de escolas pra que aquelas crianças que já estavam saindo do centro comunitário, pra garantir vaga pra elas, por que naquela época num tinha vaga pra essas crianças e aí a gente tinha que conversar com a diretora, a gente ia numa escola, ia na outra, mas a gente conseguia colocar as crianças, quando saia do centro comunitário bom.jesus. Então, essa aí é uma das melhores lembranças que eu tenho.

Em trabalho coletivo, os moradores conseguiram que essas crianças tivessem a mínima instrução no que tange o ensino, como aprender a ler, contar e escrever. Porém, um de seus objetivos, como foi dito na narrativa acima, era que esse ensino não se esgotasse no CCBJ, e que essas crianças não ficassem ociosas, podendo, assim, ter a oportunidade de frequentar os bancos escolares.

Todavia, para que os monitores que lecionavam nesses lugares tivessem um direcionamento no trabalho que assumiram, os responsáveis pela direção do CCBJ, articularam-se com o CBB para garantir formação a eles também. Nesse contexto, destacamos, abaixo, o folheto que narra as maneiras de garantir esse acesso à educação fora da Escola, nas dependências dos Centros Comunitários Bom Jesus e Centro Comunitário Nossa União. Eles explicam que a formação desses monitores era baseada nos princípios da Educação Popular.



Figura 9 - Capa do folheto, representando a indignação com o atual momento político do País.



Figura 10 - Apresentação da Escola Comunitária do CCBJ, fazendo uso da Educação Popular.



Figura 11 - A CBB promovia, na década de 80, treinamento de Educação Popular para os monitores das Escolas dos Centros Comunitários.



Figura 12 - Convocação do CCBJ aos pais para levarem materiais reaproveitáveis para as aulas de seus filhos.

Ademais, seguiremos para o próximo quadro de memórias, no qual selecionamos as narrativas referentes as mudanças ocorridas no bairro da Terra Firme. Desse modo, avançamos para o segundo tópico desse capítulo, no qual apresentamos o desvelamento da periferia da Terra Firme, para além do que midiaticamente se divulga, sobretudo na imprensa local. É o momento em que analisamos o bairro enquanto um fenômeno social, que por meio das narrativas dos sujeitos fundadores, revela-se para além de um espaço periférico, o qual não está petrificado na violência comumente noticiada.

3.2. Terra Firme de cores, sabores e cheiros: o descongelamento da cena.

Escolhemos iniciar esse tópico com o quadro de memórias referente ao “antes” e “depois” da Terra Firme, com a finalidade de expor - fazendo uso das narrativas dos moradores do bairro – a percepção do cenário que essas pessoas tinham quando ocuparam o lugar e a que construíram ao longo dos anos, até chegar nos dias atuais.

Acreditamos que escutá-los descrevendo essa memória cultural foi a maneira que melhor permitiu uma análise da Terra Firme enquanto um espaço não somente tomado pelo descaso do Poder Público. O “descongelar da cena”, é o revelar de uma das periferias mais conhecidas de Belém do Pará a partir de uma perspectiva, sobretudo, cultural e com forte memória afetiva. Desse modo, seguiremos para o quinto quadro.

Tabela 5 - Memórias da Terra Firme no passado e no presente

Chiquinha	Bem, eu acho que o bairro melhorou em todos os sentidos, tá bem melhor. E é um bairro perto da cidade, do centro da cidade. Nós temos, nós, eu digo nós aqui, estamos de parabéns, porque se a gente quiser ir pra qualquer canto de Belém, nós tem ônibus, tem várias linhas de ônibus. E, enquanto moradora, só tá faltando um ônibus daqui mesmo, porque nós temos que pagar nossas contas. Tem o correio, tem a lotérica, então, eu acho que nós estamos de parabéns. Além de lutarmos muito por essas conquistas. Eu me sinto assim, não totalmente realizada, mas até eu, enquanto pessoa, me acho que eu cresci muito dentro desse contexto do bairro, dessas lutas, apesar, de que não cresci financeiramente, mas, eu agradeço muito a Deus pelo o que eu aprendi todos esses anos, pelo o que eu sou. Eu não teve dinheiro, mas, não me arrependo do que eu fiz. Sempre digo que não me arrependo. Se fosse pra continuar tudo de novo, eu continuava, mas, com outra dinâmica, podia continuar nas lutas, mas, eu continuava meus estudos, ia lá em cima, na Universidade. Então, gente, nós moradores do bairro, nós temos é que dizer pra todo mundo que nós somos uns felizardos porque a gente tem o que outros bairros não tem. Tudo bem, chove ainda alaga uma casa, duas casas, uma rua mas, pelo o que a gente viu, que a Soraia sabe contar, eu sei contar, a D. Madalena conta, a Chicono conta, a
-----------	---

	<p>Paulinha²⁰ que não está aqui ela conta porque ela cresceu na luta que nem a Soraia, Rosiane²¹, cresceu na luta que nem a Soraia. Então, todas as minhas filhas sabem contar um pouco da história, porque elas viam a minha luta, como a Soraia falou. Eu, principalmente, eu chegava em casa, tinha noite que eu chegava 1h00 da manhã, eu acho que até por isso que eu perdi o marido, mas eu não me arrependo. Não me arrependo porque essa história é minha! Foi o que eu pude fazer e fazer não só pra mim, mas, pras outras pessoas, como a Soraia falou. Tem aqueles que não me dão valor, mas, tem aqueles que me abraçam, que me botam lá em cima, que contam pra outras pessoas quem foi a Chiquinha, quem foi a Chicono. Então, isso pra mim, como as vezes eu encontro com um jovem já grandão “égua, Tia! Ainda me lembro do leite peidão. Ainda me lembro daquele mingau gostoso. Ainda me lembro de quando a senhora fazia aquelas musiquinha pra gente, cantava com a gente, ia lá pro terreno do centro fazer física com a gente” Isso pra mim, mana, rum! É uma vitória. Então, eu aprendi muito nesses 41 anos na Terra Firme, 41 anos que eu moro ali naquele local, não mudei pra canto nenhum, tá?! É isso!</p>
Chicono	<p>A Terra Firme ela mudou muito. Quando eu cheguei na Terra Firme, eu só via a São Domingos, aquelas ruazinhas atravessando ali que era uma maneira ruim, parecia assim que o pessoal era tudo um só(...) Hoje não, você vê aquelas ruas tão todas... Você vê tem casas de grande valor ali na Terra Firme, isso já é uma coisa, né?! Você vê num bairro que nem era Terra Firme, você vê o suporte... eu não sei falar, ah! Você vê assim, o Bairro crescer, o movimento crescer. A única coisa que tá faltando ali na Terra Firme, mas, que não é só lá, é em todo o canto, né?! É a segurança. Olha, na Terra Firme, tem diversos movimentos pra jovem, né?! Não tinha, naquela época, não tinha. Hoje o jovem só num entra, só num ingressa em qualquer atividade se não quiser ou os pais não tiverem boa vontade de ajudar os filhos, porque não falta. Isso é uma grande coisa que tem na Terra Firme, hoje tem o PROPAZ, né?! PROPAZ hoje é acolhida das crianças do Colégio. Assim, pras crianças que estudam de manhã, de tarde não ficam na rua, né?! Hoje tem um lugar pra ficar. Olha, eu tenho uma neta que não foi pra lá, porque quando a mãe dela chegou lá já tinha preenchido a vaga, ela tá encostada lá. Então, você vê o tanto que a Terra Firme cresceu, né?! Você vê... Escola, graças a Deus não falta. Pode faltar professor na Escola, mas aluno não falta. Eu tenho um neto, que esse ano ele passou, ele estudava uma vez na semana. Fazia uma aula e não tinha mais Professor. A direção mandava embora, pra não ficar fazendo bagunça lá no Colégio, lá no Stellina²². Agora eu digo (...) Professor tem medo? tem! Por causa da... que é a única coisa que tá faltando, é acabar com essa violência, que hoje, eu não sei dizer, mas, hoje nós temos uma polícia lá, bem localizada, né?! Polícia não falta na rua, na rua de casa, pelo menos, não falta. Quando num é, passa dois, três motoqueiros, é dois, três carros (...) Eu acho que tá crescendo, tá ajudando, né?! Então, eu acho que a Terra Firme cresceu. Como o Batista citou aí que tá faltando um banco. Nós já tivemos um banco lá e foi assaltado (...) Mas, do resto, tudo a gente tem, tem loja grande ali, tem supermercado grande. Enfim, tudo o que você procurar na Terra Firme, você encontra. Então, cresceu,</p>

²⁰ “Paulinha” é a Paula, filha mais velha de Chiquinha.

²¹ Uma das filhas de Chicono.

²² Escola Municipal Maria Stellina Valmont

	<p>melhorou. Pra mim, assim, a Terra Firme tá de parabéns porque antigamente a gente não tinha aquelas coisas, né?! As Escolas eram todas esculhambadas, hoje o Fontenelle²³ tá que é uma beleza (...) Olha o Stellina tá muito bonito aquele colégio. O problema é o Professor. Por quê? O Stellina ficou numa área do bairro escondido, porque é um Colégio tão bonito. Tu sabe onde é, não sabe?! Fica lá perto da Necy. Tu sabe onde é a casa da Necy? Tu sabe onde é? (apontando para o Batista) Num tem aquele colégio bonito? Colégio bonito, mas tá ali escondido.</p>
Necy	<p>Bom, o bairro eram pontes, eram troncos de açaí, não eram nem pontes, era o açazeiro, que os próprios moradores faziam. E a gente, na verdade, não tinha ponte. Depois foi começando a fazer ponte, né?! Mas as pontes quebravam. Primeiro eram os moradores que faziam, depois as prefeituras começaram a fazer. Só que elas faziam as pontes, mas não davam manutenção, não é?! Faziam só as pontes. A manutenção era por conta dos moradores. E aí a gente tinha muitos acidentes, eu mesma quase quebro a perna. A tábua quebrou e eu fiquei com a perna engatada entre as outras tábuas. E fiquei muito tempo com um defeito aqui. Então era muito, muito, muito difícil. As crianças caíam, se machucavam, as mulheres gestantes, os idosos. A gente tinha inúmeros acidentes a semana inteira por causa das pontes. Depois o povo começou a aterrar as ruas com caroço de açaí. Tirava as pontes e jogava o caroço de açaí. Porque o açaí ele faz uma camada, né?! E ele vai tirando a água, né?! E aí depois jogavam caroço de açaí primeiro e depois jogavam serragem. Como tem muita serraria ali no Tucunduba, então, eles jogavam serragem em cima do caroço de açaí e aí acabava com a água, né?! Isso foi uma idéia do povo que deu certo, né?! Só era ruim mais no inverno, né?! E depois, na época do governo Xerfan²⁴, ele começou a aterrar a Terra Firme com lixo. Tirava o lixo do centro da cidade e jogava na Periferia. Aterrava as ruas todinhas com lixo. E depois só que jogou aterro em cima, mas era horrível. Era horrível porque era o lixo podre que saía do centro da cidade pra jogar na periferia. E depois jogaram aterro, né?! Em cima. Mas até hoje nós temos muitas ruas que ainda tem pontes. Principalmente nas baixadas aqui, ainda tem rua que tem ponte. Aqui no lado (...) ainda tem ponte. No tucunduba tem ponte. Que ainda não chegou nada lá. Tem isso no século XXI! Mas assim, o bairro melhorou assim, em termos de educação. Tem mais escolas, né?! Hoje tem posto de saúde, né?! Mas, assim mesmo, a gente continua tendo muitos problemas, né?! (...) Porque é muita gente, né?! E aí, hoje, por exemplo, agora tá melhor. Teve uma época que tava muito violento, a gente não podia nem ficar na frente de casa, não podia ficar na esquina, né?! A minha filha que fazia UFRA²⁵ foi três vezes assaltada de casa pra UFRA. Mas eu acho que agora tá melhor. Porque a segurança veio mais pro bairro e aí a gente mapeou os pontos críticos junto com a polícia pra ver onde é que tava pior. Eu fui cobrar da segurança pública. E aí, eu acho que melhorou ... Já tá dando pra ficar na frente de casa até</p>

²³ Escola Estadual de Ensino Infantil, Fundamental e Médio Brigadeiro Fontenelle.

²⁴ Em 1988, Sahid Xerfan foi eleito prefeito de Belém pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, por um breve mandato, pois em 1990 foi o candidato de Hélio Gueiros, então governador, na disputa contra Jader Barbalho, sendo que Xerfan perdeu a eleição. Tentou o senado em 2002, mas não obteve sucesso. Em 2004, entrou no Partido Progressista – PP, sendo eleito vereador e reeleito em 2008.

²⁵ Universidade Federal Rural da Amazônia.

	<p>de madrugada, né?! Os meus vizinhos lá, né?! Os alunos da UFRA já podem andar, todo dia perdia um <i>lap top</i> no caminho pra UFRA...E aí, melhorou, ta melhorando, né?! Mas o que falta no bairro, além da segurança, é políticas públicas! Não é?! “Mente vazia é oficina do Diabo” (...) Aí não adianta botar só o esporte nos projetos, tem que botar, principalmente pro adolescente, tem que botar projeto e emprego, né?! Porque ele vai pro esporte pra se ocupar, mas ele não tem dinheiro. Aí ele vai o que? Procurar dinheiro fácil. Né?! Então, a gente precisa de políticas públicas no bairro.</p>
Soraia	<p>Eu não posso nem repetir, né?! Acho que o que todo mundo colocou aí tá correto. Quanto as melhorias do bairro, eu só acho que o nosso bairro, ele falta sim Banco, mas eu nem acho que seja tão necessário assim um Banco, até porque a gente pode fazer isso fora, em questão de pagamento, essas coisas, a gente pode fazer isso nas farmácias, por exemplo. O que eu só acho que deve mudar muito ali no Bairro é só a questão da educação, porque todo mundo diz que tem muitos colégios, tem muitas oportunidades, mas eu não acho que tenha muitas oportunidades. Colégios têm! Professores nem sempre, sabe?! A questão da segurança já tem, tem policiamento, mas eu também não acho que seja o suficiente, eu acho que ainda precisa melhorar muito. Uma outra coisa que eu acho que seria muito necessário lá na Terra Firme são projetos pra jovens e pra adolescentes, projetos com que faça com que esses jovens, com que esses adolescentes, porque a gente sabe que essa é a fase principal. Porque eles buscam um caminho diferente, eu mesma acredito que essa seja a fase principal deles. Projetos com que façam com que esses jovens deixem caminhos diferentes, que busquem coisas boas pra si, projetos com que façam com que esses jovens “pensem” diferente, sabe?! Que ajam diferente, por exemplo, eu passei um tempo sendo voluntária do Pólo São Pedro²⁶. Trabalhar com os jovens a gente sabe que é muito difícil e, eu achei que esse projeto, o seu Edson ele foi muito audacioso quando começou esse projeto, sem ter um local certo, sem ter instrutores certos, sabe?! Sem ter condições financeiras pra comprar instrumentos, né?! Então, eu acho que foi um projeto audacioso, por isso eu abracei esse projeto, eu acho que falta isso ainda lá. Não basta só o projeto pra trabalhar isso, falta mais, porque tem muitos jovens, tem muitos adolescentes. Isso é um ponto principal que falta crescer no nosso bairro, que falta melhorar, quanto as outras coisas, eu dizer que melhorou, poxa! Isso todo mundo tá vendo. Tu chegas no bairro da Terra Firme, tu sabe que tem coisas boas, que tem gente legal, pessoas que tem coração humilde, que tem uma mentalidade que dá pra te ajudar quando tu precisas, pessoas que tem condições de te ajudar, pessoas que sabem trabalhar com outras pessoas e que tão dispostas a mudar o bairro da Terra Firme pra ver melhorias. Nosso bairro cresceu muito e, isso sinceramente eu tenho a agradecer a essas duas pessoas, a essas e mais duas que tem ali (referindo-se a Chicon, Chiquinha, Madalena e Batista) ao Zé Flávio que já foi muito falado, a uma pessoa que não mora mais no bairro, mas que trabalhou muito, que é a Graciete, que trabalhou muito pela melhoria do nosso</p>

²⁶ “O grupo musical "Pólo São Pedro " Sementes da Terra" surgiu em 2006 com o objetivo de resgatar a auto-estima de famílias através do som de instrumentos de percussão e canto. Edson Lima assistiu na TV a história de uma faxineira baiana que desenvolvia um projeto de música com 150 crianças e jovens em uma comunidade, sem o apoio de políticos. ‘Pensei: a realidade é muito parecida. Se eles fazem, nós também podemos fazer’. ” (Trecho retirado do site: www.sementesdaterra.jex.com.br)

	<p>bairro. O que a gente tem hoje, o que a gente tem hoje aqui no bairro, as vitórias que tem no nosso bairro, foi graças a todas essas pessoas que no passado trabalharam, hoje só é frutos pra gente. Então, eu acredito que cabem a muitas pessoas de hoje em dia a fazer pelo bairro, o que aquelas pessoas fizeram no passado pra fazer com que o nosso bairro cresça e melhore ainda mais. Eu acho isso!</p>
--	--

Em muitos momentos da pesquisa, ou mesmo durante reuniões do Ponto de Memória, caminhei/caminho pelo bairro da Terra Firme, e observei/observo um colorido que se mistura nas barracas da única feira do lugar, no “shopping chão”²⁷, na praça Olavo Billac e, principalmente, nas pinturas/desenhos feitos na “quadra da Igreja”²⁸, essa mistura me faz refletir sobre o lugar “sob pontes de açazeiro” narrado pelos sujeitos fundadores. As pontes ainda estão ali, os descasos do Poder Público são constantes, as ruas ainda alagam todas as vezes que chove. Sendo assim, o que mudou de 1979 até 2018?

Então, transcrevo o testemunho de Chiquinha e ouço sua voz, rouca e com pausas a cada frase, dizendo emocionada, “...*eu, principalmente, eu chegava em casa, tinha noite que eu chegava 1h00 da manhã, eu acho que até por isso que eu perdi o marido, mas eu não me arrependo. Não me arrependo por que essa história é minha, foi o que eu pude fazer e fazer não só pra mim, mas, pras outras pessoas...*” e, imediatamente, recorro à Bosi (1994) que ao estudar a memória dos velhos, aferiu o seguinte:

Quando a sociedade esvazia seu tempo de experiências significativas, empurrando-o para a margem, a lembrança de tempos melhores se converte num sucedâneo da vida. E a vida atual só parece significar se ela recolher de outra época o alento. O vínculo com outra época, a consciência de ter suportado, compreendido muita coisa, traz para o ancião alegria e uma ocasião de mostrar sua competência. Sua vida ganha uma finalidade se encontrar ouvidos atentos, ressonância. (p. 82)

Primeiro, há mudança na narrativa de Chiquinha, pois, aquela moça de janeiro de 1979 que chorava e se desesperava, em meio a chuva, por saber que construiria sua vida nas terras alagadas da “Terra Firme”, hoje, narra que se orgulha de sua história, em meio a tantas dificuldades e pouco reconhecimento. Do ponto de vista da memória, percebe-se

²⁷ Assim denomina-se um dos comércios realizados na Terra Firme. Os vendedores ambulantes reúnem, aos finais de semana diversos tipos de produtos, como roupas, uniformes escolares, eletrônicos, bijouterias e outros, vão para a praça Olavo Billac, colocam lençóis ou lonas no chão, seus produtos por cima, e os vendem. É chamado de shopping chão, em consideração a forma que os vendedores organizam o que será comercializado.

²⁸ Na Terra Firme, uma das Igrejas católicas mais conhecidas, chama-se São Domingos de Gusmão. Essa Igreja tem como pároco o Padre Bruno Sechi, uma das pessoas também engajadas nas lutas sociais, incluindo a Terra Firme.

que esse orgulho de contar sua história, ser ouvida e por alguns ser lembrada, como afirma nesse trecho “...tem aqueles que não me dão valor, mas, tem aqueles que me abraçam, que me botam lá em cima, que contam pra outras pessoas quem foi a Chiquinha, quem foi a Chicona...”, se dá quando os anciãos, no exercício de relembrar, olham para si e conseguem reencontrar seu papel social, e a partir disso, “deixam de ser desarmados” (BOSI, 1994). E a função de quem escuta suas narrativas e as coloca em estudo científico é exatamente o de lutar pelo resguardo dessa memória. E por qual razão? Segundo Bosi (1994, p.18) “Porque são a fonte de onde jorra a essência da cultura, ponto onde o passado se conserva e o presente se prepara”.

Nesse diapasão, a fim de proporcionar uma discussão imagética relacionada as memórias do passado e do presente no cenário da Terra Firme, destacamos, abaixo, um informativo, denominado “Espaço Popular”, elaborado pelos moradores, na década de 90.



Figura 13 - Informativo da Terra Firme – “Espaço Popular” / Fonte: acervo pessoal do morador Batista.



Figura 14 - Informativo da Terra Firme – “Espaço Popular” / Fonte: acervo pessoal do morador Batista.

É importante que verifiquemos a ênfase dada ao apoio político. No informativo, é constantemente afirmado a parceria entre povo e governo, para a pavimentação da principal rua do bairro: a São Domingos, construção da Unidade Básica de Saúde e início da obra de saneamento da Bacia do Tucunduba. De fato, algumas dessas promessas foram cumpridas ou, pelo menos, parcialmente, já que a manutenção das mesmas não ocorre.

Para tanto, o dito por Neco é primordial de ser rememorado nesse contexto.

Primeiro eram os moradores que faziam, depois as prefeituras começaram a fazer. Só que elas faziam as pontes, mas não davam manutenção, não é?! Faziam só as pontes. A manutenção era por conta dos moradores. E aí a gente tinha muitos acidentes, eu mesma quase quebrei a perna. A tábuas quebraram e eu fiquei com a perna engatada entre as outras tábuas. E fiquei muito tempo com um defeito aqui. Então era muito, muito, muito difícil. As crianças caíam, se machucavam, as mulheres gestantes, os idosos. A gente tinha inúmeros acidentes a semana inteira por causa das pontes. Depois o povo começou a aterrar as ruas com caroço de açaí. Tirava as pontes e jogava o caroço de açaí. Porque o açaí ele faz uma camada, né?! E ele vai tirando a água, né?! E aí depois jogavam caroço de açaí primeiro e depois jogavam serragem. Como tem muita serraria ali no Tucunduba, então, eles jogavam serragem em cima do caroço de açaí e aí acabava com a água, né?! Isso foi uma idéia do povo que deu certo, né?! Só era ruim mais no inverno,

né?! E depois, na época do governo Xerfan²⁹, ele começou a aterrar a Terra Firme com lixo. Tirava o lixo do centro da cidade e jogava na Periferia. Aterrava as ruas todinhas com lixo. E depois só que jogou aterro em cima, mas era horrível. Era horrível porque era o lixo podre que saía do centro da cidade pra jogar na periferia. E depois jogaram aterro, né?! Em cima. Mas até hoje nós temos muitas ruas que ainda tem pontes. Principalmente nas baixadas aqui, ainda tem rua que tem ponte. Aqui no lado (...) ainda tem ponte. No tucunduba tem ponte. Que ainda não chegou nada lá. Tem isso no século XXI!

Todavia, como notado nas narrativas do quinto quadro, os moradores consideram que já é possível notar avanços estruturais no lugar. Dado isso, partimos para o segundo momento de análise da Terra Firme, que hoje, é bairro, assegurado, inclusive, pelo Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE), e não mais “área pertencente à UFPa que foi invadida por posseiros”, como notadamente a mídia se referia. Esse lugar conta com linhas de ônibus, embora Chiquinha ainda mantenha uma reclamação “...*enquanto moradora, só tá faltando um ônibus daqui mesmo, por que nós temos que pagar nossas contas...*”, há no bairro também posto de saúde, escolas, delegacia, uma praça chamada Olavo Bilac, o Horto Mercado Municipal, Igrejas cristãs, feira.

É um bairro de periferia, que, como narra Chiconá, “...*hoje não, você vê aquelas ruas tão todas... você vê tem casas de grande valor ali na Terra Firme, isso já é uma coisa, né?! Você vê num bairro que nem era Terra Firme, você vê o suporte... eu não sei falar, ah! Você vê assim, o bairro crescer, o movimento crescer. A única coisa que tá faltando ali na Terra Firme, mas, que não é só lá, é em todo o canto, né?! É a segurança...*”, então, esse lugar, por ter características de uma periferia, e que a semelhança de outros bairros como Guamá e Jurunas, vivencia casos de violência acentuados, até mesmo chacinas.³⁰ Todavia, essas características já são conhecidas para quem mora ou ouve falar sobre periferias e favelas, o que se desconhece são as narrativas que explanam sobre a Terra Firme de memória de lutas sociais, de direitos conquistados e de orgulho por pertencer ao lugar.

²⁹ Em 1988, Sahid Xerfan foi eleito prefeito de Belém pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, por um breve mandato, pois em 1990 foi o candidato de Hélio Gueiros, então governador, na disputa contra Jader Barbalho, sendo que Xerfan perdeu a eleição. Tentou o senado em 2002, mas não obteve sucesso. Em 2004, entrou no Partido Progressista - PP, sendo eleito vereador e reeleito em 2008.

³⁰ Em novembro de 2014, ocorreu no bairro da Terra Firme uma chacina, em sinal de revolta pelo assassinato de um cabo da ROTAM, conhecido por “Cabo Pet”. O mesmo foi assassinado no bairro do Guamá, e seus colegas militares saíram as ruas, na madrugada, pelos bairros da Terra Firme, Jurunas, Guamá, Marco, Tapanã e Sideral, disparando tiros nos pedestres. Ao total foram mais de onze mortes, incluindo um deficiente mental. Os jornais locais noticiaram o ocorrido.

Nessa mesma senda, Neco honestamente assegura, “...o bairro melhorou assim, em termos de educação. Tem mais escolas, né?! Hoje tem postos de saúde, né?! Mas, assim mesmo, a gente continua tendo muitos problemas, né?!...” Narra, ainda, sobre a falta de políticas públicas, as quais são fundamentais, segundo ela, para o desenvolvimento do bairro, sobretudo dos jovens que ali residem.

Ao passo que, Chicona acredita que a existência de projetos como o PROPAZ, um programa do governo do Estado, criado em 2004, “com o objetivo de articular, fomentar e alinhar políticas públicas voltadas para a infância, adolescência e juventude, visando a garantia dos direitos, o combate e a prevenção da violência e a disseminação da cultura de paz.”³¹, é um benefício, especialmente, para as crianças não ficarem sem ocupação, após a Escola.

Soraia, filha de Chicona, em uma narrativa que corrobora com a de Neco, afirma que esses projetos, os quais tem como público os jovens, necessitam de reparação e atenção para que sejam devidamente implantados, visto que muitos não contam com recurso financeiro, e alguns monitores sequer contam com formações metodológicas e/ou didáticas para lidar com o público alvo, que, segundo Soraia, estão na principal e decisiva fase de suas vidas.

Ademais, esse foi o último quadro de memórias analisado, no qual os sujeitos fundadores narraram as lembranças da Terra Firme “de antigamente” e “de hoje em dia”, expuseram quais aspectos melhoraram e aqueles que ainda precisam de atenção do Poder Público e isso foi importante para notar que aquelas mesmas pessoas, que no começo da dinâmica do grupo focal lembravam de angústias e medos, todavia, no decorrer das falas, algumas horas depois, houveram mudanças, pois, ainda narravam sobre o mesmo cenário, o mesmo bairro, porém, com orgulho não apenas de suas trajetórias, como também dos direitos conquistados logo, avanços e melhorias em busca de uma vida digna.

Todavia, continuamos diante de um bairro periférico, o qual foi exposto sem a pretensão de romantizá-lo nesse texto dissertativo, e tratá-lo como se diferente fosse dos demais bairros nas mesmas condições. E nesse cenário de violências, descaso público, em consequência disso, grande preconceito por parte da população local, ainda assim, escutamos de moradores do lugar que se sentem felizes por habitar ali, muitos até agradecem a Deus, como pôde-se ler nos quadros de memória. Então, propomos um

³¹ Informação retirada do Site: <http://www.segup.pa.gov.br/?q=node/101>

questionamento: o que é a felicidade na periferia? É válido que reflitamos a respeito do tema.

O dicionário Aurélio diz sobre felicidade: 1- concurso de circunstâncias que causam ventura; 2 – estado da pessoa feliz; 3 – sorte; 4 –ventura, dita; 5- bom êxito; 6- a felicidade eterna, a bem-aventurança. E, alguns filósofos, como Rousseau e Nietzsche diriam que a felicidade é difícil de alcançar, mas a alegria, é mais provável. Tendo isso em vista, é possível afirmar que os moradores da Terra Firme, os quais tem suas casas alagadas a cada chuva na Cidade (que são constantes), padecem com condições desfavoráveis de habitação e tantos outros problemas, tiveram *sorte*, como atribui significado de felicidade, no dicionário Aurélio? Afirmar que sim, seria até mesmo, ir contra o princípio da dignidade da pessoa humana. Porém, verifico que a felicidade ou alegria em pertencer à Terra Firme se dá quando aquelas pessoas que participaram das primeiras lutas por moradia, observam as melhorias no lugar e sentem-se responsáveis, também. Essa alegria ocorre, ainda, quando os mais jovens, contam que fazem parte de algum grupo ou ONG de qualquer modalidade, dança, memória, esporte, música e outros, e que esses grupos os fizeram não optar pelo “caminho das drogas e da violência”, como muitos afirmam ser inerente aos “jovens de periferia”.

Perceber os sentidos da Terra Firme sem os “olhos da mídia”, - que em redes sociais, meios televisivos e jornais impressos massifica com os conteúdos somente de desprezo e pavor -, é dispor-se a conhecer o shopping chão, os produtos vendidos na feira e alimentos do Horto mercado. É, ainda, sentar e escutar as memórias divertidas do taxista que trabalha no “Ponto de táxi” há mais de trinta anos, ou do feirante que ensina como tratar um peixe e ao mesmo tempo, porque mudou-se para a Terra Firme, é debruçar-se a ouvir a memória política de Batista e Neco, a memória afetiva de Chiquinha, Chicon e Madalena.

Por fim, esse é o processo de descongelamento da cena, é enxergar a estética do bairro sem ater-se, unicamente, as questões difíceis, as quais merecem atenção, mas não apenas essas. É compreender que é possível ser feliz na periferia, especialmente, quando se assume o papel de cidadão ativo, o qual compromete-se com sua comunidade.

E o registro da memória dos que ali moram é uma maneira de exercer essa cidadania ativa. Sendo assim, encerramos esse capítulo com a frase de um dos sujeitos fundadores, o Zé Maria, que, ao ser questionado durante a entrevista para essa pesquisa: “o que é ser morador da Terra Firme? ”, respondeu da seguinte maneira: “*Ser morador*

da Terra Firme é gostar do bairro, é gostar de estar aqui, porque quem não gosta já foi embora há muito tempo daqui.”

Seguiremos para a Periferia das Memórias, capítulo que narrará sobre o Ponto de Memória da Terra Firme.

CAPÍTULO 4

PERIFERIA DAS MEMÓRIAS



Figura 15 - Igarapé do Tucunduba / Foto: Mário Quadros, 2012

Outra Terra Firme é possível!

Tem cultura, tem memória, tem!
Tem esporte, tem educação!
Na juventude, todos gostam!
Todos juntos, lutam igual!
Ei, Terra Firme, Ponto de Memória já chegou!
Comunidade gostou, comunidade aprovou!

(Paródia da música “Another Brick In the Wall”, da banda Pink Floyd, criada pelo conselheiro José Maria)

Iniciamos a apresentação desse capítulo elucidando a foto que o representa: o Igarapé do Tucunduba. A começar pelo fato de esse Igarapé ser uma das imagens que ilustram a logomarca do Ponto de Memória da Terra Firme, escolhida em uma gincana denominada “I Gincana História e Memória do bairro da Terra Firme”, ocorrida em comemoração à 9ª Semana Nacional de Museus, iniciativa do IBRAM/MinC, foi também, a primeira atividade do PMTF. A gincana tinha como público alvo as escolas do bairro, sendo assim, elas fizeram desenhos que, a seu ver, melhor representariam o PMTF. Abaixo destacamos a vencedora e que até hoje, ilustra todas as atividades e produtos realizados pelo Ponto.



Figura 16 - Logomarca PMTF / Fonte: blog do PMTF.

A proposta, ao apresentar ainda na introdução do capítulo, a logomarca do PMTF, é expor sobre a escolha proposital da imagem selecionada para representar a “Periferia das Memórias”, visto que durante os estudos sobre a Terra Firme, os autores e moradores costumam começar suas narrativas falando sobre as terras alagáveis ou sobre o referido Igarapé, já mencionado no capítulo anterior. Nesse capítulo, portanto, ele é compreendido como um “guardião de memórias” do bairro cenário de pesquisa.

Ademais, no texto síntese, dessa vez não autoral, também se optou pelo uso de algo produzido pelo PMTF. Esse texto, na realidade, como já apontado na legenda, é a paródia de uma música internacional da banda Pink Floyd. O conselheiro José Maria, a partir de suas inspirações, compôs a letra e apresentou ao conselho gestor. Em entrevista a essa pesquisa, ele explicou sobre a música e abaixo, está transcrito seu relato, fazendo uso da mesma proposta de apresentação de narrativa dos outros sujeitos, mantendo, portanto, a maneira que o entrevistado falou. É o que segue.

“Essa música do Ponto de Memória, a gente primeiro pensou que todas as entidades, todos os grupos, precisam ter uma música, né?! Pena que são poucos os grupos, que...tipo assim, vou dar um exemplo: um grupo de carimbó, um grupo de dança, eles fazem as músicas, pra tocar pros outros, e a gente pensou uma música do Ponto de Memória pra marcar uma música que a gente tem, que é nossa, que fala o que a gente faz, o que a gente tem. Então, a gente pensou primeiro em ter uma música. Depois, em uma das atividades do Ponto, a Helena Quadros, uma pedagoga, uma pessoa que alegra muito onde chega, em qualquer lugar, e, ela dançando com a mão pra cima, ela inspirou, por que a Pedagogia proporciona que a pessoa saiba ouvir, falar, explicar, então ela é assim, e daí eu pensei a gente tinha que fazer essa música e tinha que fazer um clipe, né? Todos os conselheiros cantando essa música, que é uma marca do Ponto de Memória, e aí teria que pensar qual seria a música, e aí a gente pensou uma música, que essa dá pra... paródia, né? A versão da música. Que dá pra cantar em conjunto e dá pra cantar sozinho. Então, foi nesse sentido que a gente pensou a música, não foi fazer por fazer, mas a gente pensou dessa forma, pra ser a música do Ponto de Memória, assim como a gente temos a nossa logomarca, temos a música, e agora a gente precisa ter uma bandeira. ”

Tendo a imagem e o texto explicados, situaremos do que se trata, afinal, a “periferia das memórias”. Recebe esse título para separar os dois momentos de estudo da Terra Firme, no anterior como o lugar de direitos, e agora, o lugar de memórias, visto que há inúmeras narrativas que necessitam de registros e que merecem ser guardadas em um espaço escolhido e criado pelos moradores: Ponto de Memória da Terra Firme. Dessa maneira, o capítulo explicita do que se trata o Programa Pontos de Memória e o PMTF, com a proposta de aclarar suas trajetórias.

Além disso, são expostas as narrativas dos conselheiros do PMTF a respeito de seus trabalhos voluntários no Ponto, suas percepções e seus conhecimentos sobre as categorias Educação Popular e Memória Social. O convite agora é para que se conheça a respeito do PPM e PMTF.

4.1. O Programa Pontos de Memória: “a lógica tem que ser invertida”

Ao longo da construção dos capítulos que antecederam este, diversos foram os momentos em que usamos a palavra “memória”, seja para conceituá-la teoricamente na perspectiva da memória social, ou quando utilizamos os “quadros de memória” no capítulo anterior; Memória cultural também foi selecionada para tratarmos as narrativas dos sujeitos fundadores. Desse modo, sabendo que ela é uma das categorias de análise dessa dissertação, é proeminente, além disso, que a enfatizemos enquanto uma capacidade humana que permite a discussão de sua identidade social.

Tendo isso reforçado, é importante que iniciemos esse tópico a partir de um questionamento: as comunidades das periferias e favelas brasileiras tem potencial para ter suas memórias narradas em um museu tendo como fim a questão da identidade social? Essa pergunta foi premissa para a criação do Programa Pontos de Memória. E nesse primeiro tópico direcionaremos a escrita para o histórico desse Programa.

Em janeiro de 2009, foi criado, em Brasília/DF, o Instituto Brasileiro de Museus, o IBRAM. O responsável pela criação foi o Presidente da época, Luiz Inácio Lula da Silva, que assinou a Lei nº 11.906. O Instituto é diretamente vinculado ao Ministério da Cultura.

Em 2009, o Departamento de Museus e Centros Culturais se desvincula do IPHAN e constitui-se no Instituto Brasileiro de Museus, uma autarquia que trabalha dentro do MinC. Logo, o Ibram tem seu passado e sua ideologia ainda enraizados na política do IPHAN, valorizando hoje o que é de relevância econômica, turística e ideológica para o estado. (GIESE, 2014, p. 34)

Nesse contexto de existência do Ibram algumas questões passaram a ganhar maior atenção, como a possibilidade de pensar atividades que valorizassem a cultura e a memória em espaços museais, porém, a ideia era que essas propostas fossem direcionadas para comunidades populares, visto que:

Nem sempre dentro de certos grupos estão evidenciados documentos ou acervos materiais que possam manifestar, de modo mais próximo a vontade do grupo, ratificando sua trajetória no espaço social. A memória traduzida na oralidade ou na cultura imaterial é, portanto, para certas comunidades, o principal acervo de sua história. O grande desafio é a musealização da memória de uma comunidade, que normalmente por vontade própria, não deseja que seja esquecida. (GIESE, 2014, p. 30)

Nesse sentido, a discussão iniciada por Giese (2014) remete ao pensamento de que os museus, sobretudo os tradicionais, ainda são fortemente conhecidos por terem seus

espaços restritos às elites. Essa vontade de memória a qual Giese (2014) se refere diz respeito ao fato de que pessoas pertencentes a determinado grupo social (minorias), por diversas vezes não se sentem representados ou acolhidos em museus.

Em seu histórico, esses espaços, por muitos séculos, mantiveram a tradição de ser um lugar de arquitetura rebuscada e voltada para a burguesia. E a partir disso, popularizou-se a noção de que os museus não permitiam o acesso de qualquer tipo de público, sobretudo, os menos favorecidos financeiramente. Quadros (2000, p.01) explicou que “coleccionar, identificar, documentar, inventariar, investigar, catalogar, conservar, exibir e difundir objetos ou documentos. Ao público era permitido apenas contemplar, muitas vezes sem compreender o que via. ” era a função atribuída a essas instituições, sem a preocupação com o papel educativo que sempre coube a elas.

Sabendo disso, a missão que os museus assumem de quebrar esses paradigmas no que tange a relação e compromisso com seus visitantes, implica na necessidade de que um novo olhar seja voltado a essas instituições. Nesse sentido, o advento da museologia social surge como uma possibilidade de musealizar a memória de pessoas socialmente oprimidas.

A museologia social é uma das áreas do campo da Museologia que percebe a importância de que os museus ampliem suas percepções de sociedade, dando valor, também, a uma cultura imaterial, abrindo espaço para uma visão democrática dentro desses museus, a qual não oprime qualquer tipo de classe. Faz-se importante esclarecer:

Na busca por fomentar aportes para a expansão da imaginação museal, na população de maneira geral, a Museologia, e conseqüentemente a Museologia Social, vem se debruçando na grande tarefa de evidenciar o patrimônio da memória das comunidades. Processo que vai de encontro com a ideologia dos museus tradicionais, que buscam valorizar a memória através da cultura material, suas museálias, que normalmente estão ligadas as classes dominantes que pela metodologia de seleção histórica da burguesia, ou positivista, são importantes para o registro de determinado local. Seleção que nem sempre é baseada pelo o que de fato a população quer que seja musealizado. (GIESE, 2014, p. 29)

No Brasil, um dos principais militantes da Museologia Social é o museólogo Mário de Souza Chagas. Além disso, ele foi responsável pela criação do Programa Pontos de Memória, projeto que já vinha sendo elaborado antes mesmo da existência do Ibram.

Essa ideia transformou-se em ação, por meio de um projeto de cooperação oficializado em outubro de 2008. Trata-se de um documento que formalizou a cooperação técnica internacional entre Ministério da Cultura (MinC) e Organização do Estados Íbero-

Americanos (OEI), o qual tornou possível a execução do referido projeto, que ficou intitulado Desenvolvimento Institucional e Técnico-Operacional para a Ampliação e Consolidação de Projetos Relacionados à Memória Social no Brasil. (AVELAR, 2015, p. 61).

A proposta de trabalhar a Memória Social no Brasil, nasceu inspirada no objetivo dos Pontos de Cultura, os quais seguem a mesma senda de escutar e dar visibilidade à identidade das minorias que não são ouvidas, ou seja, que não tem suas vivências evidenciadas, mas sim, silenciadas. Todavia, como o nome sugere, os Pontos de Cultura têm como foco ações voltadas para a cultura, propondo que a mesma seja reconhecida não mais como um produto, mas, um processo. Dessa maneira, Célio Turino, historiador que foi convidado por Gilberto Gil, na época do convite, Ministro da Cultura, para que juntos desenvolvessem um programa de democratização e acesso à cultura, aclara de que forma compreendem os PC:

Ponto de Cultura é um conceito de política pública. São organizações culturais da sociedade que ganham força e reconhecimento institucional ao estabelecer uma parceria, um pacto, com o Estado. Aqui há uma sutil distinção: o Ponto de Cultura não pode ser para as pessoas, e sim das pessoas; um organizador da cultura no nível local, atuando como um ponto de recepção e irradiação de cultura. Como um elo na articulação em rede, o Ponto de Cultura não é um equipamento cultural do governo nem um serviço. Seu foco não está na carência, na ausência de bens e serviços, e sim na potência, na capacidade de agir de pessoas e grupos. Pontos de Cultura é cultura em processo, desenvolvida com autonomia e protagonismo social. (TURINO, 2009, p. 64)

Dessa forma, inspirados nos Pontos de Cultura, nascem os Pontos de Memória. Mário Chagas, o idealizador do Programa, em conjunto com uma equipe de museólogos, historiadores e técnicos do Ibram organizam, então, uma ação-piloto para a implantação do PPM no Brasil. Entre as pessoas componentes dessa equipe, estavam Claudia Rose, Wélcio de Toledo e Marcelle Pereira, pessoas também militantes na museologia social. Para tanto, destacamos abaixo uma informação verbal³² de Marcelle que reforça a inspiração da equipe nos PC para a implantação da ação-piloto dos PM:

Fomos inspirados pelos Pontos de Cultura já existentes que partiam da ideia de fazer com que ela saísse das amarras de uma cultura elitizada e fosse para as ruas mostrando uma cultura popular dos movimentos sociais (...) Os Pontos de Memória surgem se valendo dessa ideia, deveriam buscar a garantia de democracia participativa nos espaços de

³² Trecho de fala retirado da palestra “Movimentos sociais da região amazônica: uma breve análise sobre a memória como inspiração para a resistência e os museus como espaço de luta”, durante a V Primavera de Museus da UFPA (Setembro/2015), apresentada por Marcelle Pereira, museóloga e Professora do Curso de História da Universidade Federal de Rondônia.

memória oprimidos – favelas, bairros pobres – **Afinal, quem visitaria um museu na favela?** Mas a ideia era justamente essa, revelar que na favela não tem só pobreza, marginal e violência, vai além! Tem juventude, cultura e arte (...) então, a lógica tem que ser invertida, não pode se esconder em função do preconceito dos outros, mas sim exibir sua cultura e memória por meio dos movimentos sociais, especialmente os mais jovens (...) o preconceito cria sentimento de falta de pertencimento do lugar e não pode ser assim!

O grifo no trecho da fala acima é o ponto chave na discussão sobre Pontos de Memória: quem visitaria um museu na favela? Como já dito, a museologia social se dá por meio da expectativa de proporcionar um novo olhar para a ideia que se criou de museus. Mas, um museu na favela? Que tipo de exposição seria apresentada? Que histórias haveria para contar?

A proposta dos idealizadores do PPM, foi, então, a partir da ação-piloto, identificar comunidades de favelas e periferias das capitais brasileiras que tivessem a vontade de narrar suas memórias nessa concepção de museu não tradicional. Fazendo uso da Museologia Social e assim, buscando-se ressignificar o entendimento de museus como espaços não somente educativos e de convivência, pesquisa, exposição de acervos e coleções, mas também, compreendendo-os como lugar de todos, os quais, pensam e trabalham também, em prol da formação política dos indivíduos e de comunidades engajadas no processo de forjar suas próprias narrativas museais. (OEI; IBRAM, 2016, p. 06)

Os Pontos de Memória, surgem com essa intenção, valorizar e enaltecer o que acontece nas periferias e favelas. O lado bom desconhecido e/ou não reconhecido. Como o nome intenciona, teve como escopo inicial estabelecer e dialogar com a comunidade a respeito da memória, presente nos lugares que habitam e que por diversas vezes, esses espaços são menosprezados seja pelo Poder Público, pelos que não residem ali e até mesmo por seus próprios moradores. Dessa maneira, a ideia inicial era redescobrir ou revelar a importância da valorização do lugar que pertencem e, assim, desconstruir o preconceito existente.

Para a implantação dessa primeira ação, foi despendido o valor de três milhões quinhentos e setenta e cinco mil e duzentos reais. Foram feitas duas revisões no projeto, com prorrogação de prazos e composição de novos aportes financeiros, sendo seu orçamento total geral de cerca de dez milhões e seu prazo de conclusão em janeiro de 2015. (AVELAR, 2015, p. 62 *apud* ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS ÍBERO-AMERICANOS, 2008.)

A título de reforço, mencionamos o dito em uma das mais recentes publicações do Ibram, referente as metodologias e práticas de museologia social implantadas nos PM:

Na esteira dos Pontos de Cultura e inspirados nas realizações como a do Museu da Maré/RJ, os idealizadores do projeto e os técnicos que compuseram sua equipe se propuseram a fazer que esses grupos se apropriassem de conceitos e de ferramentas da Museologia Social para melhor exercerem seu direito à memória. As interações (...) foram possibilitadas por uma sequência de fatos: a inclusão de ações de memória no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci); a assinatura de um projeto de cooperação com a Organização dos Estados Íbero-Americanos (OEI); e a criação do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), em 2009. (OEI; IBRAM, 2016, p. 08)

A comissão responsável pelo PPM já tinha identificado comunidades que realizavam há um bom tempo atividades de valorização da memória, a exemplo do Museu da Maré, no Rio de Janeiro, todavia, para seguir na ação-piloto do Programa, propuseram iniciar selecionando doze periferias e/ou favelas das capitais brasileiras a fim de apresentar-lhes a proposta do PPM e sensibilizá-las para participarem.

A etapa de sensibilização comunitária tem como objetivo mobilizar e envolver as comunidades em torno de questões que perpassam os temas museu, memória, cidadania, direito à memória, políticas culturais, bem como as ações e os objetivos do Programa Pontos de Memória. É considerada de alta relevância para o início do trabalho na comunidade, pois é o momento em que os diferentes grupos e representações locais são convocados a discutir e manifestar o desejo em desenvolver ações e projetos de Museologia Social na comunidade. (OEI; IBRAM, 2016, p. 17)

Durante o ano de 2009, essa comissão viajou para as doze capitais brasileiras escolhidas, que tiveram como critério para seleção altos índices de violência. Foram: Salvador – BA; São Paulo – SP; Recife – PE; Brasília – DF; Fortaleza – CE; Maceió – AL; Porto Alegre – RS; Rio de Janeiro – RJ; Belém – PA; Vitória – ES; Curitiba - PR e Belo Horizonte – MG.

É interessante tornar conhecida a investigação realizada por Avelar (2015), referente a esse momento em que a equipe do Ibram visitou as comunidades, tendo em vista que a autora revela tensões e sentimentos de um dos técnicos que compunha a equipe.

O consultor Welcio, como representante do Ibram, assumiu a responsabilidade de abordar as comunidades e apresentar a proposta da Ação-Piloto, trabalho que segundo ele não foi fácil: “Este trabalho, que começou de maneira bem exploratória mesmo, era eu – aí eu posso usar até a primeira pessoa mesmo – entrando nas comunidades (...) foi uma coisa muito revolucionária, quase que suicida, eles me questionavam muito, me colocavam contra a parede.” (TOLEDO, 2014) Ele destaca como fatores dificultadores a falta de mediação de instância estadual ou municipal e também resistências das comunidades em relação a

programas sociais de governo e, em particular, ao Pronasci: “O Pronasci, dentro destas 12, não era um programa, uma instituição muito bem vista. Então as comunidades rechaçavam.” (TOLEDO, 2014) Por outro lado, Welcio destaca como pontos positivos a atuação e o conhecimento prévios das comunidades na área de cultura, sendo o papel do Ibram esclarecer que os trabalhos já realizados poderiam estar inseridos nos campos da memória e da museologia. (AVELAR, 2015, p. 65).

É importante que se faça um adendo explicitando que a vontade das comunidades de narrar ou não suas memórias, dentro de um museu, deve ser respeitada. Na realidade, o trabalho comunitário exige respeito na lida com o outro, sabendo que essas comunidades, comumente se resguardam quando algum projeto vindo do Poder Público as procura, visto que é o Poder Público, responsável pela melhoria desses lugares. Todavia, comumente, o abandonam, permitindo que vivam em condições de precariedade.

Ademais, ainda que algumas dessas lideranças comunitárias que já desenvolviam trabalhos no campo cultural, acabassem, na primeira impressão rechaçando a possibilidade de participar do PPM, elas engajaram-se e apostaram nessa metodologia para realizar um trabalho sistemático de identificação, registro, compartilhamento e preservação de suas memórias (OEI; IBRAM, 2016, p. 08)

É válido, ainda, explicitar um fator proeminente revelado por Avelar (2015), quanto a importância de que os Pontos de Memória construíssem ou não um espaço físico, que recebesse o nome de “museu”:

Apesar de referências em documentos internos do Ibram sobre a expectativa de instalação e manutenção de Pontos de Memória e estabelecimento de museus comunitários, Welcio diz que não havia uma demanda explícita no sentido de estruturar-se fisicamente um museu. (TOLEDO, 2014) de qualquer forma, constata-se incentivo especial do Ibram à montagem de exposições como atividade intrínseca ao trabalho museológico que daria início à constituição de museus comunitários imbuídos dos propósitos de preservação da memória e afirmação de identidade e cidadania. (AVELAR, 2015, p. 64)

A equipe do PPM acreditava ser importante que futuramente esses museus comunitários viessem a existir, a fim de dar “continuidade ao processo de preservação da memória e, ao mesmo tempo, afirmação da identidade e cidadania das comunidades implicadas.” (AVELAR, 2015, p. 65 apud INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2011b, p. 13), todavia, como afirmou Welcio de Toledo, não havia uma demanda explícita. Abrimos um parêntese para uma breve discussão sobre os museus comunitários, categoria muito bem explorada nas obras de Hugues de Varine, uma das maiores

referências internacionalmente conhecida no âmbito da Museologia. O autor francês explana a respeito da conceituação desse tipo de museu, o que corrobora com a proposta do PPM.

Como o próprio desenvolvimento, o museu de comunidade é mais bem descrito como um processo. Ele certamente não é uma instituição ou uma estrutura acabada. É um ser vivo, como a própria comunidade, em constante movimento para se adaptar às mudanças que acontecem nela e em seu ambiente, seja ele regional, nacional ou global. É por isso que ele não pode ser trancado num edifício, restrito a uma coleção e uma exposição ou administrado por profissionais competentes sem conexão ou comunicação com a comunidade. É também por isso que esse museu não pode ser concebido como uma arapuca para turistas ou como um monumento a ser inaugurado pelo político local às vésperas da eleição. Como processo, o museu deve ser construído, mês a mês, ano a ano, pelo povo, naturalmente com o auxílio de profissionais: isso é o que Maude Céré, em Montréal (Québec), chama de “*muséologie populaire*”, museologia popular, que ela ensina a líderes e ativistas comunitários. Não é nem mesmo necessário chamá-lo de “museu”: se todo o território for envolvido, se todo o patrimônio da comunidade for levado em consideração, se as exposições forem apenas uma das técnicas utilizadas para a comunicação entre as pessoas (há muitos outros métodos, incluindo trilhas de observação, centros de interpretação, centros de recursos ou documentação, produções de audiovisuais e multimídia, programas escolares, oficinas temáticas etc.).(VARINE, 2014, p. 29)

Dito isso, retomemos ao contexto das visitas técnicas, as quais foram fundamentais para que a comissão do Programa conhecesse os trabalhos desenvolvidos nas comunidades que frequentaram em cada uma das capitais selecionadas. A partir dessas visitas puderam perceber quais delas possuíam o interesse e potencial para ter um Ponto de Memória.

Após alguns meses dessas visitas, ainda no ano de 2009, o Ibram realizou a I Teia da Memória, na cidade de Salvador – BA. Para esse evento, o Instituto convocou e patrocinou a ida de representantes das comunidades de cada uma das doze capitais. A proposta era retomar o assunto “Programa Pontos de Memória”.

A Teia da Memória é o encontro nacional dos Pontos, Redes e Iniciativas de Memória e Museologia Social, que tem como objetivo ser um espaço de intercâmbio e reflexão acerca dos processos comunitários de memória que vêm se desenvolvendo e se articulando no país, dando visibilidade aos trabalhos desenvolvidos por esses grupos que representam a diversidade cultural brasileira. As três primeiras edições do evento aconteceram na cidade de Salvador/BA, em Fortaleza/CE e no Rio de Janeiro/RJ. Realizada pela primeira vez como parte da programação de um Fórum Nacional de Museus, na cidade de Belém/PA, entre os dias 23 a 25 de novembro de 2014, a IV Teia da Memória reuniu em média de 120 pessoas por dia, oriundas de todas as regiões do Brasil (IBRAM, 2014, p. 154)

A I Teia da Memória foi um momento crucial para o Programa, pois durante esse evento todas as pessoas envolvidas na ação piloto puderam se conhecer e dialogar. Além disso, foi durante a Teia que os representantes do Ibram aclamaram aqueles representantes de cada comunidade ali presente, como Pontos de Memória de suas regiões. Essa reunião marcou, oficialmente, o começo das ações do Programa Ponto de Memória no Brasil, atribuindo a esses Pontos a missão de realizar, em suas cidades, metodologias de museologia social, a fim de que a memória de cada localidade começasse a ser trabalhada naqueles que poderiam ser futuros museus, geridos pela comunidade.

Desse modo, os doze primeiros Pontos de Memória pertencentes às periferias e favelas espalhadas pelas capitais das cinco regiões do Brasil tiveram como representantes as seguintes: Comunidade do Bairro da Terra Firme (Belém/PA); Comunidade do Taquaril (Belo Horizonte/MG); Comunidade da Estrutural (Brasília/DF); Comunidade do Sítio Cercado (Curitiba/PR); Comunidade Grande Bom Jardim (Fortaleza/CE); Comunidade do Jacintinho (Maceió/AL); Comunidade da Lomba do Pinheiro (Porto Alegre/RS); Comunidade do Coque (Recife/PE); Comunidades do Pavão-Pavãozinho-Cantagalo (Rio de Janeiro/RJ); Comunidade da Brasilândia (São Paulo/SP); Comunidade do Beiru (Salvador/BA) e Comunidade do São Pedro (Vitória/ES).

No retorno para suas cidades, cada uma dessas comunidades ficou responsável pelas ações museais propostas pelo Ibram, as quais deveriam ocorrer ao longo do processo de consolidação de cada Ponto, em suas localidades. Todavia, a primeira etapa solicitada foi a de que cada Ponto realizasse uma reunião em suas localidades a fim de constituir um Conselho Gestor, que se responsabilizaria pelas atividades promovidas pelos Pontos, como também pela comunicação direta com o Ibram. Deveriam, também, criar uma logomarca que os identificasse. Além disso, cada comunidade deveria contar com um consultor local, que ficaria responsável pela consultoria técnico-operacional referente às metodologias voltadas para memória social. Quanto a esse último, Alcântara (2016) esclarece:

Em 2011, iniciava uma nova etapa dentro do programa, a seleção dos consultores locais que deveriam atuar nas comunidades, promovendo a consultoria técnica-operacional relacionado a memória social, museologia comunitária, cultura popular e educação patrimonial, além de planejar, elaborar e desenvolver ações socioculturais junto aos comunitários, trabalhando para a difusão, acompanhamento e avaliação das atividades. Os consultores deveriam possuir curso superior e ter algum envolvimento com as comunidades contempladas pelo Programa Pontos de Memória; logo, deveriam ser de indicação dos conselhos

gestores, a fim de garantirem a execução das propostas. (ALCÂNTARA, 2016, p. 53)

Ademais, as ações museais foram as atividades realizadas por cada Ponto, as quais sinalizam as práticas de museologia social, foco central do PPM.

Elas compreendem todas as formas e processos criativos de atividades comunitárias de registro, reconhecimento e valorização da memória local (...) São as rodas e chás de memória, museus-cortejo, exposições itinerantes, grafites, festivais musicais, saraus, feiras de Gastronomia, campeonatos infantis de pesquisa e história, dentre outras ações diretas e indiretas que envolvem a comunidade na valorização de suas referências culturais, identidades, memórias e tradições locais. (OEI; IBRAM, 2016, p. 29)

Outra ação também primordial no desenvolvimento desses Pontos foi a realização de Inventários Participativos:

Dentre as etapas da metodologia proposta para o desenvolvimento dos Pontos de Memória destaca-se a realização do inventário participativo, processo no qual as comunidades assumem, em primeira pessoa, a identificação, a seleção e o registro das referências culturais mais significativas para suas memórias e histórias sociais. No processo de inventariar, a comunidade também decide os métodos mais eficientes de divulgação e preservação de suas memórias e patrimônios, haja vista que as pessoas cuidam melhor daquilo que reconhecem como delas e/ou que possuem algum significado para si ou grupo social ao qual pertence. (OEI; IBRAM, 2016, p. 39)

A quarta etapa que os Pontos deveriam cumprir dizia respeito aos produtos de difusão, os quais deveriam contar com a vasta divulgação:

Os produtos de difusão são compreendidos pelas ações museais desenvolvidas (...) após a etapa de realização do inventário participativo. Com alta repercussão dentro e fora da comunidade, podem ter o formato de exposição, publicação, documentário, dentre outras atividades que colocam em evidência as representações das memórias e identidades coletivas, discutidas e trabalhadas durante todo o processo metodológico de desenvolvimento do Ponto de Memória. (OEI; IBRAM, 2016, p. 61)

Essas foram as principais ações museais estabelecidas para o começo do desenvolvimento do Programa. Ocorre que a partir da avaliação positiva dos primeiros três anos, o Ibram decidiu lançar, no ano de 2011, o primeiro edital público para novos pontos de memória. O foco era premiar quarenta e cinco ações de memória realizadas no Brasil e mais três no exterior.

Para esta seleção foi definido como público foco as populações de baixa renda, que habitam áreas com precária oferta de serviços públicos, tanto nos grandes centros urbanos, como nos pequenos municípios; adolescentes e jovens adultos em situação de vulnerabilidade social;

estudantes da rede básica de ensino público; habitantes de regiões e municípios com grande relevância para a preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental brasileiro; comunidades indígenas, rurais e remanescentes de quilombos; agentes culturais, artistas e produtores, professores e coordenadores pedagógicos da educação básica e militantes sociais que desenvolvem ações de preservação da memória. Além da observação do público, para concorrer ao edital, as iniciativas deveriam preservar princípios como autonomia, protagonismo e empoderamento dos agentes culturais, com vista a implementar uma gestão compartilhada entre poder público e comunidade. (MIGUEL, 2013, p. 04)

Com a significativa expansão do Programa, a responsabilidade do Ibram em manter a qualidade e acompanhamento dos Pontos, tornou-se maior, significando, assim, um desafio para o Instituto. Dado isso, a comissão elaborou estratégias de controle das iniciativas de memória:

A solução, compartilhada por muitos, parecia ser, portanto, aproximar, especialmente pela formação e pelo fortalecimento de redes territoriais e temáticas, aqueles primeiros pontos – muitas vezes chamados de “Pontos Pioneiros” – e os que se integraram ao projeto por terem sido premiados pelo edital: os “Pontos Premiados”. Mas essas redes deveriam ser ainda mais abrangentes, incluindo outras iniciativas – chamadas parceiras – que, desde o início, compartilharam suas experiências com os doze pontos. Da mesma forma, deveriam ser incluídas instituições – especialmente universidades e museus – que ofereceram seu apoio, concorrendo para a realização de ações e seu constante aperfeiçoamento (OEI; IBRAM; 2016, p. 09)

O contato entre os Pontos Pioneiros e os Pontos Premiados, que ocorreu, pela primeira vez, durante a IV Teia da Memória, realizada em Belém do Pará, em novembro de 2014, foi conflituoso. Naquele momento os Pontos Pioneiros se preocupavam com sua representatividade no Programa, tendo em vista que a partir da ocorrência do edital de 2011, não eram mais apenas doze Pontos de Memória. É interessante observar a narrativa etnográfica de Alcântara (2016), que vivenciou e analisou esse momento:

Mais à frente encontro os representantes dos Pontos de Memória (...) Em grupo, conversavam sobre argumentos e estratégias que usariam para assegurar representatividade dos pontos pioneiros no *Conselho de Gestão Compartilhada e Participativa dos Pontos de Memória*, a ser votado no encontro. Para eles, os pontos premiados e mais o Ibram estavam querendo distribuir de forma igualitária as representatividades com todos os Pontos de Memória. (ALCÂNTARA, 2016, p. 29) (itálico da autora)

Alcântara (2016) narra suas primeiras impressões referentes a esse encontro e, mais adiante, detalha a relação que denominamos anteriormente de “conflituosa”. Esse

momento era muito importante, tendo em vista que essa discussão de gestão compartilhada no Programa se consolidaria legalmente por meio de uma portaria. O conselho ao qual a autora se refere é “uma instância colegiada permanente de debate e articulação para a construção e fortalecimento de políticas públicas de memória e museologia social.” (IBRAM, 2014)³³

O interessante dessa tarde de profundos debates, foi observar os personagens se consolidando, no qual as lideranças dos pioneiros e dos premiados começavam a ficar mais explícitas. Até mesmo o auditório passou a ser dividido: do lado direito se posicionavam os pioneiros e do lado esquerdo os premiados. Os representantes na mesa, por mais imparciais que deveriam permanecer, não conseguiam ficar de fora dos debates acirrados, foram muito mal-entendidos e tons elevados que logo se acalmariam com pedidos de desculpas. (ALCÂNTARA, 2016, p. 33)

Sendo assim, a IV Teia da Memória foi marcante para o PPM, devido a consolidação de uma comissão que passaria a integrar o Conselho de Gestão Compartilhada/Participativa dos Pontos de Memória, passando a ser representado por vinte pessoas, sendo dez representantes da sociedade civil e os demais do Governo.

Os da sociedade civil são: 5 representantes regionais indicados por Pontos de Memória de cada região do país, sendo 1 representante de cada região do país; 2 representantes indicados pelas redes de memória temáticas; 1 representante indicado pelos 12 pontos de memória pioneiros; 2 representantes indicados pelas redes estaduais de Pontos de Memória. Os representantes do Governo são: 4 representantes indicados pelo IBRAM; 1 representante indicado pelo IPHAN; 1 representante indicado pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI); 1 representante indicado pela Secretaria de Direitos Humanos; 1 representante indicado pela Secretaria Especial de Promoção de Igualdade Racial (SEPIR); e, 1 representante indicado pelo Ministério da Educação (MEC). (ALCÂNTARA, 2016, p. 34)

Observa-se, após o conhecimento dessas narrativas que a medida que o Programa Pontos de Memória se expande, a exigência de amparo e assistência dos Pontos de Memória, sobretudo, os pioneiros, aumenta. Os Pontos sentem necessidade que o Ibram dê apoio e institucionalize o PPM. Este foi um sintoma refletido no 7º Fórum Nacional de Museus, ocorrido em Porto Alegre, no período de 30 de maio a 04 de junho, de 2017. Pela primeira vez desde o ano de 2009, a Teia da Memória não aconteceu, sob a justificativa que o Ibram não contava com recursos financeiros - devido a crise econômica que o país atravessa – para organizar a Teia, embora estivessem responsáveis pela organização do Fórum.

³³ Disponível no site: < http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2014/10/Minuta-de-Portaria_Encontro-Regional-DF.pdf>

Todavia, alguns representantes dos Pontos Pioneiros e Pontos Premiados compareceram ao Fórum para participar da reunião específica que ocorreria com o Ibram. Essa reunião resultou em um documento muito importante para o PPM: a portaria nº 315, publicada no Diário Oficial da União, a qual institucionalizou o Programa, oficializando-o como política pública, “perene no âmbito de atuação do Ibram. ” (IBRAM, 2017)³⁴. Trata-se de um avanço significativo e atendimento a uma das maiores expectativas para aqueles que militam na museologia social brasileira.

Em suma, o Programa Pontos de Memória foi pensado e elaborado se valendo da ideia de escutar e registrar as narrativas de memórias de comunidades comumente não ouvidas na sociedade, em função da opressão que ocorre nos lugares que habitam, como periferias e favelas. Esses espaços são oprimidos socialmente devido o preconceito que se criou em torno deles, devido, principalmente, a constante violência, fortemente divulgada midiaticamente.

É importante que não se negue que as favelas e periferias brasileiras padecem do descaso do Poder Público e, por essa razão, fatores como violência e condições precárias de moradia são características suas. Todavia, embora não se negue essas situações, a proposta dos Pontos de Memória é que essas pessoas residentes em tais espaços tenham a possibilidade de contar o trabalho de cunho cultural que ocorre nestes lugares, visto que ao passo em que os fatores ruins são amplamente divulgados, o mesmo não se pode afirmar no que tange situações positivas e benéficas para estas comunidades, como por exemplo, os trabalhos culturais citados.

Desse modo, o Ibram, em articulação com o Ministério da Justiça, Ministério da Cultura, Pronasci e OEI, lançou no ano de 2009, o Programa Pontos de Memória, organizou uma equipe - liderada por Mário Chagas -, que ficou responsável pelo desenvolvimento da ação piloto do PPM e posteriormente, após sua consolidação, por retornar às doze comunidades escolhidas a fim de realizar seminários, oficinas e acompanhamento das ações museais que estavam sendo desenvolvidas em cada Ponto.

Os Pontos de Memória deveriam ser a referência de trabalhos elaborados com base nas práticas de museologia social, em suas localidades. Uma das ideias era que as comunidades passassem a compreender, a partir da existência dos Pontos, o conceito de museu como um lugar de representação deles também, espaço responsável por formação

³⁴ Retirado do site: <<http://fnm.museus.gov.br/noticias/portaria-do-ibram-institucionaliza-programa-pontos-de-memoria/>>

política e que poderiam ocupar essas instituições, construindo-as de acordo com as suas necessidades.

Ter um Ponto de Memória em seu bairro deve representar a possibilidade de que seus moradores tenham autonomia para contar a memória de seus lugares, que entendam que eles mesmos são o acervo vivo desse museu não tradicional e que as exposições, por exemplo, não necessitam de materiais rebuscados, podendo, todavia, ser construída a partir de um objeto de pouco valor financeiro, porém, com elevado valor afetivo para sua comunidade.

Alcântara (2016), nos aponta seus aferimentos referentes a esse Programa, sabendo que o mesmo se articula a partir das diretrizes e propostas vigentes da Política Nacional de Museus e do Plano Nacional Setorial de Museus. Tendo isso em vista, a autora expõe seu entendimento, o qual, nesse trabalho, corroboramos:

Reconheço que os Pontos de Memória tornaram-se espaços de discussão e mobilização social em defesa do desenvolvimento dos lugares e de sua gente, por meio de ações voltadas para a valorização da memória, reconstrução histórica e apropriação de patrimônios culturais. Os Pontos Pioneiros avançaram nas discussões e tornaram-se espaços de apropriação social, passaram a falar de museus, categorias museais, exposição, acervo-qualquer tipo de termo, conceito presente na discussão de museologia social. Os museus para os pontos pioneiros eram uma realidade, todos falavam e queriam possuir museus. (ALCÂNTARA, 2016, p. 53)

Destarte, tendo sido aclarado o histórico e contexto de criação do Programa Pontos de Memória, destacaremos no próximo tópico a experiência do Programa na Cidade de Belém, no bairro da Terra Firme.

4.2. Mus(eu): o bairro da Terra Firme é feito da memória de seus moradores.

O Jogo de palavras do título desse tópico - Mus(eu) – tem o propósito de chamar a atenção para o “eu” contido na palavra “Museu”, na busca de reafirmar que esses espaços, como os Pontos de Memória devem representar os “eu” de cada sujeito que compõe as comunidades de periferias e favelas. As narrativas singulares devem ser somadas a fim de construir a memória que será narrada nesses museus, iniciados nos PM.

Sendo assim, como o título explicita, trataremos da experiência de memória social, em Belém do Pará, por meio do PPM, que teve seu início a partir da seleção da capital enquanto uma das mais violentas segundo o índice apontado pelo Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE), para compor o quadro das doze capitais selecionadas pelo Programa.

Após a seleção, Mário Chagas entrou em contato com Lilian Bayma, servidora do Museu Goeldi, responsável pelo setor de comunicação da Instituição e explicou a respeito do Programa Pontos de Memória e da Ação-Piloto que iria ocorrer pelas capitais brasileiras, explicando que uma delas seria em Belém do Pará. Nessa cidade, haviam identificado dois bairros para receber a visita técnica do Ibram, a fim de lhes explicar e propor a participação no Programa. Os bairros eleitos foram Guamá e Terra Firme, periferias da cidade. Segundo Alcântara (2016), Lilian foi uma pessoa importante nesse começo.

Lilian conseguiu articular com seu professor Mário Chagas, que Helena Quadros seria a melhor pessoa para agilizar a implantação do projeto em Belém, haja vista que ela possuía um trabalho com comunidades próximas ao Campus de Pesquisa do Museu Goeldi, logo com os bairros do Guamá e Terra Firme, desde o ano de 1985. Desse modo, os técnicos entram em contato com Helena e lhe solicitaram se assim fosse possível, que providenciasse uma reunião, naquela tarde de outubro com comunitários dos dois bairros. E assim foi feito. (ALCÂNTARA, 2016, p. 41)

O trabalho de comunidades que a autora se refere é o projeto O Museu Goeldi leva Educação em ciência à comunidade, pertencente ao setor educativo da Instituição e coordenado desde 1985 pela Pedagoga Helena Quadros. Esse projeto, na realidade, iniciou a partir da convocação de Guilherme de La Penha, na época diretor do MPEG, para que Helena o acompanhasse em uma reunião que ocorreria no bairro da Terra Firme, na mesma noite do convite³⁵.

Sem obter maiores informações a respeito de qual o objetivo daquela reunião e sem questionar o pedido do Diretor, a funcionária da Instituição consentiu. Naquela noite, Helena e o atual Diretor do Museu Goeldi foram ao Centro Comunitário da Paz e ao entrar no lugar, diversos moradores do bairro da Terra Firme encontravam-se espalhados e questionavam o que o MPEG teria a oferecer para aquela comunidade. O questionamento daquelas pessoas se dava em função da existência do Campus de Pesquisa do MPEG que havia sido construído no ano de 1979, na Avenida Perimetral. Todavia, essa base física da Instituição, ao contrário da que se localiza na Avenida Magalhães Barata, não era aberta ao público. O campus concentrava apenas as pesquisas (e seus responsáveis) do MPEG.

³⁵ Em uma conversa informal, a coordenadora do referido projeto relatou como se deu esse começo.

Abaixo, destacamos uma foto que revela o momento em que o Campus estava sendo construído e ao fundo, com um olhar mais atento, é possível notar algumas casas que faziam parte da periferia da Terra Firme.



Figura 17 - Construção do Campus de Pesquisa, na década de 70. / Fonte: Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG.

Retomando a reunião ocorrida no Centro Comunitário, Helena, ainda sem compreender por qual razão havia sido convocada para estar ali, escutou do Diretor que precisava que alguma atividade fosse feita com aquela comunidade, a fim de aproximá-los da Instituição. Sem pensar muito no que proporia, a servidora, então, prometeu que a partir daquela data o Museu Paraense Emílio Goeldi criaria ingressos comunitários para que aquelas pessoas pudessem ter acesso gratuitamente à Instituição e isso alegrou as lideranças comunitárias presentes. A promessa foi inesperada para o Diretor, todavia, o mesmo assentiu que cumpririam. E cumpriram.

Dali em diante, as pequenas ações promovidas pelo MPEG em parceria com a comunidade da Terra Firme tornaram-se cada vez mais frequentes, até que houve a necessidade de que aquelas atividades passassem a ter o formato de um projeto. Então, no ano de 1985, nasce “O Museu Goeldi leva educação em ciência à comunidade³⁶”, que

³⁶ Para maiores informações a respeito do Projeto, é possível encontrá-las acessando o seguinte link: <<https://www.museu-goeldi.br/assuntos/educacao/atividades/mpeg-leva-educacao-a-comunidade>> Além disso, no ano de 2014, disponibilizei em meu Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia a entrevista na íntegra com Helena Quadros, referente a esse projeto. A referência desse Trabalho, está devidamente sinalizada nas referências bibliográficas dessa dissertação.

até os dias atuais ainda promove ações comunitárias, como por exemplo, O Festival de Gastronomia Inteligente.

Cumprir revelar que foi durante a reunião no Centro Comunitário da Paz que Helena esteve pela primeira vez em contato com moradores da Terra Firme como Chiquinha, Chiconá, Batista e Necy. Ela costuma afirmar “Nós envelhecemos juntos ao longo desses tantos anos”.

E foi por conhecer a proeminência desse trabalho de tantos anos realizado por Helena, que sua colega de trabalho, Lilian, sugeriu a Mario Chagas que a procurassem para organizar a reunião entre o Ibram e as comunidades do Guamá e Terra Firme. Em um curto período, o pequeno grupo de moradores anteriormente citados prepararam-se para receber a equipe do Ibram em sua localidade e apresentar as principais atividades de cultura representadas por grupos pertencentes à Terra Firme. Da mesma forma, um morador do bairro do Guamá buscou mobilizar sua comunidade para que dialogassem com a equipe que viria conhecê-los, entretanto, não obteve êxito nessa organização, visto que a maioria não se interessou em engajar-se junto com ele.

Os comunitários dentro de seus bairros, se assim fosse a sua pretensão, deveriam se articular em questão de 24h para “convencer” os técnicos de que estavam aptos em receber o programa, pois os três³⁷ permaneceriam mais um dia na cidade. As Chicas (refiro-me a Chiquinha e Chiconá) e Necy trataram de articular os grupos culturais, personagens importantes do bairro, projetos socioculturais, para assim reunirem com os técnicos no dia seguinte. Edson, infelizmente não teve a mesma sorte. Ele pouco se envolve com as atividades do bairro do Guamá, porém conhece as lideranças comunitárias que naquele dia não deram tanta importância para a ação. Desse modo, Marcelle, Cláudia e Wélcio se dirigiram apenas para o bairro da Terra Firme. (ALCÂNTARA, 2016, p. 43)

Naquela oportunidade, os moradores da Terra Firme reuniram-se com a equipe do Ibram, na Escola Estadual Brigadeiro Fontenelle e puderam apresentar suas atividades culturais que se revelaram por meio de fotografias, teatro, música e dança.

Os receberam com fotos, recortes de jornais, documentos importantes que representaram a história de construção do bairro; se tratava do acervo pessoal de Maria de Fátima, a Fafá, que conversou e debateu sobre as dificuldades e conquistas dos moradores. Após a conversa na escola, seguiram para a praça Olavo Bilac, onde a Companhia de Dança Exíbela e o Grupo de Capoeira Eu Sou Angoleiro os receberam com festa e muita alegria. Sendo assim, os técnicos saíram maravilhados da Terra Firme e levaram para Brasília (base física do Ibram) as experiências que vivenciaram naquele lugar. (ALCÂNTARA, 2016, p. 44)

³⁷ Cláudia Rose, Marcelle Pereira e Wélcio de Toledo.

Esse primeiro contato com os moradores foi fundamental para que a equipe técnica do Ibram pudesse sentir a vontade que aquele grupo comunitário da Terra Firme tinha em garantir sua participação no PPM, visto que engajaram-se com vigor para que sua participação na ação piloto fosse significativa.

A visita de Marcelle, Wécio e Claudia foi realizada em outubro de 2009 e, dois meses depois, foi realizada a já conceituada, no tópico anterior, a I Teia da Memória, na qual foram aclamados os Pontos de Memória. Representando a Terra Firme, Helena, Chicon, Chiquinha, Neco, Jéssica (moradora do bairro) e Ana Cláudia (funcionária do MPEG) compareceram ao evento e tiveram a oportunidade de participar de uma das mesas redondas do evento.

As “mulheres da Amazônia”, como foram chamadas por Mário Chagas as representantes da Terra Firme no evento, expuseram a trajetória de luta e conquista do bairro, a presença de diversos grupos, centros e/ou associações culturais dentro da Terra Firme, falaram de suas trajetórias pessoais e suas relações com o lugar e os demais moradores, e ainda, relataram que o interesse de possuírem o Museu no bairro da Terra Firme era um interesse antigo, devido à influência do Museu Goeldi no lugar. No fim da apresentação, o Professor Mario Chagas contempla o bairro da Terra Firme como um Ponto de Memória. (ALCÂNTARA, 2016, p. 46)

Tendo em vista que já detalhamos no tópico anterior a respeito desse período “pós Teia da Memória”, avançaremos a discussão para o que foi feito em Belém do Pará, sob responsabilidade da Terra Firme.

Ao retornarem à Belém, a primeira ação realizada foi convocar o maior número de moradores e pessoas interessadas em “ter um museu na Terra Firme” para que participassem de uma reunião organizadas por elas, ocorrida na Escola Brigadeiro Fontenelle. Em janeiro de 2010, com a participação de algumas pessoas da comunidade, elas contaram a respeito do Programa Pontos de Memória, sua finalidade e benefícios para o bairro da Terra Firme. Todavia, houve um intenso processo de mobilização durante alguns meses para que aqueles moradores continuassem comparecendo e interessados na ideia de Ponto de Memória. Aquele pequeno grupo de mulheres iniciaram, então, as primeiras ações de museologia social, promovendo pelo bairro rodas de conversa.

Em março de 2010, mesmo sem um Conselho Gestor definido, elas foram convocadas a participar da II Teia da Memória, sob responsabilidade do Ibram, que dessa vez, ocorreu em Fortaleza/CE. Ali puderam discutir o que já haviam realizado em suas comunidades desde a I Teia. Além disso, apresentaram suas dúvidas e dificuldades. “Esses primeiros encontros foram importantes para a aproximação dos Pontos Pioneiros

que se auto reconheceram como grupo frente à Política de governo dos Pontos de Memória” (ALCÂNTARA, 2016, p. 50)

Após essa II Teia, o Ponto de Memória da Terra Firme organizou importantes eventos para a consolidação de seu Conselho Gestor. Foram os seguintes: Seminário Ecomuseus e Museus Comunitários: uma nova proposta ao bairro da Terra Firme; Seminário de Criação do Conselho Gestor do Ponto de Memória da Terra Firme e por último, a oficina Museu Memória e Cidadania, a qual contou com o apoio da equipe técnica do Ibram. O Primeiro conselho foi integrado por pessoas que tinham em comum a vontade de trabalhar a memória do bairro, eram moradores, pessoas que pesquisavam academicamente sobre o lugar, funcionários do Museu Goeldi com trabalho na Terra Firme e bolsistas do MPEG. Houve uma votação durante o Seminário de Criação e, assim, firmou-se a equipe.

O uso de “Primeiro Conselho” se dá em razão de ao longo desses nove anos de atuação do PMTF o grupo ter sido modificado por diversas vezes, alguns conselheiros se ausentaram por necessidade de cuidar de sua saúde, outros para dedicar-se a pós-graduação, alguns mudaram de Cidade e dessa maneira muitos ficaram no movimento de “ir e vir” até, por fim, solicitar o afastamento do PMTF.³⁸

Atualmente o Conselho Gestor do PMTF é formado por um pequeno grupo atuante, são eles Chiquinha (Presidente), Necy (Vice-Presidente), Chiconá, Madalena, Batista, José Maria, Jéssica, Sâmia e Helena.

Com a formação do conselho gestor, o Ponto de Memória da Terra Firme, em Belém, veio se consolidando como uma iniciativa comunitária participativa de caráter sociocultural educacional que adota a museologia social como principal ação transformadora dentro do bairro. (ALCÂNTARA, 2016, p. 52)

Destarte, elencaremos a seguir as principais atividades de museologia social desenvolvidas por esse conselho desde o ano de 2010 até o presente período.

1) **Participação em eventos**

1.1. Fórum Nacional de Museus

O FNM é um evento fundamental para os Pontos de Memória, pois ocorre sob organização do Ibram e é um espaço de trocas e diálogos entre os Pontos. Além disso,

³⁸ Apenas uma conselheira foi, em decisão unânime, afastada pelo Conselho, em função de descumprir o que fora eticamente combinado entre eles. A exemplo disso, representá-los em importantes eventos, sem comunicá-los ou participação em reuniões do Ibram e, posteriormente, não repassar aos demais o que ficou acordado.

como o nome explicita, o referido Fórum reúne diversos Museus do Brasil e já tornou-se referência no País.

Evento de abrangência nacional, o fórum tem por objetivo refletir, avaliar e delinear diretrizes para a Política Nacional de Museus (PNM), consolidando as bases para a implantação de um modelo de gestão integrado dos museus brasileiros, por meio do Sistema Brasileiro de Museus (SBM).(IBRAM, 2016.)³⁹

1.2. Simpósio Especial Museu e Antropologia

Esse evento ocorreu no ano de 2010, durante a 27ª Reunião Brasileira de Antropologia, no Museu de Arte Sacra do Pará. Foi um dos primeiros eventos em que os conselheiros do Ponto de Memória da Terra Firme foram convidados a participar. Nele, Chiquinha enquanto Presidente pôde participar da mesa redonda “Pontos de Memória: narrativas de experiências” e narrou sobre as ações que o PMTF havia realizado até aquele momento.

1.3. Feira Pan-Amazônica do Livro

Trata – se de uma feira organizada anualmente pelo Governo do Estado do Pará, em que diversos representantes da literatura brasileira participam, com palestras, vendas e oficinas. O evento conta, ainda, com shows e outras atrações de cunho artístico. O PMTF participou nos anos de 2010 e 2011, no stand da Secretaria de Educação do Estado do Pará (SEDUC), com a exposição “Museu Goeldi e o bairro da Terra Firme: 25 anos de ação comunitária”, fruto do trabalho desenvolvido no projeto “O Museu Goeldi leva educação em ciência à comunidade”

1.4. Teias da Memória

Desde o ano de 2009, quando ocorreu a I Teia, o PMTF esteve presente. As Teias da Memória são eventos fundamentais para o PPM, pois esse é o momento de formação, discussão, fortalecimento, acompanhamento de ações e diálogo entre os Pontos e Ibram. Na programação do 6º FNM, a Teia da Memória ocorreu integrada ao evento.

1.5. Primavera de Museus da UFPA

O evento “Primavera de Museus”, é uma iniciativa do Ibram, que ocorre no início da referida estação. Tem o objetivo de intensificar a relação dos Museus Brasileiros com a sociedade e, portanto, o evento busca valorizá-los, divulgá-los e em consequência disso, permitir visibilidade aos mesmos, aumentando, assim, seu público visitante.

³⁹ Disponível em: <http://fnm.museus.gov.br/sobre-o-6o-fnm/>

Na UFPA, a partir do ano de 2011, o curso de Museologia, na época coordenado por Diogo Melo, passou a realizar sua Primavera de Museus na Instituição. O PMTF participou de todas as edições, com apresentação de trabalhos e palestras.

1.6. Encontro Nacional de Estudantes de Museologia

Esse Encontro acontece anualmente, a fim de reunir estudantes de Museologia de diversas regiões do Brasil, para que discutam pautas proeminentes referente as suas formações acadêmicas. Conta com programação cultural, oficinas e palestras. No ano de 2011, aconteceu na cidade de Belém do Pará, na UFPA, e o PMTF foi convidado a fim de discutir, em uma mesa redonda, essa proposta de “museus a céu aberto”, com base na museologia social.

1.7. Rede de Educadores de Museus do Pará

A Rede de Educadores de Museus (REM) “é uma associação presente em vários estados do Brasil, aberta a trabalhadores de museus, estudantes, pesquisadores e professores de ensino fundamental e médio interessados em refletir conjuntamente sobre o papel educativo dos museus.”⁴⁰ (REM/GO). Essa associação teve seu início em 2003, no Rio de Janeiro e ao longo dos anos foi expandindo-se pelo Brasil. No Estado do Pará ela ainda está em processo de consolidação. O PMTF está integrado a essa rede, participando, portanto, de mesas redondas, reuniões e demais atividades desenvolvidas pela REM/PA.

1.8. Seminário Brasileiro de Museus

O SEBRAMUS é um evento acadêmico, que ocorre anualmente no país. Sua primeira edição foi no ano de 2014, na cidade de Belo Horizonte, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A proposta é que professores, estudantes, pesquisadores e representantes de museus brasileiros dialoguem sobre as diversas áreas da museologia. Alguns conselheiros do PMTF já participaram do evento, especialmente no ano de 2017, em que sua edição aconteceu na UFPA. O PMTF teve apresentação de trabalhos acadêmicos realizados por pesquisadores da UFPA. Além disso, a conselheira Helena e a ex consultora do PMTF e doutoranda, Camila Moura coordenaram um Grupo de Trabalho (GT) no evento.

2) Eventos e ações organizadas pelo PMTF

2.1. I Gincana História e Memória do bairro da Terra Firme

⁴⁰ Retirado do blog: <http://remgoias.blogspot.com.br/>

Essa gincana foi um dos eventos mais importantes para a divulgação do PMTF no bairro, visto que contou com a participação de diversas escolas do bairro e foi, também, nesse evento que ficou definida a Logomarca do PMTF, apresentada no começo desse capítulo.

Aconteceu no período de 16 a 20 de maio de 2011, dentro da Semana Nacional de Museus, realizada no auditório da Escola Estadual Brigadeiro Fontenelle. O objetivo foi divulgar o projeto Ponto de Memória da Terra Firme para a juventude do bairro e ainda resgatar a história e memória da Terra Firme, com a participação dos jovens desta comunidade. Nesta gincana também foi escolhida a logomarca do Ponto de Memória da Terra Firme. (QUADROS; QUADROS; MOURA, 2013, p. 30)

2.2.I Encontro de Gestores e Professores do bairro da Terra Firme, com o Ponto de Memória e o Museu Goeldi.

Esse encontro ocorreu em março de 2011, com o objetivo de promover um diálogo entre os gestores e professores de escolas da Terra Firme e o PMTF. Foi realizado no auditório da Escola Brigadeiro Fontenelle. Nesse evento, além de divulgar o PMTF, os conselheiros puderam, também, dialogar com os participantes a respeito de museus, memória, patrimônio e cidadania.

2.3.Oficina de Inventário Participativo

Como já dito, uma das metodologias adotadas pelo Ibram para o desenvolvimento do PPM, foram os inventários participativos e cada região ficou responsável de realizá-lo. Os Pontos Pioneiros contaram com formação (pelos técnicos do Ibram) a respeito desse método, para realizarem em suas comunidades. Dessa feita, é interessante notar a narrativa feita por Alcântara (2016) quanto a experiência desse Inventário na Terra Firme:

Realizamos a primeira etapa do inventário participativo no bairro da Terra Firme em dezembro de 2011 a abril de 2012. Nosso objetivo era pesquisar, catalogar e sistematizar as linguagens culturais, a história e a memória presentes no bairro, por meio de entrevistas com os moradores, a fim de dar suporte e visibilidade aos diversos grupos socioculturais do bairro, contribuindo para a valorização dos saberes e práticas locais. Em um primeiro momento, para definição da metodologia, definimos em reuniões que seriam realizadas entrevistas de histórias de vida com os moradores, justificadas pelo interesse do grupo gestor, em sua maioria, em conhecer a história e as memórias existentes na Terra Firme, por meio de relatos dos moradores. (ALCÂNTARA, 2016, p. 100)

2.4.I Encontro de Consultores locais dos Pontos de Memória

O ano de 2011 marcou uma importante etapa para o Programa Pontos de Memória, pois, a fim de fortalecer o Programa e organizar de melhor maneira o contato e formação

dos Pontos Pioneiros com o Ibram, o Instituto explicou aos Pontos a respeito da necessidade de que cada um elegeisse um conselheiro para ser seu consultor local. Novamente destacamos a narrativa de Alcântara (2016), tendo em vista que a mesma foi selecionada pelo conselho gestor do PMTF para representá-los nessa importante etapa:

Em 2011, iniciava uma nova etapa dentro do programa, a seleção de consultores locais que deveriam atuar nas comunidades, promovendo consultoria técnica-operacional relacionado à memória social, museologia comunitária, cultura popular e educação patrimonial; além de planejar, elaborar e desenvolver ações socioculturais junto aos comunitários, trabalhando para a difusão, acompanhamento e avaliação das atividades. Os consultores deveriam possuir curso superior e ter algum envolvimento com as comunidades contempladas pelo Programa Pontos de Memória; logo deveriam ser de indicação dos conselhos gestores, a fim de garantirem a execução das propostas. No Ponto de Memória da Terra Firme, eu fui a escolhida. (ALCÂNTARA, 2016, p. 53)

2.5. Rede de Pontos de Memória e Iniciativas Comunitárias

A fim de fortalecer o trabalho “em rede”, o PMTF organizou e coordena a referida Rede. O I Seminário ocorreu no ano de 2012, contou com a participação de representantes de projetos e movimentos sociais e culturais da Terra Firme, como o Coletivo Casa Preta. Essa Rede, atualmente, conta com a participação de outras iniciativas como a Rede Brasileira de Jardins Botânicos (RBJB) e o Ponto de Cultura do Amapá. A articulação tem o objetivo de promover diálogo entre essas ações que tenham objetivos semelhantes e/ou interesses em colaborar com a proposta do PMTF.

No ano de 2016, a RBJB e o PMTF promoveram o evento “Redes Integradas: Jardins Botânicos e Pontos de Memória”, na cidade de Belém do Pará.

2.6. Oficina Micro Olhar do bairro da Terra Firme

Essa oficina foi organizada pelo PMTF, em parceria com a ex conselheira do PMTF e funcionária do MPEG, Ana Cláudia Silva, enquanto parte de sua pesquisa de campo de Doutorado, visto que a mesma estuda a respeito do bairro da Terra Firme. A Oficina tinha como proposta reunir moradores do bairro a fim de que discutissem sobre a memória do lugar e patrimônio. O evento ocorreu no ano de 2016, na Unidade Integrada Pro Paz (UIPP), da Terra Firme.

A Unidade Integrada Pro Paz (UIPP) da Terra Firme promove a oficina Micro-olhar do Bairro da Terra Firme, até sexta-feira (22), em parceria com o Museu Paraense Emílio Goeldi. A atividade faz parte do programa Ponto de Memória, do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), e faz parte da programação do Estado em comemoração à 13ª Semana Nacional dos Museus, que ocorre em todo o país com o tema “Museus para uma Sociedade Sustentável”. A oficina agrega moradores do bairro

para estudar as sociabilidades e memórias construídas pela comunidade da Terra Firme e, desta forma, criar uma linha do tempo do bairro. O objetivo é que sejam fortalecidos as tradições locais e os laços de pertencimento da comunidade, além de impulsionar o turismo e a economia, contribuindo positivamente para a redução da pobreza e violência. (ALBUQUERQUE, 2016)⁴¹

2.7. Do lixo ao verde: a construção do Jardim Comunitário

No ano de 2016, nos muros do Campus de Pesquisa do MPEG, localizado na Avenida Perimetral uma situação incômoda para os moradores da Terra Firme e funcionários do Museu estava acontecendo: diversas pessoas jogavam seus lixos nesses muros da Instituição. A partir da observação dessa atitude já recorrente, Helena Quadros, enquanto referência na Instituição no trabalho com a comunidade da Terra Firme, foi acionada por funcionários do MPEG, para que elaborasse alguma solução para o ocorrido.

Dessa feita, em contato com duas moradoras do bairro, Fátima Guilherme (Fafá) e Madalena (conselheira do Ponto) que já desenvolviam na Terra Firme ações de educação ambiental, como desenvolvimento e manutenção de jardins comunitários, Helena combinou com as mesmas que o MPEG contribuiria com a doação de plantas bem como com a presença de duas estudantes de biologia e estagiárias da Instituição para que lhes ajudassem na construção de um Jardim Comunitário no lugar onde estava sendo depositado o lixo.

Além disso, atividades de sensibilização ambiental (como um Cine Clube) foram fornecidas aos moradores da Terra Firme e aos funcionários do MPEG, no Campus de Pesquisa, sob responsabilidade de Helena Quadros e posteriormente do PMTF também. A ação ganhou visibilidade até mesmo da imprensa local, que realizou entrevista com os conselheiros do Ponto e demais moradores envolvidos.

Atualmente, o Jardim mantém-se em construção, embora ainda haja pessoas que depositem seus lixos no lugar. Abaixo destacamos uma imagem do Jardim Comunitário.

⁴¹ Retirado do site: <http://www.propaz.pa.gov.br/pt-br/noticia/oficina-resgata-memoria-e-identidade-do-bairro-da-terra-firme>



Figura 18 Jardim Comunitário na Avenida Perimetral

2.8. Oficina Teatro do Oprimido

Trata – se de um Projeto elaborado e aprovado por dois estudantes de pós-graduação da UFPA, que concorreram ao Prêmio Proex de Arte e Cultura, pertencente à Pró – Reitoria de Extensão (PROEX) da UFPA e solicitaram a parceria do PMTF para que executassem o projeto. A proposta foi trabalhar com crianças e jovens do bairro da Terra Firme, o teatro do oprimido, um método teatral baseado nas teorias de Augusto Boal. As oficinas ocorreram no ano de 2017, na Escola Parque Amazônia. Os conselheiros do PMTF participaram ativamente de cada etapa do projeto.

2.10. Oficina Viver para lembrar, morrer para esquecer.

Essa oficina, ocorreu durante a 15ª Semana Nacional de Museus, no ano de 2017, que tinha como tema “Museus e histórias controversas: dizer o indizível em museus”. Sabendo disso, eu e a doutoranda Camila Alcântara elaboramos uma proposta de programação para a 7ª Semana de Museus do PMTF, com o tema “Viver para lembrar, morrer para esquecer: a Terra Firme e suas representações museais”. Foram dois dias de oficinas, ocorridas na Escola Estadual Mário Barbosa, na Terra Firme. O público alvo foram os moradores do bairro, e tínhamos como objetivo escutá-los para compreender os sentidos e significados que um museu tem para aquela comunidade, sobretudo um museu como o Ponto de Memória.

A atividade foi descrita em um artigo escrito por mim e Camila, o qual foi aprovado e publicado na “Amazônica: Revista de Antropologia”. Recebeu o nome “Ponto de Memória da Terra Firme: um Museu Comunitário da Terra Firme”.

3) Produtos de Difusão

No ano de 2011, o Ponto de Memória da Terra Firme participou do Edital Microprojetos Mais Cultura para Territórios de Paz, “é uma iniciativa conjunta entre o

Ministério da Cultura, por meio do Programa Mais Cultura e o Ministério da Justiça, através do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI)”, (QUADROS; QUADROS; MOURA, 2013, p. 36), submetendo três projetos que foram executados pelo PMTF. São eles:

3.1. Escrevendo nossa história outra vez: Jornal O Tucunduba

O Jornal “O Tucunduba” foi elaborado em março de 1989, pelos moradores do bairro da Terra Firme, a fim de tratar questões políticas do cenário da época, e para publicar sobre temas importantes referentes a ocupação do lugar. Abaixo destacamos um exemplar desse jornal da década de 80.

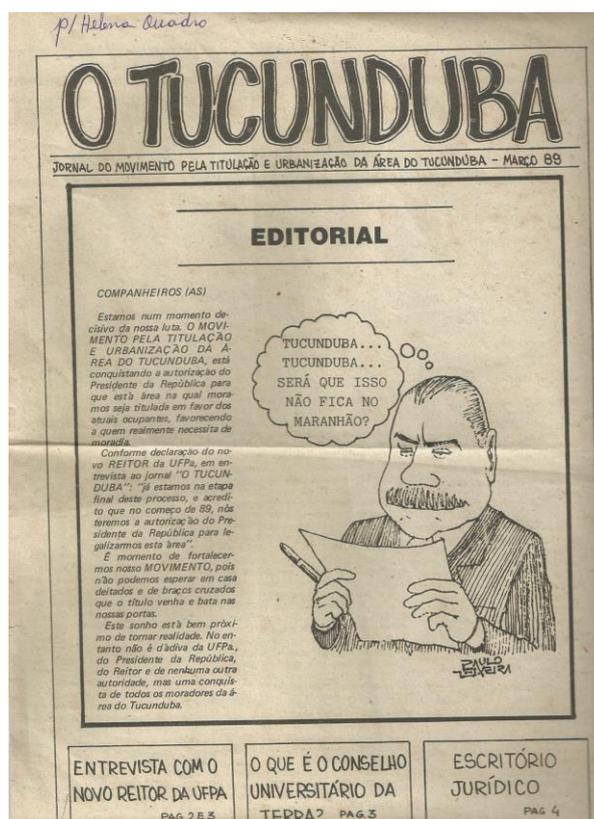


Figura 19 Primeira edição do jornal "O Tucunduba", fonte: arquivo pessoal de Helena Quadros.

Desse modo, a fim de trabalhar a memória do bairro, o Conselho Gestor do PMTF elaborou o Projeto “Escrevendo nossa história outra vez: o Jornal “O Tucunduba” que tinha o seguinte objetivo:

Fomentar a comunicação impressa, de (re)criar o jornal O Tucunduba, que servirá de fonte de informação e formação dos moradores da comunidade da Terra Firme, tendo como foco as ações e atividades desenvolvidas pelas diferentes organizações que atuam no bairro, como associações de moradores e centros comunitários, organizações não governamentais (ONG’s), grupos culturais e desportivos e o Ponto de Memória da Terra Firme, o microprojeto foi desenvolvido nos meses de outubro de 2011 a março de 2012, e envolveu 10 jovens na faixa etária de 15 a 29 anos, sob a orientação da jornalista Luciana Kellen.

No dia 20 de março de 2012, as 20h, na praça Olavo Bilac, ocorreu o lançamento do jornal O Tucunduba, produzido pelo PMTF. O microprojeto tornou-se um dos produtos de difusão do PMTF. (QUADROS; QUADROS; MOURA, 2013, p. 39)

Dessa maneira, destacamos abaixo a versão elaborada a partir do projeto:



Figura 20 Jornal O Tucunduba, recriado no ano de 2011/2012. Fonte: acervo PMTF.

3.2. Juventude e Imagens do bairro da Terra Firme: reafirmando identidades e garantindo cidadania

Esse projeto resultou em um dos produtos mais conhecidos do PMTF, que são dois vídeos documentários: “Todo dia é dia de feira na Terra Firme” e “Ritmos, Cores e Rostos da Terra Firme”. O Projeto tinha o seguinte objetivo:

Desconstruir as imagens negativas vinculadas ao bairro da Terra Firme, através da realização de oficinas de produção e edição de vídeo para a realização de dois vídeos documentários sobre o bairro da Terra Firme. (...) Durante os meses de outubro, novembro e dezembro de 2011 foi ofertada para 16 jovens, na faixa etária de 15 a 29 anos, a oficina de produção e edição de vídeo, ministrada pela publicitária Mayara Farias. Os participantes identificaram aspectos e vivências cotidianas manifestadas em diferentes práticas e expressões socioculturais como: lazer, esporte, artes, religião e educação. (QUADROS; QUADROS. MOURA, 2016, p. 37)

3.3. As diversas linguagens da cultura no bairro da Terra Firme

Nesse projeto, foram selecionados 12 jovens, para que pesquisassem, catalogassem e sistematizassem a respeito das “linguagens culturais” da Terra Firme. Para isso, foi necessário que entrevistassem diversos grupos culturais do lugar. No total foram 59 entrevistados, que narraram suas histórias e memórias, sobretudo relacionadas ao movimento cultural da Terra Firme. O desfecho se deu no Cortejo Cultural, realizado em 28 de abril de 2012.

3.4. Exposição Terra Firme de tudo um pouco

Essa exposição itinerante foi resultado do Inventário Participativo, e, portanto, contou com narrativas de memórias das pessoas entrevistadas, bem como diversas representações culturais do bairro. Narra, ainda, sobre os três anos do PMTF e suas ações no bairro. Ela foi lançada dia 12 de Janeiro de 2013, e “se configura em nove painéis expositivos que retratam sobre os patrimônios reconhecidos e memórias narradas pelos moradores durante a realização do inventário.” (ALCÂNTARA, 2016, p. 56)

3.5. Cartilha “Um Ponto de Memória da Terra Firme”

No ano de 2013, eu, Camila Moura e Helena Quadros elaboramos a referida Cartilha, que narrou os três primeiros anos do PMTF. Nessa Cartilha explicitamos o histórico do bairro da Terra Firme, bem como o histórico de criação do PPM e do PMTF. E detalhamos cada ação de museologia social que já havia sido realizada pelo Conselho Gestor no bairro da Terra Firme. A cartilha foi lançada dia 12 de janeiro de 2013, na quadra Igreja São Domingos de Gusmão, no bairro da Terra Firme.

3.6. Roteiro de Visitação do bairro

O Ponto de Memória da Terra Firme realiza um roteiro de visitação no lugar, que conta com “paradas estratégicas” para que se conheça o bairro da Terra Firme. A visita começa pelo Jardim Comunitário, em frente ao Campus de Pesquisa do MPEG, em seguida os visitantes conhecem a Feira do bairro; a praça Olavo Bilac, que comporta o Shopping Chão e encerra-se na ponte do Tucunduba.

A proposta do roteiro é que ao caminhar pelo bairro, os visitantes possam conhecer a Terra Firme desconhecida pela mídia, que conta com peculiaridades culturais, próprias do bairro. Esse roteiro é guiado pelos conselheiros do Ponto e para realiza-lo é necessário entrar em contato com esse Conselho e agendar a visitação.

Ademais, durante os nove anos de trabalho, o Ponto de Memória da Terra Firme se envolveu e desenvolveu diversas atividades voltadas para a memória social do bairro. Todas elas contam com a intensa participação e mobilização do conselho gestor, a fim de

que se construa ações de interesse comunitário. O PMTF tornou-se um pequeno grupo, que conta com parcerias de outros Museus de Belém, sobretudo o Museu Goeldi, Universidades públicas e particulares, Pontos de Cultura e coletivos culturais do bairro da Terra Firme. Todavia, essas parcerias, comumente acontecem em ações pontuais. Além disso, o PMTF não possui um CNPJ, o que dificulta a captação de recursos financeiros.

Dessa feita, acredito que o Ponto da Terra Firme se caracterize, atualmente, enquanto um movimento político comunitário, regido por ações de museologia social e, dessa forma, mobiliza suas atividades pelo bairro a fim de compreendê-lo enquanto um museu que sem espaço físico atua na proposta de musealizar a Terra Firme.

Destarte, no próximo tópico apresentaremos as narrativas dos conselheiros do PMTF.

4.3. “Somos sim um museu, mas um museu *diferente!*”

Ao longo do trabalho, demonstramos a influência que as obras da autora Ecléa Bosi exerceram quanto as escrituras realizadas nesse texto dissertativo, e para esse tópico, seguiremos o exemplo da obra “Memória e Sociedade – lembranças de velhos”, pois no terceiro capítulo, a autora expõe, sem qualquer interrupção sua, as memórias de seus sujeitos de pesquisa. Tendo isso em vista, a proposta desse tópico, é realizar o mesmo. Separamos as narrativas dos conselheiros do Ponto de Memória da Terra Firme, a partir das entrevistas semiestruturadas concedidas por eles, sem qualquer alteração para a norma culta da língua. Ademais, do mesmo modo que Bosi (1994), os tópicos que seguem, receberam os nomes das pessoas entrevistadas. As perguntas feitas, foram devidamente apresentadas no capítulo 1 do presente texto, todavia, as evidenciaremos novamente para facilitar o entendimento das falas vindouras.

- 11) Se apresente...
- 12) Conte uma lembrança feliz e uma lembrança triste que você tem sobre a Terra Firme
- 13) Como você começou a participar das atividades do Ponto de Memória da Terra Firme?
- 14) Qual é o papel de um conselheiro do Ponto?

- 15) Você acredita que um museu, como é a proposta do Ponto pode trazer benefícios para o bairro?
- 16) O que você entende por memória social?
- 17) Por que trabalhar a memória da Terra Firme é importante?
- 18) Você já ouviu falar em educação popular? O que?
- 19) Caso respondessem que sim, a pergunta seguinte foi: de que forma isso aconteceria através do Ponto?
- 20) Quais são as suas expectativas para o futuro do Ponto de Memória da Terra Firme?

4.3.1. Francisca Rosa, a Chiquinha.

Bem, eu antes do Ponto de Memória tinha um trabalho com a Helena Quadros aqui no bairro: Museu leva educação em ciências ao bairro de periferia⁴² e aí através disso, a gente tava com uma oficina de alimentação saudável no museu Goeldi e os técnicos do IBRAM apareceram lá e a Helena nos convidou para participar da reunião e lá, eu, a Chiconia e a Neco fomos entrevistadas e já vinhamos pro bairro pra organizar os moradores, que era nós e o Guamá que ia disputar vaga e a gente se mobilizou e fizemos a nossa reunião no Brigadeiro Fontenelle⁴³, com os técnicos do IBRAM, mostramos as fotografias, recortes de jornais, as falas dos próprios moradores.... Foi assim que eu conheci o Ponto de Memória.

Ser presidente do Ponto? É muita responsabilidade, é não faltar nos eventos, é fazer de tudo pra ter mais um conhecimento. A prova sou eu que eu quase num me expressava, não queria assim, falar no meio do povo, hoje, não, hoje eu já falo um pouco, já passou mais aquela vergonha que eu tinha.

Quanto a visitar outro museu, eu já tinha visitado o museu ali próximo do forte do castelo. Eu já tinha visitado, mas, mesmo só por visitar, não tinha, assim, nenhum conhecimento de o que os museus faziam. Hoje eu já tenho outra visão dos museus, por que não é só visitar os museus, mas tem as pesquisas, que é mostrada pra gente, pros moradores, como é o caso do bairro, aqui do nosso bairro.

⁴² Referindo-se ao projeto “O Museu Goeldi leva educação em ciência à Comunidade”

⁴³ Antiga escola do bairro: Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Brigadeiro Fontenelle.

Então, bem, na minha visão, o museu do Ponto veio pra desenvolver assim, uma educação popular, chamando os jovens, os adolescentes, as donas de casa, as senhoras pra uma roda de conversa, pra gente ter conhecimento do seu passado, do seu presente e até mesmo do futuro. O que a gente quer pro futuro? Um bairro bem melhor, bem bonito, sem precisar de pisar na lama, um bairro bem melhor.

Na minha concepção eu acho que o Ponto de Memória é um museu sim, por que o nosso museu, esse museu que hoje é chamado Ponto de Memória, a gente faz um trabalho diferenciado dos outros museus tradicionais, o nosso trabalho, é conhecer o bairro, ter uma ideia do que o morador faz, qual é o seu cotidiano do morador e também, eu acho, na minha concepção, que é mais um incentivo pros moradores o que a gente faz, por que não é só pro jovem que a gente faz esse trabalho, mas sim pra toda a população. As nossas pesquisas, como foi o caso do mapeamento que a gente fez aqui no bairro e não tivemos nenhum retorno, mas pra mim, pro zé maria e pra dona Madalena, eu acho que foi muito gratificante por que a gente visitou o morador, falou com o morador, conversou com o morador, preencheu uma ficha juntamente com os jovens e que eu gostaria que a gente tivesse um retorno mas isso não foi possível, o que que a gente pode fazer?! É dar continuidade pro nosso trabalho.

Uma das maiores dificuldades, eu acho que é num ter um espaço nosso, uma sala, uma casa ou um espaço que a gente possa expor os nossos materiais, nossos banners, nossos livros, as nossas camisa, as nossas reportagem, por que eu sempre digo que a nossa casa, o nosso museu é todo o bairro da terra firme, todas as ruas e todos os moradores, aqueles que cedem as suas casas, aqueles que vem participar, mas seria muito melhor se a gente tivesse um espaço nosso, do ponto de memória, do museu comunitário, ai gente se organizava mais, eu creio.

Quando me perguntam de memória social, na minha visão, eu acho que é tudo aquilo que a gente faz pra beneficiar a área, o espaço e até mesmo a cidade que a gente mora, como o caso aí da perimetral, do jardim, é muita coisa, né? É muita coisa.

Se o Ponto contribui com a Educação? Ele não só pode contribuir como ele já está contribuindo, ele já contribuiu muito e ele vai contribuir muito mais, de que forma?! Procurando se organizar mais. Por que ele já fez os seminários, portas abertas é uma educação e os seminários que a gente realiza no bairro é uma educação pra quem participa, por que de alguma maneira está aprendendo, trocando experiência de alguma

coisa. Isso é educação! Uma roda de memória que se faz com os moradores, seja jovem ou adulto é outra educação, trocando experiência é outra educação. Então, eu acho que tudo aquilo que a gente faz pra melhorar a nossa condição de vida, é educação. E essa educação é muito válida para todos nós que participamos.

As minhas expectativas pro Ponto...Bem, eu já imaginei várias coisas, eu imagino, assim, que a gente consiga se mobilizar cada vez mais e fazer algo bem melhores pro bairro, se organizar em termos de documentação que a gente não tem, e também a gente ter um lugarzinho pra gente colocar as nossas coisas e trabalhar pra comunidade. Trabalhar a comunidade em geral, trabalhar as nossas pesquisas e ganhar um pouco de (pausa, rindo) dinheiro. Ter dinheiro, de fundos que a gente não tem para trabalhar. A gente trabalha por que a gente ama o trabalho, a gente já amava enquanto comunidade pra conseguir os seus terrenos, as suas escolas, por que trouxemos escolas do Jurunas pro bairro, trouxemos outras, sei lá da onde, para o bairro. Então, essas coisas são fundamentais pra gente, mesmo que tenha aqueles moradores que não participam e na hora que alguém acerta eles pra fazer uma entrevista, pra responder uma pergunta “ah eu não conheço o ponto de memória” e tem aqueles outros que diz “ah, o bom Jesus só foi bom Jesus quando a senhora participava, quando a Chiconá participava, quando o Zé Flávio participava.” Então, são coisas assim que, a gente nunca agrada toda a população, mas a gente faz a nossa parte. E a nossa parte é essa, voluntariamente, por que a gente num ganha, assim, desse trabalho (fazendo sinal de dinheiro com as mãos e sorrindo). Ganha, assim, eu sempre digo que a gente ganha. A gente ganha experiência, ganha sabedoria, ganha vários amigos por onde a gente anda. Mas o melhor de tudo, é viajar, mano! Isso é o melhor de tudo!

Uma memória boa, divertida, foi do nosso pacote, 3 quilos de terras que a gente pegou ali no campo da Terra Firme, pra levar pra Brasília, pra colocar lá no evento. Fizemos um pacote muito bonito com o papel da Yamada, fizemos um laço muito charmoso e levamos. Lá, eu dei pra um rapaz e uma moça guardarem lá na banca deles, no seminário de museus. Aí quando foi no outro dia que nós fomos procurar, ninguém achou. Procuramos por todo aquele evento e num achamos, por que? Acho que pensaram que era ouro! E aí levaram o nosso pacote pensando que era ouro e era terra preta aqui do bairro da Terra Firme, aí eu fui obrigada, a pedir um pouco de terra, pra outro grupo, pra outro ponto de memória. Uma terra amarela, uma terra vermelha, sei lá, pra botar lá no evento. Senão, ficava sem, aí estendi minha mão lá pra botar terra.

Tu quer saber o que sinto quando eu olho para a logomarca do Ponto... Isso aqui já diz tudo do bairro, né?! Quando eu olho pra isso aqui eu vejo todo o bairro, por que vai da perimetral ao Guamá, que a gente atravessa pro Guamá. E essa ponte aqui já diz tudo: é a divisão do Guamá com a Terra Firme.

4.3.2. João Batista, o Batista.

Então, a gente continua trabalhando, eu acho que o bairro, sempre comento com os colegas, que tudo que eles vem aqui dentro do bairro: escola educativa, o museu alí, a EMBRAPA, tudo isso aqui foi uma luta da comunidade. Por que quando eu cheguei, é assim, o bairro não tinha nada: não tinha escola, não tinha nada, não tinha estrutura, não tinha saneamento, não tinha nada e nós começamos uma luta organizando a comunidade, fundamos o centro comunitário bom Jesus e daí foi começando a acontecer coisas boas pro nosso bairro e aí o tempo foi passando e o bairro foi desenvolvendo e conseguimos as escolas pro bairro, unidade de saúde e sempre digo pro pessoal, continuo dizendo: “tudo o que você vê nesse bairro, não foi à toa, não foi que veio de graça pra nós, tudo foi com luta mesmo, luta, organização da comunidade, mostrando pro povo, mostrando pros governantes a importância de se melhorar o nosso bairro” E aí, viemos pro Centro Comunitário Bom Jesus, que junto com outros companheiros, o Zé Flávio, a Chiquinha, a Chiconá, seu Mathias, o Zé da Pracinha, a Fafá, uma turma de companheiros aí bons mesmo, e aí a gente educava a comunidade, mostrava pra comunidade que era necessário a gente mudar o nosso bairro, ver o nosso bairro como um outro bairro que tem no centro da cidade, então, isso nós fomos conseguindo, pouco a pouco estamos conseguindo.

Uma lembrança muito boa que eu tenho é quando a gente estava à frente do Centro Comunitário Bom Jesus, e que a gente, eu e a Chiquinha, a gente organizava a escola das criança, e aí a gente fomos reivindicar o salário pras monitoras lá do Centro Comunitário. E aí nós saímos organizando, e saímos numa passeata com as criança, com os pais da criança, né, então isso aí me traz muitas lembranças mesmo, eu fico até emocionado quando eu lembro disso, por que foi uma luta assim importante porque nós conseguimos trazer benefícios pras professoras do Centro Comunitário Bom Jesus, então, foi uma lembrança muito boa. Fico emocionado porque com a escola das criança, mais de trinta criança, então a gente tinha, assim, muita responsabilidade, com essas criança que tavam na escola, inclusive eu e a Chiquinha, quando chegava final do ano a gente ia conversar com as outras diretoras das escolas do bairro, pra aquelas crianças que já estavam saindo

do centro comunitário, pra garantir vaga pra elas, por que naquela época num tinha vaga pra essas crianças e aí a gente tinha que conversar com a diretora, a gente ia numa escola, ia na outra, mas a gente conseguia colocar as crianças, quando saia do Centro Comunitário Bom Jesus. Então, essa aí é uma das melhores lembranças que eu tenho.

A tristeza que eu tenho foi uma vez que aconteceu no Bairro, né? Houve uma chacina no Bairro ai saiu nos jornais, né? E aí eu fiquei triste, por que a gente vem lutando tanto, né? E aí de repente aconteceu isso, mas ai nós conseguimos passar, dar a volta pra cima e hoje em dia a gente tem o PROPAZ aqui na Terra Firme e inclusive, esse PROPAZ, é o primeiro bairro que foi fundado foi aqui na Terra Firme. Aí melhorou a questão da violência dentro do bairro, por que é como eu sempre digo “tem pessoas muito boas dentro do bairro da Terra Firme, muitos educadores dentro do bairro. ” Inclusive teve um ano aí que saiu no jornal e nós mesmo aí do bairro notamos, que foi o bairro que mais passou pessoas no vestibular, foi daqui da Terra Firme.

Bom, como eu comecei o trabalho do Ponto de Memória? Bom, a Helena Quadros do Museu, ela tem um trabalho há mais de trinta anos com a gente do Centro Comunitário Bom Jesus e aí através dela e da Chiquinha que convidou, né. Ela falou pra mim “olha, Batista, nós estamos reunindo com a Helena Quadros, discutindo o Ponto de Memória do bairro da Terra Firme” eu disse “é mesmo?” ela disse “é! E a gente queria que tu participasse!” Aí eu disse “não, eu posso participar, sim!”, entendeu? Aí foi quando eu fui pras primeiras reuniões, ai eu fui, eu gostei, eu disse “não, isso é importante, viu?! O Ponto de Memória” Porque a gente vai falar da memória do bairro, né? Quem veio do bairro, o que que aconteceu, o que não aconteceu, então, aí eu comecei a participar, aí nós tivemos um bom êxito no ponto de memória, tamos tendo. Conseguimos fazer uma gincana educativa lá na Escola Brigadeiro Fontenelle, aqui do bairro, foi muito bom, eu gostei muito, porque isso mexeu mesmo com a comunidade, né? Todas as escolas particulares do bairro, porque, tem as escolas do governo e do município, mas tem mais as escolas particulares do que as do Município e Estado. Mas aí eles vieram, foi importante isso, eles elogiaram e gostaram do trabalho, né? E até hoje tem gente que pergunta e aí eu digo “olha, ele tá assim, assim. A gente continua a atividade do Ponto de Memória” e aí eu acho que nós fomos muito feliz, sabe, Camila?! Por que o nosso bairro foi o único bairro que teve o privilégio de ser sorteado e ganhou no sorteio e aí veio o IBRAM, né? Inaugurar aqui o Ponto de Memória da Terra Firme. Então, pra mim isso foi muito bom e até hoje tá sendo... Tem muita coisa, sabe, Camila, pra gente fazer, mas eu

acho que o Ponto de Memória ele avançou muito dentro do bairro. Hoje ele é reconhecido, isso que é o mais importante pra nós.

Com certeza ter um museu do Ponto traria benefícios, por que um museu ele fala, ele recorda e ter um museu seria um marco, seria histórico aqui no bairro da Terra Firme, eu até fiz um comentário com um amigo meu “A minha vontade era a gente botar o museu do Ponto de Memória lá dentro do Tucunduba, aquela área ali, no centro mesmo, viu?! Fazer ali próximo do Tucunduba, contando a história, contar que a gente tem um Jornal do Tucunduba, contar a história de como foi que aconteceu o Jornal” aí eu disse pro Aglício: “Se eu tivesse dinheiro, eu comprava uma área aqui, e a gente mandava colocar aqui o Museu do Ponto de Memória da Terra Firme, aqui na área do Tucunduba”, meu maior desejo.

Ei, Camila! Eu não tenho, assim, muita dificuldade no Ponto de Memória, mas o importante é a gente tando organizado, por que a gente tando organizado, a gente vai muito longe. Porque o maior problema é a organização, porque se a gente organizar mesmo.... Por quê em outros estados tem um museu de Ponto de Memória? Então, por que nós aqui da Terra Firme também não podemos ter? Então, isso é falta de organização, se a gente se organizar, né?! Procurar os recursos, o IBRAM, né, por que o Ponto de Memória da Terra Firme ele é respeitado, já vieram várias pessoas aqui, do IBRAM, né, várias pessoas já estiveram aqui em Belém, no PMTF, então, o que é que tá faltando? A gente se organizar mais um pouco e dar um avanço. Eu acho que esse ano a gente poderia fazer um cronograma, já pensando em colocar o Museu do Ponto de Memória, no bairro da Terra Firme.

Assim, sobre memória social, quando fala em social, a gente pensa logo no setor, né... Se ele é social, ele tem que... por exemplo... a economia, ela tem que ser dividida, se é social tem que ser dividida, por exemplo, aqui, tem o Ministério da Cultura, tem aqui a Secretaria de Cultura, por que eles fazem o evento só pelo carnaval? Por que eles não fazem o ano inteiro? Trabalhando o social dentro da comunidade. Aí é que tá o grande problema! Até o secretário de cultura, eles só olham quando é o tempo de são joão, quando é o tempo de carnaval, ai pronto! E aí existe verba pra isso. Então, pronto! Se é social bora colocar o social, bora ver o que é que o pessoal, que são gente que moram na periferia, então bora lá! É o social? Então bora lá! Bora conversar, chegar lá e perguntar “o que é que o Ponto de Memória tá precisando?” Eles trabalham com a cultura? É cultura

sim, então bora sentar, bora conversar, pra gente mandar verba, pro ponto de memória trabalhar dentro do bairro. Pra mim, é por ai que passa a memória social.

Quanto a educação? O Ponto pode contribuir e muito, olha! Com a educação dentro do bairro. Como você, você é uma professora, sua mãe é professora, tem várias pessoas dentro do bairro, né? Eu acho que a gente podia reunir com esses professores. Tem um professor aqui, o Beto de Educação Física. Ele tem muita vontade de contribuir. O Beto disse “Batista, a gente poderia até ver um local, uma quadra ali pra gente pegar essas crianças do Bairro e ir lá dar uma aula pra eles, viu?! Pelo menos uns dois dias na semana, pra tirar essas crianças da rua!” Eu acho que seria importante, sabe?! Mas eu acho que a gente tem sim, tem tudo a contribuir! Claro que a gente pode pensar assim “ah, mas o cara não vai trabalhar de graça” mas tem que ver que o cara tem o emprego dele, como o Beto, ele tem o emprego dele, mas ele diz assim “Tem uma turma lá na cidade nova que eu faço um trabalho com eles lá, Batista. Por quê eu não posso fazer no meu bairro?” E aí? O que que tá faltando? Tá faltando a gente chamar ele, pra conversar com ele. Eu, inclusive disse pra ele que ia dar uma cartilha do Ponto de Memória pra ele ler, e ele disse “Batista, traz pra eu ler, quando tiver uma reunião tu me convida que eu vou pra reunião” Então, é isso, eu acho que a gente tem que procurar as parcerias. Por que eu já sei o que é Ponto de Memória, mas tem muita gente que não sabe. Acho que falta mais divulgação, mais cartilha.

4.3.4. Helena Quadros, a Helena.

A minha relação com o bairro inicia em 85, por ser funcionária do Museu e o Museu estar aqui no bairro com um Campus de Pesquisa eu fui selecionada, escolhida pelo diretor, à época, Dr. Guilherme de La Penha para trabalhar com essa comunidade, então, desde essa época eu estou atuando com eles, com ingressos comunitários, com cursos, com teatro. E teve essa oportunidade em 2009, por meio desse projeto que eu coordeno no museu, que é o “Museu leva educação em ciência à comunidade”, de fazer essa aproximação por meio desse projeto maior, nacional, que é o Programa Pontos de Memória. Selecionado, organizado, coordenado pelo Instituto Brasileiro de museus, que é o IBRAM. Então, de 2009 até a presente data, 2018, juntamente com vários moradores.... É bom lembrar que, eu não sou moradora do bairro, mas por ser do Museu e o Museu estar aqui no Bairro, eu fui votada como conselheira por isso, por essa relação

já há bastante tempo. Então, essa minha troca, essa minha relação com os moradores do Bairro, se dá justamente por isso, por ser funcionária da Instituição e a Instituição estar parceira do Ponto de Memória, mas o Ponto de Memória, ele, por si só é institucionalizado, ele não é do museu Goeldi, o Museu é apenas um parceiro.

Eu tenho várias lembranças boas e ruins, mas assim, uma boa, mas que engloba meus três filhos, a minha família, é de desde a minha primeira gravidez em 1987, eu estar aqui no bairro, eu estar gestante, estar sendo acolhida por essas mulheres da Terra Firme, por essas guerreiras aqui da Terra Firme, principalmente, Chiconá e Chiquinha, que iniciam comigo em 85 e após, foram chegando as outras como a Neco, a Dona Madalena, a Samia, a Fafá, a Suely, várias pessoas que ao longo do processo, elas foram se afastando, por motivos de trabalho, por viagens, mas esse acolhimento da minha pessoa como pesquisadora aqui dentro da Terra Firme, eu acredito que é o máximo, o máximo do meu trabalho, que eu poderia ter sido rejeitada por elas, por eles, que hoje em dia tem o Batista, o Zé Maria e outros companheiros que não são do Ponto, mas que são amigos do Ponto, como o Edevaldo, que é chamado Índio, né? Temos outros companheiros aqui, que me acolheram, então isso aqui, pra mim, é uma coisa muito boa.

Ruim, é que as pessoas confundem de eu ser pesquisadora do Goeldi e ser Conselheira e há uma coisa que eles pensam assim “Ah, ela é do Museu, então o Ponto de Memória é o Museu.”, então é bom esclarecer isso, nesse vídeo, na tua pesquisa, que o Ponto de Memória, ele não é um projeto do Museu Goeldi, ele é um projeto do Instituto Brasileiro de Museus e a Terra Firme, faz parte desse contexto nacional, então, a Terra Firme é o único Ponto de Memória, então é uma repercussão nacional muito grande que tem o Bairro, que as pessoas nem imaginam, que aqui a Terra Firme já foi referência nacional, por que é um dos únicos Pontos que mensalmente tem atividade.

O conselho gestor do Ponto de Memória iniciou com doze pessoas, eles foram eleitos, houve uma eleição, uma assembleia geral dentro de um auditório e nessa assembleia foram escolhidas doze pessoas que se inscreveram, que quiseram ser conselheiros, e dentro desse conselho, foram selecionadas duas, para ser uma Presidente, a outra vice-presidente. Então, na época, o conselho votou e escolheu a Presidente e a Vice, então, quem venceu foi a Dona Francisca Rosa, conhecida aqui no bairro como Chiquinha e a vice-presidente, foi a Dona Eliete Santana, conhecida como Neco. A dona Eliete Santana, apesar de não tá presente todos os dias, em todas as reuniões por motivo de saúde, ela está agora em Bragança, no interior do estado, mas ela, de alguma forma é

muito importante para esse conselho, por que ela tem uma liderança muito grande aqui no Bairro, uma força, na voz, no discurso. Então, nós do Conselho permanecemos com ela. Então, esses conselheiros como eu falei anteriormente, alguns foram pedindo pra sair por motivos pessoais, alguns nós pedimos pra sair. Então, o conselho tá bem enxuto, praticamente nós somos oito pessoas e nós estamos tentando colocar outras, mas por que que ainda não foi votado? Não teve assembleia? Por que esse conselho ainda não tem CNPJ, esse Ponto de Memória não tem e por isso, desde 2012 nós estamos sem recursos financeiros. Como é que a gente consegue trabalhar? É por que nós fazemos ou bingo ou rifa, ou conseguimos apoio de instituições aqui do próprio bairro. E a minha participação... Como eu sou conselheira, nós colaboramos na organização. A minha atuação é juntamente com todos, é a mesma coisa. É a mesma coisa que a Sâmia, a dona Madalena, a nossa colaboração é na organização, é na atuação e também, conseguir espaços dentro do próprio museu Goeldi. Tem essa facilidade de conseguir auditório, conseguir palestrantes. Então, eu atuo nessa área, tentando conciliar, conseguir esses espaços, ir até escolas, ir até centros comunitários, sempre que eu tenho algum estagiário, eu coloco aqui no Bairro também, facilita, né?!

A memória social, ela tem toda uma teoria. E principalmente a museologia social tem alguns autores importantes, que acreditam, que trabalham, que se dizem militantes desse termo, como o Mario Chagas, como a Marcelle Pereira, são pessoas que praticamente iniciaram esse conceito, dentro dessa nova museologia. Então, eu, Helena Quadros, acredito que vem do individual, daquela memória social individual e que vem trabalhando a identidade e que vem pra esse coletivo em prol da sociedade, em prol dessa comunidade. Que essa cidadania, que essas pessoas de periferia, consigam ser respeitadas como cidadãos, então, eu acredito nesse rumo, nesse caminho.

Bem, um dos objetivos do Ponto de Memória não é só trabalhar a história e a memória, nós trabalhamos também com a educação e na prática o que eu lembro assim, muito forte dessa parte da educação é quando nós fizemos, nós sentimos a necessidade de fazer o primeiro encontro entre professores, gestores e o Ponto de Memória da Terra Firme. Aconteceu na escola parceira que é o Fontenelle, foi logo no início, acredito que em 2010 que nós fizemos essa atividade e foi um pontapé muito importante pra educação, do nosso trabalho do ponto de memória e também das escolas. Por que o Ponto de Memória vinha fazendo as coisas, vinha fazendo oficina, vinha fazendo várias coisas, mas não, como a outra conselheira falou, não era visto, reconhecido no bairro, então, foi uma

forma que nós encontramos, através da educação, de ter essa visibilidade, de as pessoas conhecerem. Então, eu acredito sim que, a educação é um processo. Então, acredito que o Ponto de Memória tá nesse caminho, nesse processo. E uma coisa também muito importante, é que nós do Ponto sempre pensamos nos jovens moradores do Bairro, tanto é que nós temos, assim, históricos nossos, em atividades nossas, trabalhando a educação, e voltando lá naquele pedacinho que você perguntou sobre a parte triste. Eu tenho uma tristeza muito grande de ter perdido um desses jovens que na área da educação, tenho certeza que teria sido um profissional maravilhoso, que é o Alexandre Cacela, ele fez a oficina comigo, ele andou neste bairro comigo, com todos os conselheiros e ele perdeu para um câncer, né?! Então, apesar de toda a nossa luta, nós fizemos uma mobilização, juntamente com uma professora da Escola... E o que que foi bacana pra área da educação? Por que de alguma forma, ele teve um salário dentro do Ponto de Memória, conseguimos, através do projeto, pagar doze jovens e entre os jovens tava o alexandre, e era um, assim, dos que mais se destacou, ele fez filmagem, é o narrador do vídeo do Ponto de Memória. Então, ele me marcou muito, então, nessa área da educação, eu vejo por esse lado também, que a gente tem colaborado muito, não só com os jovens, a gente visa assim, em geral, mas principalmente com os jovens. Porque também, a parte com os idosos nós estamos procurando trabalhar, nós já fizemos o início mas não foi adiante, de trabalhar essas pessoas a digitação, nós queremos também fazer esse outro lado para esse idoso. Trabalhar a memória, não só social, mas como a memória para eles não ficarem com algum tipo de doença.

Bem, o Ponto de Memória é um projeto voluntário, sem fins lucrativos, nós, realmente, caixa zero. A principal dificuldade é esse suporte financeiro porque as pessoas se doam, os conselheiros são voluntários, se reúnem, largam família, largam tudo, cedem suas casas, que eu acho bem importante, abrem as portas mesmo, isso eu acho bem importante. Mas a gente vê essa dificuldade financeira, porque sem nenhum suporte e atualmente o IBRAM não tem condições de nos apoiar, devido essa própria crise no país, então, eles não têm, por que antes, o início era muito positivo porque nós tínhamos, pelo menos dois conselheiros, anualmente faziam uma viagem para outro lugar do país.

O futuro? Que, principalmente, o ponto de memória tenha o seu CNPJ, por que com esse CNPJ vai ser possível conseguir participarmos de editais, tentarmos projetos, mas eu vejo um futuro muito bom pro Ponto de Memória, por que tá entrando jovens que podem continuar esse trabalho. Não que a gente vá se aposentar, eu vou continuar, a

Chiquinha, Dona Madalena, a Chicona, a Neco, essas pessoas que estão morando longe mas tem um amor pela Terra Firme e a gente quer somar, quer convidar outros jovens, faço esse apelo pro pessoal que é jovem, venha participar do ponto, que quando tenha reunião, venha trazer suas ideias, por que, por exemplo, nós já estamos conseguindo muitas mudanças, a própria questão do lixo, jogado nos muros aqui na perimetral, do Goeldi, agora tem um Jardim, e esse Jardim Comunitário tá com um apoio muito forte, que é da Rede Brasileira de Jardins Botânicos. E o que que é bacana? Ter as moradoras como a Dona Fafá e a Madalena, dia e noite ali conservando esse espaço, não deixando morrer. Colocando o seu suor ali, a gente reconhece, nós do Ponto somos uns parceiros, mas elas é que estão ali, no dia a dia, cuidando daquele jardim. Outra coisa positiva, eu acredito que seja através da educação, porque nós podemos fazer muita coisa pela formação dos jovens, pela formação dos próprios professores, nós queremos colaborar. Por que dentro do conselho, nós temos pessoas, como seu Zé Maria que também trabalha dentro de uma escola aqui e, tá criando um teatro. E nós queremos, quem sabe, num futuro, gravar nossa música: “Tem cultura, tem memória...”. É isso!

4.3.5. Sâmia Queirós, a Sâmia.

Bom, como aos 7 anos de idade a gente tá no início, né, da nossa vida, então as lembranças são, como diz o outro, distantes. Mas assim, as coisas boas aconteceram muitas, muitas coisas boas aconteceram na minha vida, tenho muitas memórias boas daqui do bairro, é uma etapa que eu lembro muito, bastante e que me traz alegria, apesar da nossa situação na época ser uma situação muito difícil, foi na época que nós viemos pra cá, por que tudo pra nós era novo, né? Porque a gente era criado dentro do mato, no interior, então, tudo pra gente era novo. As ruas, as coisas, porque não tinha assim, do jeito que é, porque quando nós chegamos tava iniciando assim a construção de muitas ruas aqui, então, eu lembro muito bem disso, né? Tanto é que pra onde a gente foi... a gente foi lá pro Tucunduba... na época era alagado, então não tinha construção de ruas, então nós moradores fizemos pontes, nós mesmos, só com o pauzinho, a touceira de açai. E aí depois disso, veio uma parte assim ruim, que foi assim, pra nossa saúde... o aterramento com o lixo, aquilo pra mim foi a pior coisa, foi a gente poder tomar café, almoçar e jantar. Dormir respirando, aquele cheiro imundo do lixo, mas que logo depois com o tempo, o lixo foi se abatendo né, com o solo, ele foi na verdade aderindo ao solo

né, e ai foi havendo as construções da rua. Então, assim, pra mim, é muito bom ver a transformação do bairro, isso pra mim é coisa boa.

Bom, na verdade, eu nunca tinha *ouvisto* falar nada disso aí, a única coisa que eu tinha *ouvisto* falar era a respeito de Museu, mas não sabia o significado, não sabia na verdade nada, né? Só simplesmente pensava que era aquele lugar fechado como todo mundo pensa e eu fazia parte dum projeto dai da Universidade Federal, no caso, desenvolvido aqui pelo Centro Comunitário Bom Jesus, na época pela presidente que era um Cursinho Popular, então através desse cursinho popular, ela (presidente) fez um convite, porque ninguém pagava nada, então, ela fez um convite, o seguinte “quem fosse voluntário pra dar aula pras crianças carentes, no caso daqui do Bom Jesus, teria tipo desconto, não precisava pagar nada, né?! E como na época as coisas eram muito difíceis pra mim e eu estava fazendo cursinho, eu me volunteei pra mim dar aula pras crianças carentes daqui da Bom Jesus, então, o que aconteceu, eu passei a gostar de dar aula, na época eu já tava uns 3 anos, mais ou menos. Daí a professora Helena, ela já tinha vindo algumas vezes, já tinha ido lá no Centro Comunitário e aí já tinha feito o convite pra mim participar de algumas ações que no caso, ela desenvolvia e que tava incluindo nessa, esse chamado do Ponto de Memória, mas eu nunca tinha participado, eu nunca tinha ido. Aí um certo dia eu olhei pra cara dela e aí eu digo “tá, vou!”, eu digo “vou lá”, ai eu agarrei e fui. Ai foi justamente no dia da grande decisão, da escolha dos conselheiros do Ponto de Memória, da presidência e enfim, ai que eu fui saber na verdade, o que era Ponto de Memória, o que era IBRAM, o que representava, e fui saber também, o que era Ponto de Memória e a partir daí, então que eu fui entender, fui compreender. Por que através das grandes oficinas, palestras de pessoas que vieram de fora, explicar muitas coisas, ai que foi abrindo minha mente e aí que eu fui entendendo, compreendendo, o que era. Então, tô desde o inicio, desde que houve a eleição, e eu simplesmente cai de paraquedas, me candidatei, levantei a mão na hora lá, né e ai o pessoal me aprovaram e aí nós estamos até hoje, como voluntários.

Atuo como conselheira do Ponto. Eu acho assim, que em relação ao Ponto em si, a minha maior contribuição tá dentro da minha casa, entendeu? Na parte educacional dos meus filhos, então, eu já to direcionando a eles um novo olhar, direcionando a eles a ter um respeito e a lutar pelos seus objetivos, pelos seus sonhos e isso vem através do Ponto de Memória, por que quando eu comecei a participar das atividades do Ponto de Memória, eu estava estudando, mas ai, eu tinha sonho, mas não tinha aquele incentivo. De seguir

nos meus estudos, de me formar, por que eu tava criando meus filhos, eu tava dando oportunidade pra ele. Só que através do Ponto de Memória, eu fui ... Na verdade, a minha mente foi sendo aberta através das oficinas e das nossas reuniões e aquilo me deu oportunidade como eu já falei “não, eu vou fazer isso, por que eu tenho capacidade de fazer”. Entrei no meu curso de Teologia, fiz três anos de Teologia, não terminei, porque faltava ainda mais dois anos pra mim fazer, por que entrei no curso de enfermagem, no curso de técnico em enfermagem junto com a minha filha, passei junto com ela e passei quatro anos fazendo e ano passado, já pelo meio do ano e graças, assim, eu recebo assim, um incentivo do Ponto de Memória pra isso. Por que se não fosse o Ponto de Memória me incentivar, talvez só a minha coragem, o meu ânimo, eu não tivesse chegado aonde eu cheguei hoje e eu me sinto assim, importante, por que eu tenho voto, eu tenho palavra, eu tenho algo pra dizer aonde é relevado pelos outros conselheiros e assim, a gente decide, alguma coisa de bom, de criativo, pro Bairro, pro crescimento do Bairro.

Bom, eu como já falei, não entendia, não sabia de nada de museu, então a minha ideia, basicamente, era só simplesmente de um lugar fechado, aonde quem na verdade, tinha o interesse e buscava, era só simplesmente as pessoas que estavam se formando, ou fossem já formado, em museólogo e buscava através do museu, o estudo, a experiência. Então, essa era a imagem que eu tinha, entendeu?! Tipo assim, o museu fechado, não era pra comunidade em si, que não tivesse o interesse na história. Por que o museu, ele conta história, né? Então, através do Ponto de Memória, já foi aberta a minha mente, voltada pra “aonde nós somos a nossa história”, já é totalmente diferente, por que você chegar num local aonde você lê aquela história de determinado objeto, de determinado lugar ou de determinada coisa, é uma situação, entendeu? Ela pode até falar um pouco da sua história, mas ela não vai falar por si só, entendeu? Alguém escreveu, alguém colocou o que quis lá, e eu não! Eu posso escrever o que eu quero, da minha vida, eu posso contar o que eu quero. A minha vida é vista por aqueles que estão ao meu redor, mas eu posso contar as minhas próprias experiências de vida aonde eles não viveram junto, entendeu? Então, isso faz parte da história, isso faz parte da minha história, então, eu faço como um ser da sociedade, eu faço parte de uma história geral, que já é mais abrangente...então, isso pra mim foi o que o Ponto me fez ver, então, aquele lugar lá fechado, não é só de Doutor, não é só de estudante, mas é de quem quer saber, de quem quer conhecer, de quem quer ter conhecimento, entendeu? E assim como eu posso aprender lá, eu posso também ensinar, tá? Coisa mais ampla!

A memória social é uma coletividade, um conjunto de diversas memórias, em diversos aspectos da minha vida, a qual eu reúno, seja ela minha, própria, sozinha, ou seja ela, coletividade, com outras pessoas, então, esse é o meu modo de ver, né? Antes, eu não sabia definir isso, hoje, eu sei definir isso, por causa do ponto de memória, que me esclareceu, porque todo ser humano tem a sua própria memória, então, através do Ponto de Memória, né? Houve, tipo assim, um resgate dessa memória, que eu tinha, não sabia, só simplesmente tinha por ter, igual qualquer ser humano, e que eu vejo que é até valioso, por que através da nossa memória, certamente foi vivida por experiências, né? E essas experiências que a gente vive, a gente pode passar. E pode contribuir de forma muito positiva com a comunidade, porque a maior contribuição é a valorização, você valorizar aquele lugar, aquele espaço, se antes não era, e agora é, então, vamos manter, se não é, e agora é, então vamos fazer. Isso, então, é uma forma de contribuir. Eu acho que é dessa forma.

Já ouvi falar, mas não sei. Educação popular... esse popular que... não é que não me agrada é que é eu... não entender bem muitas coisas. Porque educação, só na palavra educação, já se define muitas coisas, é você educar, ensinar, instruir alguém, isso é no conhecimento. Tipo, se você tá vendo que tá errado certas coisas e que não é correto tanto praquela pessoa quanto pra sociedade, aquele comportamento é você ir lá e dizer assim mesmo “olha, não é assim que se faz, ou porque não é”, entendeu? Dizer o motivo. Então, eu acho isso educação, agora popular, advém de população, já é uma outra palavra, que pode até tá incluindo a educação na população, por que na verdade tá incluído, mas eu já vejo de forma diferente o popular, que o popular pra mim é que todo mundo tem um pouco, isso pra mim, é! Vamos supor: você é popular, você faz parte da população, como todos os outros conselheiros, como todos os outros moradores. Eu defino diferente, entendeu?

O Ponto de Memória faz educação popular por que junta a população e leva a educação pra ele, leva o conhecimento, né? Leva o fazer e aprende também com ele, entendeu? Com aquela população. Então, acho que o ponto de memória trabalha também com isso, porque não é só nós aqui que vivemos o Ponto de Memória, outras pessoas também vivem o Ponto de Memória, porque nas atividades são incluídos muitos jovens e jovens que estão incluídos nas sociedades, nas escolas, jovens que estão aprendendo, então estão sendo educados, estão sendo instruídos. Então, o Ponto de Memória faz muito bem esse trabalho.

A minha expectativa pro futuro? Ai! Quem dera né? Que a gente pudesse realizar aquilo tudo que a gente pensa, que a gente imagina, que a gente sonha, né? Infelizmente a gente acha muitas pedras pelo meio do caminho, muitas são difíceis de a gente carregar, muitas a gente não consegue nem mesmo carregar, né? A gente tem que deixar elas lá e ultrapassar elas pra gente prosseguir em diante. Então, assim, eu sonho, primeiramente, com uma educação melhor, através do Ponto de Memória, através do conhecimento, de modo geral pra toda sociedade em si, por que nós temos um grande exemplo, é ali a parte verde, alí, o jardim. Por que ali era um lugar cheio de mato, alagado de lixo, e era um lugar onde muitas pessoas iam ali só pra beber. Então, algo que não é bom e nem que é bem visto, então, através da educação, do conhecimento, as pessoas obtiveram clareza, da valorização do seu lugar e passaram a mudar a história e a transformar o meio ambiente e hoje é um parque lindo, cheio de árvores, que estão começando a crescer, que mais tarde darão seu fruto, cheio de plantas medicinais que dá pra própria comunidade se servir daquilo lá, então, pra mim é isso. Um mundo melhor é a conscientização da comunidade, da sociedade se conscientizar “qual é o seu papel”. O meu papel é de limpar, é de manter limpo, de ensinar, de instruir, de fazer alguma coisa e mudar o meu meio. Por que a gente não pode depender só do governo e não fazer a nossa parte.

4.3.6 José Maria, o Zé Maria.

A lembrança boa, é que quando criança e adolescente, no campo da Terra Firme, todo dia se brincava bola, de manhã, de tarde e de noite todo dia tinha bola, para crianças, adolescentes e adultos. Os finais de semana, aos domingos, tinha torneio de futebol, eram muitos times ai se fazia torneios. E a Terra Firme, carente de espaço de lazer, a comunidade tudo ia pra beira do campo ver o futebol e a lembrança boa de tudo isso, além dos torneios, da gente brincar, ter a liberdade de brincar no campo, hoje em dia é fechado, é que, a questão da droga, ela sempre existiu, não é uma coisa que veio, ela sempre existiu. E as pessoas que consumiam essas drogas, eles não deixavam nenhuma criança, muito menos quem não consumia, ficar perto. Então, era tipo assim “olha, o cara tá fumando os negócios dele, então vocês têm que ir prali” ou então, quem era viciado, que fumava, ele ia pra dentro do mato, se esconder pra fumar, depois ele voltava pro meio do pessoal. E essa lembrança boa, do lazer, do futebol e mesmo relatando uma coisa ruim que o cara que fuma, mas ele não deixava ninguém perto, pelo menos a gente achava como uma coisa positiva, uma coisa boa, né?! Por que a consciência daquele viciado é que ele

fumava, mas não queria induzir, incentivar outras pessoas pra que fumassem. Então, a lembrança boa era da Terra Firme, campo aberto e essa droga que não era preciso espalhar pra todo mundo.

E a lembrança ruim que nós tem, é que não tem espaço de lazer na Terra Firme, o lazer é comprado, a gente vê as arenas. E além do mais, o lazer é comprado, e incentiva o jovem que vai brincar bola de manhã e de noite ele vai pra festa, por que ta lá escrito Pop som, não sei o que. Então ele acaba indo de manhã pro futebol, pagando e a tarde ele ainda vai pagar pra entrar na festa, pra ainda consumir bebida alcoólica. Então essa diferença de lembrança de antes e agora, né, o campo fechado e a droga é muito mais fácil que antigamente, enquanto as pessoas, o viciado dizia “vai pra lá”, o viciado agora chama “vem pra cá” e dá! Pra criança, dá pro adolescente. E tudo isso proporcionou a violência em todo o local, por que a droga acabou ficando um comércio, de interesse de muita gente pra ganhar dinheiro fácil e aí, triste mesmo, é uma lembrança muito ruim, a droga recrutando ai os jovens da nossa cidade, do nosso país.

Eu sempre falo que a Terra Firme é dividida por várias comunidades, são muitas comunidades e aí nós, comunidade do Parque Amazônia e antes de morar no Parque Amazônia, já morava próximo a Terra Firme, então sempre a gente organizou os jovens, né. Organizou projetos sociais, não, digamos, oficializado. Mas quando tu pega dez jovens, e tu é jovem e pega dez jovens e começa a brincar, mas uma brincadeira educativa, acaba fazendo projeto, né? E essas coisas começa a alguém ver, alguém comenta, tem fulano ali que ensina, fulano que joga capoeira, então a gente sempre fez isso, aonde a gente morava, ali perto do campo. E quando chega o Ibram, com a proposta dos Pontos de Memória, e a Terra Firme foi contemplada. Por que a Terra Firme já tinha um trabalho com a comunidade, né? Que era da Helena Quadros... O museu leva as ciências a comunidade. E isso facilitou, foi assim, né, eu acho que foi uma coisa que deu embasamento pro Ponto ser na Terra Firme, então, quando Terra Firme é contemplada, foi concorrido em outros bairros, mas Terra Firme por mostrar que já tinha esse trabalho, essa cultura, e eu digo até mais um pouco, fugindo só um pouquinho, por mais que as pessoas começarem a taxar a Terra Firme que só é violência, esses trabalhos que já vinha e outros que tavam acontecendo, não respaldavam o que as pessoas falavam, o que a imprensa falava, não era só violência, tinha sim, muita cultura, muito trabalho social

. E a gente envolvido no trabalho também de Centro Comunitário, fui um tempo de gestão de centro comunitário, né? De fazer as coisas pela comunidade, a gente fomos

convidado pra ser conselheiro do Ponto de Memória. Então, quando você é convidado pra uma coisa que tem tudo a ver com o que você faz, com o que você gosta, ai pra mim foi uma alegria muito grande, a gente abraçou mesmo, né, a causa e o Ponto de Memória, é a linguagem da comunidade, a linguagem dos conselheiros, inclusive, isso facilitou que até hoje nós tem nossos compromissos.

Eu sempre falo em algumas reuniões do grupo, que o conselheiro do Ponto de Memória, eles têm um perfil e o perfil é tu continuar teu trabalho na comunidade, tu faz o trabalho pro Ponto também, mas você precisa ter o seu trabalho na comunidade. Por que se o conselheiro vem pro Ponto de Memória e ele para o trabalho, fica só no ponto, as coisas não se complementa. Então, os conselheiros precisa ter o seu trabalho na comunidade e tá no ponto de memória e aí o trabalho, ele fortalece cada vez mais. E digo mais ainda, assim, esses tempo que o Ponto de Memória tem, já fez muitos trabalhos, tivemos uma relação de atividades com a Terra Firme, mas a gente precisa de mais, né?! Uma das ideias mesmo que a gente tem é que a gente possa fazer os outros grupos fazer o seu trabalho social.

Também a questão da educação, a questão social, por que na educação, tem algumas coisas que você vai aprender na escola, algumas coisas que você vai aprender na sua casa, no lar, mas tem outras coisas que você vai aprender é envolvido nesses projetos sociais, então, nós temos uma missão muito grande, nós conselheiros, de fazer as atividades voltadas ao povo, ao nosso bairro e a questão social, por que é uma contribuição muito grande, nós para a comunidade, é uma contribuição muito grande para que a gente possa ter lá na frente, melhor, um jovem melhor, uma criança melhor, uma família melhor. Por que a tendência é tirar a juventude em situação de risco, através de projetos sociais.

Uma atividade que me marcou? Foi uma atividade que eu não tive cem por cento de participação, mas o nosso cortejo cultural, que houve, né, ai eu já cheguei quando já tinha chegado o cortejo lá na praça da Terra Firme, né? Todos participaram, teve apresentação dos grupos, Ponto de Memória coordenando, então, foi assim, aquela ação, aquele movimento é um movimento que a comunidade precisa, precisa saber que tem a cultura, que alguém tá interessado, que gosta dessa cultura, que proporciona pra comunidade uma coisa que ela não precisa ir lá no centro da cidade, não precisa ir se deslocar pra longe pra ver o que a gente tem no nosso bairro, os nossos grupos culturais, nossos grupos sociais, né?! As pessoas verem a cultura. Então, foi assim, não participei

cem por cento, mas foi muito legal, ficou muito marcante o ponto de memória nessa atividade, claro que o Ponto de Memória teve outras marcantes, mas essa eu achei muito legal.

Olha, visão das coisas, a gente sempre tem, né?! Tem do antes e tem depois, e a gente analisa aquele impacto, o que acontece. Então, de tudo a gente tem visão do antes e depois, eu vou até, antes de falar dessa visão do museu, eu queria relatar uma visão que eu tive, que eu tive um impacto. Foi, se não me engano, em 1990, 90 pra 91, com um concurso dos correio, então fiz a inscrição, me inscrevi pra fazer a prova, marcaram a prova lá na Universidade Federal do Pará, e aí eu tinha uma visão da universidade, por ser uma universidade, tinha uma visão de que seria tudo organizado, tudo bonitinho, então, eu de escola pública, a realidade da escola pública a gente via, cadeira riscada, cadeira quebrada, sala, né, não adequável, por participação de aluno, por que sem orientação ele acaba fazendo vandalismo na sala e também pela falta de política pública do governo que ele não investe na educação, enfim. Então, a gente vê na escola pública, uma escola toda, tipo assim, suja, né?! E a minha visão de Universidade Federal do Pará seria totalmente diferente, então, quando entrei na sala da Universidade pra fazer a prova, eu vi uma sala riscada, uma cadeira quebrada. E naquele momento o impacto veio pior que escola pública, né? Então eu fiquei “poxa, como pode uma escola federal que só estuda universitário, que era pessoas pra dar bom exemplo, ser dessa forma? ”, Então, a gente temos essas visões de uma coisa ou outra. E de museu, a visão que eu tinha de museu é que o ensino público naquele tempo, também era ensinado a ser dessa forma, no museu, só entra pra ver as coisas antiga, só entra pra fazer as pesquisa do estudo de 1900 e não sei quando, então analisava o museu como uma coleção de coisas antigas e ainda por cima fechada, que o museu não tinha uma relação assim, boa, né, com alunos e comunidade. E hoje em dia, a gente já temos outra visão, né?! O museu ele é mais aberto, a gente já pensa que não é só o museu que guarda coisa antiga. O museu hoje em dia, teve um avanço muito grande. Os museus, todos, já se relaciona com a comunidade. Só relatando um pouco, o trabalho da Helena Quadros aqui na Terra Firme, esse projeto, o museu leva ciências na comunidade, é importante por que não foi uma coisa assim, de todo mundo querer, teve que ter o diretor e dizer “vamo fazer isso” e aí ele viu que encontrou na Helena Quadros uma pessoa com o perfil pra ir pra comunidade, ai quando acontece isso num local tem muitas pessoas que não gostam, sabe – se lá quantas pessoas num disse pro diretor que ele era doido?! Quantas pessoas num disse pra Helena “Tu é

doida, Helena?! Tu vai te meter no meio da comunidade, no meio daquelas pessoas...” e hoje em dia a gente já percebe que é necessidade do museu ter uma relação com a comunidade.

Olha, os projetos sociais são a base de tudo, então, o que o Ponto de Memória já fez, precisa fazer mais, inovar mais as coisas, por que cada vez mais os nossos jovens, eles estão se perdendo e os projetos sociais interferem muito nessa visão dos jovens, nessa visão de vida, então, acho que o Ponto de Memória precisa, todos nós precisamos é ter várias ações, vários projetos, incluindo as crianças, incluindo os adolescentes, incluindo as famílias. Por que tem vários grupos aí que ele fala que tem um projeto social, mas que só vão trabalhar com adolescente e a gente precisa ampliar essa visão por que as vezes tem adolescente em situação de risco, adolescente que tá com problema, mas as vezes o problema não tá no adolescente, as vezes o problema tá na família. Então, acho que o Ponto de Memória, com tudo o que já contribui, precisa contribuir mais, pra gente trabalhar esse conjunto, com crianças, adolescentes e família, relacionando com a escola.

A maior dificuldade que a gente teve, sempre a gente falamos isso, em reportagens, em palestras, é as parcerias, de vir os órgãos, órgãos públicos, as próprias empresa, são muito difíceis conseguir a parceria, até mesmo por que a facilidade de eles investir em outras coisa que vai dar retorno pra eles mesmo, do que investir em projetos que as vezes não chega o retorno. É tipo assim, uma empresa ou um órgão, ela quer investir dinheiro, digamos na comunidade, mas em troca ela quer propaganda, em troca eles querem que a comunidade faça propaganda dos produtos deles e exige um bocado de coisa e muitas pessoas as vezes acham “olha, ele não tá sendo parceiro pra ajudar a comunidade, ele tá sendo parceiro pra também se beneficiar”.

Então, a gente tem essa dificuldade de parcerias, né?! Tipo assim, quando alguém chega com o ponto e diz “vamos ser parceiros”, mas quer que o ponto faça as coisas pra beneficiar outras pessoas e não pra beneficiar o ponto de memória. E a gente fica muito triste, com questões de parcerias que é a maior dificuldade, por que assim, nós ouvimos discursos de políticos, discurso de empresário, discurso de pessoas, de profissionais, que diz que a solução do país, pra acabar com a violência, pra acabar com outras coisas, que a solução é investir na educação e quando um órgão ele não olha pra uma entidade que faz a sua parte, seu trabalho, seu projeto, que faz educação. A gente acaba vendo aquele discurso e acha que aquele discurso é um discurso só de faz de conta, por que se fosse um discurso verdadeiro, como um prefeito, um governador diz, “a gente vai investir em

educação, vai investir em política pública, em projeto para os jovens”, a gente vê que isso não é verdade, por que tá aí o Ponto de Memória, que a gente tem maior dificuldade pra conseguir parcerias, por que do nosso projeto, pra trabalhar com a comunidade, nós precisamos de recursos e hoje, é difícil mesmo, nós somos todos voluntários, até aproveito pra dizer pra todos os conselheiros, que tão de parabéns, por que todo esse tempo que o Ponto de Memória tem, desde 2009 pra cá, tem um grupo que tá lá, com toda a dificuldade, mas tá lá trabalhando, por que o pensamento é a gente mudar nossos jovens da Terra Firme, por que se nós fosse depender de governo, de parceria de governo, já tinha acontecido como aconteceu com muitos grupos, muitos projetos, muitas entidades, que desiste, larga, deixa de mão, por que é muito difícil você não ter recurso, você ser voluntário, você tá sozinho, você fazendo bem pra todo mundo que beneficia até os próprios governantes.

Aquele um que diz “não, o importante é investir na educação, por que é isso que vai dar um retorno, vai acabar a violência”, mas é todo aquele discurso, mas quando a gente no projeto aqui, tira um menino da rua, através do futebol, através do teatro, através da dança, tu tira um menino da situação de risco, é menos um, uma pessoa que vai ser recrutado pelo tráfico, pela marginalização, que poderia tá fazendo um sequestro de um filho de uma pessoa dessa, de um político desse, de um governador, um prefeito. Então, um projeto social na comunidade ele é tão beneficiante, pra todos, pra todos, eu sempre falei, as vezes em reuniões, que, por exemplo, um projeto social na Terra Firme, que se trabalhe com jovens, com crianças, ele beneficia pessoas que moram em São Paulo, no Rio de Janeiro, no Maranhão, em qualquer lugar do Brasil, lá no interior... É um projeto que é beneficiante pra cá e pra todo o canto, por que você tira o menino da marginalização, você tá tirando ele pra fazer uma pessoa de bem e se esse menino continuar na marginalização, podia muito bem viajar pra outro estado, pra qualquer outro lugar e cometer um crime lá, né?! Então, beneficia, de uma forma direta ou indiretamente as pessoas que moram, né... Eu até digo no mundo todo, por que a violência tá em todo o canto. Então, a nossa dificuldade no Ponto de Memória, não é só de agora, é de muito tempo. É essa questão de parcerias. E esse discurso que as autoridades tem, que a educação é a melhor forma, que seja, de fato! Por que já pensou se o Ponto de Memória, com esses conselheiros que tem, com essas pessoas que tem, pessoas de ideias, pessoas de bom relacionamento, pessoas com vontade de trabalhar em prol da comunidade, tivesse recurso pra gente fazer

nosso trabalho com os jovens. O ponto não ia mudar, ia amenizar um pouco a situação das coisas, a violência do bairro. Então, a dificuldade é essa, as parcerias.

Pois é, eu entendo a memória social, possa ser que o meu entendimento seja diferente de outras pessoas, mas eu entendo que a memória social é a memória de um conjunto de pessoas, é a memória do bairro da Terra Firme, é a memória da comunidade Parque Amazônia, da comunidade Bom Jesus, enfim, da comunidade. Então, essa memória social é diferente da memória da sua família, seus pais, sua mãe, seus filhos, por que é uma coisa que só vai, digamos assim, só vai favorecer, não precisa ser divulgado pra ninguém, só vai favorecer pra mim, é a memória da minha família, né?! Então, não pode ser social, não posso dizer pra todo mundo “olha, foi assim, foi assim, meu avô foi assim”, né?! Então, não posso dizer pra todo mundo, mas a memória de um conjunto de famílias, conjunto de um bairro, de pessoas que moram no bairro, como começou aquele bairro, como que as pessoas foram parar ali, foram se desenvolvendo, né?! Esta é a memória social, um conjunto. Que hoje em dia, a gente, o Ponto de Memória faz a memória do bairro da Terra Firme, e, assim, como sempre eu falo, eu nunca deixo de falar isso, que Terra Firme é dividido em várias comunidades, né? Enquanto uma tem um trabalho pra li, outra tem um trabalho pro outro lado, e até um dos objetivos do Ponto de Memória seria mostrar o trabalho de todas essas comunidades, pra não ficar isolado, por que as vezes, uma comunidade pra cá, não sabe o que a outra tá fazendo pra alí, então um dos nossos objetivos é formar este trabalho. Então, a memória social ela pode ser duma comunidade, dum estado, dum bairro, dum país, enfim, é isso que eu entendo!

É, tipo assim, na construção de um bairro, tem aquelas pessoas que fazem a diferença, que lutam, e que vai passando um tempo, mas ele deixou essa contribuição e aí vai nascendo outras pessoas e essas pessoas que vai nascendo, senão tiver guardada essa memória, ele vai se esquecer do fulano de tal, que fez tanto pelo bairro, o ciclano que ajudou a desenvolver, então, é importante, por que o que acontece hoje, as pessoas que contribuem hoje pro desenvolvimento de uma certa localidade, elas precisam ser lembradas amanhã. Ela lembrada amanhã incentiva as pessoas continuarem a lutando, por que se eu apagar a memória, vou dizer “poxa, ninguém nunca lutou, eu também não vou lutar”, então, a memória não só do bairro da Terra Firme, mas de outros lugares, de outros bairros, outros estados, da nossa cidade, do Brasil, precisa ter a memória, ser guardada e mostrar pras pessoas, né?! As pessoas que fizeram a diferença, por que é aquilo que eu sempre falo, o Ponto de Memória, hoje, faz um trabalho, mas daqui há um tempo vai ser

um outro grupo, daqui há um tempo vai precisar o Ponto de Memória tá na memória do bairro da Terra Firme pra mostrar o quanto ele fez, o quanto ele contribuiu.

Olha, o ponto de memória tem tantas ideias, tantas ideias pra colocar em prática, mas a questão de parceria, de falta de recurso, que não deixa que a gente faça isso, mas como eu falo, os conselheiros tem os seus trabalho também, além do ponto. Que quando um trabalho do conselheiro social dentro da comunidade, ele sendo conselheiro do ponto de memória, é um trabalho do conselheiro do ponto de memória. Então, o Ponto de Memória diz “olha, aquele trabalho lá, naquela comunidade é do nosso conselheiro”. E, eu acho, assim, que o Ponto pode contribuir com este trabalho, de falar “o nosso conselheiro tem um trabalho ali”, pra efetivar a parceria, é a gente também participar, por que se o trabalho do conselheiro é voluntário, e do Ponto de Memória é voluntário, a parceria já é importante. Se o Ponto de Memória consegue parceria pra ter recurso, pra ampliar os outros trabalhos dos conselheiros, dos outros trabalhos sociais, ai seria melhor. Mas enquanto o Ponto que a gente não temos esse recurso, pra ampliar os outros trabalhos, eu acho que a participação ela já vale muito.

É, a educação popular, as vezes as pessoas confunde as coisas, mas é que a gente se faz há muito tempo, por exemplo, enquanto criança, adolescente, eu juntava um grupo de jovem e ai a gente ia, digamos assim, a gente dizia “vamo lutar capoeira” e aí a capoeira, não é só capoeira, tinha um momento que a gente sentava, e aí a gente conversava sobre questão, a visão do país, o que que pretende ser quando acabar os estudo. E o jovem, a criança, o adolescente eles tem um sonho, todos temos sonhos. E as vezes, por falta de orientação, de orientações, o sonho dele se perde, é como eu falei ainda agora, a gente temos a educação de dentro de casa que ela é muito importante na vida do jovem, tem a educação das escola, mas também tem quer ter outros tipos de educação, que é essa educação popular. Não é que tu tem que viver lá na rua, pra ti aprender, que nem algumas pessoas confundem e fala isso “ah, por que eu sou da escola da vida, eu vivi na rua e aprendi tudo”, algumas pessoas fala isso, mas essa não é a educação popular. A educação popular, é aquela que você tá inserido no meio de uma população, no meio de um grupo, de projetos, onde você vai ter a visão de vida, você não vai aprender a ler, aprender a fazer conta de matemática, você vai aprender a ter a visão de vida, vai aprender sobre direitos, sobre cidadania, o que é direitos e deveres. Então, essa que eu entendo ser a educação popular e não aquela que... Ah! O jovem ele pode interpretar, por que ele vê o fulano... eu canso de ver na televisão político falando, dizer “eu aprendi na escola da

vida, vivi na rua, aprendi na rua”, isso não é educação popular. Então a gente precisa aprender a separar essas coisa.

Assim, finalizamos a última narrativa. Elas foram primordiais para a proposta do capítulo seguinte, referente ao estudo analítico sintético que a pesquisa se propõe.

CAPÍTULO 5

SABERES, TEORIA E CONHECIMENTO: O VICE-VERSA DOS LIVROS À MILITÂNCIA.



Figura 21 - Conselheiros do Ponto de Memória, em uma roda de conversa, com o grupo de pesquisa EPsTEM, na UFPA, no ano de 2016. Fonte: Acervo Pessoal.

Empírico, teórico e plural.

Na militância por um museu diferente

Na proposta de cultura não excludente

Na escuta da memória dessa gente
Ponto de Memória se fez urgente!

Com a educação popular reconhece
que não há cultura a se negar

É uma troca de lá e de cá,

Nos livros e no fazer científico é
dever nosso escutar e registrar

A memória social, a cultura popular
e a educação que a periferia quer
narrar.

(Texto autoral)

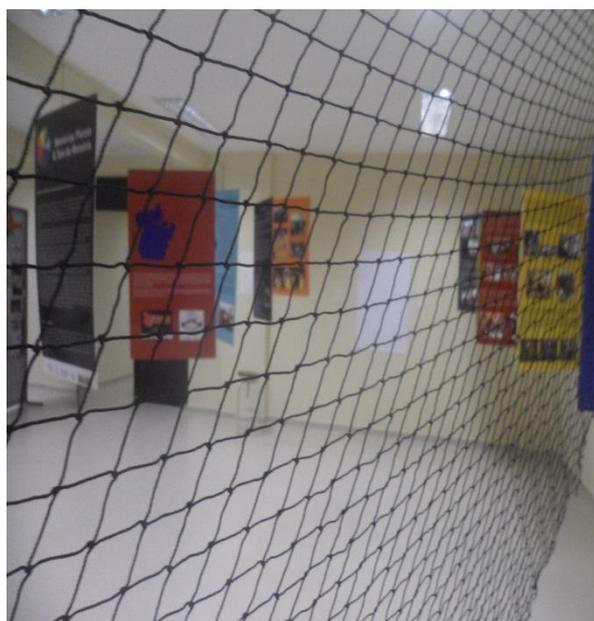


Figura 22 - Detalhe da exposição “Memórias Plurais”, sob responsabilidade do PMTF, no Ateliê de Arte, da UFPA, em 2014. / Fonte: Acervo Ponto de Memória

No último capítulo dessa dissertação, intitulado “Saberes, Teoria e Conhecimento: o vice-versa dos livros à militância” buscamos aludir à proposta de Freire (2015), acenada em escritas anteriores do presente trabalho, quanto ao fazer científico que começa em uma “curiosidade ingênua” e alcança a “curiosidade epistemológica”. O vice-versa dos livros à militância, é, portanto, o momento em que empiria e teoria se encontram, agora, em constante diálogo.

Para esse momento, foram selecionadas duas fotos, cronologicamente distintas que ilustram a militância sendo discutida em meio acadêmico. Na primeira, os conselheiros do Ponto de Memória da Terra Firme, em diálogo com os pesquisadores do grupo de Estudos e Pesquisas sobre Teorias, Epistemologias e Métodos da Educação – EPsTEM, coordenado pelo orientador dessa pesquisa, Prof. Dr. Carlos Paixão.

No dia em que essa fotografia foi registrada, os conselheiros, representados por Chiquinha, Helena e José Maria, se dispuseram a apresentar ao grupo de pesquisadores a respeito de suas experiências vivenciadas no PMTF, suas funções e razões para acreditar na importância desse Museu chamado Ponto de Memória da Terra Firme. Foi uma experiência proeminente para a troca de diálogos entre esses dois grupos.

A segunda fotografia representa uma parte da exposição “Memórias Plurais”, organizada pelo IBRAM, no ano de 2014, que tinha por missão, criar “painéis de memória”, os quais apresentariam, brevemente, a respeito dos doze Pontos Pioneiros. Essa exposição compôs, ainda o Fórum Nacional de Museus, que aconteceu em Belém do Pará, naquele ano e, por essa razão, o Ponto de Memória da Terra Firme, ficou responsável por recebe-la em sua cidade e fazer sua primeira exposição em algum lugar escolhido pelo conselho gestor. Dessa forma, em parceria com a UFPA, os conselheiros consideraram importante que o meio acadêmico pudesse conhecer a militância e proposta do Programa Pontos de Memória, e por essa razão, a expuseram no Instituto de Ciências e Arte (ICA) “Memórias Plurais”, e, durante o acontecimento do Fórum, a mesma ficou exposta no Hangar – Centro de Convenções da Amazônia. Acredita-se, então, que esse foi um dos momentos de encontro empírico-teórico, que exemplificam a proposta desse último capítulo.

Ademais, no texto autoral denominado “empírico, teórico e plural” buscamos, sumariamente, reunir os ensinamentos aprendidos de acordo com os autores selecionados

para a composição do núcleo teórico conceitual do trabalho, bem como o que também foi verificado a partir das memórias dos sujeitos de pesquisa.

No capítulo que seguirá, elencamos os temas surgidos a partir do estudo analítico sintético realizado, tendo em vista a proposta de compreender e explicitar a educação e suas diversas formas de ocorrer a partir do movimento de museologia social exercido a na militância e ações desenvolvidas nos Pontos de Memória.

Dessa feita, o que foi percebido a partir das investigações a respeito das atividades elaboradas e executadas pelo Conselho Gestor do PMTF, deu possibilidade de aclarar que o seu fazer educacional está diretamente ligado para a propagação de um ensinar-aprender a respeito da cultura da/para a memória. E foi o que buscamos inferir nas páginas que seguem.

5.1. Educar para a cultura da memória

O Ponto de Memória da Terra Firme é um espaço repleto de sentidos e significados para cada conselheiro que o integra. Ele é o lugar que ressignificou o conceito de museus para Chiquinha, que em outro momento de sua vida, embora tenha visitado “o museu do Forte do Castelo”, não compreendia qual o alcance que esse tipo de instituição buscava apresentar para o seu público, ou seja, qual sua função social. Todavia, a partir da proposta de nova museologia, por ela vivenciada, através da inserção no PMTF, ela conduz sua fala da seguinte maneira:

Na minha concepção eu acho que o Ponto de Memória é um museu sim, por que o nosso museu, esse museu que hoje é chamado Ponto de Memória, a gente faz um trabalho diferenciado dos outros museus tradicionais, o nosso trabalho, é conhecer o bairro, ter uma ideia do que o morador faz, qual é o seu cotidiano do morador e também, eu acho, na minha concepção, que é mais um incentivo pros moradores o que a gente faz, por que não é só pro jovem que a gente faz esse trabalho, mas sim pra toda a população.

O Ponto de Memória, propõe uma quebra de paradigma quanto a missão cultural e educacional que se afere no que diz respeito aos museus, podendo, assim, ressignificar também, até mesmo os dizeres de Paulo Freire, quando afirmou que “a educação popular nascia não apenas da cultura dos livros ou de museus; ela nascia da cultura que os movimentos populares usam e criam em suas lutas”. (1989, p. 62), deixando implícito que a “cultura de museus” era restrita. O que realmente acontecia, como percebido no penúltimo capítulo dessa dissertação. Todavia, essa proposta de museus que se faz via PPM, se dá por meio de uma educação e cultura popular, organizada a partir de um movimento político que são os Pontos de Memória.

Nessa mesma senda, Chiquinha analisa elementos de educação popular presentes no Ponto, da seguinte maneira:

Se o Ponto contribui com a Educação? Ele não só pode contribuir como ele já está contribuindo, ele já contribuiu muito e ele vai contribuir muito mais, de que forma?! Procurando se organizar mais. Por que ele já fez os seminários, portas abertas é uma educação e os seminários que a gente realiza no bairro é uma educação pra quem participa, por que de alguma maneira está aprendendo, trocando experiência de alguma coisa. Isso é educação! Uma roda de memória que se faz com os moradores, seja jovem ou adulto é outra educação, trocando experiência é outra educação. Então, eu acho que tudo aquilo que a gente faz pra melhorar a nossa condição de vida, é educação. E essa educação é muito válida para todos nós que participamos.

Ora, notadamente estamos diante do conceito de educação analisado por Brandão (1995) quando se referia aquela que é voltada para as classes populares. Dessa forma, explicita-se o pensamento do autor a fim de aclarar a relação existente com a narrativa de Chiquinha.

A educação não é um instrumento – a serviço de grupos dominantes de controle sobre as relações de poder e produção – de adequação de pessoas e grupos populares a uma ordem social dada de cima para baixo. É um meio de produção do poder da sociedade civil e, através dele, um caminho de conquista da participação ativa e consciente, tanto na totalidade da vida comunitária quanto em todas as esferas de vida nacional. O oposto do sujeito consumista atribuído ao modelo anterior – bom para produzir bens, dócil para produzir poder – é o sujeito participativo a quem a educação torna, ou ajuda a tornar, um cidadão no sentido pleno da palavra. (p. 26)

O agir educativo comunitário do Ponto de Memória da Terra Firme, se realiza por meio dessas atividades citadas por Chiquinha - que são, também, metodologias de museologia social -, como rodas de conversa, de memória, organização de inventários participativos e de gincanas, por exemplo. Essa é a forma de construir esse museu na periferia, com vistas a proporcionar participação ativa dessa comunidade.

O espaço que o PMTF chama de seu, pode até, aparentemente, não conter paredes e monitores aguardando visitantes para lhes explicar sobre sua forma de ser museu, todavia, a sua porta de entrada, são suas ruas estreitas e não asfaltadas; seus monitores são os conselheiros do Ponto, que ao caminhar pelo bairro, contam suas principais lembranças e memórias vividas ali, seja na Feira, na Escola Brigadeiro Fontenele ou na quadra da Paróquia, que abriga, também, o “shopping chão”. Pois como afirma, Batista, “*Com certeza ter um museu do Ponto traria benefícios, por que um museu ele fala, ele recorda*”. E essa “fala” se dá por conta dos movimentos sociais organizados, como é a experiência do PMTF.

Sabendo disso, compreende-se que essa nova forma de ser museu, está disposta a mostrar para os defensores de “museus são lugares de guardar coisa velha”, que essa visão hegemônica já não predomina sequer nos museus tradicionais, e menos ainda nos Pontos de Memória. Nesse sentido, mais um elemento de educação popular se percebe ao compreender o PMTF, pois como assinala Brandão (1995):

Um tipo de trabalho pedagógico é *popular* quando sua vocação está na busca do estabelecimento de relações efetivas ou pelo menos idealizadas com as camadas populares e quando, a partir daí, torna-se

real ou pelo menos **intencionalmente contestador de uma ordem vigente**. (p. 30) (itálico do autor) (grifo nosso)

Tendo, assim, a análise do PMTF enquanto um fenômeno, sugerimos, então, que por meio dele, se pense na proposta de educar para a cultura da memória. E de que maneira isso aconteceria? Através das atividades de museologia social que já ocorrem por meio do Ponto, todavia, com a merecida atenção aos “fazeres” de educação popular. Desse modo, educar para a cultura de uma memória, seria enfatizar que a educação se faz por meio da cultura do povo, como também da memória social, que necessita de visibilidade, de atenção a importância para a construção de uma sociedade viva, que não oculta os papéis de seus sujeitos, sejam eles idosos, crianças, jovens, mulheres ou adultos.

Com ênfase na memória dos velhos, Bosi (2003, 15) afirma que

pode ser trabalhada como um mediador entre a nossa geração e as testemunhas do passado. Ela é o intermediário informal da cultura, visto que existem mediadores formalizados constituídos pelas instituições (a escola, a igreja, o partido político etc.) e que existe a transmissão de valores, de conteúdos, de atitudes, enfim, os constituintes da cultura.

Dessa feita, compreendemos que só se faz memória na Terra Firme, quando se educa para tal, por meio da cultura e da memória dos velhos, a qual sendo memória deles, é também dos moradores mais jovens que os escutam, e que acabam sendo educados para valorizar essas narrativas e, desse modo, construírem as suas. Isso tudo se dá por meio das atividades do Ponto de Memória da Terra Firme.

Educar para a cultura da memória, não é, todavia, vender os olhos da violência que se faz fortemente presente na periferia, porém, é escutar essa problemática e pensar alternativas para superá-las. Esse é um dos trabalhos do PMTF.

Contudo, a fim de assegurar que o PMTF não deve, nessa proposta, assumir para si a noção de “salvador da periferia”, destacamos o dito por um “sujeito em campo”, Francisco Batista, morador da Terra Firme, mestrando e militante em Direitos Humanos e um dos idealizadores e administradores do projeto Tela Firme:

É importante que o mundo se volte pra cá, pra essa realidade (...) Hoje a Terra Firme, como todos os territórios de periferia estão sendo coagiados e acuados pelos grupos de extermínio e milícia nas periferias. É sério! Todos os dias na capa dos jornais (...) O Estado não está fazendo nada, as instituições se acovardam diante de uma situação alarmante (...) Quem ficar aqui na esquina, pode ser morto, e se for negro, a possibilidade é dez vezes maior, então nós temos que nos mobilizar para bater de frente a isso. Além do Tela Firme, temos o Ponto de Memória, as Escolas – vocês, alunos -, o grupo de Teatro (...)

Ou seja, tem muita coisa boa aqui, mas não dá para negar não! Tem muita violência sim! (...) E a Terra Firme é alvo (...) Ela é muito estigmatizada! É violência simbólica! (...) E não vem com esse papo de que quem é bandido tem que ser torturado, quem é bandido tem que ser preso, tem que pagar pelo o que fez, mas não torturado” (grifo nosso)

Nesse depoimento, além de narrar a preocupação com a recorrente violência, o morador exemplifica que projetos como os do Ponto de Memória são a maneira de mobilização e enfrentamento dessas situações de indignidade humana, todavia, eles, sozinhos, não são capazes e nem responsáveis de “solucionar” todos esses problemas. É como afirma Freire (2015), o educador não deve acreditar que na realização desses projetos de educação popular, ou por pequenas ações, dará conta de “salvar o mundo”, essa tarefa não lhe compete.

Ademais, cientes disso, o que emergiu a partir da análise dos elementos de memória social e cultura popular do PMTF, é que o mesmo pode, em sua missão, educar para a cultura da memória, para que se perpetue e se divulgue, na periferia da Terra Firme que a memória social é um meio de revelar o que se desconhece do bairro, que é a sua cultura, a sua trajetória de lutas sociais e direitos conquistados.

5.2. Processos formativos a partir da Educação Popular do PMTF.

No segundo capítulo desse trabalho, evidenciamos a respeito da percepção de educação que vem sendo discutida ao longo dos séculos. Explanamos - fazendo uso de autores como Freire e Brandão - os papéis sociais que a mesma intrinsecamente assume e desse modo afunilamos o núcleo teórico para uma das categorias de análise emergidas do objeto de estudo. A categoria foi a Educação Popular.

A “montagem” do núcleo conceitual já teria sido o suficiente para reafirmar uma constatação já notada antes mesmo da construção desse estudo: a educação não ocorre somente no ambiente escolar. Os ensinamentos e vivências dos autores selecionados já asseguravam tal entendimento. Todavia, dado o objetivo dessa pesquisa, compreendemos que as escritas vindas posteriormente ao segundo capítulo revelariam mais um olhar diferenciado para a educação, tendo em vista que a mesma está em constante reinvenção, dada a sua necessidade de configurar-se a partir de práticas sociais.

Essas reflexões nos fizeram chegar ao “fazer formativo” realizado no PMTF. Brandão (2013) nos permite um primeiro esclarecimento tendo por base a endoculturação, analisando que “vista em seu voo mais livre, a educação é uma fração da experiência

endoculturativa. Ela aparece sempre que há relações entre pessoas e intenções de ensinar-e-aprender” (p. 25)

Ora, o processo de *endoculturar* citado pelo autor nada mais é do que formar a partir do que se vivencia culturalmente. Dito isso, notadamente o Ponto realiza essa função educativa quando entende que esta é uma de suas missões. O conselheiro José Maria nos aponta isso, ao afirmar:

Porque a educação, tem algumas coisas que você vai aprender na escola, algumas coisas que você vai aprender na sua casa, no lar, mas tem outras que você vai aprender é envolvido nesses projetos sociais, então, nós temos uma missão muito grande. Nós, conselheiros, de fazer as atividades voltadas ao povo, ao nosso bairro e a questão social, porque é uma contribuição muito grande para que a gente possa ter lá na frente um jovem melhor, uma criança melhor.

Essa crença de que um projeto como o do Ponto pode assumir a responsabilidade de “modificar” a vida de um ser humano surge a partir do acreditar, ainda que inconscientemente, no endocultramento, haja vista que a intenção de *ensinar* sobre a importância de valorizar a memória da Terra Firme seria, para o Conselheiro, uma das maneiras de garantir a autonomia do sujeito integrante do processo formativo realizado através do PMTF.

O Ponto de Memória da Terra Firme, aposta, segundo o observado na narrativa de José Maria, em uma educação popular, a qual legitima os saberes das ruas, e, nesse caso, de projetos sociais, como o do Ponto.

É necessário que se entenda que a numerosa presença de Projetos e Movimentos sóciopolíticos em lugares como favelas e periferias, comumente, se valem da premissa de que a valorização de seu território é um dos primeiros passos para que seus saberes sejam epistemologicamente assumidos. Nessa mesma senda, as autoras abaixo embasam o referido pensamento:

Os processos de formação que se constituem nas dinâmicas territoriais são reveladores do quanto as relações sociais vivenciadas entre indivíduos e grupos de uma determinada comunidade e entre grupos com histórias diferentes, correspondem a contextos edificantes de práticas educativas. Nesse ambiente de campo de relações são potencializados movimentos e experiências que garantem a mobilização de saberes e práticas que colaboram para a formação humana. (CARMO; ARAÚJO, 2014, p. 270)

A educação, por si só, já lida com processos humanos formativos dada a sua natureza de ser uma prática social. Entretanto, a hierarquia de saberes que

assombrosamente envolve seu campo, permite a dificuldade de compreendê-la em sua amplitude, ou seja, quer restringi-la a um espaço (geralmente escolar). O que queremos afirmar com isso é que o fato de considerar um conhecimento mais valioso que outro é impedir que a educação avance socialmente, e assim, acabe menosprezando os saberes ditos “não formalizados”. Na realidade, é injusto e incoerente que afirmemos que a própria educação é quem aceita isto, quando o que de fato acontece são educadores que desvalorizam o processo formativo ocorrido em todo e qualquer espaço.

Contudo, como vamos afirmando ao longo do texto dissertativo, acreditamos nesse processo de educação que se distribui socialmente, alcançando, também, espaços socioeducativos como, periferias, favelas, movimentos e projetos sociais e centros comunitários. E, por essa razão, analisamos o caráter formativo que se dá no PMTF por meio de práticas de Educação Popular, as quais se revelam, por exemplo, em atividades que afirmam e/ou revelam a cultura de Terra Firme, que por vezes, é desconhecida pelo próprio morador. Novamente, o conselheiro José Maria sinaliza esses momentos formativos:

Uma atividade que me marcou foi uma atividade que eu não tive cem por cento de participação, mas o nosso cortejo cultural, que houve, né?! (...) Todos participaram, teve apresentação dos grupos. Ponto de Memória coordenando, então, foi assim, aquela ação, aquele movimento que é um movimento que a comunidade precisa. Precisa saber que tem a cultura, que alguém tá interessado, que gosta dessa cultura, que proporciona pra comunidade uma coisa que ela não precisa ir lá no centro da cidade, não precisa ir se deslocar pra longe pra ver o que a gente tem no nosso bairro, os nossos grupos culturais, nossos grupos sociais, né?! As pessoas verem a cultura.

É importante que se enfatize a respeito dos caminhos educativos que são possíveis de visualizar a partir da compreensão de que além de estar diretamente ligada aos processos culturais que se dão em todas as sociedades, a educação se realiza no dia a dia de cada sujeito que compõe esse coletivo, ultrapassando muros escolares. Sabendo disso, acreditamos no potencial que o PMTF já possui para cumprir esse papel de educar em sua comunidade. Nesse sentido, recorremos novamente à Brandão, que nos esclarece a respeito da importância de compreender o sentido do educar, o qual não necessita de vastas interpretações. A educação é o maior saber-fazer-aprender que se desenvolve no meio social a fim de entrelaçar saberes que se dão dentro e fora da escola.

A educação do homem existe por toda a parte e, muito mais do que a escola, é o resultado da ação de todo o meio sociocultural sobre os seus participantes. É o exercício de viver e conviver com o que educa. E a

escola de qualquer tipo é apenas um lugar e um momento provisórios onde isso pode acontecer. Portanto, é a comunidade quem responde pelo trabalho de fazer com que tudo o que pode ser vivido-e-aprendido da cultura seja ensinado com a vida – e também com a aula – ao educando. (BRANDÃO, 2013, p. 49)

Seguindo no entrelaçamento de saberes, observamos importante ressaltar um discurso afirmado por Sâmia, o qual garante que estar ou não em um banco escolar não é premissa para entendimento ou não do sentido de educar.

O Ponto de Memória faz educação popular porque junta a população e leva a educação pra ele, leva o conhecimento, né? Leva o fazer e aprende também com ele, entendeu? Com aquela população. Então, acho que o Ponto de Memória trabalha também com isso, porque não é só nós aqui que vivemos o Ponto de Memória, outras pessoas também vivem o Ponto de Memória, porque nas atividades são incluídos muitos jovens e jovens que estão sendo educados, estão sendo instruídos. Então, o Ponto de Memória faz muito bem esse trabalho.

Para esse discurso, é necessário que se dê o enfoque necessário ao “viver o Ponto de Memória”, vivê-lo está intrinsecamente relacionado ao assunto que abordamos nesse tópico: o processo formativo de sujeitos nesse Ponto. Visto que, ninguém é formado por processo educativo algum caso não permita-se vivenciá-lo e mais do que isso, senti-lo. No que diz respeito ao PMTF, é necessário que todos aqueles que o vivenciam se sintam parte dele, sendo ou não conselheiros, sendo ou não moradores do bairro da Terra Firme.

O território é “abrigo”, “casa”, “aconchego” e nele os membros exercem a sua reprodução econômica e social. Nele também as comunidades produzem seu autoconhecimento, suas representações enquanto grupo e se reconhecem territorialmente. Os membros se sentem parte e donos do espaço. (CARMO; ARAÚJO, 2014, p. 272)

O Ponto de Memória é o bairro da Terra Firme, logo, é um território que a cada ação de memória, se musealiza. É necessário, então, que os sujeitos participantes dele, o vivam, como nos ensina a conselheira Sâmia. E de acordo com Carmo e Araújo (2014), a partir do sentimento de representação, os membros sentem-se, então parte e donos também. A exemplo disso, destacamos o que foi dito por um dos sujeitos em campo, Cristian, estudante da Escola Mario Barbosa, durante a oficina “Viver para lembrar, morrer para esquecer”, promovida pelo PMTF:

Hoje em dia a gente vê as periferias como um lugar de crime, de tráficos de drogas e não é. É muito além disso! A gente conseguiu ver, ouvir coisas que não via, não parava para pensar. Eu consegui vê tudo isso no nosso bairro. Existe sim crime, existe tudo isso. Mas é muito mais do que a nossa sociedade pode resumir. O bairro da Terra Firme é um poço de cultura. A gente tem que saber vê isso, capturar esses momentos. Saber que é uma feira, mas que tem uma história por trás

dela. Saber como foi que esse bairro surgiu. Então, espero que depois disso aqui, vocês possam vê o bairro de outras formas, buscar ir além do que aparenta ser.

Para essa importante narrativa, a convocatória de dois autores faz-se crucial. A primeira é Bosi (2003) quando nos fala a respeito da “mais perigosa doença que atinge a cultura” (p. 178), o desenraizamento. Na narrativa acima, verifica-se o processo inverso que o PMTF realizou por meio de uma de suas ações museais: o enraizamento. Cristian atentou-se ao que é cultural e histórico em seu bairro, aquilo que faz parte de seu cotidiano e que foi alcançado por meio das lutas ocorridas na década de setenta, como detalhado no capítulo três. Atividades como essas alcançam o objetivo que o Ponto busca em suas ações: enraizar, por meio da cultura, a memória do bairro.

O segundo autor é Brandão (2013) que em diálogo com as narrativas de Sâmia e Cristian, nos revela que os processos formativos de educação do Ponto apontam para novos caminhos no âmbito:

Eu não tenho dúvidas em afirmar que é entre as formas novas de participação popular, nas brechas da luta política, que, hoje em dia, surgem as experiências mais inovadoras de educação no Brasil. Os professores tradicionais e os tecnocratas da pedagogia são cegos para elas, mas é ali que as propostas mais avançadas de “educação e vida”, “educação na prática”, etc. são criadas e testadas. (BRANDÃO, 2013, p. 112)

Tendo isso aclarado, corroboramos com o autor, afirmando que a percepção de que o Ponto de Memória da Terra Firme realiza processos formativos, fazendo uso de educação popular em suas ações, emergiu a partir da análise das narrativas colhidas e que naturalmente se entrelaçaram com o núcleo conceitual estudado. É o vice-versa que se dá da militância aos livros.

5.3. Pontos de memória e o uso da museologia emancipadora.

Quando questionado a respeito de seu entendimento de quais benefícios um “museu” da Terra Firme poderia proporcionar à comunidade, o conselheiro Batista foi enfático “*Com certeza ter um museu do Ponto traria benefícios, porque um museu ele fala, ele recorda e ter um museu seria um marco histórico aqui no bairro da Terra Firme.*”.

O aferido por Batista nos leva a refletir quanto ao poder que instituições como museus representam socialmente. O conselheiro explica que um “museu fala”. Se fala, fala por quem? Recorda por quem e para que? O que Batista nos explica é que essas

instituições são instrumentos de representação social, pois, não é o museu que fala, sente, narra, chora, é a cultura imaterial presente nele. E na Terra Firme, essa cultura se dá por meio de seus moradores e seus sentidos e significados perante o bairro.

Dessa feita, mais um entendimento a respeito das conexões analisadas dos elementos de memória e educação presentes no Ponto, emergiu. A museologia social, base das ações do Ponto de Memória é possibilidade de emancipação. Todavia, necessitamos de cautela para a compreensão do que se afirma.

Partimos da máxima Freireana, dita em *Pedagogia do Oprimido*: “ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho, as pessoas se educam em comunhão”, logo, ninguém se emancipa sozinho, também. Sabendo disso, os museus poderiam ser, assim como foram os Centros Comunitários - no período de ocupação da Terra Firme - , fortes instrumentos políticos para o processo de emancipação de sujeitos.

Emancipar-se, para o Ponto de Memória, é libertar-se das “algemas” divulgadas a respeito do bairro da Terra Firme, que o retratam unicamente como espaço de chacinas e demais tipos de violências existentes. Sem romantizá-lo, nem forjar o pensamento de que o mesmo tem poucas características de periferia, afirmamos que a memória da Terra Firme não está composta unicamente por manchas de sangue. E afirmar isso, é ir em busca do processo de emancipação o qual a museologia social pode contribuir.

A primeira etapa fica por conta do entendimento de que “O bairro é uma totalidade estruturada, comum a todos, que se vai percebendo pouco a pouco, e que nos traz um sentido de identidade” (BOSI, 2003, p. 74-75), destarte, o exercício de libertação das amarras (violência) consideradas pelo senso comum, necessita de esforço conjunto entre moradores, conselheiros e demais sujeitos atuantes em prol da preservação e vontade de narrar a memória da Terra Firme, visto que “Quando a fisionomia do bairro se humaniza, pode continuar se transformando e vivendo ou pode ser golpeada de morte” (BOSI, 2003, p. 74).

Destacamos, abaixo, uma matéria jornalística publicada em junho de 2011, no Jornal “Amazônia”, intitulada “Museu revelará identidade do bairro que abriga ações comunitárias e possui muita história”, a qual exemplifica a percepção de museologia emancipadora que visualizamos enquanto uma das propostas que já se concretiza a partir do PMTF.



Figura 23 Matéria Jornalística sobre PMTF no Jornal “Amazônia” Fonte: acervo Ponto de Memória

Afirma-se, então, a relevância de usar a museologia social como estratégia de visibilidade de memória. Sâmia nos aponta seu entendimento da mesma, a partir das vivências possibilitadas enquanto Conselheira do Ponto:

A memória social é uma coletividade, um conjunto de diversas memórias, em diversos aspectos da minha vida, a qual eu reúno, seja ela minha, própria, sozinha, ou seja ela, coletividade, com outras pessoas, então, esse é o meu modo de ver, né? Antes, eu não sabia definir isso, hoje, eu sei definir isso, por causa do ponto de memória, que me esclareceu, porque todo ser humano tem a sua própria memória, então, através do Ponto de Memória, né? Houve, tipo assim, um resgate dessa memória, que eu tinha, não sabia, só simplesmente tinha por ter, igual qualquer ser humano, e que eu vejo que é até valioso, por que através da nossa memória, certamente foi vivida por experiências, né? E essas experiências que a gente vive, a gente pode passar. E pode contribuir de forma muito positiva com a comunidade, porque a maior contribuição é a valorização, você valorizar aquele lugar, aquele espaço, se antes não era, e agora é, então, vamos manter, se não é, e agora é, então vamos fazer. Isso, então, é uma forma de contribuir. Eu acho que é dessa forma.

Atribuir valor à memória de um povo, sobretudo aqueles oprimidos em função do seu lugar de pertencimento, foi a maneira encontrada pelos Pontos de Memória para ressignificar o conceito de museu nesses lugares, possibilitar um novo olhar para a cultura que eles produzem e, diante desses, encontrar o poder de autonomia presente nessas comunidades.

Se existem duas culturas, a erudita terá que aprender muito da popular: a consciência do grupo e a responsabilidade que advém dela, a

referência constante à práxis e, afinal, a universalidade. E se um dia a classe pobre alcançar a gestão sobre seu destino, a sua cultura não deixará de englobar os valores dos que trabalham, valores que se opõem aos dos que dominam. (BOSI, 2003, p. 158)

Tendo a museologia social como pauta nesse processo de emancipação via ponto de memória faz-se necessário a compreensão de culturas, as quais muitas vezes tem seu conceito distorcido, como esclarece Brandão (2014), “Tudo isso, a que se dá o nome de “cultura popular”, e que as vezes se vê a partir da academia como um amontoado de coisas pitorescas, faz parte de sistemas populares de vida e de representação da vida” (p. 109).

Portanto, o trabalho desenvolvido pelo Ponto de Memória da Terra Firme exige atenção aos processos culturais existentes no bairro, enquanto um dos meios de possibilitar a inserção das práticas de museologia social num viés emancipador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção desse texto dissertativo intitulado “Memória Social e Educação Popular: um estudo sobre o Ponto de Memória da Terra Firme”, foi cuidadosamente elaborada, na perspectiva de que a cada capítulo não se perdesse de vista o objetivo geral que a pesquisa buscou alcançar: analisar as conexões entre os elementos da Memória Social e as práticas pedagógicas vinculadas a Educação Popular no Ponto de Memória da Terra Firme. Por essa razão, a estruturação ficou organizada de modo que cada sessão fosse uma a continuidade da outra e que dialogassem a todo instante.

Na introdução do trabalho, esclarecemos que o texto vai se “costurando” na proposta de atender ao movimento epistemológico estabelecido a partir de três movimentos: 1) apresentação do território de conhecimento; 2) estabelecimento do nicho e 3) ocupação do nicho. Portanto, foi imprescindível que o diálogo anteriormente mencionado se fizesse presente ao longo do trabalho. Para as considerações finais, recapitularemos os objetivos de cada um a fim de que se reflita quanto ao que foi esperado e alcançado.

A opção por apresentar no primeiro capítulo os aportes teóricos metodológicos da pesquisa se deu em função de sinalizar a importância que cada método selecionado pôde atribuir aos fatores que compuseram esse estudo. O que chamamos de fatores são os elementos de pesquisa como o cenário, os sujeitos pesquisados e o objeto. Verifico como “ponto alto” deste capítulo que anunciar os sujeitos de pesquisa a partir das narrativas deles, foi uma estratégia proeminente não só a título de garantir a identidade dos mesmos, como também de proporcionar determinada familiaridade com os principais atores desse estudo.

O segundo capítulo teve por missão centrar no núcleo conceitual teórico das categorias de análise emergidas do objeto de pesquisa. Desse modo, separar um tópico para a discussão de Educação Popular e outro para Memória Social foi essencial para que a partir do esclarecimento teórico das mesmas, fosse possível visualizá-las em diálogo com a proposta de pesquisa. Além disso, a permissibilidade de entrelaçamento entre as categorias no desfecho do capítulo foi primordial para o embate empírico-teórico que se delinearía nos capítulos seguintes.

A descrição do cenário e objeto de pesquisa ficaram por conta dos capítulos três e quatro, respectivamente. Foram os momentos em que a densidade e profundidade das

narrativas de memória puderam ser enfatizadas. Apresentá-las, sem qualquer alteração para a norma culta da língua foi uma das táticas de pesquisa selecionadas para não perder a essência das valorosas lembranças que estavam sendo rememoradas. Além disso, a resposta que a comunidade pesquisada anseia é vinda por meio do retorno do texto construído. Sabendo disso, a importância de que os sujeitos pudessem se reconhecer em suas falas, é primordial. Daí a relevância de manter as gírias e os vícios de linguagem, a fim de não perder a essência do que foi escutado e transcrito.

Nesse sentido, os capítulos três e quatro são responsáveis pelo registro de memória referentes ao bairro da Terra Firme (lócus) e ao Ponto de Memória da Terra Firme (objeto), ou seja, eles representam o momento crucial do estudo, sinalizando não somente a assecuridade das falas concedidas pelos entrevistados, como também o cumprimento dos objetivos prometidos no capítulo um.

O capítulo cinco tem o papel de revelar o estudo analítico sintético esperado de uma pesquisa de cunho qualitativo. É importante frisar que o uso do termo “empírico” é empregado ao longo do texto como denominação do saber popular, visto que a filosofia explana sobre o uso da empiria enquanto aquela que se vale do conhecimento vivido, das experiências cotidianas. De forma alguma se hierarquiza, nessa dissertação o saber, de um (popular/empírico) ou de outro (científico/acadêmico), e, por essa razão o uso do termo “vice-versa” adotado no título do capítulo, que assegura não haver essa diferença imposta, que significaria um em detrimento do outro. “Vice-versa” para garantir a mistura que há entre os conhecimentos, um não se faz sem o outro.

Chegamos ao término desse trabalho com algumas considerações notadas a partir do estudo realizado. O primeiro ponto a ser marcado diz respeito ao campo de investigação que envolve toda a pesquisa: educação. Ela, um fenômeno social, que insistentemente ainda é discutida para quem serve?! Para a escola? Para a família? Para a Igreja? Apresentar essa pesquisa na pós-graduação de uma Universidade Pública é, também, aceitar o desafio de explicitar que a educação se discute em qualquer âmbito que ocorra, sendo ou não na escola. Visto que limitá-la a determinado espaço físico, é, além de retrocesso acadêmico, outra maneira de oprimir aqueles que se encontram fora dela. Dessa forma, constatamos e afirmamos que educar é processo humano, que não permite um fator físico, fechado em muros como limitador. O trabalho é em conjunto: Estado-Escola-Comunidade-Sociedade.

Outro ponto a ser enfatizado é: museus e seu papel social. Estes, ainda são instituições, inúmeras vezes, incompreendidas socialmente. De acordo com o que se pôde estudar no âmbito da museologia brasileira e foi apontado no texto, verifica-se que ao tratar sobre essas Instituições, os autores costumam divagar, especialmente, sobre suas funções. Verifico, portanto, que ainda há determinado conflito para especificar a serviço de quem os museus estão. São tradicionais? Comunitários? De ciência? A partir dessa pesquisa de mestrado, afirmo que a tipologia da instituição “cai por terra” se ela não cumprir a sua função de tornar público o conhecimento. Os museus têm forte poder social em função das ações de memória, cultura, educação e cidadania que intrinsecamente cabe a eles. Compreendê-los e transformá-los em um espaço voltado para a elite é mais uma forma de opressão e alienação cultural, como também, uma possibilidade de reduzir o proeminente papel que essas instituições socialmente possuem.

Cabe, então, aos museus abrirem-se ao público, mesclá-los e atuar em conjunto com a sociedade que os faz ser quem são. Afinal, tendo a cultura material ou imaterial como foco, quem os perpetuaria senão aqueles que neles estão? Museus são formados de pessoas, para pessoas e com elas. É um paradigma que vem, ao longo dos séculos, sendo rompido.

Dito isso, optar pelo estudo de um museu não tradicional que conta com práticas de educação popular para ações de memória social, constata que toda a construção textual realizada durante essa dissertação nos levou a um tema de pesquisa incomum. Pensar em uma investigação de educação que se dá fora dos muros escolares já é, por si só, um desafio tendo em vista o sentido dado a educação, citada ao longo do trabalho (apenas escolar), todavia, direcionar um olhar acadêmico para os Pontos de Memória que também são formas inovadoras de pensar museus em espaços como favelas e periferias, é duplicar o desafio.

Sendo assim, é importante salientar o que se pôde aferir ao entrecruzar as narrativas de memória dos sujeitos de pesquisa com os apontamentos teóricos revelados pelos autores selecionados.

Ainda é necessário percorrer um longo caminho para que os museus passem a ser tidos não somente como espaço de contemplação e de cultura da elite. E que suas tipologias tornem-se conhecidas e sejam mais exploradas, como: museu de território; percurso; comunitário; ecomuseu; científicos; tradicionais, entre outros.

No que diz respeito aos Pontos de Memória da Terra Firme, nas oportunidades de diálogo com pessoas que participam ou participaram de alguma ação museal do Ponto, moradoras ou não do bairro, foi possível identificar, que mesmo sabendo da proposta dos Pontos, de museologia social que direciona seu foco à militância, a memória e a cultura popular, ainda assim, o fato de não contar com um espaço físico, faz com que o PMTF não seja compreendido como um Museu por muitos sujeitos participantes das atividades.

Essa confusão quanto a ser ou não museu é possível notar até mesmo nas narrativas dos conselheiros do Ponto, todavia, verifico que embora o compreendam como um “museu diferente de Terra Firme”, a não totalidade dessa compreensão se dá em função da mistura de atividades do projeto “O Museu Goeldi leva Educação em Ciência à comunidade” com as atividades do Ponto de Memória da Terra Firme. Embora sejam propostas diferentes, nas narrativas dos conselheiros foi possível notar, sobretudo quando questionados a respeito da concepção de Museu que os mesmos tinham antes e depois de envolverem-se com o processo de organização do PPM.

Os moradores, imediatamente associam “Museu” ao Goeldi, seja pela presença de uma das funcionárias, Helena, no Conselho Gestor, seja pela parceria do MPEG com o PMTF ou até mesmo pelas atividades promovidas por um projeto e pelo outro. Porém, alguns deles, demonstram compreender aclearadamente a diferença entre os dois. Vale lembrar que o Museu Goeldi desenvolve esse projeto há mais de trinta anos na comunidade do bairro da Terra Firme, com práticas de educação ambiental e ações voltadas para a alimentação saudável, ao passo que o Ponto de Memória da Terra Firme tem a função de trabalhar a memória, por meio da museologia social. A única relação existente entre os dois é que o fato de já existir esse trabalho, sob coordenação de Helena Quadros, fez com que o Ibram notasse na Terra Firme o potencial para ser um Ponto de Memória.

Quando nos referimos à educação popular alguns entrevistados destacam uma compreensão interessante de que a educação deve ser do e para o povo, dentro ou fora da escola, sem a necessidade de compartimentá-la com nomes como “popular”, “formal”, etc. Muitos deles tiveram o primeiro contato com esse conceito durante o período de ocupação no bairro da Terra Firme. Dona Chiquinha, por exemplo, vivenciou-a enquanto Professora-Monitora do Centro Comunitário Bom Jesus, na década de oitenta. E a mesma, explicou, ainda, que acredita que o Ponto de Memória da Terra Firme realiza esse tipo de educação no bairro.

Outro desafio aceito para construir esse estudo dissertativo foi o de analisar um objeto de pesquisa o qual sou voluntária e, assim, fez-se a necessidade de distanciamento. Esse papel de pesquisador, como anunciamos no primeiro capítulo, sob os ensinamentos de Antônio Chizzotti, exige desprendimento do que já se conhece. Atitude fundamental para uma análise ética e coerente do estudo proposto.

Dadas essas questões, o que se pode considerar após este estudo é que as *práticas pedagógicas de educação popular são notadas nas ações museais propostas pelo PMTF*, quando o mesmo incentiva a autonomia dos moradores do bairro por meio do entendimento da importância de seus saberes aprendidos nas lutas comunitárias e suas narrativas de memória. Essa prática está diretamente ligada a emancipação que se dá/espera a partir da legitimidade de saberes populares.

Compreendemos que o Ponto de Memória da Terra Firme, assume, implicitamente a missão de *educar para a cultura da memória* quando, por meio de suas ações, como o Cortejo Cultural e Inventário Participativo, por exemplo, busca incentivar seus sujeitos participantes a identificar os movimentos culturais existentes no bairro, os quais necessitam ter suas memórias não esquecidas. Além disso, educar para a cultura da memória é exaltar a cultura popular que se cria e mantém na periferia. É, também, incentivar que as escutas de narrativas de memórias do lugar e divulgação das mesmas, seja papel do morador daquela comunidade, sobretudo, os mais jovens, para que não alimentem o sentimento de não pertencimento e auto discriminação com o lugar que pertencem, devido sua característica de periferia, oprimida, especialmente pela mídia.

Ao longo desse estudo, foi possível identificar e analisar as práticas de educação popular contidas intrinsecamente nas ações do Ponto, como também nas narrativas concebidas pelos conselheiros. O reflexo do trabalho de memória que vem sendo desenvolvido desde o ano de 2009 pelo PMTF, no bairro da Terra Firme, já é notado no discurso apresentado pelas pessoas que participam das ações desse museu não tradicional, a exemplo disso, o dito pelo estudante Moisés, durante a oficina ocorrida na 7ª Semana Nacional de Museus, promovida pelo Ponto. O jovem afirmou, após participar da atividade: “a Terra Firme é um poço de cultura!”, afirmando que antes da oficina, não se dava conta que situações do cotidiano do bairro poderiam se enquadrar na riqueza cultural presente no mesmo.

Essas foram as principais constatações analisadas a partir do objetivo de pesquisa aqui proposto.

Ademais, é válido que encerremos esse trabalho explanando a respeito de um dos produtos gerados a partir desse estudo. O vídeo documentário que recebeu o mesmo nome da presente dissertação. Nos anexos, consta a proposta de roteiro enviada ao cinegrafista responsável.

O referido documentário além de fazer parte de uma das etapas de campo, surgiu como mais uma possibilidade de retorno do que se pesquisou, para a comunidade. A proposta era que fossem registradas imagens do bairro da Terra Firme e que os conselheiros do Ponto pudessem narrar, livremente, suas trajetórias de vida, a relação com o bairro, e que, principalmente, contassem detalhadamente a respeito de suas experiências com o PMTF e seus entendimentos a respeito de educação, memória e museu.

As gravações foram feitas por um cinegrafista morador do bairro e integrante do Tela Firme: Harrison, que também já participou de ações do ponto. Essas filmagens ocorreram durante um final de semana, pelo turno da manhã. No primeiro dia, andamos pelo bairro, nos lugares selecionados pelos moradores e que também fazem parte do roteiro de visita oferecido pelo PMTF para quem visita a Terra Firme. Fomos à feira, à praça, andamos pelo Jardim Comunitário que está sendo construído em frente ao Campus de Pesquisa do Museu Goeldi, caminhamos por algumas ruas do lugar, paramos em frente ao Posto de Saúde a pedido de um dos conselheiros, para que explicasse a história de construção do mesmo. No fim da manhã, nos dirigimos à casa da conselheira Madalena, que cedeu o espaço para que fizéssemos as gravações individuais. No dia seguinte, realizamos a entrevista com o José Maria - único conselheiro que não pôde comparecer no dia anterior, por questões de trabalho⁴⁴ - também na casa de Dona Madalena. Uma de minhas solicitações foi que o conselheiro contasse a respeito da paródia que compôs, eleita pelo conselho como o “hino do PMTF”. A paródia é o texto síntese do capítulo “Periferia de Memórias” dessa dissertação, e nele, detalhamos o processo de criação do Conselheiro.

Foi interessante notar a vontade e ansiedade por parte dos conselheiros de que suas histórias ficassem registradas, em vídeo. Responderam as perguntas sempre

⁴⁴ As conselheiras Chiconá, Nely e Jéssica também não puderam comparecer. As duas primeiras moram em localidades distantes de Belém. E Jéssica também não estaria na cidade no período das gravações.

buscando contextualizá-las e exemplificando cada fato narrado. E, ainda no que tange a paródia elaborada por José Maria, o mesmo a cantou durante as gravações e esta cena compõe o desfecho do vídeo.

Ele está dividido em três momentos. No primeiro, cada conselheiro se apresentou. Posteriormente, são apresentadas as falas de Chiquinha e Batista. Nessa cena os dois moradores antigos da Terra Firme contam a respeito do começo das ocupações no bairro. A terceira parte do documentário ficou por conta de perguntas a respeito do Ponto de Memória da Terra Firme, as narrativas selecionadas foram a de Sâmia, Chiquinha e Madalena. Como já dito, o vídeo é encerrado com José Maria cantando a paródia que criou para o Conselho.

Todo o material “bruto”, ou seja, sem edição foi disponibilizado para que o conselho gestor do PMTF possa usá-lo para divulgação de seu trabalho, haja vista que o documentário usado como produto dessa dissertação tem o tempo de 5 minutos e 36 segundos, com narrativas reduzidas. É importante que caso decidam usar as imagens disponibilizadas utilizem as demais cenas gravadas.

Por fim, verifico que iniciativas de memória, com práticas de educação popular como a do Ponto de Memória são importantes no âmbito da militância social, sobretudo para que essas comunidades que não tem seu valor cultural reconhecido possam protagonizar projetos como esse e lutar, como o fazem, para que conquistem maior reconhecimento social. Por isso, a institucionalização do Programa Pontos de Memória, por meio da Portaria Nº 315, é um desses avanços significativos que abre portas para novos caminhos no Programa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCÂNTARA, Camila de Fátima Simão de Moura. **Ponto de Memória: experiências etnográficas no museu *diferente* de Terra Firme**, Belém PA. (dissertação de mestrado). Belém: PPGA – UFPA, 2016.

_____. GODOY, Renata. **Os Museus emanados da Periferia e suas perspectivas para o Turismo Cultural: uma proposta da Amazônia Brasileira**. O Ideário Patrimonial 8: 73-91. 2017

ALVES, E. 2010. **Marchas e contramarchas na luta pela moradia na Terra Firme (1979-1994)**. 2010. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Universidade Federal do Pará, Belém.

ARROYO, Miguel Gonzales. Pedagogias em movimento – o que temos de aprender dos Movimentos Sociais. **Currículo sem Fronteiras**, v. 3, n. 1, Belo Horizonte, jan/jun 2003, p.28-49. Disponível em <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss1articles/arroyo.pdf>. Acesso em 23 mar. 2017.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Os coletivos empobrecidos repolitizam os currículos. In: SACRISTÁN, José Gimeno (Org.). **Saberes e Incertezas sobre o Currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

AVELAR, Luciana. **Museus Comunitários no Brasil: o Ponto de Memória Museus do Taquaril**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, Brasil. 2015

BERGSON, Henri. **Memória e vida**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade – Lembranças de velhos**.- 3ª ed. – São Paulo: Companhia das letras, 1994.

BOSI, Ecléa. **O Tempo vivo da memória – Ensaios de Psicologia Social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **Estrutura e funcionamento do ensino**. São Paulo: Avercamp, 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular?** São Paulo: Brasiliense, 2015.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Em campo aberto: escritos sobre a educação e a cultura popular**. São Paulo: Cortez, 1995.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação?** São Paulo: Brasiliense, 2013.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. Tradução Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2016. 221p

CARMO, Eunápio Dutra do; ARAÚJO Sônia Maria da Silva, In: ARAÚJO, Sônia Maria da Silva; O Território Educa e Politiza: as experiências socioculturais da comunidade nova vida em áreas de impactos socioambientais na Amazônia Oriental. In: ALVES, Laura Maria Silva Araújo; BERTOLO, Sônia de Jesus Nunes (Org.). **Pesquisa e educação na Amazônia: reflexões epistemológicas e políticas**. Belém: EDUEPA, 2014, p. 267 - 273

CHAGAS, Mario. **A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro: MinC/IBRAM, 2009.

- DERENJI, Jussara da Silveira. A seleção e a exclusão no meio urbano: reformas do fim do século XIX em Belém do Pará. In: D'INCAO, Maria Angélica; SILVEIRA, Isolda Maciel da. **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 27ª. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003a, 158p.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 45 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer: teoria e prática em educação popular**. 2 ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 1989.
- GAMBOA, Silvio Sánches. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias**. 2. ed. Chapecó: Argos, 2012.
- GAMBOA, Silvio Sánchez. **Projetos de pesquisa, fundamentos lógicos: a dialética entre perguntas e respostas**. Chapecó: Argos, 2013.
- GIESE, Silvia Guerreiro. **Pontos de Memória: uma via conceitual de museu no Bairro da Terra Firme**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Museologia) - Universidade Federal do Pará, Belém do Pará, 2014.
- HUSSERL, Edmund. **Idéias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica: introdução geral à fenomenologia pura**. Tradução de Márcio Suzuki. Aparecida: Idéias & Letras, 1989.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização – Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 10ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.
- IBRAM. **Conheça os Museus do IBRAM**. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/osmuseus/>>. Acesso em: 21 ago. 2017
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão, et all. 2º Ed. Campinas: UNICAMP, 2016.
- MENDES, Celene Mirtes Alves; GAMA, Regina Helena do Amara. **Titulação: uma luta contraditória dos movimentos de bairros**. Belém: UFPA, 1989.
- OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **Paulo Freire: gênese da educação intercultural no Brasil**. 1 ed. – Curitiba, PR: CRV, 2015. 120 p.
- OEI; IBRAM. **Pontos de Memória: metodologia e práticas em museologia social**. Brasília: Phábrica. 2016
- PAIXÃO, Carlos Jorge. Episteme dos métodos. In: **Filosofia e Educação** [on line], vol. 5, nº 2, p. 43-56, out/2013. (Dossiê Epistemologia e teoria da educação). Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8635394>>. Acesso em: 20 jul. 2016.
- PENTEADO, Antônio Rocha. **Belém – Estudo de Geografia Urbana**. 2º v. Belém: UFPA, 1968.
- QUADROS, Camila Alves. **A educação como um direito humano fundamental: a experiência do Museu Goeldi em práticas de Educação não formal no bairro da Terra Firme**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia). – Universidade Federal do Pará, Belém do Pará, 2013.
- QUADROS, Camila Alves. **Ponto de Memória da Terra Firme: a valorização da memória de um bairro de periferia como forma de enfrentamento a desigualdade social e afirmação de Direitos Humanos**. 2017. Monografia (Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social). – Universidade Federal do Pará, Belém do Pará, 2017.

QUADROS, Helena do Socorro Alves. **Redescobrimo a educação em museus:** uma experiência no Parque Zoobotânico do Museu Paraense Emílio Goeldi. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade da Amazônia, Belém do Pará, 2000.

QUADROS, Camila Alves; QUADROS, Helena do Socorro Alves; MOURA, Camila de Fátima Simão. **Um Ponto de Memória na Terra Firme.** Belém: MPEG, 2013. 48 p.

SILVA, Maria do Socorro Rocha. **Medo na cidade:** um estudo de caso no bairro da Terra Firme, em Belém/PA. 2009. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Pará, Belém.

TEIXEIRA, Tereza. Dimensões socioeducativas do Teatro do Oprimido de Augusto Boal. **Revista Recrearte**, Santiago de Compostela, v. 4, 2005.

TURINO, Celso. **Ponto de Cultura:** o Brasil de baixo para cima. São Paulo: Anita Garibaldi. 2009.

IBRAM. IV Teia da Memória. In: **Relatório do 6º Fórum Nacional de Museus:** museus criativos. Brasília, DF: IBRAM, 2017. 304 p.

VARINE, Hugues de. **O Museu Comunitário como processo continuado.** Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2595/1495>>. Acesso em: 23.dez.2017

APÊNDICES



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO**

Declaração de cessão de direitos de imagens, nome e voz.

A celebração do presente Instrumento Particular de Utilização e Cessão de direitos de imagens, nome e voz será regida pelas seguintes condições, mutuamente aceitas e reciprocamente outorgadas.

Eu, _____, portador do documento de identidade nº _____, CPF nº _____ autorizo, a utilização da minha imagem, nome e voz, para a pesquisa de mestrado “Memória Social e Educação Popular: um estudo sobre o Ponto de Memória da Terra Firme, Belém (PA)”, sem qualquer ônus para a mesma.

Belém do Pará, _____ de _____ de 20____.

Assinatura



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO**

Eu, _____, confirmo que no ano de 2012, registrei, por meio de fotografia, o bairro da Terra Firme. Essas fotos ficaram a disposição do Ponto de Memória da Terra Firme para o uso na cartilha “Um Ponto de Memória na Terra Firme.”. Confirmo, ainda, que autorizo o uso destas mesmas imagens para o trabalho de dissertação, intitulado “Memória Social e Educação Popular: um estudo sobre o Ponto de Memória da Terra Firme, Belém (PA)”.

Proposta de Roteiro para a construção do Vídeo documentário da pesquisa de dissertação intitulada “Memória Social e Educação Popular: um estudo sobre o Ponto de Memória da Terra Firme, Belém (PA)”.

Vídeo principal:

A referida pesquisa é vinculada ao Programa de Pós – Graduação em Educação (PPGED), da UFPA, que tem como objetivo geral, analisar as conexões entre os elementos da Memória Social e as práticas pedagógicas vinculadas a Educação Popular no Ponto de Memória da Terra Firme (PMTF).

Portanto, tendo em vista essa finalidade, a proposta de produzir um vídeo documentário surge a fim de registrar as narrativas dos conselheiros do PMTF, suas vivências e memórias no bairro e no Ponto. A proposta é também, considerar a premissa de que na universidade não se deve produzir conhecimento que não “ultrapassem os muros” da mesma, mas sim devolver para a comunidade aquilo que ela nos permite investigar/estudar. Dessa feita, o vídeo é também importante para que o PMTF possa usá-lo em palestras, eventos e outros meios de divulgação.

Assim sendo a proposta é a seguinte:

- Às 8h30 estaremos na frente do Campus de Pesquisa do Goeldi, na perimetral, para caminhar até o Jardim, que conta com a colaboração do Ponto na sua construção. Lá, os conselheiros, enquanto caminham, poderão falar a respeito do lugar. Seria interessante filmar alguns detalhes, como mãos, olhares, frases espalhadas pelo jardim, plantas....
- Em seguida, a ideia é fazermos o roteiro proposto pelo Ponto, em alguns lugares do bairro, como a praça, a feira... A filmagem dos pés caminhando é importante.
- Por último, iríamos para a casa de Dona Mada, na Passagem Bom Jesus, lá aconteceriam as entrevistas. É importante filmar ela entrando na casa. O diálogo espontâneo também.
- A proposta é que seja um vídeo que mostre a realidade, sem muita coisa ensaiada, poses “engessadas”, mas que eles estejam naturais, a vontade...
- Gostaria que tivesse um momento em que fosse filmado o rosto de cada um, falando uma palavra que represente, para eles, o Ponto de Memória.
- O chão, a areia, a água no chão.... o colorido, e detalhes que fazem parte do bairro são registros importantes também.

- No domingo, filmaremos com Zé Maria, ele falará um pouco da música que compôs para o Ponto e responderá as mesmas perguntas que as outras conselheiras responderam. Quando ele cantar a música, alguns detalhes como ele batendo palma, o sorriso, ou até mesmo se errar algum trecho, gostaria do registro.

Bastidores da pesquisa:

- Já que trata-se de uma pesquisa de mestrado, gostaria que os momentos em que entrevisto fossem registrados também; meu diálogo com eles; os detalhes de anotações no caderno, celular gravando.... Explicações de o que estamos fazendo (ex.: “hoje é o nosso primeiro dia de gravação, vamos fazer uma caminhada pelo bairro.... etc).